Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 9

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 10
3.2 - Medições Não Contábeis 11
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 14
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 18
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19
3.7 - Nível de Endividamento 20
3.8 - Obrigações 21
3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 40
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 44
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 65
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 66
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 67
4.7 - Outras Contingências Relevantes 72

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 73

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 74

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 81

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 83

5.4 - Programa de Integridade 86

5.5 - Alterações significativas 90

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 91

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 92

6.3 - Breve Histórico 93

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 99

6.6 - Outras Informações Relevantes 100

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 101

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 105

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 106

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 111

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 117

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 118

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 121

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 122

7.8 - Políticas Socioambientais 123

7.9 - Outras Informações Relevantes 132

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 133

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 134

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 135

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 138

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 139

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 157

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 158

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 159

9.2 - Outras Informações Relevantes 163

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 164

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 188

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 189

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 193

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 195

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 196

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 197

10.8 - Plano de Negócios 198

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 201

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 202

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 203

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 207

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 217

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 221

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 224

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 225

12.7/8 - Composição Dos Comitês 233

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 239

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 240

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 248

12.12 - Outras informações relevantes 249

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 250

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 259

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 263

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 265

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 275

13.6 - Opções em Aberto 285

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 289

13.8 - Precificação Das Ações/opções 291

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 293

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 294

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 297

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 298

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 299

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 300

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 301

13.16 - Outras Informações Relevantes 302

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 303

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 306

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 307

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 308

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 309

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 310

15.3 - Distribuição de Capital 340

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 341

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 342

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 343

15.7 - Principais Operações Societárias 344

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 354

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 355

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 357

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 368

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 370

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 371

17.2 - Aumentos do Capital Social 372

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 421

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 422

17.5 - Outras Informações Relevantes 423

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 424

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 425

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 426

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 427

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 429

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 435

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 436

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 437

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 438

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 439

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 441

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 442

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 443

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 444

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 445

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 447

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 448

20.2 - Outras Informações Relevantes 450

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 451

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 452

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 454

21.4 - Outras Informações Relevantes 455

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Guillaume Marie Didier Gras**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Pimentel**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DocuSign Envelope ID: 12E8A92E-9595-4DA2-A6B4-7A86781A05FE

1.1. – Declaração do Diretor Presidente

Marcelo Ribeiro Pimentel, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 09323762-6, inscrito no CPF/ME sob o nº 012.370.597-55, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.142, CEP 01402-000, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia Brasileira de Distribuição, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.508.411/0001-56, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3142, Jardim Paulista, CEP 01402-000, para fins do item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia, declara que

(a) reviu o presente Formulário de Referência; **(b)** todas as informações contidas no presente Formulário de Referência atendem às disposições da Instrução CVM nº 480, em especial àquelas dos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações aqui contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

04 de abril de 2022.

DocuSigned by:
Marcelo Pimentel
FBF0B1057166431...

Marcelo Ribeiro Pimentel
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Guillaume Marie Didier Gras, francês, casado, administrador de empresas, portador do RNE n° G303564-C, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.025.248/63, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.142, Jardim Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01402-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Companhia Brasileira de Distribuição, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 47.508.411/0001-56, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3142, Jardim Paulista, CEP 01402-000 ("Companhia"), para fins do item 1.2 do Formulário de Referência da Companhia, declara que **(a)** reviu as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência após a data de sua posse; e **(b)** todas as informações que foram atualizadas no Formulário de Referência na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

São Paulo, 6 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Guillaume Gras
1B8B825CB27AD5...

Guillaume Marie Didier Gras

Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópicoforam divulgadas nos itens acima.

As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 desteFormulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria - Auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras trimestrais da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$6.801.418,95 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antonio Humberto Barros Santos	01/01/2017	104.575.398-01	Av. Presidente Juscellino Kubitchek, 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria - Auditoria das demonstrações financeiras e revisão de nossas informações financeiras trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$7.373.840,23 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antonio Humberto Barros Santos	01/01/2018	104.575.398-01	Av. Presidente Juscellino Kubitchek, 1909, Torre Norte, n/a, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Auditoria - Auditoria das demonstrações financeiras e revisão de nossas informações financeiras trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 9.017.428,45 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Antonio Humberto Barros Santos	01/01/2017	104.575.398-01	Av. Presidente Juscellino Kubitchek, 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: humberto.b.santos@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Auditoria – Auditória das demonstrações financeiras e revisão de nossas informações financeiras trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$9.919.539,00 (incluindo impostos)
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Clinton Leandro Fernandes	01/01/2020	166.790.368-36	Av. Presidente Juscellino Kubitchek, 1909, Torre Norte, Torre Norte, n/a, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735780, Fax (11) 25735780, e-mail: clinton.l.fernandes@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 Outras Informações Relevantes

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, caberá a este Comitê, dentre outrasatribuições: (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (1) a sua independência, (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Assim, após a proposta do Comitê de Auditoria sobre essas matérias, elas devem ser analisadas pelo Conselho de Administração, responsável por aprovar os serviços de auditoria e outros serviços que venham a ser prestados pelos auditores independentes.

Ainda, a fim de evitar a existência de conflito de interesses e a consequente perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria também prevê que o Comitê (i) se pronuncie, junto ao Conselho de Administração, quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a auditoria externa e/ou a Diretoria da Companhia; e (ii) monitore a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia. .

Além das informações acima, não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantescom relação aos assuntos tratados nesta Seção 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	16.807.000.000,00	13.548.000.000,00	13.519.000.000,00
Ativo Total	53.511.000.000,00	58.475.000.000,00	61.988.000.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	51.253.000.000,00	28.838.000.000,00	26.490.000.000,00
Resultado Bruto	13.749.000.000,00	7.613.000.000,00	7.444.000.000,00
Resultado Líquido	2.326.000.000,00	836.000.000,00	1.284.000.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	268.112.507	267.764.838	266.612.322
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	62,690000	50,460000	49,360000
Resultado Básico por Ação	8,132833	2,958044	4,312091
Resultado Diluído por Ação	8,12	2,95	4,29

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

O LAJIDA (EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes (i) do resultado financeiro líquido, (ii) do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e (iii) das despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes é uma medida de rentabilidade calculada pelo EBITDA excluídas as Outras Despesas e Receitas Operacionais e também outros efeitos não recorrentes. A Administração utiliza a medida em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA apresentou um aumento de 182,1% em relação a 2019, passando de R$1.654 milhões em 2019 para R$ 4.666 milhões em 2020. Em 2018, o EBITDA totalizou R$1.970 milhões. O EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes apresentou um crescimento de 92,1% em relação a 2019, passando de R$ 2.040 milhões em 2019 para R$3.920 milhões em 2020. Em 2018, o EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R$1.688 milhões.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, assim como os respectivos valores do EBITDA ajustado excluindo os efeitos não recorrentes e suas respectivas margens:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
Medições não contábeis	**2020 (consolidado)**	**2019 (consolidado)**	**2018 (consolidado)**
(R$ milhões, exceto %)			
EBITDA	4.666	1.654	1.970
Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida	**9,1%**	**5,7%**	**7,4%**
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(71)	(386)	(199)
Elementos Excepcionais	818	-	481
EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes	3.920	2.040	1.688
Margem de EBITDA Ajustada sobre receita operacional líquida	**7,6**	**7,1%**	**6,4%**

3.2 - Medições Não Contábeis

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(R$ milhões)	**2020[3] (consolidado)**	**2019 (consolidado)**	**2018[1] (consolidado)**
Lucro Líquido Companhia	**1.239**	**(273)**	**124**
(+) Imposto de Renda	663	95	41
(+) Resultado financeiro líquido	728	871	902
(+) Depreciação e amortização	2.037	1.150	985
EBITDA	**4.666**	**1.654**	**1.970**
Receita operacional líquida	**51.253**	**28.838**	**26.490**
Margem de EBITDA sobre receita operacional líquida	**9,1%**	**5,7%**	**7,4%**

3.2 - Medições Não Contábeis

(+) Outras Despesas e Receitas Operacionais	71	386(2)	199
(-) Elementos Excepcionais	(818)	-	(481)
EBITDA Ajustado	3.920	2.040	1.688
Margem de EBITDA Ajustado sobre receita operacional líquida	**7,6%**	**7,1%**	**6,4%**

(1) Exclui os elementos excepcionais. No Multivarejo, os efeitos de 2018 referem-se à venda a terceiros de parte dos créditos fiscais relacionados à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS/COFINS, no montante líquido de R$ 45 milhões realizados no 2T18.
(2) Despesas relacionadas a reestruturação nas operações brasileiras, gastos decorrentes do processo de aquisição do Éxito, contingências fiscais, resultados com ativo imobilizado. O Aumento se deu principalmente em função da integração dos ativos América Latina
(3) Exclui os elementos excepcionais. Em 2020 esses efeitos totalizaram R$ 834 milhões na receita líquida e no lucro bruto referentes a créditos fiscais decorrentes do trânsito em julgado da ação de CBD relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins (R$ 994 milhões) e baixa de créditos fiscais referentes à MP do Bem após decisão do STF (R$ -160 milhões) e R$ -17 milhões na linha de despesas com vendas relacionadas à baixa de diversos créditos tributários.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, pois acredita ser uma medida prática para aferir o seu desempenho operacional.

A Administração utiliza o EBITDA ajustado em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

O EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados. O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes para o período.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 Política de destinação dos resultados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia, nesta ordem: (a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda; (b) a importância a ser paga aos empregados a título de participação nos lucros da Companhia; (c) a importância a ser paga aos administradores a título de participação nos lucros da Companhia, observados os requisitos do artigo 152 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). Após tais deduções, o lucro da Companhia terá as seguintes destinações: (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) Será destinado montante à formação de reservas para	O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia, nesta ordem: (a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda; (b) a importância a ser paga aos empregados a título de participação nos lucros da Companhia; (c) a importância a ser paga aos administradores a título de participação nos lucros da Companhia, observados os requisitos do artigo 152 da Lei das S.A. Após tais deduções, o lucro da Companhia terá as seguintes destinações: (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) Será destinado montante à formação de reservas para contigências caso assim deliberado pela Assembleia Geral; e (c) 25% para pagamento do dividendo obrigatório.	O Estatuto Social estabelecia as seguintes deduções do lucro da Companhia, nesta ordem: (a) os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda; (b) a importância a ser paga aos empregados a título de participação nos lucros da Companhia; (c) a importância a ser paga aos administradores a título de participação nos lucros da Companhia, observados os requisitos do artigo 152 da Lei das S.A. Após tais deduções, o lucro da Companhia terá as seguintes destinações: (a) 5% para a formação de reserva legal; (b) Será destinado montante à formação de reservas para contigências caso assim deliberado pela Assembleia Geral; e (c) 25% para pagamento do dividendo obrigatório. Após as destinações acima, nos termos de orçamento de capital apresentado pela Administração, a Assembleia Geralpoderá deliberar sobrea retenção total ou parcial do lucro remanescente para a Reserva para Expansão, que tem por objetivo assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, sem prejuízo de retenção de lucros nos termosdos artigos 195-A (Reserva de Incentivos Fiscais) e 196 (Retenção de Lucros) da Lei das Sociedades por Ações, não

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	(b) R$8.859.130,00 à reserva de subvenção (incentivos fiscais); (c) R$583.653.788,08 à conta de dividendo mínimo obrigatório; e (d) R$1.477.308.632,06 à Reserva de Expansão.	(b) RS187.675.647,72 à conta de dividendo mínimo obrigatório; e (c) R$558.095.132,33 à Reserva de Expansão.	(c) R$389.758.775,45 À conta de dividendo mínimo obrigatório; e (d)R$670.107.543,79 à Reserva de Expansão.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	(a): 5,00% (b) 0,42% (c) 26,78% (d) 67,80%	(a)5,00% (b) 23,75% (c) 70,63%	(a) 5,00% (b) 0,81% (c) 32,66% (d) 56,16%
b. regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos da lei e do Estatuto Social, a Companhia pode pagar dividendos oriundos: (a) do lucro líquido apurado no exercício fiscal; (b) do lucro líquido acumulado em exercícios fiscais anteriores, ou em qualquer semestre e/ou trimestre de um exercício fiscal anterior; ou (c) de reservas de lucro de exercícios fiscais anteriores ou do primeiro semestre de um exercício fiscal. Neste caso, “reservas de lucro” significa qualquer reserva para expansão, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, montantes destinados para orçamento de	Nos termos da lei e do Estatuto Social, a Companhia pode pagar dividendos oriundos: (a) do lucro líquido apurado no exercício fiscal; (b) do lucro líquido acumulado em exercícios fiscais anteriores, ou em qualquer semestre e/ou trimestre de um exercício fiscalanterior; ou (c) de reservas de lucro de exercícios fiscais anteriores ou do primeiro semestre de um exercício fiscal. Neste caso, “reservas de lucro” significa qualquer reserva para expansão, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, montantes destinados para orçamento de investimentos aprovado por deliberação de	Nos termos da lei e do Estatuto Social, a Companhia pode pagar dividendos oriundos: (a) do lucro líquido apurado no exercício fiscal; (b) do lucro líquido acumulado em exercícios fiscais anteriores, ou em qualquer semestre e/ou trimestre de um exercício fiscal anterior; ou (c) após as ações ordinárias terem assegurado um dividendo equivalente ao dividendo mínimo preferencial anual referido no item anterior, cada ação preferencial tem o direito de receber um dividendo 10% superior ao dividendo atribuído a cada ação ordinária, incluindo-se, para fins de cálculo, o montante devido como dividendo mínimo preferencial anual, não cumulativo, de R$0,08 por ação preferencial. Os dividendos são declarados em Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a recomendação do Conselho de Administração e são disponibilizados aos acionistas em até 60 dias apósa sua declaração.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios será anual. Não obstante, pode haver antecipação de Dividendos pelo Conselho de Administração, "*ad referendum*" da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do § 3º do artigo 32 do Estatuto Social.	Em regra, a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios será anual. Não obstante, pode haver antecipação de dividendos pelo Conselho de Administração,"ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do § 3º do artigo 32 do Estatuto Social.	Trimestral, caso haja aprovação de antecipação de dividendos pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas nos termos do § 3º do artigo 36 do Estatuto Social.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia não estava sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	A Companhia não estava sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	A Companhia não estava sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	2.060.962.720,14	750.702.590,89	1.123.888.223,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	25,000000	34,679500
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	3,070000	1,390000	2,961786
Dividendo distribuído total	583.653.788,08	187.675.647,72	389.758.775,45
Lucro líquido retido	1.477.308.632,06	558.095.132,22	739.486.509,38
Data da aprovação da retenção	28/04/2021	23/04/2020	25/04/2019

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		583.653.788,08	15/06/2021	167.050.472,83	15/06/2020	137.160.184,99	22/05/2019
Preferencial	Preferencial Classe A			20.625.174,89	16/08/2019	252.598.560,46	22/05/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não foram declaradospela Companhia dividendos à conta de lucros retidos ou quaisquer reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	36.488.000.000,00	Índice de Endividamento	2,17000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		1.088.968.137,19	2.793.844.871,07	462.599.107,28	195.123.166,69	4.540.535.282,23
Títulos de dívida	Quirografárias		1.220.058.331,24	3.379.078.794,78	0,00	0,00	4.599.137.126,02
Total			2.309.026.468,43	6.172.923.665,85	462.599.107,28	195.123.166,69	9.139.672.408,25
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foramdivulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) à Companhia

O governo brasileiro tem exercido historicamente e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. As condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar adversamente a Companhia e as cotações das suas ações ordinárias e ADSs

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia brasileira e em algumas situações, fez mudanças significativas na política e regulamentações. Algumas das ações do governo brasileiro para controlar a inflação e influenciar políticas e regulações frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais e previdenciárias, controle de preços, controle cambial e controle de remessa, desvalorizações, controles de capital e limites nas importações. O negócio, a situação financeira, o resultado operacional e o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia e das *American Depositary Shares* ("ADSs") podem ser afetados negativamente por mudanças políticas e regulatórias de nível federal, estadual ou municipal ou fatores como: (i) instabilidades econômica, política e social; (ii) aumento da taxa de desemprego; (iii) taxas de juros e políticas monetárias (tais como medidas restritivas de consumo que possam afetar a renda da população emedidas governamentais que possam afetar os níveis de investimento e emprego no Brasil); (iv) aumentos relevantes na inflação ou forte deflação em preços; (v) flutuações da moeda; (vi) controles de importação e exportação; (vii) controle cambial e restrições sobre remessa internacional (como aqueles estabelecidos em 1989 e no começo dos anos 1990); (viii) alterações a leis ou regulamentações de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos; (ix) esforços para implementar reformas trabalhistas, fiscais e previdenciárias (incluindo a majoração de tributos, de forma geral e especificamente sobre dividendos); (x) escassez e racionamentos de energia e água; (xi) liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimos; (xii) outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Incertezas sobre a possibilidade de o governo implantar mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses e outros fatores geram incertezas na economia brasileira, aumentando a volatilidade dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e de títulos e dos valores mobiliários emitidos no estrangeiro por sociedades brasileiras. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades comerciais da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais e também podem afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias e das ADSs.

Tais fatores são consolidados na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com um crescimento fraco do produto interno bruto ("PIB") em 2018, 2019 e 2020. As taxas de crescimento (retração) real do PIB do Brasil desde 2017 foram de 4,0% em 2020, 1,1% em 2019 e, 1,1% em 2018.

De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (Departamento Administrativo Nacional de Estatística), ou DANE, no final de 31 de dezembro de 2020, o PIB colombiano diminui 6,8% em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto o varejo colombiano e a indústria atacadista como um todo diminui 2,8%, principalmente em função dos efeitos adversos da pandemia COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas, bloqueios, fechamento de espaços comerciais, além do aumento da taxa de desemprego e redução do consumo confiança.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os resultados das operações e condições financeiras da Companhia foram e continuarão a ser afetados pelo enfraquecimento do PIB brasileiro. Desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o uso de produtos e serviços da Companhia, que pode ter efeito adverso no preço de negociação das ações ordinárias e das ADSs.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios, resultados das operações e o preço de negociação das ações ordinárias e das ADSs da Companhia

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para um declínio da confiança do mercado na economia brasileira, bem como para um ambiente político em deterioração. Apesar da lenta recuperação econômica e da ainda alta vulnerabilidade fiscal, vários fundamentos macroeconômicos brasileiros melhoraram desde 2017. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a conquista de taxas de juros historicamente baixas.

As perspectivas econômicas para 2020 continuam a enfrentar incertezas significativas. A economia brasileira deve continuar se recuperando a um ritmo moderado. De acordo com o Relatório Focus de 27 de março de 2020, a previsão média do mercado atualmente prevê que a taxa de crescimento do PIB irá reduzir de 1,1% em 2019 para uma detração de aproximadamente 0,5%em 2020.

Além disso, o Brasil tem sofrido com alta volatilidade, devido às incertezas geradas por várias investigações em andamento sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Procuradoria Geral da República e pela Polícia Federal.

Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro tomou posse como Presidente do Brasil. Incertezas relacionadas à adoção, pelo novo governo, de mudanças em políticas monetárias, tributárias e previdenciária, bem como de mudanças na legislação, podem contribuir para uma instabilidade econômica. Tais incertezas, bem como outras medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, incluindo em relação às ações ordinárias e ADSs da Companhia. Além disso, a incerteza sobre se o atual governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem dificultar o crescimento da economia brasileira e poderiam afetar adversamente o valor de negociação das ações ordinárias e das ADSs da Companhia

O Brasil, nos últimos anos, apresentou altas taxas de inflação, com os índices de 23,1% em 2020, 7,31% em 2019 e 7,54% em 2018, conforme medições pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação de 3,8%, 4,3% e 4,5% em 2018, 2019 e 2020, respectivamente, segundo IBGE.

O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, restringiram e poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central e a redução das taxas de juros desencadearam e poderão desencadear aumentos na inflação, e consequentemente, aumento na volatilidade e necessidade repentina e significativa de aumento na taxa de juros, que podem afetar negativamente o negócio e aumentar os pagamentos sobre o endividamento da Companhia. Adicionalmente, há a possibilidade da Companhia não conseguir reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, as quedas na taxa de juros pode afetar sua capacidade de manter margens de juros cobradas nas vendas a prazo, o que poderia ter efeito negativo sobre a receita operacional líquida. Medidas do governo brasileiro para combater a inflação que aumentam a taxa de juros podem ter efeito adverso, considerando que o endividamento da Companhia é indexado à taxa dos Certificados de Depósito Interbancários ("CDI"). Pressões inflacionárias podem reduzir a capacidade da empresa de acessar o mercado financeiro externo ou levar a políticas governamentais de combate à inflação que podem ser prejudiciais para a Companhia ou afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias e das ADSs.

Qualquer deterioração na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias e das ADSs da Companhia

Avaliações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos em futuras emissões de dívida nos mercados financeiros. Agências de classificação regularmente avaliam o Brasil e suas notas de crédito soberano, as quais são baseadas em diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, medidas de endividamento e perspectiva de mudanças destes fatores.

Em janeiro de 2018, a Standard & Poor´s ("S&P") reduziu a nota de crédito do Brasil para BB-menos com perspectiva estável em luz das dúvidas sobre a eleição presidencial de 2018 e dos esforços para reforma da previdência. Em dezembro de 2019, a S&P revisou de estável para positiva a perspectiva do rating do Brasil, em função de medidas de consolidação fiscal realizadas pelo governo que têm ajudado a reduzir o ainda alto déficit do país e a nota de crédito de BB- foi mantida.

A agência Fitch também rebaixou a nota de crédito do Brasil para BB-menos em fevereiro de 2018, com perspectiva estável em razão dos déficits fiscais e pelo peso da dívida do governo brasileiro. Em maio de 2020, houve revisão da perspectiva, que passou de estável para negativa, devido a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país e riscos negativos relacionados a incerteza política quanto a duração e intensidade da pandemia do coronavírus. As revisões das notas das agências S&P e Fitch para BB- em anos anteriores, afetaram negativamente os preços de negociação de títulos de dívida e de equity de emissores brasileiros.

Quaisquer rebaixamentos adicionais das notas de crédito soberano do Brasil poderão elevar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro de emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá ter efeito substancial negativo sobre a economia brasileira e sobre a Companhia

A moeda brasileira tem historicamente apresentado frequente e substanciais variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Em 2017, o real depreciou frente ao dólar norte-americano, atingindo R$ 3,308 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018, o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte- americano, em comparação a 2017, atingindo R$ 3,875 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. Em 2019, novamente o real depreciou ainda mais frente ao dólar norte-americano, em comparação com 2018, atingindo R$4,0301 para US$1,00 em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, o real depreciou ainda mais em comparação ao dólar americano em 2019, atingindo taxas de R$5,1967 para cada US$1,00 em 31 de dezembro de 2020. Não há como assegurar que o real não irá depreciar ainda mais frente ao dólar norte-americano.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumento das taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo, restringe o acesso a mercados financeiros e estimula a intervenção governamental, inclusive políticas governamentais recessivas. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também causou, inclusive no contexto do abrandamento econômico, diminuição das despesas do consumidor, pressões deflacionárias e reduziu o crescimento da economia como um todo. A depreciação também poderá reduzir o valor em moedas estrangeiras das distribuições e dividendos e o equivalente em tais moedas do valor de negociação das ações ordinárias e ADSs da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode ser material e adversamente afetada pelas variações de taxa de câmbio, inclusive as relativas à conversão entre real e o dólar norte-americano.

As condições econômicas e políticas na Colômbia podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias.

As condições econômicas e políticas na Colômbia podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias, uma vez que nossas operações na Colômbia representaram 33,3% de nossa receita operacional líquida total em 2020. Crescimento econômico ou contrações, inflação, mudanças na lei, regulamento, política ou futuras decisões judiciais e interpretações de políticas envolvendo controles de câmbio e outras questões, tais como (mas não se limitando a) depreciação da moeda, inflação, taxas de juros, tributação, leis bancárias e regulamentações e outras políticas ou desenvolvimentos econômicos afetando a Colômbia podem afetar o ambiente geral de negócios e, por sua vez, nos afetar adversamente.

O presidente Iván Duque Márquez, que assumiu o cargo em agosto de 2018, herdou altos níveis de gastos do governo, e medidas para cumprir as metas fiscais levaram a protestos em todo o país no final de 2019 e início de 2020, paralisando as atividades nas principais cidades da Colômbia por dias. Podemos ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou fiscais e outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que podem afetar a Colômbia. Não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo colombiano e se essas políticas afetariam adversamente a economia colombiana e, conseqüentemente, nós.

Em março de 2017, a Fitch Ratings ("Fitch") elevou a perspectiva de rating da Colômbia de negativa para estável devido à redução percebida nos desequilíbrios macroeconômicos como resultado da redução acentuada no déficit em conta corrente, incertezas diminuídas em torno da trajetória de consolidação fiscal da Colômbia devido ao medidas de reforma tributária aprovadas em dezembro de 2016 e a expectativa de que a inflação cumprisse a meta do Banco Central da Colômbia. A Fitch reafirmou a perspectiva "estável" em maio de 2017. Em dezembro de 2017, a S&P rebaixou os ratings de crédito soberano em moeda estrangeira da Colômbia de "BBB" para "BBB-". Em fevereiro de 2018, a Moody's Corporation ("Moody's") alterou a perspectiva do rating da Colômbia de estável para negativa. Em abril de 2020, em meio a desenvolvimentos relacionados ao spread do COVID-19 e ao colapso dos preços do petróleo, a S&P alterou a perspectiva do rating de crédito da Colômbia para negativo e a Fitch rebaixou o rating de crédito da Colômbia de "BBB" para "BBB-" com perspectiva negativa.

Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito da Colômbia poderia afetar adversamente a economia colombiana e nós. Em 2017 e 2019, foram implementadas reformas fiscais, que incluíram o aumento da taxa de IVA de 16% para 19%, o aumento da taxa de retenção na fonte de imposto de renda para fornecedores estrangeiros de 15% para 20% e a introdução de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mais tributação no contexto da transferência indireta de ações de entidades colombianas.

As vendas da Companhia dependem da eficácia de suas campanhas de propaganda e marketing, o que pode afetar sua venda e lucratividade

Com a finalidade de promover a atratividade e movimento nas suas lojas, a Companhia dedica recursos substanciais para campanhas de propaganda e *marketing*. A receita e a lucratividade da Companhia dependem de sua capacidade de, dentre outros aspectos, identificar seu público alvo e decidir sobre a mensagem publicitária e sobre os meios de comunicação adequados para atingi-lo da forma mais eficiente. Caso as atividades de propaganda e *marketing* não sejam bem concebidas, planejadas e executadas de forma a, de maneira eficiente e bem sucedida, aumentar a receita e a participação no mercado da Companhia, sua lucratividade e posição financeira podem ser adversamente afetadas.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, incluindo a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e pressão recessiva sobre a economia brasileira, e qualquer surto no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, podendo afetar adversamente e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em escala global pode afetar o sentimento de mercado e resultar em maior volatilidade no mercado de capitais global e pode ter um efeito recessivo na economia brasileira. Desde dezembro de 2019, uma nova linhagem de coronavírus conhecida como COVID-19 se espalhou na China e em outros países. O surto de COVID-19 obrigou governos de todo o mundo, inclusive no Brasil, a adotar medidas para conter a disseminação da COVID-19 por meio de bloqueios de cidades, restrições de viagens e transporte público, fechamento de lojas e negócios e quarentenas de emergência, entre outras, que causaram rupturas significativas na economia global e nas operações comerciais habituais de uma lista crescente de setores e países. As medidas adotadas para combater o surto de COVID-19 afetaram adversamente e continuarão a afetar adversamente a confiança dos negócios e o sentimento do consumidor, e foram, e talvezcontinuem sendo, acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiro e de *commodities*, bem como nas bolsas de valores no mundo todo.

No Brasil, o mercado acionário experimentou algumas suspensões automáticas, conhecidas como "*circuit breaker*", como resultado da percepção de investidores ao risco. O índice Bovespa caiu 36,9% de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, seguindo a queda dos mercados de ações internacionais. Dessa forma, o preço das ações ordinárias e ADSs da Companhia foi também afetado adversamente.

A disseminação da COVID-19, especialmente se as medidas para coibir a disseminação do vírus persistirem, pode ter implicações macroeconômicas mais amplas, incluindo níveis reduzidos de crescimento econômico e possivelmente uma recessão global, cujos efeitos poderão ser sentidos muito tempo após a contenção da propagação da doença. Devido às incertezas relacionadas à duração dessa nova linhagem do vírus, a Companhia não pode estimar os impactos adicionais que a COVID-19 pode causar no preço e no desempenho das suas ações ordinárias e ADSs. Qualquer mudança relevante nos mercados financeiros brasileiro e internacional ou na economia brasileira como resultado desses eventos ou desenvolvimentos pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a pandemia COVID-19 pode impactar negativamente nossos negócios, causando ou contribuindo para, entre outras coisas, o seguinte, cada um dos quais pode afetar adversamente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e fluxos de caixa:

• Não podemos garantir que as medidas emergenciais de saúde que adotamos continuarão a ser eficazes ou que não teremos que adotar novas medidas de proteção, incluindo políticas de trabalho em casa, que podem desviar a atenção de nossa administração e aumentar nossos custos operacionais;

• Se estados e municípios individualmente continuarem a implementar diferentes medidas preventivas COVID-19, poderemos ser obrigados a gastar mais tempo para implementá-las, o que pode aumentar nossos custos operacionais. Além disso, não podemos garantir que seremos capazes de cumprir integralmente essas medidas, o que pode impactar negativamente a forma como operamos nossas lojas;

• Caso enfrentemos um agravamento da situação de pandemia no futuro, o que exigirá alguns investimentos com trabalhadores temporários adicionais ou novas adaptações em nossas lojas, o que pode aumentar nossos custos operacionais; e

Se novas restrições forem impostas que afetem novamente a capacidade de produção de alguns de nossos fornecedores, podemos enfrentar novas faltas no futuro, caso em que podemos ter que buscar fontes alternativas de fornecimento que podem ser mais caras, podem não estar disponíveis ou podem resultar em atrasos nas remessas para nós e, subsequentemente, para nossos clientes.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter contratos de locação das lojas em termos aceitáveis, e a Companhia poderá não conseguir obter ou renovar a tempo licenças de operação de suas lojas e de seus centros de distribuição

A maioria das lojas da Companhia é instalada em imóveis alugados. A localização estratégica das lojas é fundamental para o desenvolvimento da própria estratégia de negócios da Companhia e, como resultado, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de um número significativo dos seus contratos de locação ser encerrado e ela não conseguir renovar esses contratos em termos aceitáveis, ou sequer renová-los. Além disso, de acordo com a legislação aplicável, os proprietários podem aumentar o aluguel periodicamente, geralmente a cada três anos. Um aumento significativo no valor dos imóveis alugados pode afetar adversamente a posição financeira e o resultado operacional da Companhia. Além disso, a Companhia é parte de procedimento arbitral relacionado a contratos de locação de 61 lojas firmados com o Fundo de Investimento Imobiliário Península, que é controlado por membros da família Diniz (antigos acionistas da Wilkes Participações S.A.). A Companhia não pode garantir que o resultado deste procedimento arbitral não causará um efeito adverso nos seus negócios e suas operações. Para mais informações sobre esse procedimento arbitral, vide item 4.5 deste Formulário de Referência.

As lojas e centros de distribuição da Companhia também estão sujeitos a obtenção de certas licenças de funcionamento. A não obtenção ou a não renovação de referidas licenças de funcionamento pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos respectivos estabelecimentos. Uma vez que o desempenho contínuo e pacífico das atividades nas lojas e centros de distribuição atuais é considerado um fator relevante para o sucesso da estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra o fechamento desses estabelecimentos em decorrência da não renovação ou não obtenção das licenças de operação necessárias.

A distribuição de produtos da Companhia depende de um número limitado de centros de distribuição e a Companhia depende do sistema de transportes e infraestrutura brasileiros para

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entregar seus produtos, sendo que qualquer disrupção em seus centros de distribuição ou atraso relacionado a transporte e infraestrutura pode afetar negativamente as suas necessidades de abastecimento e a sua distribuição de produtos a lojas e clientes

No segmento de varejo alimentar da Companhia, aproximadamente 75% dos seus produtos são distribuídos por meio de seus 22 centros de distribuição e depósitos localizados nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do Brasil. O sistema de transporte e a infraestrutura no Brasil são pouco desenvolvidos e necessitam de investimentos relevantes para funcionarem de forma eficiente e para atender às necessidades comerciais da Companhia.

Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transportes ou em suas operações nas cidades onde os centros de distribuição da Companhia estão localizados, resultantes de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas em sistemas, greves (tais como a paralisação de caminhoneiros de maio de 2018) ou outras causas inesperadas podem retardar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e reduzir suas vendas, o que pode afetar a Companhia adversamente.

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a abertura de novas lojas que podem exigir a abertura de novos centros de distribuição, ou expansão dos centros de distribuição existentes para fornecer e atender a demanda das lojas adicionais. As operações podem ser afetadas negativamente caso a Companhia não possa abrir novos centros de distribuição ou não consiga expandir os centros de distribuição atuais, para atender as necessidades de fornecimento dessas novas lojas.

Os sistemas da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode causar um efeito adverso relevante em seus negócios e reputação

A Companhia, assim como todas as empresas inseridas no mundo digital, esteve e está sujeita a uma ampla gama de ameaças cibernéticas, incluindo ataques, com níveis variados de sofisticação. Essas ameaças cibernéticas estão relacionadas à confidencialidade, disponibilidade e integridade de seus sistemas e dados, incluindo informações confidenciais, sensíveis ou pessoais de nossos clientes.

A Companhia mantém o que acredita ser controles de segurança técnicos razoáveis e adequados, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão de gerenciamento para lidar com essas ameaças. Embora essas medidas sejam projetadas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em seus sistemas, certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, podem ocorrer.

Além disso, alguns dos fornecedores e provedores de serviços da Companhia têm acesso significativo a informações confidenciais e estratégicas de seus sistemas, incluindo informações confidenciais relativas a seus clientes.

Qualquer acesso não autorizado ou liberação de seus sistemas e dados ou de seus clientes, fornecedores ou provedores de serviços pode atrapalhar suas operações, especialmente suas operações de varejo digital, e, ainda, causar perdas de informações e levar a Companhia a incorrer em custos significativos, que poderiam ter um efeito material adverso em seus negócios e reputação.

Os sistemas de informação da Companhia podem sofrer interrupções devido a fatores além de seus controles, como desastres naturais, invasões e ataques cibernéticos, falhas em telecomunicações e vírus de computador, entre outros fatores. Qualquer um desses tipos de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

interrupção pode afetar adversamente suas operações, impactando assim a geração de caixa e a posição financeira da Companhia.

Falhas na proteção da base de dados da Companhia, que contém dados pessoais de seus clientes e empregados, e desdobramentos na legislação de proteção de dados e de privacidade, podem afetar adversamente os negócios da Companhia, sua posição financeira e seus resultados operacionais

A Companhia mantém um banco de dados de informações sobre seus funcionários e clientes, que inclui principalmente, mas não se limita a, dados coletados quando os clientes se inscrevem em nossos programas de fidelidade. Se ocorrer uma violação em seus procedimentos de segurança que afetem a integridade de seu banco de dados, incluindo o acesso não autorizado das informações pessoais de seus clientes, a Companhia poderá ser alvo de procedimentos legais, resultando em danos, multas e prejuízo à sua reputação.

Atualmente, o processamento de dados pessoais é regulado, nas jurisdições em que operamos, por uma série de regras promulgadas no Brasil e na Colômbia, sendo que algumas delas foram recentemente implementadas pelas autoridades locais, como é o caso das regras dispostas na Leis Geral de Proteção de Dados, que passou a vigorar em Setembro de 2020. Falhas no cumprimento de determinadas disposições de tais leis, especialmente em relação a (i) fornecer informações claras sobre as operações de processamento de dados realizadas pela Companhia, (ii)observar o objetivo da coleta de dados original; (iii) os prazos legais para o armazenamento de dados do usuário, e (iv) a adoção de padrões de segurança legalmente exigidos para a preservação e inviolabilidade dos dados pessoais processados, podem acarretar penalidades, como multas e até suspensão temporária ou permanente das atividades de processamento de dados pessoais pela Companhia.

Em caso de não conformidade com a lei brasileira ou qualquer outra lei aplicável relacionada a dados pessoais, ou em caso de violação de dados pessoais, podemos estar sujeitos a processos judiciais, multas e danos à nossa reputação, que podem materialmente e nos afetam adversamente. Estamos sujeitos a incertezas quanto à forma como os tribunais brasileiros aplicarão e interpretarão a legislação brasileira, o que pode nos afetar materialmente e adversamente.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista. Ela não pode assegurar que as ações e processos administrativos serão resolvidos a favor da Companhia. A Companhia constituiu provisões para os processos em que a possibilidade de perda seja avaliada como provável pela sua Administração, conforme política adotada pelo Comitê de Auditoria e com base nos pareceres de seus assessores jurídicos externos. As provisões constituídas pela Companhia podem ser insuficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. Caso o total ou uma parcela significativa das ações e dos processos administrativos seja decidido de forma desfavorável à Companhia, isso pode ter um impacto adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Por fim, além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria dessas causas, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar adversamente a sua capacidade financeira. Para descrição das contingências contenciosas materiais, vide item 4.3 e item 4.6 deste Formulário de Referência e nota explicativa n° 22 (Provisão para demandas judiciais) das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia pode não ser capaz de recrutar ou manter pessoas chave

Para suportar e desenvolver suas operações, a Companhia deve atrair e manter colaboradores com competências e conhecimentos específicos. A Companhia enfrenta diversos desafios inerentes à administração de um grande número de empregados em regiões geográficas diversas. Pessoas chave poderão deixar a Companhia por motivos diversos e o impacto de sua saída é de difícil previsão, podendo, porém, dificultar a implementação de planos estratégicos e afetar adversamente os resultados do negócio.

A Companhia pode não pagar dividendos aos titulares de ações ordinárias e ADSs

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, ela está obrigada a pagar aos seus acionistas um mínimo de 25% de seu lucro líquido anual a título de dividendos, apurados e ajustados de acordo com o método da legislação societária brasileira. Esse lucro ajustado pode ser utilizado para absorver prejuízos ou ser apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira, podendo não estar disponível para distribuição a título de dividendos. Caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições são desaconselháveis, em vista da situação financeira da Companhia, ela pode não pagar dividendos aos seus acionistas em um exercício fiscal específico.

A Companhia pode não ser capaz de proteger os seus direitos de propriedade intelectual

O sucesso futuro da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger suas marcas atuais e futuras e de defender seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. A Companhia obteve registros de marcas registradas que protegem suas marcas e produtos e realizou pedidos e espera continuar realizando pedidos de registro de marcas e patentes para proteger novos produtos e marcas desenvolvidas. A Companhia não pode assegurar que os registros de marcas e patentes serão concedidos com relação a qualquer um de seus pedidos. Existe também o risco de, inadvertidamente, não renovar uma marca ou uma patente em tempo hábil ou de que seus concorrentes se oponham, requeiram a anulação ou contornem quaisquer registros de marcas e patentes existentes ou futuras obtidas ou licenciadas pela Companhia. Embora tenha atuado de forma adequada para proteger seu portfólio de direitos de propriedade intelectual (incluindo registro de marcas e nomes de domínio), a Companhia não pode assegurar que as medidas que tomou serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão dos direitos de propriedade. Qualquer falha por parte da Companhia em proteger seus direitos de propriedade contra infrações ou apropriações indevidas pode afetar adversamente seus negócios, resultados de operações, fluxos de caixa ou condição financeira e, em particular, em sua capacidade de desenvolver seus negócios.

Os supermercados tradicionais e lojas de varejo da Companhia enfrentam uma concorrência cada vez maior das vendas pela internet, o que pode afetar negativamente as vendas de canais tradicionais, e sua estratégia de transformação digital pode não ser uma resposta eficaz a essa concorrência

Nos últimos anos, as vendas pela internet no varejo de alimentos, roupas e produtos para a casa aumentaram significativamente no Brasil, e a Companhia espera que essa tendência continue à medida que varejistas mais tradicionais entrem no ramo de varejo *on-line* ou expandam sua infraestrutura digital existente. Por exemplo, a Amazon anunciou recentemente que focará mais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

recursos em seus negócios no Brasil. O crescimento nos negócios de varejo na internet de concorrentes provavelmente prejudicaria não apenas as operações de varejo da Companhia, mas tambémsuas operações de varejo na internet. Os varejistas da internet podem vender diretamente aos consumidores, diminuindo a importância dos canais tradicionais de distribuição, como supermercados e lojas de varejo. Certos varejistas de alimentos na Internet têm custos operacionais significativamente mais baixos do que os hipermercados e supermercados tradicionais, porque não dependem de uma rede cara de pontos de venda ou de uma grande mão de obra de vendas. Como resultado, esses varejistas de alimentos na internet são capazes de oferecer seus produtos a custos mais baixos do que a Companhia e, em certos casos, são capazes de contornar os intermediários no varejo e entregar diretamente produtos frescos e de alta qualidade aos consumidores. A Companhia acredita que seus clientes estão usando cada vez mais a internet para realizar compras de alimentos e outros bens de varejo, e que essa tendência provavelmente continuará.

Adicionalmente, as tecnologias utilizadas no varejo de alimentos e eletrodomésticos evoluem constantemente como parte da cultura digital moderna. Alguns dos competidores da Companhia anunciaram, por exemplo, uma parceria com uma start-up para a abertura de um mercado automatizado, que é operado por aplicativo para celular. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar com a velocidade necessária para atender às demandas e preferências de seus clientes, bem como aos padrões do mercado em que opera.

A Companhia tem uma estratégia de transformação digital, mas não pode garantir que essa estratégia será bem-sucedida em atender às demandas dos consumidores ou em manter a participação de mercado da Companhia à luz dos negócios de varejo *online* de seusconcorrentes. Se as vendas pela internet no Brasil continuarem a crescer, a dependência dos consumidores em canais de distribuição tradicionais como supermercados e lojas de varejo pode ser materialmente diminuída, o que poderia ter um efeito material adverso sobre a posição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia, ou seu grupo de controle

A Companhia possui acionista controlador que tem capacidade para dirigir seus negócios

De acordo com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, o acionista controlador da Companhia, o Grupo Casino, tem o poder de: (i) nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia que, por sua vez, nomeiam os membros da Diretoria; (ii) determinar o resultado da vasta maioria dos atos que exija aprovação dos acionistas. Os interesses do acionista controlador da Companhia podem prevalecer sobre o dos outros acionistas ou detentores de ADSs.

c) aos acionistas da Companhia

Não aplicável.

d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais ela poderá ser solidária ou subsidiariamente responsáveis

A Companhia pertence a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No curso de suas atividades, essas sociedades são partes em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, exemplificadamente, questões previdenciárias, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os seus resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação em diversas sociedades operacionais (para mais informações, vide o item 8 deste Formulário de Referência). Dessa forma, parte do resultado da Companhia decorre do resultado dessas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório dessas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia.

e) aos fornecedores da Companhia

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia e a Companhia não seja capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável, ou efetivamente substituí-lo, a Companhia pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e, consequentemente, seu resultado.

A Companhia não pode garantir que seus prestadores de serviços ou fornecedores não venham a se utilizar de práticas irregulares

Devido à grande pulverização e terceirização das operações dos seus prestadores de serviço e da cadeia produtiva dos seus fornecedores, a Companhia não pode garantir que alguns deles não venham a apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos ou serviços. Caso quantidade significativa dos seus prestadores de serviço ou fornecedores o façam, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, como consequência, a percepção dos consumidores da Companhia sobre seus produtos pode ser adversamente afetada, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, bem como no valor das ações ordinárias e das ADSs.

f) aos clientes da Companhia

Restrições de crédito ao consumidor podem afetar adversamente os volumes de venda e as operações da Companhia, e a Companhia está exposta a riscos associados com financiamento e empréstimos aos clientes

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das operações de companhias varejistas no Brasil. A manutenção de altos índices de desemprego e a relativa alta taxa de juros culminaram em maior restrição de crédito ao consumidor no Brasil, o que pode ser agravado se as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

condições macroeconômicas no Brasil piorarem. A taxa de desemprego atingiu 13,9% em 2020, e comparado com 11,9% em 2019 e 12,3% em 2018. Tais circunstâncias não foram significativamente melhoradas por reduções graduais da taxa SELIC, a qual foi de 2,0%, 4,5% e 6,5% em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

O volume de vendas e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados se a oferta de crédito ao consumidor diminuir, ou se a política do governo brasileiro restringir a extensão de crédito ao consumidor.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida na concessão de crédito a consumidores por meio de sua parceria financeira com o Itaú Unibanco Holding S.A., ou Itaú Unibanco, uma das maiores instituições financeira de capital privado do Brasil. Como resultado desta parceria, foi estabelecida a Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), que exclusivamente oferece cartões de crédito, serviços financeiros e seguros nas lojas da Companhia.

A FIC está sujeita aos riscos normalmente associados à concessão desses tipos de financiamento, inclusive riscos de inadimplência no pagamento de principal e juros e qualquer desequilíbrio entre custo e vencimento de seu financiamento em relação ao custo e vencimento de financiamento aos seus clientes, podendo ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

Adicionalmente, a FIC é uma instituição financeira regulamentada pelo Banco Central. A estrutura reguladora do sistema financeiro brasileiro muda constantemente. Leis e regulamentos existentes podem sofrer alterações, e sua aplicação e interpretações também estão sujeitas a mudanças, e novas leis e regulamentos podem ser adotados. A FIC e, consequentemente, a Companhia, podem ser adversamente afetadas por mudanças nos regulamentos, inclusive aqueles relacionados com: (i) exigências mínimas de capital; (ii) exigências para investimentos em capital fixo; (iii) limites e outras restrições de crédito; (iv) exigências contábeis; (v) intervenção, liquidação e/ou sistemas gerenciais especiais e temporários; e (vi) taxas de juros.

As normas do governo brasileiro e suas intervenções podem afetar adversamente as operações e rentabilidade da Companhia mais do que um varejista sem operações financeiras.

A Companhia é dependente da venda de cartões de crédito. Qualquer mudança nas políticas mercantis pode afetar adversamente as operações da Companhia.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas de cartões de crédito. As vendas para clientes com cartão de crédito representaram 46,5%, 46,4% e 46,1% da receita operacional líquida consolidada em 2020, 2019 e 2018 para o nosso varejo de alimentos. Para oferecer vendas de cartão de crédito aos nossos clientes, dependemos das respectivas políticas comerciais, incluindo taxas cobradas pelos adquirentes. Qualquer mudança nas políticas, incluindo, por exemplo, sua taxa de desconto de comerciante, pode nos afetar negativamente.

Uma parte de nossas vendas é paga em parcelas oferecidas pelos adquirentes. Como resultado, dependemos dos adquirentes para poder continuar oferecendo cartões de crédito como opção de pagamento aos nossos clientes. Qualquer mudança nas políticas comerciais em relação aos pagamentos parcelados e ao crédito pode nos afetar negativamente.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o consumo de produtos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os produtos que a Companhia comercializa em suas lojas podem causar reações adversas a seus consumidores. Incidentes envolvendo tais produtos poderão causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação. Ações judiciais ou processos administrativos com esse fim poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que os seus produtos estavam defeituosos, deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado a tais produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, poderá causar a perda de confiança de seus consumidores na segurança, eficácia e qualidade dos produtos comercializados nas suas lojas, especialmente com relação aos produtos de "marcas exclusivas". Qualquer alegação dessa natureza contra uma marca da Companhia e/ou os produtos comercializados nas suas lojas poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

O negócio da Companhia depende de marcas sólidas. Talvez não consiga manter e melhorar suas marcas, ou é possível que receba reclamações dos clientes ou publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente suas marcas

A Companhia acredita que suas marcas Pão de Açúcar, Minuto Pão de Açúcar, Extra, Mini Extra e Compre Bem contribuem significativamente para o sucesso de seu negócio. Também acredita que manter e melhorar essas marcas se faz crítico para expandir sua base de clientes, o que também dependerá, em grande parte, de sua capacidade de continuar criando a melhor experiência ao cliente, com base em seus preços competitivos e ao seu amplo sortimento de produtos.

Reclamações do cliente ou publicidade negativa sobre suas ofertas de produtos ou serviços poderiam prejudicar sua reputação e diminuir a confiança do consumidor. A menor solidez de suas marcas e menor reputação poderia afetar adversamente seu negócio, sua condição financeira e seu resultado operacional.

g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A Companhia enfrenta concorrência significativa e pressão para se adaptar a mudanças nos hábitos de consumo, o que pode afetar negativamente sua participação de mercado e lucro líquido

A Companhia atua principalmente nos setores de varejo de alimentos no Brasil e na Colômbia. O setor de varejo de alimentos no Brasil, inclusive o setor de eletrodomésticos, são altamente competitivos. A Companhia compete com outras varejistas combase no preço, sortimento de produtos, localização e *layout* das lojas e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e a Companhia pode não ser capaz de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. A Companhia enfrenta concorrência intensa de pequenos varejistas, especificamente daqueles que operam no segmento informal da economia brasileira.

Além disso, nos seus mercados, e particularmente nas áreas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a Companhia concorre no setor varejista de alimentos com várias cadeias de grandes multinacionais de varejo de alimentos, mercadorias gerais e atacado de autosserviço, bem como supermercados locais e mercearias independentes. No setor de eletrodomésticos, também concorre com grandes redes multinacionais e grandes empresas brasileiras especializadas. Aquisições ou fusões no setor também poderão aumentar a concorrência e afetar adversamente a participação de mercado e lucro líquido da Companhia.

Se não puder adaptar seu formato de loja ou *layout*, identificar locais e abrir lojas em áreas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

preferidas, ajustar rapidamente seu sortimento de produtos ou preços relativos a seus *banners* e segmentos ou ajustar de outra forma às mudanças de preferências do consumidor, como compras em dispositivos móveis, seus negócios e resultados de operação poderão ser materialmente e adversamente afetados.

A indústria varejista alimentar brasileira é sensível às reduções do poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis

Historicamente, a indústria varejista alimentar brasileira, incluindo o segmento de atacado de autosserviço, passou por períodos de desaceleração econômica que resultaram em declínio nos gastos do consumidor. O êxito das operações nos setores varejistas de alimentos e de eletrodomésticos depende de vários fatores relacionados com os gastos e renda do consumidor, incluindo as condições gerais do negócio, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, taxas de emprego e níveis salariais. As reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais severas por parte da Companhia e das empresas de cartão de crédito podem afetar negativamente suas vendas, especialmente, em relação a eletrodomésticos.

Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas internacionais desfavoráveis que se refletem na economia brasileira, podem reduzir os gastos do consumidor e a renda disponível, especialmente nas classes de renda mais baixa, que possuem relativamente menos acesso ao crédito que nas classes de renda mais alta, onde as condições de refinanciamento de dívida tendem a estar mais restritas e com maior suscetibilidade aos aumentos da taxa de desemprego. Tais condições podem causar efeito adverso material sobre a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Devido ao fato de o setor varejista no Brasil ser percebido como voltado essencialmente para o crescimento, a Companhia depende da taxa de crescimento da população urbana brasileira e seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração no crescimento poderá afetar adversamente suas vendas e resultado operacional.

O recente surto global de doença causado pelo novo coronavírus (COVID-19) pode atrapalhar as operações da Companhia e ter um impacto negativo nos seus negócios, condição financeira, resultados ou perspectivas operacionais.

Como as compras em supermercados são consideradas um serviço público essencial, as operações comerciais da Companhia não foram afetadas pelas medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro e pelos governos estaduais. A Companhia teve um aumento temporário nas vendas em suas lojas, visto que as pessoas estão estocando alimentos em casa como resultado do surto da COVID-19. Por outro lado, uma parte significativa das galerias comerciais da Companhia localizadas no GPA Malls e centros estão fechadas, visto que não são consideradas serviço público essencial e, consequentemente, a receita dos GPA Malls diminuiu significativamente, afetando a Companhia de forma negativa.

Para atender à demanda dos clientes, a Companhia implementou medidas emergenciais de proteção à saúde em suas lojas, contratando funcionários temporários para manter as lojas operacionais e investiram em treinamento adicional, o que causou um aumento no seu custo operacional. Em 17 de março de 2020, a Companhia implementou a política de *home office* para funcionários com responsabilidades administrativas e de *back-office*.

Residentes no Brasil estão sendo incentivados a fazer quarentena por conta própria, a fim de conter

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a propagação da COVID-19. Isso pode significar que as lojas da Companhia ou de outras empresas fiquem fechadas temporariamente devido à redução da força de trabalho, inclusive pordoenças e a pedido do governo ou devido a redução do tráfego de consumidores e hábitos de compra. A Companhia também enfrenta risco na cadeia de fornecimento, como o aumento dos controles e o embargo de mercadorias produzidas em áreas infectadas, além de falhas de terceiros,incluindo fornecedores, fabricantes, contratados, bancos comerciais, parceiros de joint ventures eparceiros de negócios externos, no cumprimento de suas obrigações, ou interrupções significativas na capacidade destes parceiros de cumprirem com suas obrigações. A extensão emque o coronavírus e/ou outras doenças afetam a Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, inclusive novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e/ou outras doenças e as ações para conte-las e diminuir seus impactos, entre outros. Consequentemente, os negócios da Companhia podem ser afetados negativamente pelo medo de exposição a incertezas relacionadas ou efeitos reais do COVID-19 ou surto de doença semelhante.

h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia poderia ser materialmente e adversamente afetada por violações da Lei Anticorrupção brasileira, o *US Foreign Corrupt Pratices Act* e leis anticorrupção similares

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), introduziu o conceito de passividade rigorosa para entidades legais envolvidas em atos prejudiciais contra a administração pública, sujeitando o violador a penalidades, tanto administrativas como civis. Similar ao *US Foreign Corrupt Pratices Act*, a qual a Companhia também está sujeita, a Lei Anticorrupção brasileira considera que a efetiva implantação de programas de *compliance* podem mitigar as penalidades administrativas a serem aplicadas em consequência de atos prejudiciais contra a administração pública.

Na Colômbia, existe uma disposição semelhante. A Lei nº 1.778 de 2016 criou um novo caso de responsabilidade para as empresas no caso de qualquer um de seus acionistas controladores, empregados, contratados ou administradores ou de qualquer de suas subsidiárias, cometer crimes de suborno estrangeiro. As sanções incluem multas (até 200.000x o salário mínimo mensal vigente) e proibição de contratar com o governo colombiano, entre outros. Da mesma forma, a legislação colombiana contempla entre seus critérios para limitar a responsabilidade corporativa a existência, execução e eficácia de programas de transparência e ética nos negócios ou mecanismos anticorrupção dentro da empresa.

Adicionalmente, a Lei francesa nº 1.691, de dezembro de 2016 ("Lei Sapin II"), refere-se à transparência, à coibição de corrupção e à modernização da atividade econômica, e estipula que as empresas devem estabelecer um programa anticorrupção para identificar e mitigar os riscos de corrupção. Sob a Lei Sapin II, qualquer pessoa física ou jurídica pode ser responsabilizada criminalmente por oferecer uma doação, presente ou recompensa com a intenção de induzir um funcionário público estrangeiro a abusar de sua posição ou influência para obter uma vantagem indevida. A Lei Sapin II é aplicável a empresas pertencentes a um grupo cuja matriz esteja sediada na França e cuja força de trabalho inclua pelo menos 500 funcionários em todo o mundo e, portanto, também é aplicável à Companhia. As principais disposições anticorrupção da Lei Sapin II estão em vigor desde 1º de junho de 2017.

Falhas no cumprimento das leis anticorrupção ou qualquer investigação por má conduta ou ações de fiscalização pode sujeitar a Companhia a multas, perdas de licenças de operação e prejudicar a sua reputação, bem como outras penalidades, as quais podem materialmente e adversamente afetar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a Companhia, sua reputação e o preço de negociação das suas ações ordinárias e ADSs.

i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

As condições políticas e econômicas dos países em que a Companhia opera podem a afetar adversamente.

Em dezembro de 2019, 3,91% da receita da Companhia era representada por vendas no exterior. A Companhia é vulnerável a crises econômicas internacionais e à redução da renda per capita nos países em que opera, especialmente na Colômbia. Uma redução de consumo nesses mercados pode afetar adversamente as vendas da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos mercados internacionais em que opera, incluindo, principalmente: (i) interferência dos governos locais em políticas econômicas; (ii) taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais; (iii) deterioração das condições econômicas, (iv) inflação e taxas de juros; (v) controle cambial e restrições sobre remessa internacional, incluindo sobre a remessa de dividendos; (vi) regimes e políticas fiscais; (vii) política comercial externa, incluindo tributos e taxas; (viii) liquidez dos mercados de capital, financeiro e de crédito; e (ix) outros riscos políticos, sociais e econômicos que podem afetar os mercados nos quais a Companhia opera.

A ocorrência de qualquer desses fatores, assim como de quaisquer outros fatores que afetem as condições econômicas, politicas e sociais nos mercados em que a Companhia opera podem impedir que a Companhia atinja seus objetivos estratégicos nestes países ou em suas operações internacionais em geral, e podem afetar a Companhia adversamente.

Os desdobramentos e a percepção de risco em outros países poderão afetar adversamente o preço dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações ordinárias e ADSs da Companhia

O preço de mercado de valores mobiliários de emissoras brasileiras é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países. Embora as condições econômicas nesses países possam ser significativamente diferentes das encontradas no Brasil, as reações dos investidores aos desdobramentos em outros países poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários de emissoras brasileiras. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em mercados emergentes poderão reduzir o interesse do investidor em valores mobiliários de emissoras brasileiras, incluindo os da Companhia. Isso pode afetar adversamente o preço de mercado de suas ações ordinárias e ADSs, e também pode dificultar seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, quando obtidos.

j) às questões socio ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas pode afetar adversamente a reputação e a posição financeira da Companhia

A Companhia está sujeita a uma vasta legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente e especialmente com relação aos seus postos de gasolina. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências e padrões de licenças ambientais para a liberação de esgoto, emissões de gases, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. A Companhia incorre em despesas para prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações no ar, solo e água em seus postos de gasolina, bem como descarte e manejo de resíduos em suas lojas e centros de distribuição. O não cumprimento das referidas leis e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

regulamentos poderá expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar terceiros pelos danos causados. A Companhia não pode assegurar que essas leis e regulamentos não se tornarão mais estritos. Nesse caso, talvez a Companhia seja obrigada a aumentar, talvez significativamente, seus investimentos e custos visando cumprir as referidas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar significativamente e adversamente a Companhia, assim como a cotação das suas ações ordinárias e ADSs.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de oscilações. Risco de mercado significa a perda potencial decorrente de oscilações negativas nas taxas de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

a) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente às dívidas e a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge).

A tabela abaixo fornece informações sobre seus instrumentos significativamente sensíveis à taxa dejuros. Para a dívida de taxa de juros variável, a taxa apresentada é a taxa média ponderada calculada em 31 de dezembro de 2020.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Data de Vencimento Prevista								
	31 de dezembro de 2020								
	2021	2022	2023	2024	Posteriormente	Total	Custo de Financiamento	Valor Justo	Taxa de Juros Média Annual
	(em R$ milhões)								
Ativos:									
Caixa e Bancos – Brasil.....	4.915	-	-	-	-	4.915	-	4.915	96,93% do CDI
Caixa e Bancos - Exterior (1)	3.796	-	-	-	-	3.796	-	3.796	
Total de Caixa e equivalentes	8.711	-	-	-	-	8.711	-	8.711	
P)assivos:									
Empréstimos e Financiamentos									
Taxa flutuante denominada em dólares (2).....	1	-	282	-	-	283	-	283	(USD+ 2,27% ao ano)
Taxa flutuante denominada em Pesos Colombianos (3).....	1.053	288	76	69	88	1.574	(1)	1.559	(IBR 3M+3,8% ao ano)
Taxa flutuante denominada em *reais*	41	2.085	68	168	337	2.699	(13)	2.686	(CDI+ 2,37%ao ano)
Total empréstimos e financiamentos	**1.095**	**2.373**	**426**	**237**	**425**	**4.556**	**(14)**	**4.528**	
Taxa flutuantes de Debentures em *reais*	1.224	2.383	1.000	-	-	4.607	(9)	4.035	(CDI + 1,27% ao ano)
Total dos Passivos.....	**2.319**	**4.756**	**1.426**	**237**	**425**	**9.163**	**(23)**	**8.563**	

(1) Caixa e bancos incluem as instalações do Grupo Éxito na Colômbia, Uruguai e Argentina no valor de (i) R$ 3.174 milhões, (ii) R$ 383 milhões e (iii) 112 milhões, respectivamente, bem como nossos fundos investidos nos Estados Unidos Estados em dólares norte-americanos no valor de R$ 127 milhões.
(2) Originalmente denominado em dólares norte-americanos e swappado) para CDI + 2,0% a.a..
(3) Refere-se a empréstimos e financiamentos do Grupo Éxito.

A tabela abaixo apresenta as informações históricas acerca das taxas de juros relevantes para os instrumentos de financiamento da Companhia nos últimos três anos.

	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
CDI(1)	2,8%	6,0%	6,4%
IBR 3M(2)	1,7%	4,3%	4,3%

(1) Taxa anualixada relativa ao final de cada período.

(2) Taxa de referência ao final de cada período.

b) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não tem exposição a moeda estrangeira em eventuais dívidas contratadas, pois estes casos são convertidas, via hedge, para a moeda funcional do país .

A exposição da Companhia em dívidas em dólar (dívidas em dólar da companhia, subtraídas as taxas de juros dos contratos de swap cross-currency relacionadas a dívidas em dólar da Companhia) era de R$12 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R$15 milhões em 31 de dezembro de 2019 e 76 milhões em 31 de dezembro de 2018).

A tabela abaixo fornece informações sobre a dívida da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2020.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Data de Vencimento Prevista						
	2021	**2022**	**2023**	**2024**	**Posteriormente**	**Total**	**Valor Justo**
			(Em R$ milhões)				
Empréstimos e financiamentos							
Dólares[1]	1	-	282	-	-	283	283
Pesos Colombianos[2]	1052	288	76	69	88	1573	1559
Reais	**35**	**2085**	**65**	167	**334**	**2686**	**2686**
Total de empréstimos e financiamentos							
Debêntures e notas promissórias	1219	2383	996			4598	4035
Reais							

(1) Originalmente denominado em dólares norte-americanos e swappado para CDI.

(2) Referente aos emprestimos e financiamentos do Grupo Éxito.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Sua utilização de instrumentos financeiros de derivativos está limitada substancialmente ao uso dos contratos de *swap* de moeda cruzada para mitigar os riscos cambiais. Os contratos de *swap* de moeda estrangeira permitem que a dívida de taxa fixa de curto e longo prazo denominada em dólar norte-americano e euros seja trocada por dívida de taxa flutuante denominada em real, com base na variação da taxa de CDI. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida originalmente denominada em dólares norte-americanos era de R$ 283 milhões e em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R$ 831 milhões e R$ 767 milhões, respectivamente, a qual estava coberta pelos *swaps* da taxa flutuante em reais, baseada na taxa de CDI, e foi tratada em uma base combinada como se esses empréstimos fossem originalmente em reais acrescidos de CDI. Além disso, os contratos de *swap* não estabelecem alienação fiduciária. As dívidas contratadas pelo Exito em pesos colombianos não são swappadas, pois já estão em sua moeda funcional.

A tabela abaixo apresenta a informação das taxas de juros cross-currency dos swaps:

	Data de Vencimento Prevista									
	2020	**2021**	**2022**	**2023**	**Posteriormente**	**Total**	**Valor justo dos ativos**	**Taxa de juros média paga**	**Taxa de juros média recebida**	
Taxa de juros cross-currency e valor nominal dos contratos										
US Dólar para Reais	-	-	-	271	-	271	271	(CDI+2,0%) -	(USD + 2,27% ao ano)	

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

As informações prestadas neste item referem-se às mesmas provisões que constaram das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31de dezembro de 2020, conforme divulgadas em 23 de fevereiro de 2021, via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava envolvida em processos administrativos e ações judiciais decorrentes do curso normal de seus negócios, de natureza cível, regulatória, consumidor, imobiliária, trabalhista e tributária. Não é possível estimar o valor de todos os custospotenciais a serem incorridos ou das multas a serem impostas, os quais poderão superar os valoresprovisionados pela Companhia.

(i) Processos cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de natureza cível, regulatória, consumidor e imobiliária,que envolvem pedidos de indenização, revisão de alugueis, pagamento de multas, entre outros e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administraçãoconstitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejamprováveis.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$ 145 milhões (R$ 145 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Para fins do presente capítulo 4.3, consideraram-se relevantes para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas aqueles processos cíveis (i) cujos riscos de perda tenham sido classificados em provável ou possível pelos assessores legais externos da Companhia; e (ii) cujosmontantes atribuídos ao risco da perda provável ou possível ultrapassem para cada processo, individualmente, o equivalente a R$ 100 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia eraparte em processo(s) cível(is) enquadrado(s) em tais critérios, conforme abaixo

Processo nº 6004946-76.2015.8.13.0024	
a. juízo	1ª instância: 21ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte 2ª instância: 18ª Câmara Cível do TJMG 3ª instância: Pendente do juízo de admissibilidade
b. instância	1ª e 3ª instâncias
c. data de instauração	02/02/2015
d. partes no processo	Polo ativo: Comardi Comercial Ltda. Polo passivo: Companhia Brasileira de Distribuição
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$118.250.674,92 (dezembro/2020)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Comardi ingressou com Ação de Execução por título extrajudicial em face da Companhia visando cobrar, com fulcro no artigo 585, V do CPC, as diferenças de alugueres vencidos entre 12/2003 e 12/2010, devidamente acrescidas de correção monetária e juros no valor de R$ 56.421.059,65. Ato contínuo, a Companhia apresentou Exceção de Pré-executividade, arguindo matéria de ordem pública, qual seja, a inexistência de título executivo e requerendo a suspensão da execução e dos atos expropriatórios. Na mesma data a Comardi apresentou impugnação à Exceção, recebida pelo juízo, sendo que este indeferiu a suspensão da execução. Ato posterior, a Companhia interpôs Embargos à Execução, distribuídos sob o nº 6038680-18.2015.8.13.0024, aduzindo, além da matéria de ordem pública atinente à ausência de título executivo, a prescrição da cobrança e o excesso de execução. Foi proferida sentença onde o juízo analisou todos os fatos expostos na exceção, e acolheu a exceção de pré-executividade extinguindo a execução com fulcro no artigo 267, inciso IV do Código de Processo Civil. Na mesma data, os Embargos à Execução foram julgados extintos. A Comardi apresentou Recurso de Apelação contra a sentença proferida e o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No Acórdão em fase de Apelação, os Desembargadores, por decisão unânime, rejeitaram a preliminar de inadequação da via eleita arguida pela Comardi no que respeita a interposição da Exceção de Pré-executividade pela Companhia, mas deram provimento ao Recurso de Apelação para cassar a sentença e determinar o regular processamento da execução. Desta forma, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia, sob o nº 1.0000.15.038247-1/007, por violação aos artigos 585, V e 618, I, ambos do CPC/73, vigentes à época (Lei nº5.869, de 11 de janeiro de 1973) e ainda, aos artigos 422 e 187 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), com fundamento no artigo 105,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, de modo que sejam reformados os acórdãos

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	proferidos pela 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em sede de Apelação e Embargos de Declaração, determinando assim, a extinção imediata da Ação de Execução nº 6004946-76.2015.8.13.0024, em razão da absoluta ausência de título executivo extrajudicial nos termos invocados. No Recurso Especial houve apresentação de contrarrazões pela Comardi, sendo que o Recurso Especial restou inadmitido e foi objeto de interposição de Agravo, sob o nº 1.0000.15.038247-1/009, pela Companhia, na data de 09/10/2018, que se encontra aguardando remessa ao Superior Tribunal de Justiça. Em 1ª instância, a Companhia requereu a suspensão da execução até o julgamento final dos Embargos à Execução, distribuídos sob o nº 6038680-18.2015.8.13.0024, em 28/05/2015. o que foi indeferido sob o fundamento de que os embargos à execução não comportam rediscussão por ter sido prolatado o ato sentencial. Contra a decisão restou apresentado pela CBD recurso de Agravo de Instrumento nº 1.0000.15.038247-1/006. Em 25.09.2018 o Agravo de Instrumento foi julgado, sendo concedido por unanimidade o provimento ao recurso para reformar em parte a decisão recorrida e determinar o regular prosseguimento dos embargos à execução distribuídos pela Executada, sob o nº 603868018.2015.8.13.0024, mediante a reativação dos autos. Em 21.01.2019, a CBD apresentou especificação de provas requerendo inicialmente seja apreciada a prejudicial de mérito arguida em sede de Embargos, com a pronúncia da prescrição para julgá-los procedentes com fundamento no art. 269, VI, do CPC/73 (vigente à época – atual artigo 487, II CPC/2015). E ao final, na absurda hipótese derestar ultrapassada a prejudicial de mérito, requereu a produção de prova pericial contábil, de modo a corroborar com a demonstração de excesso de execução, devendo ser apurada a real diferença de alugueres em razão dos índices contratualmente

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	estipulados, com a utilização da correta Tabela de atualização do TJMG, e cômputo dos juros apenas

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	após o trânsito em julgado da Ação Revisional ou, na pior das hipóteses, desde a decisão que extinguiu o feito, sem resolução de mérito. Em 25.04.2019, a CBD ressaltou ao juízo a existência da Ação Declaratória distribuída pela empresa em 20/11/2018 e que tramita sob o número 5161554-17.2018.8.13.0024, que busca "seja declarado o valor correto e justo de aluguel mínimo para o Segundo Período Locativo, com base no valor de mercado do Imóvel praticado em fevereiro de 2004 (início desse Segundo Período Locativo) ou, sucessivamente, caso o pedido declaratório seja julgado procedente, e o valor de mercado resulte em diferença a favor do Grupo Pão de Açúcar, considerando os valores efetivamente pagos ao longo do Segundo Período Locativo, seja a Ré condenada ao pagamento dessa diferença, devidamente corrigida monetariamente desde o desembolso até o efetivo pagamento". Reiterada ainda a decisão lá proferida em 23.11.2018 que determina o julgamento conjunto das ações, a fim de se evitar decisões conflitantes e futuras nulidades. Os autos da Ação Declaratória encontram-se em fase de especificação de provas, com vistas ao Réu para se manifestar acerca da prova emprestada solicitada pela CBD. Já os Embargos à Execução, nos quais as provas já foram especificadas, encontram-se conclusos desde 27.02.2020. Importante ressaltar que, de acordo com as argumentações constantes dos Embargos, a CBD pretende a prescrição total da Execução ou, na hipótese de não acolhimento, o reconhecimento de excesso de execução para adequar o valor executado considerando a tabela do TJMG e a contagem dos juros de mora a partir da data do trânsito em julgado da decisão proferida pelo STJ na Ação Revisional (dezembro/2014) ou, sucessivamente, a partir da data da prolação da mesma decisão (dezembro/2010). Em tais hipóteses seriam devidos, respectivamente, os valores de R$71.710.757,79 ou R$91.268.237,18, atualizados até abril/2020.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Provável: R$ 9.354.054,92 (ii) Possível: R$ 144.859.111,31
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Atualmente discute-se o mérito deste litígio em duas frentes quais sejam: Julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia nos autos da exceção de pré executividade; e Julgamento dos Embargos à execução opostos pela Companhia. Na frente nº 1, caso a Companhia tenha êxito, a presente execução será extinta sem resolução do mérito não havendo de se falar em impacto. Contudo, caso seja negado provimento ao recurso, a execução prosseguirá em face da Companhia com o julgamento dos Embargos à Execução. Na frente nº 2, a Companhia explora as teses de ausência de título executivo, prescrição da cobrança e o excesso de execução, sendo que, em havendo êxito nas duas primeiras teses, o processo será extinto sem impacto financeiro. Contudo, em caso de indeferimento, a Companhia discutirá o excesso de execução onde, de acordo com os cálculos da Companhia, o valor devido é de R$ 71.710.757,79 (em dezembro/2020), sendo que o cálculo apresentado pela Comardi é de R$ 118.250.674,92 (em dezembro/2020).
i. valor provisionado (se houver provisão)	R$ 9.354.054,92

(ii) Processos trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão de R$ 303 milhões para contingências trabalhistas (R$ 319 milhões em 31 de dezembro de 2019). A Administração, com o auxílio de consultores jurídicos externos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Não havia, em 31 de dezembro de 2020, ação judicial de natureza trabalhista que, individualmente, fosse relevante para os negócios da Companhia e/ou os negócios das controladasda Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(iii) Processos tributários e administrativos
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão tributária no montante de R$ 937 milhões referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável (R$841 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Para fins do presente capítulo 4.3, consideraram-se relevantes para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas aqueles processos administrativos e judiciais de natureza tributária (i) cujos riscos de perda tenham sido classificados em provável ou possível pelos assessores legais externos da Companhia; e (ii) cujos montantes atribuídos ao risco da perda provável ou possível ultrapassem para cada processo, individualmente, o equivalente a R$100 milhões.

Processo nº 19515.001239/2006-29	
a. juízo	Administrativo
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	20/06/2006
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 109.838.651,07
f. principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente da lavratura de auto de infração, por meio do qual a fiscalização objetiva a cobrança de supostos débitos de (i) PIS, COFINS, relativamente aos meses de fevereiro, março, julho e dezembro de 2004, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2005 e (ii) IRRF referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, julho e dezembro de 2004. Em relação à exigência de PIS/COFINS, aguardando julgamento do recurso voluntário e de ofício. Em relação à exigência de IRRF aguarda- se julgamento dos embargos de declaração opostos em face da decisão relativa ao recurso voluntário. Em agosto/2017 a Companhia optou por incluir no PERT parte dos montantes em discussão. Decisão de 2ª instância desfavorável. Aguardando decisão do Agravo que foi interposto em face da decisão que inadmitiu o recurso especial.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 109.838.651,07. *os valores acima representam a integralidade da cobrança (PIS/COFINS/IRRF)
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Execução Fiscal n° 50042499820194036182	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Federais
b. instância	1ª instância judiciail
c. data de instauração	28/02/2019
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 250.397.881,61
f. principais fatos	Trata-se de discussão referente à incidência das contribuições previdenciárias sobre valores pagos na forma de Previdência Complementar Privada. Aguardamento julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 250.397.881,61
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 30483335 - Execucação Fiscal n° 0203998332 01282600114	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Estaduais
b. instância	Judicial
c. data de instauração	29/05/2006
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 272.911.283,48

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Auto de Infração lavrado pelo fato da autuada ter, supostamente, deixado de incluir na base de cálculo do ICMS os encargos financeiros cobrados por financiamento do preço de mercadorias. Decisão de 1ª e 2° instância judicial desfavorável, aguardando julgamento dos recursos. Especial e Extraordinário.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 272.911.283,48
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Recolhimento dos valores supostamente devidos a título de imposto e penalidades.

i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 30455042	
a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	26/12/2005
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal).
a. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 134.534.966,63
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado pelo fato da autuada ter, supostamente, deixado de incluir na base de cálculo do ICMS os encargos financeiros cobrados por financiamento do preço de mercadorias. Aguardando julgamento do recuso especial administrativo.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 102.277.422,59 (ii) Remota: R$ 32.257.544,04
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 40109410	
a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	Administrativo
c. data de instauração	17/09/2012
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 207.412.012,35
f. principais fatos	Auto de Infração em que se discute: (i) a legitimidade de créditos de ICMS apropriados a título de ressarcimento do ICMS/ST; (ii) a legitimidade de créditos de ICMS apropriados com base em Notas Fiscais de Entrada recebidas de armazéns gerais, em relação às quais não foram apresentadas, durante a fiscalização, as respectivas 1ª vias; (iii) aplicação de multa sobre o total das operações registradas em arquivo magnético pelo fato deste não estar em conformidade com o exigido pela legislação. Decisão de 1ª instância parcialmente favorável. Interposto Recurso de Ofício e Recurso Ordinário. Anulada decisão relativamente ao Item 02. Baixa dos autos à 1ª Instância para novadecisão de 1ª Instância. Processo convertido em diligência. Em virtude da alteração do RICMS/SP obtivemos redução da multa isolada, motivo pelo qual, o montante autuado reduziu. Aguardando decisão de 2ª instância. O Recurso Ordinário foi desprovido e o Recurso de Ofício parcialmente provido. Foi apresentado Pedido de Retificação de Julgado pela Fazenda, o qual foi provido sem efeitos modificativos. Foi apresentado Recurso Especial pela Companhia. Aguarda-se julgamente.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Provável: R$ 7.111.044,75 (ii) Possível: R$ 162.942.250,53 (ii) Remota: R$ 37.358.717,07
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R$ 7.111.044,75

Processo nº 16561.720195/2012-34 Execução Fiscal n° 50028780220194036182

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil e Vara das Execuções Fiscais Federais
b. instância	Judicial
c. data de instauração	20/12/2012
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Receita Federal do Brasil do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 741.848.965,39
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ, supostamente devidas m relação aos anos-calendário de 2007 a 2009, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Houve encerramento da discussão administrativa em relação à parcela do ágio, para este ponto, aguarda-se ajuizamento da execução fiscal e prosseguimento da discussão na fase judicial. Quanto à multa agravada, onde a decisão favorável permanece favorável à Companhia, aguarda-se apreciação do CARF. A dsicussão relativa ao Ágio fora encerrada na esfera administrativa e houve ajuizamento de execuçao fiscal, a qual aguarda-se julgamento dos Embargos. Quanto a parcela da multa agravada, aguarda-se julgamento no CARF.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$563.187.553,62 (ii) Remota: R$ 178.661.411,77
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 16561.720059/2013-25 – Ação Anulatória n° 1010236-13.2020.4.01.3400	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	Administrativo
c. data de instauração	18/06/2013
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 491.077.773,76
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação ao ano-calendário de 2010, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Decisão de 2ª Instância reconhecendo a Conexão com o Processo Administrativo nº 16561.720195/2012-34. Decisão de 2ª instância desfavorável. Decisão cancelando a multa agravada de forma definitiva. Ajuizada Ação Anulatória a qual aguarda julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 491.077.773,76
h. análise do impacto em caso de perdado processo	Eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda Possível.

Processo nº 40489980	
a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	17/11/2014
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$288.446.315,93

f. principais fatos	Auto de Infração em que se discute: o crédito indevido relativo ressarcimento de ICMS - Próprio. Decisões de 1ª e 2ª instâncias desfavoráveis. Interposição de Recurso Especial o qual julgamente foi negado. Foi apresentado pedido de retificação de julgado o qual foi indeferido. Aguarda-se a inscrição em dívida ativa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 234.627.602,04 (ii) Remota: R$ 53.818.713,89
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro,somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 40496340 – Execução Fiscal n° 1500193-60.2018.8.26.0405	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Estaduais
b. instância	Judicial
c. data de instauração	08/12/2014
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 210.063.531,33
f. principais fatos	Auto de Infração em que se discute: o crédito indevido relativo ressarcimento de ICMS - Próprio. Decisões de 1ª e 2ª instâncias desfavoráveis. Recurso especial julgado inadmitido. Execução Fiscal ajuizada e opostos os Embargos. Após a obtenção de laudo favorável, foi proferida sentença de procedência. Foi interposta Apelação pela Fazenda, a qual foi julgada parcialmente procedente. Foi interposto Embargos de Declaração pela Fazenda, os quais foram rejeitados. Foi interposto Recurso Especial pela Fazenda. Aguarda-se admissibilidade do REsp.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Remota: R$ 210.063.531,33
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda vel e remota.

Processo nº 40247569 – Execução Fiscal nº 15151284220178260405

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Estaduais
b. instância	Judicial
c. data de instauração	01/07/2013
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 179.326.360,71
f. principais fatos	Auto de Infração em que se discute: o crédito indevido relativo ICMS Próprio e Portaria CAT nº 17/99. Decisão de 2ª Instância desfavorável. Recurso Especial julgado improcedente. Interposto Pedido de Retificação de Julgado o qual foi inadmitido. Aguardando inscrição do Débito em Dívida Ativa. Aguardando julgamento dos Embargos à Execução.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Provável: R$ 5.413.036,84 (ii) Possível: R$ 139.056.146,51 (iii) Remoto: R$ 34.857.177,36
h. análise do impacto em caso de perda ocesso	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R$ 5.413.036,84

Processo nº 16004.720092/2015-32	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	30/04/2015
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 840.215.634,19

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de diferenças de recolhimento de IRPJ/CSLL, supostamente devidas, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. Apresentada a Impugnação. Decisão de 1ª instância administrativa parcialmente procedente. Decisão de 2ª Instância convertendo o julgamento do recurso em diligência à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para que esta, querendo, manifeste-se, a título de contrarrazões quanto à aplicação do art. 24 da LINDB, com a redação dada pela Lei nº 13.655/2018, bem como sobrestou o julgamento dos recursos até o julgamento definitivo nos processos nº 16561.720195/2012-34 e nº 16561.720059/2013-25. Aguardando julgamento de 2º Instância.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 377.274.774,28 (ii) Remota: R$ 462.940.859,91
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 19515.720040/2015-94	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Delegacia da Receita Federal do Brasil
c. data de instauração	21/01/2015
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 648.550.849,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de PIS/COFINS va à Glosa de diversos créditos. Decisão de 1ª instância parcialmente procedente, seguindo pelo cancelamento parcial de acordo com a diligência realizada. Aguardando julgamento de 2ª instância. Processo convertido em diligência.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Possível: R$ 546.857.345,98 (ii) Remoto: R$ 101.693.503,02
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remoto.

Processo nº 19515.720569/2011-84 - – Execução Fiscal nº 00000624520134036182	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais Federais
b. instância	Judicial
c. data de instauração	26/04/2013
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 50.926.237,67
f. principais fatos	Discussão relativa à incidência de IPI na revenda de produtos industrializados. Decisão de 1ª instancia judicial favorável. Foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Foi interposto Recurso de Apelação pela União, Aguardando decisão de 2ª instância.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 50.926.237,67
h. análise do impacto em caso de perda do processo	O eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

Processo nº 40509904

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	12/01/2015
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 212.856.274,35

f. principais fatos	Discussão relativa ao creditamento indevido de ICMS referente ressarcimento de ST - Portaria CAT nº 17/99. Julgamento convertido em diligência. Decisão de 1ª Instância desfavorável. Interposto Recurso Ordinário. Aguardando decisão de 2ª Instância.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Provável: R$ 20.179.705,42 (ii) Possível: R$ 162.607.481,39 (ii) Remota: R$ 30.069.087,53
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R$ 20.179.705,42

Processo nº 40593460	
a. juízo	Tribunal de Impostos de São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	04/05/2015
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 125.912.350,49

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Discussão relativa ao suposto creditamento indevido de ICMS cuja origem e exatidão dos créditos lançados não foram comprovadas durante o procedimento fiscalizatório e estavam em desacordo com a Portaria CAT 17/99. Decisão de 1ª instância desfavorável. Interposto Recurso Ordinário. Aguardando decisão de 2ª Instância.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	(i) Provável: R$ 12.468.451,699 (ii) Possível: R$ 100.470.422,30 (ii) Remoto: R$ 12.973.476,50
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R$ 12.468.451,69
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 4134907	
a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	01/09/2020
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autoridade Fiscal).
a. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 144.408.064,69
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado pelo fato da autuada ter, supostamente, deixado de pagar o ICMS por emissão das notas fiscais referentes a operações tributadas, como não tributadas.. Decisão de 1ª Instância desfavorável. Foi interposto Recurso Ordinário. Aguardando julgamento do recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R$ 144.408.064,69
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não aplicável, em razão da probabilidade de perda possível e remota.

Processo nº 16327.721407/2020-83	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	14/02/2020
d. partes no processo	Companhia Brasileira de Distribuição (Autuada) e Delegacia da Receita Federal do Brasil (Autoridade Fiscal)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.590.336.182,21
f. principais fatos	Auto de infração visando a cobrança de PIS/COFINS relacionado à glosa de diversos créditos e receitas supostamente não oferecidas à tributação, assim como exigência de multa por supostos erros ou omissões no preenchimento das EFD-Contribuições. Aguardando julgamento de 1ª instância.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda (provável, possível ouremota)	(i) Provável: R$ 25.140.509,34 (ii) Possível: R$ 1.565.195..672,87
h. análise do impacto em caso de perda doprocesso	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial.
i. valor provisionado (se houver provisão)	R$ 25.140.509,34

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

O valor total provisionado para os processos descritos neste item 4.3 como individualmente relevantes correspondia a R$ 70.313 milhões em 31 de dezembro de 2020.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrátias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor e de suascontroladas.

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral não sigiloso em que a Companhia ou suas controladas eram parte, tendocomo partes contrárias Administradores ou ex-administradores, controladores ou ex- controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península ("Península" e o "Procedimento").

O Procedimento visa discutir o cálculo do valor locatício, assim como outras questões operacionais relacionadas às lojas de propriedade da Península, objeto de diversos contratos de locação e acordos celebrados entre a Companhia e a Península no decorrer do ano de 2005 (os "Contratos"). Os Contratos asseguram à Companhia o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos, a critério exclusivo da Companhia, e regulam os valores de locação.

O Procedimento trata de questões derivadas da aplicação dos Contratos, e não afeta a continuidade das locações, contratualmente asseguradas. Os valores sobre os quais a Companhia está exposta não podem ser determinados com razoável segurança com base no estágio atual do processo de arbitragem. A Administração da Companhia determinou que as possibilidades de perda são possiveis com base na opinião dos assessores jurídicos externos.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosose relevantes em conjunto

As informações prestadas neste item referem-se às mesmas provisões que constaram das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31de dezembro de 2020, conforme divulgadas em 23 de fevereiro de 2021 via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM.

Conforme já descrito no capítulo 4.3, a Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, não sigilosos e relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia indica abaixo informações sobre processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto, de acordo com a natureza, dos quais a Companhia e suas controladas são partes:

(i) Processos cíveis

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível, regulatória, consumerista e imobiliária e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se os seguintes:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. Nesses processos o juiz determina um valor provisório do aluguel, que é pago pelas lojas atéque o valor final seja definido. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o montante da provisão para essas ações é de R$ 40 milhões (R$ 24 milhões em 31 de dezembro de 2019), para os quais não há depósitos judiciais.

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indiretada União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), INMETRO e Prefeituras e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2020, o montante da provisão para essas ações é de R$ 40 milhões (R$ 24 milhões em 31 de dezembro de 2019).

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

- O Grupo Êxito é parte em ações cíveis relativas a discussões de contratos de aluguel, entre outros. Em 31 de dezembro de 2019, o valor em discussão nesses processos era de R$ 17milhões.

O total dos valores provisionados para as demandas cíveis em 31 de dezembro de 2020, incluindopara as demandas mencionadas acima, é de R$ 145 milhões (R$145 milhões em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Processos trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão total no montante de R$303 milhões, sendo R$ 319 milhões para contingências trabalhistas (R$ 1.305 bilhão em 31 de dezembro de 2019, sendo R$ 319 milhões para contingências trabalhistas). A Administração, com o auxílio de consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões paraperdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aosvalores demandados.

(iii) Processos tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, porlei, à atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal.Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos. Os principais processos tributários provisionados são como segue:

<u>COFINS e PIS</u>

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhiae suas subsidiárias passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculodessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS, em linha coma tese pleiteada pela Companhia. Em 2017, a Companhia reverteu provisão de R$ 117 milhões com base nesta decisão e nas opiniões legais dos seus assessores jurídicos. Algumas de nossas subsidiárias já obtiveram decisões finais e não recorríveis acerca do tema tratado acima.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da Administração, todavia sem que houvesse a decisão final sobre o recurso interposto pelaprocuradoria. A Companhia e seus assessores estimam que a decisão sobre este recurso não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia, no entanto, os elementos do processoainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditosa serem levantados desde o ingresso da ação em 2003. As subsidiárias da Companhia que tiveram o processo transitado em julgado registraram R$ 382 milhões no ano de 2019, dos quais R$ 198 milhões foram registrados no resultado financeiro.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia obteve em julgado favorável na sua ação individual,

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

resultando o registro de crédito tributário no montante de R$1.609 milhões (sendo R$613 milhões no resultado financeiro), líquido das provisões para parcelas que, eventualmente, consideradas não realizáveis. A Companhia efetuou os cálculos com base no entendimento de seus assessores legais. A compensação desse crédito tributário está sujeita a determinados processos administrativos junto ao Fisco Brasileiro e a Companhia estima realiza-lo em 5 (cinco) anos.

Da mesma forma, a Via Varejo obteve decisão favorável em maio de 2020, que inclui valor pelo qual o GPA tem direito a ser reembolsado, nos termos do acordo de associação firmado entre o GPA e a família Klein na transação que deu origem à Via Varejo. Os períodos que o GPA tem direito ao reembolso referem-se à subsidiária Globex (que foi incorporada na formação da Via Varejo) para os anos de 2003 a 2010. A CBD já reconheceu no exercício de 2020,

com base na documentação analisada e validada até o momento, R$ 231 milhões de um crédito com a Via Varejo. O ganho relacionado é reconhecido no resultado líquido das operações descontinuadas. Além disso, a Companhia estima ter direito a um valor em aberto de R$ 277 milhões, que está sujeito a certos ajustes e confirmação pela Via Varejo.

PIS, COFINS e outros

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) ; (ii) questionamentos aoFisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) crédito indevido; (iv) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal; (v) outros assuntos de menor expressão. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 para esses assuntos é de R$ 470 milhões (R$ 345 milhões em 31 de dezembro de 2019).

ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal (“STF”), em 16 de outubro de 2014,foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu ser adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R$ 27 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R$ 50 milhões em 31de dezembro de 2019), por considerar esta demanda como perda “provável”. Em 09 maio de 2019, o STF manteve seu entendimento anterior e decidiu contrariamente à Companhia. A decisão de referido Tribunal não teve um efeito adverso relevante nas informações da Companhia, considerando que a Companhia possuía provisões para o valor integral.

Adicionalmente, existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17. Considerando decisões recentes dos tribunais, a Companhia estabeleceu provisão para

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

estas causas no valor total de R$ 292 millhões em 2020 (R$268 milhõesem 31 de dezembro de 2019), o que representa a melhor estimativa da Administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

Lei complementar n°110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 60 milhões (R$96 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Grupo Éxito

A subsidiária Éxito e suas controladas discutem os temas tributários relacionados ao imposto de valor agregado, imposto de propriedade e impostos de indústria e comércio no montante de R$88 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R$78 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Indenizatório com Sendas Distribuidora

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Sendas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido provisionado de processos tributários é de R$115 milhões (R$ 104 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Para maioresinformações acerca destes processos, ver nota 22.6 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2020.

A Companhia é parte em uma série de processos judiciais envolvendo várias agências governamentais e relacionadas a tributos previdenciários, como INSS, IRPJ, IRRF, CSLL, COFINS, PIS, IPI, CPMF, ICMS, ISSm e IPTU. Em 31 de dezembro de 2020, os valores em discussão em tais processos (que possuíam perda possível) somavam R$10.081 milhões (R$10.829 milhões em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R$1.432 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R$1.409 milhões em 31 de dezembro de 2019).

A Globex (que posteriormente alterou sua denominação social para Via Varejo) é parte em processos

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

tributários relativos a ICMS, PIS e COFINS, entre outros. Atualmente, a Companhia éresponsável pelas perdas relativas a processos da Globex existentes antes da sua aquisição pela Via Varejo. Em junho de 2019, a Companhia vendeu a totalidade de sua participação na Via Varejo, mantendo, no entando, sua responsabilidade por tais perdas. Em 31 de dezembro de 2020,os valores em discussão em tais processos somavam R$456 milhões (R$484 milhões em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos do Sendas anteriores a atividade do Sendas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido de R$1.420 milhões, sendo R$1.378 milhões relacionados a processos tributários e R$ 42 milhões relacionados a processos cíveis e outros (R$ 1.382 milhões em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2020 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R$174 milhões (R$205 milhões em 31 de dezembro de 2019).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não aplicável tendo em vista que não houve outras contigências relevantes.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é uma emissora nacional.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018, tendo sido alterada pela última vez em 06 de fevereiro de 2020 ("Política de Gestão de Riscos").

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
i. os riscos para os quais se busca proteção
ii. os instrumentos utilizados para proteção
iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Os principais riscos que a Companhia busca proteção são:

a) Estratégicos: Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.

b) Operacionais: Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.

c) Compliance: Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.

d) Tecnologia da Informação (TI): Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

O processo de gestão de riscos na Companhia é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este "estabelecimento do contexto" é uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na Companhia é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e de cada uma de suas

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e consequentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da Companhia. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos, buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

(a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da Companhia;

(b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;

(c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;

(d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Riscos com periodicidade que pode variar de mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO de cada unidade de negócio e para o Comitê de Auditoria da Companhia. Os riscos priorizados de cada unidade de negócio são monitorados a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos, bem como de treinamentos na Companhia, quando necessários, além de apresentações periódicas dos resultados aos donos dos riscos, bem como aos principais fóruns de gestão da Companhia, como o Comitê

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Executivo, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais na visão dos executivos da Companhia.

A estrutura de governança em riscos e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico;

- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos ("Apetite a Riscos");

- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;

- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos prioritários;

- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;

- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções;

- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; e

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

- Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos dentro da Companhia;

- Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos prioritários alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração;

- Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;

- Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;

- Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;

- Avaliar, aprovar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;

- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;

- Recomendar ao CA a contratação de auditores independentes para o exame das demonstrações financeiras e avaliar adequação de propostas de trabalhos que não sejam de auditoria das DFs pelos auditores independentes.

(c) Comitê de Sustentabilidade e Diversidade:

- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;

- Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;

- Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia;

- Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;

- Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; e

- Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.

(d) Diretoria Executiva (DIREX):

- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;

- Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;

- Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;

- Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.

- Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários;

- Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;

- Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos; e

- Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

(e) Diretoria de Gestão de Riscos:

- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor e integrada dentro de todo a Companhia;

- Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia cobrindo todas as unidades de negócio;

- Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;

- Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

dos riscos;

- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições; e

- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.

(f) Dono do risco: É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a Diretoria de gestão de riscos;

- Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto a Diretoria de gestão de risco;

- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KPIs; e

- Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.

(g) Facilitador/Responsável: É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;

- Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;

- Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e

- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.

(h) Auditoria Interna:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;

- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores-chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e

- Reportar periodicamente ao COAUD e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na empresa.

(i) Colaboradores:

- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e

- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos.

(j) Auditoria Externa: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Controles Internos e Gestão de Riscos revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantêm uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna nos assuntos internos da Companhia. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Aplicação, Captação e Câmbio, que define as principais estratégias a serem adotadas pela Companhia para mitigar os riscos de mercado, foi criada em 07 de agosto de 2006, e vem sendo revisada anualmente por sua estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

O Grupo Éxito utiliza derivativos como proteção para variaçãocambial sobre importações.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de swap ou forwards em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada ou Libor + spread. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Contratos de *swap ou forwards* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

De acordo com o disposto nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e CPC, os instrumentos financeiros devem ser marcados a mercado e contabilizados por este valor.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros é calculado por meio da atualização do valor nominal pelas taxas do mercado futuro até a data de vencimento embutindo o spread da operação e descontando a valor presente pelas taxas de mercado.

Para este cálculo, a Companhia utiliza uma curva da Taxa DI projetada e uma curva de dólar futuro projetado, obtido junto à B3.

A apuração da efetividade é feita por meio da comparação da variação entre valor de mercado da dívida (objeto de *hedge*) e da posição ativa do contrato de *swap* (instrumento de *hedge*). O cálculo foi efetuado em bases contínuas e, em 31 de dezembro de 2020, o *hedge* se mostrou eficaz, uma vez que a variação ficou próxima a 100%.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração é responsável por avaliar matrizes de riscos estratégicos e priorizados, enquanto a Diretoria é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento desta política.

c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros, possui a seguinte estrutura:

(a) Diretoria de Gestão de Riscos, a qual é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos, dando suporte para os administradores e diretores;

(b) Área de *Compliance* para promover a cultura da ética, integridade com base nas melhores práticas de mercado visando a prevenção, detecção e resposta, identificando os riscos de Compliance existentes e desenvolvendo planos de ação junto das áreas de negócio responsáveis, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex: condução de treinamentos para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc). ;

(c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;

(d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;

(e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos e que fazem parte do escopo de avaliação da regulamentação SOX para atendimento dos requerimentos de empresas listadas na NYSE; e

(f) Auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. A área de Controles Internos é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley ("SOx"), sendo esta gerida pela Diretoria de Contabilidade, que reporta ao Diretor Executivo de Finanças e Administração. Além disso, as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos, incluindo o monitoramente do atendimento aos requisitos da SOx, são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia. A área de *Compliance* da Companhia reporta ao Diretor Presidente, bem como é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, com o intuito de garantir independência da área de Compliance no exercício de suas atribuições. As áreas de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, são geridas pela Diretoria de Auditoria Interna.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Coso emitido em 2013 para desenhar e testar os controles para fins de SOx.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Vale mencionar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Vide áreas apresentadas no primeiro parágrafo do item 5.3 (a).

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de auditoria interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano anual da auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria e reportado ao Conselho de Administração.

A Diretoria de Gestão de Riscos, com o assessoramento e suporte das áreas internas da Companhia responsáveis por questões de *compliance*, controles internos e segurança da informação, revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

A Administração contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os seguintes pontos foram identificados como deficiências significativas, especificamente nos termos da regulamentação da CVM, pelo auditor independente:

Deficiências de controle no ambiente de tecnologia da informação da Companhia

Durante a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, identificamos deficiências de controles principalmente relacionadas aos acessos lógicos (gestão de acessos), segregação de funções e monitoramento das contas dos profissionais. Vale salientar que que as referidas deficiências não trouxeram qualquer impacto, registrado ou não, sobre as demonstrações financeiras da Companhia, e seus períodos comparativos.

Em nossa avaliação, as deficiências de controles internos em relação à segregação de funções nos controles gerais de TI foram corrigidas no final do ano. No entanto, não foi possível realizar testes suficientes para concluir que tais controles eram eficazes em 31 de dezembro de 2020. Em relação aos controles de acesso de TI, um software robusto já foi implementado na maioria de nossos sistemas e esperamos concluir a implementação em todos os sistemas durante 2021

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências de controle na subsidiária Éxito

As deficiências de controle na subsidiária Éxito estão relacionadas principalmente ao desenho dos controles e às evidências de controles sobre certos controles específicos. Estamos confiantes de que seremos capazes de implementar um plano de remediação que deverá estar em vigor durante 2021.

A Companhia está em processo de projetar e implementar as ações corretivas adequadas para lidar com as deficiências materiais descritas acima, com o apoio de consultores externos e a supervisão do comitê de auditoria.

e) ***comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas***

Deficiências de controle no ambiente de tecnologia da informação da Companhia

Em nossa avaliação, as deficiências de controles internos em relação à segregação de funções nos controles gerais de TI foram corrigidas no final do ano. No entanto, não foi possível realizar testes suficientes para concluir que tais controles eram eficazes em 31 de dezembro de 2020. Em relação aos controles de acesso de TI, um *software* robusto já foi implementado na maioria de nossos sistemas e esperamos concluir a implementação em todos os sistemas durante 2021

Deficiências de controle na subsidiária Éxito.

Estamos confiantes de que seremos capazes de implementar um plano de remediação que deverá estar em vigor durante 2021.

A Companhia está em processo de projetar e implementar as ações corretivas adequadas para lidar com as deficiências materiais descritas acima, com o apoio de consultores externos e a supervisão do comitê de auditoria.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui Programa de Integridade estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, supervisionado periodicamente pelo Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados, destacam-se:

a. Código de Ética, com as principais diretrizes da Companhia, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;

b. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Análise de Risco de Terceiros; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; Atendimento a Fiscalização e Tratamento de Documentos Oficiais;

c. Comitê de Ética do GPA, composto pelo Diretor Presidente da Companhia, pelo Diretor Executivo de Finanças e Administração, pela Diretoria de Recursos Humanos, pelo Diretor Executivo de Operações, pela Diretoria do Jurídico, pela Diretora de Auditoria Interna e pela Diretoria de Compliance;

d. Área de Compliance dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte ao Diretor Presidente;

e. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;

f. Canal de Ouvidoria, responsável por esclarecimento de dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração por áreas específicas; e

g. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

A Companhia realiza, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade da Corporação e de suas Unidades de Negócio, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas da Companhia são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;

b. Comitê de Ética Corporativo e Comitês de Ética das Unidades de Negócios: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação os Comitês de Ética podem contar com a contribuição da ouvidoria e dos departamentos derecursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;

c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte ao Diretor Presidente;

d. Ouvidoria: área responsável por receber as denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reporta periodicamente os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria da Companhia;

e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria;

f. Auditoria Interna: realiza a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Diretor Presidente; e

g. SC – Serviços Compartilhados: é responsável pela análise preliminar dos fornecedores de acordo com o risco das atividades econômicas desempenhadas, nos termos do Procedimento de

5.4 - Programa de Integridade

Análise de Risco de Terceiros. A área de Serviços Compartilhados reporta ao Diretor Vice-Presidente de Finanças.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética do GPA se aplica a Administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

A última versão do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2020. O Código de Ética da Companhia e a Política Anticorrupção podem ser acessados em http://www.gpabr.com/pt/etica-e-compliance/.

A alta administração e os colaboradores são treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, por justa causa.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias sob a responsabilidade da Ouvidoria, área com reporte ao Comitê de Ética. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

A Ouvidoria é responsável pelo recebimento das ocorrências nos canais dedicados para cada Unidade de Negócio, bem como distribuição, para as Áreas Apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um procedimento de auditoria (*due diligence*) que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiarias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme respostas acima.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, alterações significativas nos principais riscos de mercado os quais a Companhia está sujeita, tampouco na Política de Gerenciamento de Riscos que ela adotou.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foramdivulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	10/11/1981
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/04/1995

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi formalmente constituída em 10 de novembro de 1981 sob a denominação socialde Companhia Brasileira de Distribuição, em decorrência de uma fusão. No entanto, a história daCompanhia remonta a 1948, com a inauguração pelo seu fundador, Sr. Valentim dos Santos Diniz,de uma doceria na cidade de São Paulo, com o nome de Pão de Açúcar, sendo o Sr. Valentim umdos pioneiros no setor varejista de alimentos no Brasil. Em 1959, a doceria se tornou o primeiro supermercado da Companhia e é onde sua sede está instalada hoje. O fundador da Companhia, com a experiência adquirida no Brasil e em Portugal, seu país de origem, desenvolveu um novo conceitode varejo, incorporando o autosserviço e, assim, em 1971, fundou o primeiro hipermercado do país.

Nas décadas de 1970 e 1980, a Companhia passou por uma grande expansão, com a inauguraçãodas lojas Jumbo e a aquisição de diversas redes importantes no mercado varejista, tais como a Eletroradiobraz, o Superbom, o Peg-Pag e o Mercantil, além da aquisição de diversas lojas pertencentes às redes de supermercados Bazar 13 e Morita. Foi ainda na década de 1980 que a Companhia inaugurou as lojas Extra, com foco no oferecimento de tecnologia de ponta e grandevariedade de produtos aos seus clientes.

A década de 1990 foi marcada por grandes mudanças no grupo. Em 1995, a Companhia fez sua oferta pública inicial de ações, se tornando a primeira companhia varejista de alimentos com açõespreferenciais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – antiga denominação da B3. Em 1997, a Companhia se tornou a primeira empresa varejista brasileira a negociar ADSs na Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE). Em 1999, ela adquiriu a rede desupermercados Peralta e fez uma aliança estratégica com o Grupo Casino, que adquiriu, à época,24,5% de seu controle acionário.

Após 6 anos da entrada do Grupo Casino na Companhia, o Grupo Diniz e o Grupo Casino, visando a consolidar as suas bem-sucedidas relações comerciais, celebraram um acordo de associação, pelo qual passaram a compartilhar o controle da Companhia por meio de uma sociedade holdingcujo capital votante foi dividido entre o Grupo Diniz e o Grupo Casino, na proporção de 50% paracada um. Nesse mesmo contrato, foi estipulado o direito do Grupo Casino assumir o controle isolado da Companhia a partir de junho de 2012, o que acabou por acontecer.

A década de 2000 foi marcada por uma nova expansão do grupo, com a conquista de relevante participação de mercado no setor varejista, com destaque para a aquisição da rede Sé Supermercados Ltda. ("Sé"), em 2002, e a associação com o grupo Sendas, líder do segmento noEstado do Rio de Janeiro, em 2004. No mesmo ano, a Companhia firmou uma parceria financeiracom o, até então, Banco Itaú S.A., para o oferecimento de cartões de crédito *private label* (marcaprópria) e *co-branded* (cartões de afinidade), crédito pessoal e ao consumidor, garantias estendidas e seguros nas suas lojas. Em 2006, para fazer parte do segmento de varejo de maior projeção no país naquele momento – o de lojas com até quatro *check- outs*, a Companhia criou oExtra Perto, cuja denominação foi alterada para

6.3 - Breve Histórico

Extra Fácil, para Minimercado Extra e, posteriormente, para Mini Extra, que se constituía um novo modelo de loja inspirado no modelo europeu de varejo de proximidade. Em 2007, a Companhia adquiriu 60% da participação societária da Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), a qual foi segregada das atividades da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Já em 2008, ela iniciou as operações de atacado de autosserviço no Estado do Rio de Janeiro.

A partir de 2009, a Companhia iniciou um movimento de fortalecimento de sua atuação no varejocom reforço em sua operação de venda de eletroeletrônicos, até então realizada somente por lojas do Extra e Extra Eletro. Em 2009, além de adquirir a totalidade da participação societária de Sendas, adquiriu a Globex Utilidades S.A., cuja denominação social foi alterada para Via Varejo S.A., em fevereiro de 2012, empresa que possuía a operação de venda eletroeletrônicos por meiode lojas físicas e de *e-commerce* representada pela marca Ponto Frio, na época o segundo maior player do mercado brasileiro no segmento, e celebrou um contrato de associação com Casas Bahia, primeiro player isolado, fortalecendo ainda mais seu posicionamento no mercado de bens duráveis. Em novembro de 2010, a Companhia concluiu a associação com Casas Bahia e começoua reportá-la nos seus números consolidados. Quando adquiriu a Nova Casa Bahia, concordou comos seus antigos acionistas controladores em concentrar todos os ativos de comércio eletrônico doGrupo Pão de Açúcar e Casa Bahia Comercial Ltda. na Nova Pontocom Comércio Eletrônico
S.A. ("Nova Pontocom"), empresa de comércio eletrônico controlada pela Via Varejo. Além disso, em 8 de novembro de 2010, a Via Varejo e a Nova Pontocom adquiriram a participação acionária remanescente de 55% na E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A, empresa prestadora de serviços no segmento de comércio eletrônico, que era uma *joint-venture* registradacomo investimento em empresas afiliadas.

Em 2009, a Companhia comprou a parcela remanescente da Sendas, passando a deter a totalidade do capital dessa sociedade, a qual foi segregada das atividades da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Em 2011, também concluiu a conversão das lojas Compre Bem e Sendas, que havia iniciado em 2010, para Extra Supermercado.

A Companhia é diretamente controlada pela Wilkes, que em junho de 2012, nos termos do seu acordo de acionistas, passou a ser controlada isoladamente pelo Grupo Casino.

Em setembro de 2013, os acordos de acionistas da Wilkes e da Companhia foram rescindidos, permanecendo o Grupo Casino como controlador isolado da Companhia.

Em outubro de 2013, a Companhia adquiriu ações de emissão da Nova Pontocom de titularidadeda Via Varejo e de certos acionistas da Nova Pontocom, a qual resultou na aquisição do controledireto da Nova Pontocom pela Companhia. Na mesma data, foram também celebrados o Acordo de Acionistas da Nova Pontocom, entre a Companhia, a Via Varejo e certos acionistas da Nova

6.3 - Breve Histórico

Pontocom, e o Acordo Operacional, entre a Companhia, a Via Varejo e a Nova

Pontocom.

Em dezembro de 2013, foi concluída a oferta pública secundária de ações da Via Varejo. A Companhia participou da oferta como acionista vendedora e, após a sua conclusão, passou a deter62,3% das ações ordinárias e 43,3% de do capital total da Via Varejo.

Em julho de 2014, foi concluída a combinação de negócios de comércio eletrônico desenvolvidospela Companhia e pela Via Varejo, por meio da Nova Pontocom, com os negócios de comércio eletrônico desenvolvidos pelo acionista controlador Casino, por meio da Cdiscount S.A. e suas afiliadas ("Cdiscount"). Como resultado da combinação de negócios de comércio eletrônico, (i) aNova Pontocom transferiu a totalidade dos negócios de comércio eletrônico para a Cnova N.V., sociedade com sede na Holanda ("Cnova"); e (ii) a Companhia e a Via Varejo passaram a deter, em conjunto com os demais acionistas minoritários de Nova Pontocom, 53,5% do capital social de Cnova, sendo CBD e Via Varejo titulares, indireta e respectivamente, de 28% e 23,5% do capital social de Cnova.

Em novembro de 2014, foi concluída a oferta pública inicial da Cnova junto à U.S. Securities andExchange Comission ("SEC"), com ações listadas na NASDAQ Global Select Market e na Euronext Paris.

Em agosto de 2015, houve uma reorganização societária no exterior na qual houve aquisição de parte da participação societária da Segisor S.A. pela Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), sociedade colombiana do Grupo Casino. Como consequência, a Segisor S.A. passou a ser detida na proporção de 50%-50% pelo Casino e Éxito.

Em dezembro de 2015, foram aprovadas (i) a cisão total desproporcional da Nova Pontocom, coma subsequente incorporação do acervo cindido da Nova Pontocom pela Companhia, Via Varejo e acionistas minoritários da Nova Pontocom, proporcionalmente às suas participações detidas na Nova Pontocom; e (ii) a incorporação da Sé pela Companhia. Como consequência, a Nova Pontocom e a Sé foram extintas.

Ao longo de 2016, a Companhia promoveu a reorganização de ativos com o objetivo de concentrar os negócios do Multivarejo (bandeiras Pão de Açúcar e Extra) na sua razão social e osnegócios da bandeira Assaí na sua controlada Sendas, eliminando múltiplas sociedades do seu organograma (Barcelona Comércio Atacadista e Varejista S.A. e Xantocarpa Participações Ltda.), aproveitando, assim, ganhos operacionais.

Em agosto de 2016, a Cnova Comércio Eletrônico S.A., sociedade brasileira controlada pela Cnova dedicada à operação local ("Cnova Brasil"), a Cnova e Via Varejo celebraram contrato de reorganização para estabelecer os termos para realização da incorporação das ações de Cnova Brasil por Via Varejo ("Reorganização da Cnova"). No âmbito da Reorganização da Cnova, Casino se comprometeu a realizar uma oferta pública de compra da totalidade das ações de

6.3 - Breve Histórico

Cnovaem circulação, pelo preço de US$5,50 por ação, condicionada à conclusão da Reorganização da Cnova, o que ocorreu em 31 de outubro de 2016. Como

resultado, (i) a Via Varejo passou a ser aúnica acionista da Cnova Brasil, operando os sites Extra.com.br, Pontofrio.com e Casasbahia.com.br; (ii) Cnova continuou suas operações de e-commerce no exterior, com foco integral no Cdiscount; (iii) a Companhia deixou de ser acionista majoritária da Cnova. Consequentemente, desde 31 de outubro de 2016; e (iv) em dezembro de 2016, Casino passou a deter, direta ou indiretamente, aproximadamente, 98.9% das ações da Cnova.

Em razão da Reorganização da Cnova, Casino e a Companhia firmaram um compromisso e cartas de apoio que se destinam a reger o relacionamento contínuo das partes em sua capacidade de acionistas da Cnova após a Reorganização da Cnova. Esta operação esta em linha com a estratégia da Companhia de longo prazo de focar no desenvolvimento do varejo alimentar. O Casino encaminhou o termo de compromisso para a Companhia, concedendo à Companhia uma certa governança e maior liquidez com relação às ações detidas pela Companhia na Cnova, incluindo, entre outros (i) o direito da Companhia de indicar, ao menos, um membro ao Conselho de Administração da Cnova, levando em consideração a participação detida pela Companhia; (ii) a preferência para a Companhia, em detrimento do Casino, vender ações em uma oferta pública de distribuição de ações que envolva 90% (noventa por cento) do total de ações, a serem oferecidas em uma segunda oferta; (iii) a Companhia poderá exercer parcialmente seu direito de *tag along* na hipótese de venda das ações da Cnova pelo Casino, mesmo que isso não constitua mudança de controle; caso haja mudança de controle, a Companhia terá o direito de vender a totalidade de suas ações; (iv) a Companhia será tratada em *pari-pasu* com relação ao Casino, em qualquer transferência de ações da Cnova para qualquer terceiro, ou na hipótese de qualquer reorganização societária que resulte na troca, resgate ou nova emissão de ações da Cnova; e (v) na hipótese de qualquer reorganização societária envolvendo a Cnova, o Casino tomará medidas razoáveis para que a Companhia receba garantias em troca de ações da Cnova e que tais garantias tenham tanta liquidez quanto as ações da Cnova atualmente detidas pela CBD.

Em 23 de novembro de 2016, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria a dar início a um processo de alienação da participação acionária da Companhia na Via Varejo, em linha com uma estratégia de longo-prazo em focar no segmento de varejo alimentar. Em 14 de junho de 2019,a Companhia alienou a totalidade da sua participação no capital social da Via Varejo, por meio deleilão realizado na B3, nos termos dos fatos relevantes divulgados pela Companhia nos dias 12 e14 de junho de 2019.

Em março de 2018, foi criada a SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("SCB"). Ao longo de 2018, a SCB inaugurou 13 supermercados sob a bandeira Compre Bem, focada no segmento do varejo alimentar. Esta bandeira concretizou uma importante estratégia dediversificação dos formatos das lojas do grupo e cobertura de mercados relevantes e em
crescimento.

Adicionalmente, visando avançar na transformação digital da Companhia e

6.3 - Breve Histórico

expandir seus investimentos em tecnologia, a Companhia adquiriu a James em 2018 e a Cheftime em novembro de 2019 e, em conjunto com a Raia Drogasil, em 2019 lançou a Stix Fidelidade, para melhor adaptar-se as demandas de seus

clientes para serviços de e-commerce e delivery.

Em 2019, a Companhia e a Raia Drogasil S.A. criaram a Stix Fidelidade, (66,7% da Companhia e 33,3% da Raia Drogasil). A Stix Fidelidade é responsável pelo desenvolvimento de programa de fidelidade, por meio do qual os usuários recebem pontos Stix em compras feitas em varejistas,websites e lojas parceiras. A Stix Fidelidade também conta com o Banco Itaú como parceiro estratégico, o que permite que clientes deste último transfiram pontos acumulados em cartões de crédito Itaú para o programa Stix Fidelidade ou, ainda, adquiram cartões de crédito Itaú que garantem pontos Stix automaticamente em determinadas circunstâncias. Em fevereiro de 2020, aCompanhia anunciou o fechamento da operação, com efetivo ingresso da Raia Drogasil na Stix Fidelidade, dada a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O programa Stix foi lançado em outubro de 2020 como a primeira coalizão de varejo no Brasil e sua plataforma opt-in alcançou mais de um milhão de clientes ao final do ano. Do total de prêmios distribuídos, 80% foram ativados e 30% dos clientes Stix ganharam pontos por meio de mais de uma marca que faz parte do programa (Pão de Açucar, Extra ou Drogasil).

Em 11 de junho de 2019, a Companhia recebeu uma comunicação do Sr. Michael Klein informando que, caso a Companhia realizasse a venda de todas as ações que detinha no capital social da Via Varejo S.A., à época representativas de 36,27% do capital social da Via Varejo S.A.,em leilão de venda de ações em pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Sr. Michael Klein apresentaria, individualmente (direta ou indiretamente) e em conjunto com outros investidores, uma ou mais ordens de compra para aquisição de todas as ações da Via Varejo detidas pela Companhia.

Assim, em 14 de junho de 2019, conforme previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou um leilão na B3 detoda a sua participação acionária na Via Varejo S.A., alienando, pelo preço de R$4,90 por ação, a totalidade de tal participação. Dessa forma, os ativos e passivos da Via Varejo S.A. não fazem mais parte do portfólio da Companhia.

Em 24 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia orientou a subsidiária operacional Sendas a aprovar o lançamento de uma oferta públicacom vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão da Almacenes Éxito S.A. ("OPA Éxito"), sociedade de capital aberto localizada na Colômbia, operando neste país sob as bandeirasde supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia no mercado de shopping centers, sob a marca Viva.

Em continuidade ao projeto de simplificação das operações do grupo da

6.3 - Breve Histórico

Companhia na América Latina, em 12 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta na Companhia para
o Casino, de modo que a conclusão da venda da participação acionária que o Éxito

detinha na Companhia estava sujeita à alocação da OPA Éxito.

Em 22 de novembro de 2019, a Bolsa de Valores da Colômbia informou que 96,57% do capital da Almacenes Éxito S.A. aceitaram a OPA Éxito. Esta adesão representou um desembolso pela Sendas de valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019).

A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019. Nesta mesma data, anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas direta e indiretamente pela Almacenes Éxito S.A, por preço, líquido de dívida, equivalente a aproximadamente R$4,9 bilhões. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da Companhia, foram rescindidos e os membros do Conselho deAdministração da Companhia indicados pelo Éxito renunciaram.

Em 28 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão aos acionistas de proposta de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, a migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado e determinadas alterações do Estatuto Social, em linha com o requerido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Os acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de2019, aprovaram a migração da Companhia para o Novo Mercado, com a conversão da totalidadedas ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias (na proporção de 1:1) e a reforma do Estatuto Social. A migração da Companhia do Nível 1 para o Novo Mercado foi aprovada pela B3 em 14 de fevereiro de 2020, sendo que em 02 de março de 2020 as ações preferenciais de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 e em 05 de março de 2020 foi iniciadana Bolsa de Valores de Nova Iorque a negociação dos American Depositary Receipts daCompanhia lastreados em ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a a proposta de reorganização societária da Companhia que compreendeu: (i) a cisão parcial da Sendas, com a segregação da participação de Sendas no Éxito e a transferência de certos ativos operacionais, com a incorporação do acervo cindido pela Companhia; e (ii) a cisão parcial da Companhia, com a segregação da totalidade da participação acionária que a Companhia detém em Sendas, com a entrega das ações de emissão de Sendas de propriedade da Companhia diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão de Sendas para cada uma ação de emissão da Companhia.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperaçãojudicial ou extrajudicial

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não era objeto de qualquerpedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 Outras Informações Relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foramdivulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

No Brasil, a Companhia está presente em 15 estados e no Distrito Federal, com sede administrativa na capital paulista. A estrutura multiformato, multiregião e multicanal da Companhia é formada por supermercados (Pão de Açúcar, Mercado Extra e Compre Bem), hipermercados (Extra Hiper), lojas de proximidade (Minuto Pão de Açúcar, Mini Extra, Aliados Minimercado e Pão de Açúcar Adega), operações de comércio eletrônico de alimentos (paodeacucar.com e clubeextra.com.br), postos de combustível e drogarias. A Companhia encerrou o ano de 2020, com 696 lojas, 74 postos de gasolina e 103 farmácias, além de uma infraestrutura logística apoiada por 22 centros de distribuição e depósitos.

A Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias, desenvolve as atividades de comércio varejista de produtos em geral, inclusive - mas não se limitando a - produtos alimentícios, vestuário, higiene, medicamentos, combustíveis, móveis, eletroeletrônicos e utilidades domésticas. Tais atividades são exercidas tanto em estabelecimentos físicos como virtuais.

Desde 27 de novembro de 2019, o GPA possui participação de 96,57% do capital social do Grupo Éxito, que possui operações na Colômbia, Argentina e Uruguai, através das seguintes bandeiras: (i) Éxito, Carulla, Surtimaorista, Surtimax, Super Inter e Viva Malls na Colômbia, (ii) Devoto, Disco e Géant no Uruguai, e (iii) Libertad, Mini Libertad e Paseo Libertad Malls na Argentina.

A tabela abaixo apresenta as principais características de cada uma das bandeiras da Companhiae o número de lojas, de suas operações no Brasil:

Bandeira	Conceito	Número de lojas (2020)
Pão de Açúcar	Rede de supermercados do segmento premium. O último conceito de loja (G7) traz um amplo sortimento de produtos básicos até os mais sofisticados; itens de saudabilidade e soluções de consumo diferenciada; atendimento especializado em setores como açougue, padaria, rotisserie e adega; ambiente mais social com espaços de convivência, interação e refeições rápidas; além de uma expereriência de compra sem atrito graças à tecnologia digital.	182

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Extra	Bandeira da Companhia com foco em atender o cliente nas diversas ocasiões e necessidades, com os formatos de hipermercado, supermercado, proximidade, drogarias e postos de combustível.	250(*)
Extra Hiper	A bandeira oferece a mais ampla variedade de produtos e são organizadas no estilo de loja de departamentos A bandeira definiu um modelo que visa fortalecer sua proposta de valor através de: i) preços mais competitivos nas categorias de grande consumo, operando com preço mais baixo e de forma constante e menos promoções; ii) melhor atendimento ao cliente nas áreas perecíveis; e iii) especialização do sortimento de não alimentos.	103
Mercado Extra	A bandeira é resultado de uma conversão do Extra Super. As mudanças incluem novidades em layout mix de produtos e no padrão visual que tem agradado públicos como o das classes C e D. Qualidade nos serviços e o melhor atendimento ao cliente também são requisitos do conceito do Mercado Extra que conta ainda com preços competitivos e com a variedade da Marcas Exclusivas do GPA.	141
Compre Bem	O Compre Bem é uma operação de supermercados local, iniciada em 2018, como resultado de conversões de lojas Extra Super. O formato apresenta diferenciais importantes na categoria de perecíveis, principalmente hortifrúti e serviços de padaria e açougue, com sortimento e serviços adequados às necessidades dos consumidores nos bairros onde as lojas estão localizadas. As lojas estão presentes principalmente no interior de São Paulo.	28

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

MiniExtra	Marca de proximidade voltada para as necessidades do dia a dia, em especial os produtos básicos e perecíveis frescos, com qualidade, preços competitivos e a proximidade com os consumidores da vizinhança. As lojas possuem em média 250 m^2 aproximadamente.	150
Minuto Pão de Açúcar	Marca de proximidade no segmento premium que oferece sortimento diferenciado em um ambiente que reúne praticidade, comodidade, qualidade e confiança. Prioriza a conveniência do cliente, com atendimento e serviços personalizados e iniciativas de sustentabilidade. As lojas possuem em média 250 m^2 aproximadamente.	86
Aliados Minimercado	A Companhia trabalha com pequenos e médios comerciantes localizados nos bairros onde estão as lojas da Companhia, oferecendo nossa expertise operacional, de modo a aumentar o potencial de vendas desse segmento de mercado. Participam da iniciativa pequenas lojas de supermercados independentes.	mais de 1000 parceiros

(*) Considera 103 lojas Extra Hiper, 141 Mercado Extra e 6 Extra Super.

Valores acima não incluem 74 postos e 103 drogarias.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 31 de dezembro de 2020, as bandeiras (i) Éxito (hipermercados, supermercados e proximidade), Carulla (supermercado e proximidade), Surtimax e Super Inter (supermercados debaixo custo) e Surtimayorista (*cash and carry*) tinham um total de 513 lojas na Colômbia, (ii) Devoto (supermercados e proximidade), Disco (supermercados) e Géant(hipermercados) tinham um total de 91 lojas no Uruguai, e iii) Libertad (hipermercados) e Mini Libertad (proximidade) tinham um total de 25 lojas na Argentina.

A tabela a seguir apresenta a receita líquida da Companhia por país de atuação:

Receita Líquida

(R$ milhões)	2020	2019[1]	2018
Consolidado	**51.253**	**28.838**	**26.490**
Brasil	**29.219**	**26.687**	**26.490**
Varejo	29.170	26.654	26.490
Outros negócios[2]	49	33	-
Grupo Éxito	**22.034**	**2.151**	**-**
Colômbia	17.062	1.694	-
Uruguai	3.746	350	-
Argentina	1.226	107	-

(1) O GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital do Grupo Éxito no final de novembro de 2019. Portanto, em 2019, está considerado apenas o resultado do mês de dezembro de 2019.
(2) Inclui as operações de iniciativas mais recentes como James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a) interesse público que justificou sua criação

b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida paraatender ao interesse público indicado na letra "a",
- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba públicae financiamento, incluindo as fontes de captação e condições, e
- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeirodo emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas,

c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável à Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são segmentadas em:

- **Varejo:** consiste na venda de produtos alimentícios e não alimentícios aos consumidores em (i) supermercados através das bandeiras Pão de Açúcar, Mercado Extra, Compre Bem e Extra Supermercado; (ii) hipermercados através da bandeira Extra Hiper; (iii) lojas de proximidade através das bandeiras Minuto Pão de Açúcar, Mini Extra, Aliados Mininercado e Pão de Açúcar Adega; e (iv) postos de combustíveis e drogarias através das bandeiras Extra e Pão de Açúcar. O setor varejista de alimentos também inclui a receita relacionada com o aluguel de áreas comerciais e vendas do *e-commerce*. Produtos alimentícios incluem alimentos não perecíveis, bebidas, frutas, legumes e verduras, carnes em geral, pães, frios, laticínios, produtos de limpeza, produtos descartáveis e produtosde higiene pessoal. Em alguns casos, as lojas varejistas de alimentos da Companhia oferecem referidos artigos sob a forma de produtos de marcas exclusivas. A Companhia também comercializa produtos não alimentícios, incluindo eletrodomésticos, itens de vestuário, itens de puericultura, calçados e acessórios de moda, utilidades domésticas, livros, revistas, CDs e DVDs, artigos de papelaria, itens de bricolagem, brinquedos, itens de esporte e camping, móveis e colchões, celulares, produtos de pet shop, utensílios de jardinagem e produtos eletrônicos, tais como computadores de uso pessoal, software e acessórios, aparelhos de som e imagem. Alguns dos produtos mencionados anteriormente são também oferecidos sob a forma de marca exclusiva da Companhia. A Companhia também comercializa seus produtos no setor varejista de alimentos pelos sites www.paodeacucar.com e www.clubeextra.com.br. Além disso, a Companhia inclui no setor varejista de alimentos os produtos considerados não alimentícios que comercializa nas suas drogarias, tais como medicamentos. Esse segmento inclui ainda os produtos e serviços comercializados nos seus potos de combustíveis.

- **Grupo Exito:** Operações na Colômbia, Uruguai e Argentina, através das seguintes bandeiras: (i) Éxito, Carulla, Surtimayorista, Surtimax, Super Inter e Viva Malls na Colômbia, (ii) Devoto, Disco e Géant no Uruguai e (iii) Shoppings Libertad, Mini Libertad e Paseo Libertad na Argentina.

- **Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas:** Os segmentos eletroeletrônico e e-commerce de eletroeletronicos, Via Varejo, foram vendidos e estão apresentados como Operações Descontinuadas em 31 de dezembro de 2019. O segmento de atacado de autosserviços, Assaí, foi cindido aos acionistas da Companhia e é apresentado como operação descontinuada em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

- **Outros negócios:**

  - **James**: Em 2018, como parte de nossa estratégia de transformação digital, adquirimos o aplicativo de entrega James, que é uma plataforma multisserviço para

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

encomendar e entregar nossos produtos, conectando clientes, distribuidores e estabelecimentos. Essa

aquisição complementa os métodos de entrega que disponibilizamos para nossos clientes em nossas lojas físicas. As entregas através deJames complementam as entregas no mesmo dia e no dia seguinte e fornecem aos nossos clientes uma opção de entrega em uma hora. Em 2020, expandimos as operações da James para 32 cidades no Brasil localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná, Tocantins, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Bahia e Distrito Federal.

- **Cheftime:** Em novembro de 2019, após um ano de parceria comercial, adquirimos 79,57% da participação societária na Cheftime, empresa que prepara e oferece kits de refeições read-to-eat, kits de refeições semi-prontas e faça você mesmo kits de refeições, permitindo que qualquer pessoa prepare sua própria comida e inspirando nossos consumidores a começar a cozinhar como hobby. Em 2019, começamos a vender produtos Cheftime apenas no formato de kits de refeições prontos para cozinhar, montados com ingredientes pré-porcionados emparelhados com as receitas. Em 2019, desenvolvemos nosso portfólio de produtos Cheftime paraentregar novas receitas aos nossos clientes e lançar os kits de refeições prontos paraconsumo. Em 2019, lançamos a escola de gastronomia Cheftimeby Pão de Açúcar, onde os consumidores podem trocar seus pontos acumulados emprogramas de fidelidade para aulas de culinária. Em 2020, a Cheftime expandiu seu centro de produção e esteve presenteem mais de 300 lojas físicas. Também mantivemos o comércio eletrônico da Cheftime, que oferece opções diferentes, incluindo um plano de assinatura. Cheftime se tornou uma de nossas marcas exclusivas, com foco na experiência do consumidor.

- **Stix:** Em 2019, formamos a Stix Fidelidade e Intelligência SA, ou Stix Fidelidade, em parceria com a RaiaDrogasil, a maior varejista de farmácias do Brasil, segundo relatório divulgado pela Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias Drogarias -Abrafarma) em 2018. Stix Fidelidade é um programa de coalisão no qual seus usuários ganham pontos em compras feitas em sites e lojas de revendedores afiliados. Os pontos acumulados são resgatáveis por produtos ou serviços disponíveis na plataforma Stix Fidelidade, além de descontos e outros benefícios. Juntamente com a RaiaDrogasil, temos aproximadamente 3.000 lojas para promover nossos programas de fidelidade. Além disso, em novembro de 2019,celebramos um contrato de parceria com o Banco Itaú, segundo o qual os clientes do Banco Itaú podem transferir pontos acumulados nos cartões de crédito do Banco Itaú para a plataforma Stix ou adquirir cartões de crédito do Banco Itaú que lhes concederão pontos Stix Fidelidade automáticos mediante determinados circunstâncias. Esperamos celebrar acordos de parceria com outros varejistas para transformar o Stix Fidelidade em uma coalizão de programas de fidelidade que compreende vários varejistas em todo o país no Brasil. Lançado em outubro de 2020, o programa foi adotado por 1 milhão de clientes nas primeiras sete semanas de operação.

- **Cnova:** opera principalmente no comércio eletrônico na França, buscando prover aos clientes e vendedores do marketplace uma proposta de valor por meio de um modelo de negócios de baixo custo que permite oferecer preços atraentes, uma ampla variedade de produtos e serviços, opções de entrega rápida e

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

conveniente, bem como soluções de pagamento ao consumidor. O GPA possui 34,17% de Cnova, que realiza sua operação principalmente através da subsidiária direta Cdiscount.

- **Grupo Éxito:** Outras receitas incluem (i) serviços (ii) negócioscomplementares, como imóveis, cartão de crédito, viagens, seguros, transferência móvel e de dinheiro e (iii) royalties, serviços financeiros, marketing, entre outros. A receita líquida de outros negócios e serviços diminuiu 24,7% em 2020, no acumulado do ano, totalizando COP$ 594.595 milhões (equivalente a R$ 825 milhões), principalmente as receitas dos shoppings Viva Envigado e Viva Tunja.

Segmentos	**2020**				
Dados da demonstração de resultados	**Varejo**	**Grupo Éxito**	**Outros negócios**	Operações descontinuadas	**Total**
Receita líquida de vendas	29.170	22.034	49	-	51.253
Lucro bruto	8.219	5.508	22	-	13.749
Depreciação e amortização	(1.069)	(729)	(6)	-	(1.804)
Equivalência patrimonial	118	27	(47)	-	98
Lucro operacional	2.134	679	(184)	-	2.629
Resultado financeiro líquido	(386)	(340)	(2)	-	(728)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda – IR e CSLL	1.748	339	(186)	-	1.901
IR e CSLL	(559)	(110)	7	-	(662)
Lucro líquido (prejuízo) de op. continuadas	1.189	229	(179)	-	1.239
Lucro líquido (prejuízo) de op. descontinuadas	85	(1)	-	1.003	1.087
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	1.274	228	(179)	1.003	2.326

As eliminações do resultado são apresentadas dentro do próprio segmento. As despesas operacionais para aquisição do Éxito foram considerados no Grupo Éxito. Os outros negócios são compostos pelo resultado de James, Cheftime, Stix e Cnova N.V.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

2019

Segmentos	**31 de dezembro de 2019**				
Dados da demonstração de resultados	**Varejo**	**Grupo Éxito**	**Outros negócios**	**Operações descontinuadas**	**Total**
Receita líquida de vendas	26.654	2.151	33	-	28.838
Lucro bruto	7.005	609	(1)	-	7.613
Depreciação e amortização	(967)	(60)	(1)	-	(1.028)
Equivalência patrimonial	107	(6)	(99)	-	2
Lucro operacional	574	84	(155)	-	503
Resultado financeiro líquido	(815)	(57)	1	-	(871)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda – IR e CSLL	(241)	27	(154)	-	(368)
IR e CSLL	121	(28)	2	-	95
Lucro líquido (prejuízo) de op. continuadas	(120)	(1)	(152)	-	(273)
Lucro líquido (prejuízo) de op. descontinuadas	312	-	-	797	1.109
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	192	(1)	(152)	797	836

As eliminações do resultado são apresentadas dentro do próprio segmento. As despesas operacionais para aquisição do Éxito foram considerados no Grupo Éxito. Os outros negócios são compostos pelo resultado de James, Cheftime, Stix e Cnova N.V.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

2018

Segmentos	**31 de dezembro de 2018**				
Dados da demonstração de resultados	**Varejo**	**Grupo Éxito**	**Outros negócios**	**Operações descontinuadas**	**Total**
	(em milhões de R$)				
Receita líquida de vendas	26.490	-	-	-	26.490
Lucro bruto	7.444	-	-	-	7.444
Depreciação e amortização	(892)	-	-	-	(892)
Equivalência patrimonial	79	-	(51)	-	28
Lucro operacional	1.036	-	(51)	-	985
Resultado financeiro líquido	(902)	-	-	-	(902)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda – IR e CSLL	134	-	(51)	-	83
IR e CSLL	41	-	-	-	41
Lucro líquido (prejuízo) de op. continuadas	175	-	(51)	-	124
Lucro líquido (prejuízo) de op. descontinuadas	(73)	-	-	1.233	1.160
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício	(102)	-	(51)	1.233	1.284

As eliminações do resultado são apresentadas dentro do próprio segmento. Os outros negócios são compostos pelo resultado de Cnova N.V.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
Receita Líquida	**2020**		**2019**		**2018**	
	(em R$ milhões)	**% da Receita Líquida**	(em R$ milhões)	**% da Receita Líquida**	(em R$ milhões)	**% da Receita Líquida**
Varejo	29.170	**57%**	26.654	**92%**	26.490	**100%**
Éxito	22.034	**43%**	2.151	**8%**	-	-
Outros negócios	49	-	33	-	-	-
Total da Receita Líquida	51.253	**100%**	28.838	**100%**	26.490	**100%**
Total da Receita Bruta	55.732	-	31.165	-	28.693	-
Total de Impostos e contribuições sobre vendas e serviços prestados	(4.478)	-	(2.327)	-	(2.203)	-

b) lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e sua participação no lucro líquido da Companhia

Lucro Líquido (prejuízo) – Operações continuadas:

Exercício social findo em 31 de dezembro de						
Lucro Líquido (prejuízo) - Operações continuadas	**2020**		**2019**		**2018**	
	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**
Varejo	1.189	**96%**	(120)	**-45%**	175	**141%**
Grupo Éxito	229	**18%**	(1)	-	-	-
Outros negócios	(179)	**-14%**	(152)	**-55%**	(51)	**-41%**
Total do Lucro Líquido (Prejuízo)	1.239	**100%**	(273)	**100%**	124	**100%**

Lucro Líquido (prejuízo) – Operações continuadas:

Exercício social findo em 31 de dezembro de						
Lucro Líquido (prejuízo) - Operações continuadas	**2020**		**2019**		**2018**	
	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**	(em R$ milhões)	**% do Lucro Líquido**
Varejo	85	**8%**	312	**28%**	(73)	**56%**
Grupo Éxito	(1)	-	-	-	-	-

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Ativos mantidos a venda e operações descontinuadas	1.003	**92%**	797	**72%**	1.233	**106%**
Total do Lucro Líquido (Prejuízo)	1.087	**100%**	1.109	**100%**	1.160	**100%**

a) características do processo de produção

A maioria dos produtos comercializados é adquirida para ser revendida ao consumidor final. Apenas uma parcela dos produtos é produzida e/ou manuseada nas lojas, a partir de formulações elaboradas pela equipe de desenvolvimento e formação técnica de perecíveis. Em alguns casos, são firmadas parcerias com fornecedores que entregam produtos semi-prontos para serem finalizados nas lojas.

Os produtos produzidos e/ou manuseados em lojas são, principalmente: (i) frutas e legumes, quando cortados e/ou embalados nas lojas; (ii) carnes (bovina, suína, frango e peixes), bem como frios e queijos, quando cortados, pesados e embalados nas lojas; (iii) pratos prontos da rotisserie; e (iv) pães, bolos e doces das padarias localizadas dentro das lojas.

A Companhia não produz os produtos que são vendidos por meio de marcas exclusivas. Estes produtos são produzidos por fornecedores criteriosamente selecionados pela Companhia, após avaliação da qualidade de seus serviços e a capacidade de atender a demanda. O desenvolvimento de produtos sob marca exclusiva é orientado por um detalhado processo, que tem como objetivo padronizar e assegurar a produção e o lançamento do produto dentro dos objetivos comerciais e estratégicos das marcas, bem como garantir o padrão de qualidade envolvendo, para tanto, diversas áreas da Companhia.

b) características do processo de distribuição

A fim de distribuir de maneira eficiente alimentos perecíveis, mantimentos e mercadorias em geral no Brasil, a Companhia opera 22 centros de distribuição e depósitos estrategicamente localizados em todo país com uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 557.635 metros quadrados. A localização dos centros de distribuição permite que sejam feitos envios frequentes às lojas, o que reduz a necessidade de espaço de estoque interno e limita estoques não produtivos nas lojas.

No Brasil, os centros de distribuição contam significativamente com o suporte da pd@net, uma plataforma de tecnologia entre empresas que conecta o sistema de pedido automatizado por computador com os centros de distribuição e fornecedores para assim reabastecer automaticamente o estoque.

Na Colômbia, operamos 10 centros de distribuição e 3 nós intermodais,localizados em Bogotá, Medellín, Cali, Santander e Atlantic Coast, com capacidade total de armazenamento de 256.452 metros quadrados.

No Uruguai, operamos 4 centros de distribuição e depósitos estrategicamente localizados em Montevidéu, com uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 40.000 metros

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

quadrados.

Na Argentina, nosso centro de distribuição está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, a uma distância média de 620 km de nossas lojas.

Os processos de logística e distribuição são organizados de acordo com os produtos e serviços vendidos nas lojas. Assim, os processos de distribuição são orientados pelos procedimentos descritos abaixo.

Supermercados, Hipermercados e formatos de Proximidade

Brasil

Em 31 de dezembro de 2020, o processo logístico para abastecimento das lojas dos formatos de supermercados, proximidade e hipermercados, operações de e-commerce, excluindo farmácias e postos de combustíveis, incluía 22 centros de distribuição localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal, correspondendo a uma capacidade total de armazenamento de aproximadamente 557.635 metros quadrados, incluindo os centros de distribuição próprios e terceirizados. O processo de distribuição da Companhia é realizado através de frota terceirizada.Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de centralização (percentual de receita proveniente de produtos oferecidos nas lojas que vem diretamente dos centros de distribuição) era de 75%.

Os pedidos feitos para os produtos não centralizados são feitos diretamente pelas lojas e entreguespelos fornecedores seguindo o modelo de suprimento conhecido como "Entrega Direta". Em 31 de dezembro de 2020, aproximadamente 20% das vendas das lojas corresponderam a produtos de "Entrega Direta", especialmente plantas ornamentais, cigarros, sorvetes, iogurtes e revistas.

Colômbia, Argentina e Uruguai

Em 31 de dezembro de 2020, o processo logístico de abastecimento de nossas lojas, supermercados e hipermercados, excluindo nossa operação de atacado de autosserviço na Colômbia, incluíam 18 centros de distribuição localizados na Colômbia, Argentina e Uruguai, correspondendo a 330.000 metros quadrados, incluindo os centros de distribuição próprios e terceirizados. Nosso processo de distribuição é feito por uma frota terceirizada.

Entrega de Alimentos (*e-commerce delivery*)

No Brasil, a Companhia opera 6 centros de distribuição dedicados as operações *on-line* nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e no Distrito Federal. Estes centros de distribuição são responsáveis pelas entregas tradicionais. Adicionalmente, algumas de nossas lojas também oferecem serviços de entrega Express (em até quatro horas).

Na Colômbia, operamos uma das maiores operações de e-commerce do país através de nossas vendas diretas on-line e no *marketplace*, e os novos canais, incluindo aplicativos de entrega. Para operar esses canais, a empresa possui uma rede dedicada de (i) centros de distribuição dedicados em Bogotá, atendendo principalmente às demandas não alimentares, (ii) armazéns em Medellín atendendo às

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

demandas do comércio eletrônico de alimentos e (iii) entregas de lojas utilizadas principalmente para atender a pedidos de aplicativos para entrega.

Drogarias

Os principais distribuidores farmacêuticos brasileiros e distribuidores regionais abastecem nossas drogarias em todo o país, com as quais celebramos contratos de fornecimento, com medicamentos e outros produtos, como cosméticos. O sistema de logística varia entre entregas centralizadas através de nossos centros de distribuição e entregas descentralizadas.

Postos de Combustíveis

Os postos de combustível da Companhia são abastecidos por fornecedores exclusivos. Em 2020,

a Companhia possuía dois fornecedores. Os pedidos de abastecimento são individualizados para cada um dos postos de combustível, podendo o combustível ser solicitado por ordens de compraou por abastecimentos diários pré-acordados nos termos do contrato de fornecimento celebrado

com cada posto de combustível. O transporte do combustível é realizado exclusivamente pelos fornecedores, sendo o descarregamento acompanhado pelos funcionários, por questões de segurança e controle de qualidade.

O processo para o gás natural veicular ("GNV") é diferente. A entrega do GNV é feita por fornecedores regionais diretamente aos respectivos postos e utilizando tubulações conectadas às caixas de entrada dos postos de combustíveis, as quais possuem medidores instalados e controlados pelas próprias concessionárias. Esses equipamentos fazem medições periódicas dos volumes de GNV fornecidos. O GNV é vendido mediante dispensadores conectados a essas caixas de entrada utilizando tubulações específicas.

c) característica do mercado de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados (*market share*)

A indústria de varejo de alimentos no Brasil é altamente fragmentada. De acordo com a ABRAS, as cinco maiores cadeias de supermercados representavam aproximadamente 38,9% da indústria de varejo de alimentos em 2019, contra 37,0% em 2018 e 39,7% em 2017. As vendas brutas consolidadas da Companhia representaram 15,1% das vendas brutas de toda a indústria de varejo de alimentos em 2018, contra 13,8% em 2017, segundo a ABRAS.

(ii) Condições de competição nos mercados

As maiores empresas do setor varejista de alimentos brasileiro são controladas por sociedades sediadas no exterior. A presença estrangeira no setor varejista de alimentos brasileiro começou com

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a rede varejista francesa Carrefour. Em 1995, a rede norte-americana Walmart (atualmente conhecido como Grupo BIG) ingressou também no mercado brasileiro principalmente por meio da aquisição de redes domésticas de varejo de alimentos, e a competição no setor intensificou-se. Assim, o setor varejista de alimentos no Brasil é altamente competitivo. Entretanto, estima-se que o nível de penetração de supermercados no Brasil, em termos de número de supermercados em relação à população e área do país, é menor que os níveis dos Estados Unidos, de muitos países da Europa Ocidental e de alguns outros países sul-americanos.

Recentemente, as principais empresas do setor varejista de alimentos, incluindo a Companhia, buscaram as seguintes estratégias:

- expansão da operação e na estratégia omnicanal;
- parcerias com aplicativos de entrega (last milers) e marketplace;
- migração de grandes lojas para lojas de menor formato, como lojas de proximidade;
- expansão das lojas de menor formato;

- investimento em reformas/renovações de lojas e na qualidade dos ativos em geral;
- foco nos programas de fidelidade para uma compreensão mais profunda dos hábitos de consumo;
- desenvolvimento e fortalecimento dos produtos de marca própria; e
- aumento das atividades promocionais dos hipermercados e supermercados, que foram os mais afetados pela migração de clientes para o setor de Cash and Carry.

Os concorrentes da Companhia variam de acordo com a localização geográfica. No Estado de São Paulo, os principais concorrentes do GPA no varejo alimentar são: Carrefour, Futurama, Mambo, Pastorinho, Sonda, Dia e Grupo BIG. Já na cidade de Brasília, os principais concorrentes são Big Box, Carrefour, Super Cei e Super Maia. No Estado do Rio de Janeiro, os principais concorrentes são Guanabara, Mundial, Prezunic e Zona Sul. Nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí, os principais concorrentes são os supermercados locais, além do Bompreço e GBarbosa.

O principal concorrente do Extra Hipermercado é o Carrefour, que opera lojas nas regiões Sudestee Sul do País, além do Grupo BIG, que opera com diferentes bandeiras nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em outros mercados regionais, a Companhia não concorre apenas dentro do setor varejista de alimentos organizado, mas também com várias redes de pequeno e médio porte, empresas familiares e empresas varejistas de alimentos.

Com relação ao comércio eletrônico de alimentos, através das bandeiras Pão de Açúcar e Extra, a Companhia é líder de mercado. Dentre os principais concorrentes na Companhia destacam-se Carrefour, Saint Marché, Mambo, Sonda e Zona Sul.

d) eventual sazonalidade

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia vivencia historicamente sazonalidade em seu resultado operacional principalmenteem virtude das vendas tradicionalmente mais intensas no quarto trimestre, época de festas e promoções do "*Black Friday*", relativamente recentes no Brasil e que também ajudaram a impulsionar as vendas no quarto trimestre das principais categorias de produtos não alimentícios.A receita média de vendas durante o quarto trimestre são geralmente 14% acima da receita médiade vendas durante os outros trimestres.

A Companhia vivencia também uma forte sazonalidade em seus resultados dos meses de março ou abril em virtude do feriado de Páscoa, em que são oferecidos produtos específicos para a ocasião, bem como no ano de Copa do Mundo da FIFA, em que alguns dos produtos apresentamaumento nas vendas.

A sazonalidade relacionada à disponibilidade de alguns produtos (tais como frutas e verduras) não afeta os resultados da Companhia devido à ampla e diversificada seleção de produtos que são oferecidas aos clientes.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controleou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável,

ii. eventual dependência de poucos fornecedores, e

iii. eventual volatilidade em seus preços

Em relação aos itens "i" e "iii" acima, a Companhia esclarece que, devido à sua base amplamente diversificada de produtos, não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

Para o item "ii", as compras de produtos alimentares provêm de um grande número de fornecedores não afiliados. Como resultado, não há dependência de um único fornecedor.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquidatotal.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquidatotal.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e históricode relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A operação de um empreendimento de varejo exige, em suas diversas etapas, contemplando desdea construção até a operação propriamente dita, um conjunto amplo de licenças e autorizações. Estas licenças e autorizações são concedidas por órgãos distintos para uma ampla gama de situações: viabilidade de implantação, remoção de solos, supressão de vegetação, execução da construção, utilização da área construída, segurança, etc.

As licenças e autorizações possuem fins diversos: fiscais, de engenharia, de segurança e ambientais, contemplando uma magnitude tal que precisa ser detalhada individualmente. Para o processo de construção até a operação de uma loja, é necessário obter até 86 licenças e autorizações.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, lei federal que estabelece a estrutura de proteção ambientaldo país, definindo, inclusive, órgãos legisladores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou todos os empreendimentos potencialmente poluidores ou geradores de impacto ambiental. A responsabilidade pela concessão, de acordo com legislação específica, é definida de acordo com as características do empreendimento e com as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, pelo impacto negativo ser reduzido.

A atuação desses órgãos é distinta, conforme o tipo de atividades a serem exercidas, sendo certo que as atividades exercidas pelo Grupo são, quando cabíveis, licenciadas pelas secretarias estaduais emunicipais.

As principais diretrizes do licenciamento ambiental estão traçadas na Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e traz um conjunto de normas para a preservação ambiental. O processo de licenciamento ambiental, em regra, possui três etapas. A primeira é a Licença Prévia (LP), que deve ser solicitada na fase de planejamento ou ampliação do empreendimento. Essa licença apenas aprova a viabilidade ambiental e estabelece condições parao desenvolvimento do projeto, mas não autoriza sua instalação. A Licença de Instalação (LI) autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes nos projetos aprovados, fixando cronograma para execução e medidas mitigadoras para a implantação e controle ambiental. A Licença de Operação (LO), que pode ser Estadual e/ou Municipal, por sua vez, autoriza a operação da atividade após a verificação do devido cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas nas licenças anteriores. Em alguns Estados e/ou Municípios, a atividade desenvolvida pelo GPA podeser dispensada ou ser inexigível de licenciamento ambiental, por exercer

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

atividade de baixo impacto ambiental. A Licença de Operações (LO) emitida é renovada de acordo com a periodicidade estipulada na legislação local onde a unidade está instalada a partir do atendimento das condicionantes da licença anterior emitida.

Além das licenças ambientais, existem outras licenças necessárias para a operação de cada estabelecimento. Dentre as principais licenças tem-se a licença de funcionamento ou alvará de funcionamento expedida pelas prefeituras. Esta é expedida após a aprovação de projeto de construção e obtenção do Habite-se; a licença emitida pelo Corpo de Bombeiros, que em muitos Estados é denominada AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e a licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária dos municípios. Outras licenças também são exigidas de acordo com a operação da unidade (loja, postos, drogarias e centros de distribuição), assim como legislações específicas dos Municípios e Estados para comercialização de sementes e mudas, carvão vegetal, anuências de concessionárias de água e esgoto, dentre outras.

Para a obtenção de qualquer uma das licenças e autorizações exigidas pode ser solicitada, pelos órgãos pertinentes, estudos técnicos e projetos complementares.

(b) política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e adoção de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteçãoambiental

O compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável a leva a buscar continuamenteo equilíbrio nas questões econômicas, sociais e ambientais em toda a sua cadeia de valor, o que, por sua vez, aumenta o valor não só da Companhia, mas também a preocupação com seus stakeholders e toda a sociedade.

As ações da Companhia focadas em seu desenvolvimento sustentável são comunicadas anualmente em no Relatório Anual e de Sustentabilidade, publicados e disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.

Desde 2014, a Companhia estabeleceu uma Política Ambiental para orientar as ações do grupo nesse tema. Ela tem como base os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas ("ONU"), a Política Ambiental do Grupo Casino e as Diretrizes de Sustentabilidade da Companhia e se baseia em seis eixos estratégicos:

(i) Gestão integrada e transparência;

(ii) Valorização da nossa gente;

(iii) Consumo e oferta consciente;

(iv) Transformação na cadeia de valor;

(v) Gestão do impacto ambiental; e

(vi) Engajamento com a sociedade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Alguns exemplos de ações que foram implementadas estão descritos no item 7.8 deste Formuláriode Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia é titular de diversas marcas e diversos nomes de domínio relevantes para o desenvolvimento das suas atividades. Tais marcas e nomes de domínio, bem como as possíveis consequência da perda de tais ativos, estão descritas na seção 9.1 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação nareceita líquida total do emissor

(Em milhões de reais)
Receita Líquida (mercado interno): 29.219
Receita Líquida Total: 51.253
Participação = 57%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação nareceita líquida total do emissor

(Em milhões de reais)
Receita Líquida (mercado externo): 0.0
Receita Líquida Total: 0.0
Participação = 0,0%

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida totaldo emissor

(Em milhões de reais)
Receita Líquida (mercado externo): 22.034
Receita Líquida Total: 51.253
Participação = 43%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O Grupo Éxito está sujeito a regulamentação governamental relativo a estabelecimentos comerciais e supervisão por autoridades competentes geralmente aplicáveis a questões ambientais, de saúde e comerciais. Para abrir e operar nossas lojas, precisamos registrar todas no registro comercial, obter a permissão de uso da terra e a certificação sanitária que atesta o cumprimento de questões relacionadas à segurança das instalações e ao nível de saneamento dos estabelecimentos. As lojas do Grupo Éxito devem ter um certificado de segurança emitido pelo respectivo corpo de bombeiros, o que indica que o estabelecimento possui os mecanismos e ferramentas de segurança para atender a uma emergência a qualquer momento. Em questões ambientais, cumprimos a gestão de resíduos, despejo e medição de ruído. Acreditamos que estamos em conformidade em todos os aspectos relevantes com todos os regulamentos e controlesaplicáveis em relação aos nossos negócios.

O Grupo Éxito é uma empresa registrada na Bolsa de Valores da Colômbia e, portanto, também está sujeita a regulamentos emitidos pela Superintendência Financeira, que incluem, mas não se limitam à divulgação de informações relevantes, a adoção de práticas de governança corporativa e relatórios financeiros. Acreditamos que estamos em conformidade em todos os aspectos relevantes com esses regulamentos.

As subsidiárias colombianas do Grupo Éxito desenvolvem seus negócios em diferentes setores, incluindo logística e transporte, viagens, telefonia móvel, produção industrial (alimentos e têxteis)e comércio eletrônico. Acreditamos que estamos em conformidade com todos os regulamentos materiais dessas indústrias.

Em termos de propriedade intelectual, acreditamos que o Grupo Éxito cumpre todas as regulamentações da Colômbia e de outros países em que opera, produz, distribui ou comercializaseus produtos ou serviços. Também possui as licenças necessárias para o uso de sinais distintivose outros direitos autorais dos quais não é o proprietário. Em relação aos direitos autorais, acreditamos que o Grupo Éxito está em conformidade com todos os regulamentos aplicáveis sobreo assunto e as condições definidas nos contratos para o uso de licenças de software. Acreditamostambém que a Éxito está em conformidade com os regulamentos atuais de proteção de dados pessoais e, além disso, de acordo com as boas práticas, implementou o princípio da responsabilidade comprovada voltada para a proteção de dados pessoais das partes interessadas.

Por fim, acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, o Grupo Éxito não esteja envolvido em nenhum processo ou investigação relacionada a questões regulatórias que possam gerar consequências materiais.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 Políticas socioambientais

A Sustentabilidade é intrínseca ao modelo de negócio da companhia. Nosso modelo de negócio contempla os temas socioambientais de forma transversal em todos os negócios, serviços e marcas do Grupo. Temos como compromisso pela sustentabilidade, ser um agente mobilizador na construção de uma nova agenda socioambiental e de governança, para uma sociedade mais inclusiva e sustentável. Nossa atuação está baseada em seis eixos estratégicos, estabelecidos de acordo os temas materiais de sustentabilidade, e alinhada às diretrizes adotadas globalmente pelo Grupo Casino:

- Gestão Integrada e Transparência: Consolidar as práticas Sociais, Ambientais e de Governança no nosso modelo de Negócio e garantir ética e transparência na relação com os nossos *stakeholders*.
- Valorização da Nossa Gente: Ser uma referência na promoção da diversidade, ética e sustentabilidade por meio dos(as) nossos(as) colaboradores(as) e marcas.
- Consumo e Oferta Consciente: Ampliar a oferta e apoiar o consumidor na escolha de produtos e atitudes mais saudáveis e sustentáveis.
- Transformação na Cadeia de Valor: Co-construir cadeias de valor comprometidas com o meio ambiente, as pessoas e o bem-estar animal
- Gestão do Impacto Ambiental: Combater as Mudanças Climáticas, inovando e aperfeiçoando a gestão ambiental de nossos negócios
- Engajamento com a Sociedade: Ser um agente mobilizador para a promoção de oportunidades mais inclusivas e justas para todos(as).

Para viabilizá-los, várias iniciativas vêm sendo implementadas nos últimos anos com a finalidade da Companhia ser, sempre, a primeira escolha dos clientes, gerando valor para o negócio e para milhares de vidas impactadas por ele.

Tópicos que destacamos de nossas operações em 2020:

1. **Diversidade e Inclusão:**

Em 2020, nós demos continuidade a agenda estratégica para combate a violência e discriminação e para a promoção dos direitos humanos. A respeito disso, nós destacamos as seguintes iniciativas:

- Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos: No ano de 2020, uma das ações de destaque foi o lançamento, em janeiro, da

7.8 - Políticas Socioambientais

Política de Diversidade, Inclusão e Direito Humanos. (https://www.gpabr.com/wp-content/uploads/2020/09/Policy-Diversity-GPA.pdf) , com diretrizes (gerais e específicas) relacionadas aos temas Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos e que se correlaciona com outras políticas e diretrizes corporativas. Esta política tem como objetivo dar transparência aos posicionamentos e direcionamentos do Grupo, para suas unidades de negócios e subsidiárias, visando um ambiente livre de discriminação, que fomenta e valoriza o respeito e a igualdade de oportunidades.

- Treinamentos e agenda formativa pelos diretos humanos: Em 2020, conduzimos uma agenda anual treinamentos online envolvendo todas as 41 regionais do GPA, assistidos pelos(as) Gerentes Regionais, Gerentes de loja e, Embaixadores(as) (multiplicadores da diversidade de cada loja), abordando temas de Diversidade, Inclusão, Compliance e Ouvidoria.
- Websérie: Em setembro, lançamos, na Universidade do Varejo, a série de treinamentos "Diversidade, Inclusão e Vieses Inconscientes", dividida em 10 capítulos sobre vieses inconscientes, empatia, e nossos temas prioritários. Aberto para todos(as) os(as) colaboradores(as) de sede e loja, foi classificado como obrigatório para gerentes e gestores(as) de loja e sede, chefes e líderes de operação e seção e colaboradores(as) das áreas de prevenção de perdas e segurança patrimonial. Ao todo, 92% do público convidado completou o treinamento.
- Programa de liderança feminina: Em 2020, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina, abordando temas como liderança inclusiva, autoconhecimento, forças pessoais e valores, estereótipos de gêneros, liderança e influência estratégica. O Programa, que foi obrigatório para 214 Gerentes mulheres de lojas, Cds e áreas corporativa em 2019 (das quais 25% receberam promoções após o programa), contemplou em 2020 261 mulheres colaboradoras em cargos de Coordenadoras, Consultoras e Chefes de Operação e Seção, e Secretárias.
- 4ª semana da diversidade: No ano de 2020, o GPA realizou a 4ª Semana da Diversidade pela primeira vez em formato 100% virtual, que aconteceu durante duas semanas, com a participação de 6.400 colaboradores(as) de loja e sede e prestadores(as) de serviço. De forma inédita, priorizamos a abordagem interseccional dos temas, discutindo, por exemplo, paternidade de pessoas trans, desafios específicos e de mulheres negras, autoestima da mulher com deficiência, entre outros. Durante a semana, dando continuidade à agenda de não-violência e não-discriminação que iniciamos em 2019, realizamos workshops focado para nossos(as) prestadores(as) de serviço e segurança, e outro para a área de prevenção de perdas e segurança patrimonial, dando destaque

7.8 - Políticas Socioambientais

especial à nossa agenda antirracista. Também foi realizado workshop com os times internos de Comunicação, Marketing e suas agências sobre comunicação inclusiva em parceria com a Aliança Sem Estereótipo da ONU Mulheres. Durante a semana, os(as) Embaixadores(as) da Diversidade (multiplicadores de lojas) também receberam treinamento específico sobre equidade racial e combate ao racismo.

- Grupos de afinidade: Em 2020, apoiamos a continuidade dos encontros e realização de ações propostas pelos nossos grupos de afinidade GPA Madiba (equidade racial) e Orgulho LGBTQIA+ que, em cenário de pandemia, passaram a realizar encontros online. Além disso, em parceria com o Comitê GPA pela Equidade de Gêneros, definimos a nova governança e formato de encontros a ser lançado em 2021.

Adicionalmente, em 2020 nós recebemos um importante prêmio:

- O GPA foi um dos vencedores do Prêmio Excelência Empresarial do Fórum Out & Equal LGBTQI+ Brasil 2020, realizado nos dias 02 e 03 de dezembro. A Out & Equal é uma organização que trabalha exclusivamente com a equidade LGBTQI+ no ambiente de trabalho e, por meio dos Prêmios de Excelência, reconhece empresas, indivíduos, e grupos de afinidade que fizeram um progresso significativo ao longo do último ano na defesa da diversidade e inclusão de pessoas LGBTQI+ no ambiente de trabalho. Entre os últimos progressos do GPA reconhecidos pelo Out & Equal estão: a atuação do grupo de afinidade Orgulho LGBTQIA+ GPA e Programa Embaixadores da Diversidade nas lojas; a publicação da Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos; o trabalho em conjunto com a Ouvidoria para garantir o respeito e não-discriminação no ambiente de trabalho; e a agenda de treinamentos para todos(as) colaboradores(as).

Todas essas iniciativas contribuíram para o aumento do percentual de cargos de liderança (gerentes e superiores) ocupados por mulheres atingindo 36,12%, o percentual de funcionários com deficiência para 3,91% e 37% de colaboradores(as) que se autodeclaram negro(as) em cargos de liderança

2. **Transformação da cadeia de valor**:

Avaliamos nossa cadeia de suprimentos, levando em consideração os riscos sociais e ambientais. Após priorizar categorias específicas da cadeia de suprimentos e de produtos, definimos um plano de ação de médio prazo, o qual incluiu as seguintes ações em 2020:

- Bem-Estar Animal: Em 2020, expandimos nosso compromisso

7.8 - Políticas Socioambientais

com o bem-estar animal, de maneira única no País, para diferentes elos da cadeia: ovos, frangos, suínos e bovinos. Para ovos, ampliamos o compromisso assumido em 2017, nos comprometendo a comercializar 100% dos ovos nas lojas do Pão de Açúcar, Extra e Compre Bem provenientes de galinhas livres de gaiolas até 2028. Para bovinos, até 2025, todos os fornecedores do Pão de Açúcar devem estar comprometidos publicamente com Política própria referente ao bem-estar animal. Para a cadeia de frango de corte, o GPA se compromete que, até 2028, 100% dos produtos de marcas exclusivas Qualitá e Taeq atenderão as tendências globais de bem-estar animal. Para a cadeia suína, 100% da carne comercializada no Pão de Açúcar, Extra e Compre Bem, será, até 2028 proveniente de fornecedores que contemplem o bem-estar animal, com a transição para gaiolas coletivas e ambientes produtivos que confiram conforto e segurança

- Condições de trabalho: o GPA, por meio do seu controlador, Grupo Casino, é membro da Iniciativa ICS. O ICS é uma iniciativa privada, com mais de 20 membros varejistas ativos comprometidos em garantir a conformidade social em suas cadeias de abastecimento. Para isso, temos como premissa a realização de auditorias sociais em fornecedores de países críticos e em nossas Marcas Exclusivas, que tem como objetivo verificar o respeito e a aplicação da Carta de Ética do GPA, o atendimento as leis nacionais, as recomendações da OIT e a Declaração dos Direitos Humanos. Em 2020, auditamos 84% dos fornecedores internacionais de países críticos, bem como 61% de nossos fornecedores brasileiros de marca própria
- Combate ao desmatamento: Desde 2016, o Grupo possui uma Política Socioambiental para Compra de Carne Bovina, atualizada em 2020, com procedimentos e critérios para a homologação de todos os fornecedores nacionais em todos os negócios da empresa, de forma a identificar a origem direta e garantir o cumprimento de critérios socioambientais, que são:

  - livre de desmatamento;

  - livre de invasão à unidades de conservação;

  - livre de invasão à terras indígenas;

  - livre de embargo do IBAMA;

  - livre de trabalho escravo;

  - com registro no cadastro ambiental rural (CAR) e licença ambiental

Na atualização da política, incluímos a obrigatoriedade de todos os frigoríficos aplicarem os critérios do protocolo unificado “Boi na Linha”, coordenado pela ONG Imaflora e aprovado pelo Ministério Público Federal (https://www.boinalinha.org/). Todos os atuais fornecedores do GPA estão autorizados a abastecer as unidades de negócio somente se

7.8 - Políticas Socioambientais

estiverem aplicando integralmente o protocolo unificado para todos os lotes de compra do Grupo e se tiverem suas fazendas de acordo com os critérios por ele estabelecidos (https: //www.gpabr. com / wp-content / uploads / 2021/03 / Pol% C3% ADtica-Socioambiental-de-Compras-de-Carne-Bovina.pdf).
Para garantir o cumprimento desses critérios, o fornecedor do frigorífico tem a obrigação de utilizar ferramentas de geomonitoramento para análise e homologação das fazendas com as quais pretende efetuar compras, garantindo o acompanhamento. Além disso, com o objetivo de reforçar a garantia de rastreabilidade da carne comprada pelo GPA, adotamos uma ferramenta própria de rastreabilidade e geomonitoramento em que os dados de origem direta da carne despachada são disponibilizados pelos fornecedores para cada lote de embarque ao GPA e, assim, são reanalisados para verificar a aderência aos critérios socioambientais. Este processo garante a aderência por lote de carne adquirida aos critérios definidos no Protocolo unificado Boi na Linha. Os fornecedores que se recusarem a cumprir os requisitos de implementação ou monitoramento ficam bloqueados e não podem fornecer nenhuma unidade de negócio do Grupo até a adequação. Desde 2017, 29 fornecedores(as) nacionais apresentaram não conformidades e foram bloqueados(as), dos quais 11 atenderam aos planos de adequação e 18 se mantinham bloqueados(as) ao final do período.

Além disso, em parceria com a Organização National Wildlife Federation (NWF), iniciamos em 2020 um projeto piloto de análise de risco do monitoramento socioambiental da cadeia dos(as) fornecedores(as) indiretos(as) usando a ferramenta de rastreabilidade VISIPEC) (www.visipec.com/) , a primeira capaz de conectar fornecedores(as) diretos(as) e indiretos(as), permitindo uma visualização expandida da cadeia de fornecimento dos frigoríficos brasileiros.
Com isso, aprofundamos nosso entendimento e reflexões para o desafio e soluções do monitoramento do impacto socioambiental da cadeia de pecuária, com extensão pecuaristas indiretos(as)

Também em 2020, publicamos nossa Política Social e Ambiental para Compra de Produtos de Óleo de Palma (https://www.gpabr.com/wp-content/uploads/2020/12/Pol%C3%ADtica-Socioambiental-de-Compras-de-Produtos-com-%C3%93leo-de-Palma.pdf), para garantir a transparência da cadeia de abastecimento do óleo usado em produtos de Marcas Próprias.

3. **Gestão do Impacto Ambiental e Consumo e Oferta Consciente:**

Em 2020, publicamos uma nova versão da nossa Política de Gestão Ambiental (https://www.gpabr.com/wp-content/uploads/2021/04/Pol%C3%ADtica-de-Gest%C3%A3o-Ambiental-GPA.pdf), que apresenta os princípios, compromissos e

7.8 - Políticas Socioambientais

diretrizes que norteiam a atuação da empresa em gestão ambiental em 4 temas: reduzir as emissões de gases de efeito estufa, garantir o uso sustentável dos recursos naturais, reduzir a geração de resíduos e proteger os ecossistemas naturais e a biodiversidade. Alguns destaques de 2020:

- Combate às mudanças climáticas: Desde 2013, aderimos ao Carbon Disclosure Project (CDP), mecanismo do setor financeiro para incentivar a transparência sobre as emissões. Nos últimos três anos, continuamos a melhorar de forma consistente nossa pontuação do CDP, que reflete o progresso na gestão do clima, em linha com nosso compromisso de reduzir as emissões. Nossa nota passou de D em 2018 para B em 2020. Alinhada à essa evolução e em linha com os compromissos do nosso controlador, divulgamos em 2020, um compromisso de reduzir 30% de nossas emissões de gases de efeito estufa até 2025 (base 2015), vinculando essa meta a remuneração variável de nossos a partir de 2021.
- Eficiência Energética: Além disto, continuamos investindo em projetos que melhorem a eficiência energética das nossas lojas, o que nos permitiu reduzir o nosso consumo de energia por metro quadrado em 9,5% entre 2015 e 2020. E, ampliamos nosso número de lojas no mercado Livre, em linha com o nosso compromisso de atingir 94% em 2024.
- Geração de resíduos e logística reversa: Buscamos constantemente como minimizar e prevenir a geração de resíduos em nossas operações. Em 2020, atingimos um percentual de valorização de resíduos de 27%, um amento de 2 p.p em relação a 2019. Devido à pandemia de Covid-19, as operações das Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever foram suspensas em março, voltando gradualmente a partir do final de julho, respeitando todos os procedimentos de segurança e particularidades de cada uma das cooperativas em relação ao seu funcionamento (por exemplo flexibilização de horários, redução de cooperados, etc.).
- Combate ao desperdício de alimentos: Em 2020 aumentamos o volume de alimentos doados (frutas, legumes e hortaliças impróprias para venda, mas próprias para consumo) para instituições sociais parceiras do Instituto GPA em 24% se comparado a 2019, atingindo 3,6 toneladas, reduzindo assim o desperdício de alimentos.

4. Engajamento da Sociedade

O Instituto GPA, braço social do GPA, é o responsável pela estratégia e operacionalização do investimento social do grupo. Em 2020, por conta da pandemia da Covid-19, diversas ações do Instituto GPA foram repensadas e reestruturadas dentro desse novo cenário, além de grande parte de nossas ações ficarem voltadas ao apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade. Podemos destacar:

- Agenda solidária: Em 2020, diante do cenário desafiador da

7.8 - Políticas Socioambientais

Covid-19, concentramos nossos esforços em doações para instituições sociais parcerias para o enfrentamento à pandemia. Ao todo, com o apoio de nossos clientes e colaboradores, nossas marcas doaram mais de 5.900 toneladas de alimentos e produtos de higiene e limpeza para apoiar mais de 643 mil famílias de todo o Brasil.

- Combate à violência doméstica: Aderimos ao Programa "Você Não Está Sozinha", iniciativa do Instituto Avon, para o enfrentamento da violência contra a mulher e disponibilizamos nos aplicativos e sites de nossas bandeiras, banners que direcionam para uma página online com conteúdos sobre o tema, onde mulheres em situação de violência podem entrar em contato com uma assistente virtual via WhatsApp, que as ajudará informando sobre os serviços públicos disponíveis na rede de segurança e indicará quais recursos elas poderão acessar.
- Empreendedoras Periféricas: Em 2020, o Extra, por meio do Instituto GPA, criou o projeto Empreendedoras Periféricas, em parceria com a Fundação Tide Setubal, instituição que promove a justiça social e o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas. O Projeto promoveu o apoio técnico e financeiro para 17 micro e pequenas empreendedoras negras durante três meses para a sustentabilidade dos negócios no período de pandemia, fortalecendo o empreendedorismo e inclusão socioeconômica feminina e o potencial de transformação que esses empreendimentos e essas mulheres têm na vida de outras mulheres, em seus territórios, comunidades e em toda a sociedade.
- Casa Pretahub: O Extra, por meio do Instituto GPA, apoiou a Casa PretaHub, espaço criado em 2020 pela PretaHub – hub de criatividade, inventividade e tendências pretas – para impulsionar a transformação digital de afroempreendedores(as). O apoio financeiro do Extra foi investido na reforma e adequação do espaço, com atenção especial a dois deles: uma sala de aulas, palestras e oficinas e uma cozinha para realização de aulas e eventos presenciais ou online.
- Projeto NATA: escola de educação profissionalizante que forma jovens em Padaria e Laticínios. O curso tem duração de três anos, com carga horária de mais de 3.000 horas. É um modelo integrado de educação geral e profissional, buscando sempre complementar o processo de ensino, combinando atividades de vivências e estágios nas lojas do GPA. Os alunos se formam com potencial de empregabilidade para a indústria, varejo e empreendedorismo, principalmente no segmento de panificação e confeitaria. Em 2020, devido à pandemia Covid-19, as atividades em sala de aula foram suspensas e todo o programa foi convertido em atividades de ensino à distância. Os conteúdos didáticos foram publicados na Plataforma disponibilizada pela SEEDUC. Em 2020, 342 alunos

7.8 - Políticas Socioambientais

concluíram o curso.

- Programa Prosperar: Em 2020 contribuiu para a formação acadêmica de 43 jovens com alto potencial de desenvolvimento, mas com condições financeiras limitadas. Oferece bolsas de estudo e de auxílio alimentação, moradia, transporte para alunos de baixa renda para inscrição em cursos de graduação em Administração de Empresas ou Administração Pública na conhecida Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Relatório Anual e de Sustentabilidade

Conforme informado no Comunicado Externo nº 017/2011 – DP de 23/12/2011 da B3, a Companhia adota práticas de sustentabilidade e divulga, anualmente, o Relatório Anual de Sustentabilidade ("Relatório") para reportar seu desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental. O relatório referente ao exercício de 2020 estará disponível para consultas no endereço http://www.gpari.com.br/, na seção Informações Financeiras, no item Relatórios Anuais. No intuito de reforçar a sustentabilidade como pilar estratégico dos negócios, a Companhia está em linha com as diretrizes do Grupo Casino.

Os relatórios referentes aos exercícios de 2014 a 2019 também estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia, no endereço http://www.gpari.com.br/, seção Informações Financeiras, item Relatórios Anuais.

O relato obedece à metodologia Casino considerando o período de 1° de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 para os indicadores de desempenho e o período de outubro de 2019 a setembro de 2020 para os indicadores ambientais. Os temas e tópicos priorizados neste relatório estão de acordo com o estudo de materialidade e o conjunto de compromissos de sustentabilidade alinhados com as políticas adotadas globalmente pelo Grupo Casino, bem como a correspondência aos temas GRI (Global Reporting Initiative) e também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, conforme segue:

- 02 - Fome e Agricultura Responsável
- 04 – Educação de Qualidade
- 05 – Igualdade de Gênero
- 07 – Energia Acessível e limpa
- 08 – Trabalho decente e crescimento econômico
- 10 – Redução das desigualdades
- 12 – Consumo e produção responsáveis
- 13 – Ação contra a mudança global do clima
- 15 – Vida Terrestre
- 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

A Companhia, para apresentar o relatório anual de sustentabilidade, passa

7.8 - Políticas Socioambientais

pelo processo de asseguração limitada sobre os indicadores definidos em escopo da empresa KPMG Assurance Services Ltda.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foramdivulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operaçãonormal nos negócios do emissor nos últimos três exercícios.

Para histórico de operações, vide itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nosúltimos três exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamenterelacionados com suas atividades operacionais

Contratos relacionados à Cisão de Sendas

Em razão da cisão da Sendas, a Companhia celebrou com a Sendas Acordo de Separação, conexo a outros acordos, para possibilitar a realização da cisão e prever o fornecimento de serviços empresariais chave pela CBD à Companhia por um período de tempo após à reorganização. Neste sentido, este acordo prevê que após a conclusão da cisão haverá a separação de ativos, funcionários, passivos e obrigações (incluindo investimentos, propriedades, benefícios trabalhistas e obrigações fiscais) entre a CBD e a Companhia, sendo esta separação atribuível a períodos anteriorese posteriores à separação.

Acordo de Separação

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia e Sendas celebraram Acordo de Separação que estabelece as principais ações a serem tomadas em relação à reorganização e à cisão parcial, cujas principais características seguem abaixo:Transferência de Ativos e Assunção de Passivos. O Acordo de Separação identifica os ativos a serem transferidos, passivos a serem assumidos e contratos a serematribuídos, rescindidos e/ou cedidosà Companhia e/ou à CBD, conforme o caso, como parte das transações internas a serem efetivadas antes, durante e após a cisão parcial, com o objetivo de garantir que, quando da conclusão da cisão, tanto a Companhia quanto a CBD detenham os ativos que necessitam para manter sua ativiade operacional.O Acordo de Separação prevê uma descrição geral de quando e como tais transferências ocorrerão, e deve ser lido e interpretadojuntamente com seus contratos acessórios, necessários para consecução para a transferência de bens e passivos previstos na legislação brasileira.Condições.

O Acordo de Separação será automaticamente rescindido, caso a cisão parcial não seja concluída até 30 de junho de 2021, além defornecercertas condições a serem atendidas para a conclusão da cisão parcial.Cláusulas comuns aos acordos. Todos os acordos, arranjos, compromissos e entendimentos com terceiros que contemplam tanto a Companhia quanto a CBD como partes, beneficiários, garantidores e/ou de qualquer forma criam uma obrigação,tanto para a Companhia quanto para a CBD, serão automaticamente rescindidos quando da conclusão da cisão parcial, exceto quando tal rescisão acarrete em perdas para a Sendas e para a CBD, caso em que tal rescisão será tratadapelo Comitê de Transição (conforme definido abaixo).

Arranjos intercompany.

Todos os acordos, arranjos, compromissos e entendimentos, incluindo a maioria das contas intercompanya pagar ou contas a receber, celebrados entre a Companhia e a CBD, serão rescindidos a partir da conclusão da cisão parcial, exceto para acordos e arranjosque pela natureza, dependem de um período de transição devido asua complexidade.Comitê de Transição. Até 15 dias após a aprovação da cisão parcialem assembleia extraordinária de acionistas da CBD, realizada em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e a CDB criaramum Comitê de Transição para tratar de assuntos relacionados à reorganizaçãode ambas as empresas, que serão compostos por três membros indicados pela Companhia e três membros indicados pela CBD. O Comitê de Transição terá competênciapara decidir sobre questões relativas à reorganizaçãoque não precisam ser deliberadasem reunião do conselho de administração e/ou em assembleia geral de acionistasdas companhias.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Declarações e Garantias.

A Companhia e a CBD fornecem garantias habituais quanto asuarespectiva capacidade de celebraro Acordo de Separação. Exceto caso expressamente estabelecido no Acordo de Separação ou qualquer contratoacessório, a Companhia e a CBD não farãoqualquer declaração ou prestarão qualquer garantia quanto aos ativos, negócios ou passivos transferidos ou assumidos como parte da separação, ou quanto à suficiência legal de qualquer cessão, documento ou instrumento entregue para transmitir título a qualquer ativo ou coisa de valor a ser transferido em conexão com a cisão parcial. Exceto casoexpressamente estabelecido no Acordo de Separação e/ou em outros contratos acessórios ou conforme previsto em lei, conforme aplicável, todos os ativos serão transferidos da forma em que se encontram quando da conclusão da cisão.Indenização.

A Companhiae a CBD se responsabilizam em indenizar cada um de seus diretores, gerentes, membros, representantese funcionários contra determinadospassivos incorridos em relação à cisão e aos negócios da Companhia e de CBD. Além disso, oAcordo de Separação prevê indenização decorrente dequebrado contrato, ou em caso qualquer declaração ou garantia se prove falsa ou incorreta eem relação a certos outros ativos e passivos especificados no Acordo de Separação.Liberação de Reivindicações. A Companhia e CBDconcordam em liberar outros afiliados, sucessores e cessionários, e todas as pessoas que antes da conclusão da cisãoforam diretores, gerentes, representantesou funcionários e seus respectivos herdeiros, sucessores e cessionários, de quaisquer reivindicações contra eles que surjam ou se relacionem com atos, fatos ou omissões ocorridas antes da cisão e quaisquer atos, fatos ou omissões que se relacionam com a reorganização e a cisão.Prazo/Vigência. Antes da conclusão da cisão,a CBD terá o direito unilateral de rescindir o Acordo de Separação, observado que, após a conclusão de referida cisão, a Companhia e CBD não poderão, em qualquer hipótese, rescindir referido acordo.Outros Assuntos. Outros assuntos regidos pelo Acordo de Separação incluem mas não se limitam,aarranjos de seguros, confidencialidade, proteção de dados, assistência mútua e troca de informações após a conclusão da cisão, tratamento e substituição de garantias cruzadas, condução de litígios e questões fiscais após a cisão, e transferência e acesso após a reorganizaçãoa determinados livros e registros.Lei Aplicável. O Acordo de Separação é regido pela leis da República Federativa do Brasil.

Acordos Empregatícios

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhiae a CBD celebraram Acordo Empregatício, que dispõem sobre a transferência de empregados após a realização da cisão parcial, no que diz respeito à transferência de empregados para a Companhia e CBD, a alteração do stock option planda CBD e a criação de novos stock option planpara osdiretores e funcionáriosda Companhia, bem como os arranjos relativos a acordos, entendimentos e/ou representações com sindicatos.

Acordo de Gestão Cruzada.

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhiae a CBD celebraram Acordo de Gestão Cruzada, que define os termos da contratação de pessoasque farão parte do conselho de administração e da diretoria de ambas as companhias, bem como define as hipóteses de indenização em relação ao exercício de suas funções na Companhia e/ou na CBD, conforme o caso.Contrato de Proteção de Dados.

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhiae a CBD celebraram Acordo de Proteção de

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Dados, com o intuito de estabelecer obrigações para o cumprimento,por ambas as partes, de a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018("LGPD"), regras quanto ao compartilhamento de dados entre a Companhia e CBD e regras de indenização relativas a quaisquer penalidades, danos e/ou perdas que possam resultar do descumprimento da LGPD por qualquer uma das partes.

Acordo de gestão de lojas de terceiros

Em 12 de janeiro de 2021, a Companhia e CBD celebraram Contrato de Gestão de Lojas de Terceiros, o qual define compromisso da Companhia com CBD em relação ao engajamento de determinada subsidiária da CBD para gerenciar certos imóveis alugados ou sublocados pela Companhia.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foramdivulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do Emissor.

a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando sualocalização

Os principais ativos imobilizados da Companhia são os imóveis em que estão localizadas as suas lojas(sejam próprios ou locados de terceiros), as benfeitorias e melhoramentos realizados nesses imóveis e os demais ativos imobilizados neles localizados, tais como edificações, equipamentos, *hardware*, imobilizados em andamento, instalações, móveis e utensílios, além de terrenos, com relação aos imóveispróprios.

A tabela abaixo indica os valores (em milhares de Reais) dos ativos imobilizados acima mencionados,em 31 de dezembro de 2020:

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes – Outros

Estado	Terrenos	Edifícios	Benfeitorias e Melhora-mentos	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instala-ções	Imobiliza-ç ões em Andament o	Outros	CL - Equipamentos	CL - Edifícios	CL - Terrenos	Software	Ágio	Fundo de Comercio	CL – Software	CL – Fundo de Comércio	Marcas
AL	24.173.537,83	34.449.544,68	13.209.476,77	5.339.529,18	1.837.016,49	1.628.127,16	24.361,16	200.331,16	-	-	-	358.433,06	-	-	-	-	-
AM	-	-	69.301,35	8.391,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	40.275,01	42.466.531,57	19.013.362,94	6.361.497,23	279.637,56	1.262.647,63	196.645,44	-	11.995.349,37	-	153.597,90	-	-	-	-	-
CE	20.661.715,53	22.200.767,17	78.546.845,72	53.726.923,27	14.043.909,79	8.130.128,56	664.828,35	1.041.626,71	-	107.169.943,94	-	402.453,46	-	-	-	-	-
DF	32.399.449,00	62.234.038,54	50.052.354,41	28.144.910,41	16.517.682,91	6.252.862,61	28.455,46	1.058.182,25	-	1.451.701.465,94	-	911.073,72	-	-	-	-	-
GO	12.029.751,76	385.865,72	22.878.394,09	7.732.049,36	3.677.221,27	2.107.050,50	397.458,45	57.587,80	-	34.641.555,19	-	167.735,94	-	6.609.808,76	-	-	-
MG	-	783.845,48	47.541.903,57	10.866.248,07	3.892.151,85	4.752.688,69	1.773.810,80	245.276,46	-	4.436.077,69	-	247.554,97	-	-	-	-	-
MS	22.129.519,76	9.177.212,71	14.218.721,26	6.725.404,26	2.206.587,24	2.061.067,97	4.085,25	20.590,46	-	-	-	117.227,82	-	-	-	-	-
MT	-	28.058,44	153.210,15	6.115.416,42	3.480.945,97	118.936,41	14.253,41	100.324,23	-	-	-	94.090,43	-	-	-	-	-
PB	22.725.400,48	26.487.960,19	32.752.143,53	10.891.608,87	3.897.981,18	2.574.007,75	174.426,46	713.944,76	-	7.500.525,54	-	160.535,90	-	-	-	-	-
PE	8.528.022,75	33.214.599,09	64.922.808,07	47.221.642,15	13.581.103,53	5.280.836,28	250.026,40	996.096,51	-	192.360.177,13	-	777.147,69	-	-	-	-	-
PI	-	12.244.464,13	13.339.441,03	11.240.559,75	4.113.686,45	1.821.270,89	34.744,62	431.779,19	-	52.251.206,01	-	163.238,80	-	-	-	-	-
PR	-	83.242,28	10.577.151,10	3.678.991,80	960.680,01	1.353.341,94	11.866,31	114.264,55	-	3.557.594,00	-	112.268,32	-	-	-	-	-
RJ	88.344.776,00	78.531.413,74	324.355.787,84	170.622.678,88	56.276.278,35	43.793.724,94	12.993.325,34	3.018.058,68	-	381.721.966,76	-	9.240.334,05	-	-	-	-	-
RN	29.959.657,93	17.087.703,22	22.730.534,31	6.508.963,95	2.159.978,13	2.634.266,65	29.684,40	278.184,23	-	4.076.380,93	-	49.003,49	-	-	-	-	-
SE	-	31.916.106,70	5.917.510,22	4.639.824,80	4.850.699,07	616.494,32	88.441,26	31.135,64	-	11.785.479,74	-	1.998.501,14	-	-	-	-	-
SP	343.925.278,04	421.396.831,64,46	1.249.193.022,49	593.904.163,70	246.588.591,03	125.081.223,02	97.691.678,52	19.217.894,22	0,05	2.018.564.901,12	-	897.570.579,07	502.137.831,03	40.161.598,28	35.936.682,86	567.064.685,86	-
TO	3.935.371,50	5.812.905,34	16.282.883,62	2.595.771,70	1.697.557,03	1.384.646,71	26.250,05	64.170,29	-	-	-	25.545,17	-	-	-	-	-
International	2.931.187.522,80	3.657.925.166,58	402.791.978,80	780.023.558,82	319.856.432,47	73.129.688,76	97.529.656,13	6.213.907,07	48.999.999,95	2.183.237.376,64	2.983.805,09	117.450.679,07	247.862.168,97	-	-	-	3.734.000.000,00

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Total Geral	3.540.000.000,00	4.414.000.000,00	2.412.000.000,00	1.769.000.000,00	706.000.000,00	283.000.000,00	213.000.000,00	34.000.000,00	49.000.000,00	6.465.000.000,00	2.983.805,09	1.030.000.000,00	750.000.000,00	46.771.407,04	35.936.682,86	567.064.685,86	3.734.000.000,00

b) ativos intangíveis tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratosde transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores daCompanhia, informando: (i) duração, (ii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, e (iii) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Ativo	**Marcas**
Descrição	Em 31 de dezembro de 2020, as marcas das bandeiras mais importantes da Companhia (Pão de Açúcar, Extra, Qualitá, Taeq e Compre Bem, entreoutras) estavam devidamente registradas no INPI, e nessa mesma época a Companhia tinha, aproximadamente, 2.239 marcas registradas ou em processo de registro no Brasil e no Exterior, sendo 2.040 destas no Brasil. ACompanhia não detinha qualquer patente registrada em 31 de dezembro de 2020. A Companhia possui registros válidos, ou pedidos de registros em andamento,para as marcas utilizadas na identificação de seus principais produtos e serviços.
i. duração	O registro das marcas no Brasil tem prazo de 10 anos (contados de sua concessão ou prorrogação), prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos.
i. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos	No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise podem ser negados ou contestados como, por exemplo,através de oposição. Os registros de marca já concedidos podem ser igualmente contestados como, por exemplo, através de processos de nulidadeou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida no certificado de registro. A manutenção dos registros das marcas é realizada através do pagamento de contribuições periódicas ao INPI. O pagamento dasdevidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. Alguns dos registros e pedidos de registro de marcas da Companhia no exterior estão sendo contestados pormeio dos procedimentos acima informados e aguardam decisão definitiva a respeito da titularidade. As defesas e os recursos pertinentes foram apresentados conforme o caso. No âmbito judicial, um registro de marca já concedido pelo INPI pode ser contestado em juízo por um terceiro interessado. Ainda, embora a Companhiaseja titular dos registros de suas marcas, e mantenha controle e monitoramentosobre elas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que aCompanhia está violando seus direitos de propriedade intelectual. No entanto,a Companhia entende que o risco deste tipo de demanda é baixo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ousemelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, umavez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe,ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas
	atividades.

Ativo	**Nomes de Domínios**
Descrição	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era titular de mais de 400 domínios diferentes, especialmente: *www.gpabr.com, www.extra.com.br,www.paodeacucar.com.br, www.paodeacucar.com, www.deliveryextra.com.br*
i. duração	No Brasil, o prazo de validade dos domínios varia de acordo com o registro. ACompanhia pode pedir prazo de 1 a 10 anos, de acordo com a importância donome para ela, o que quer dizer que ela pede prazo maior para os nomes de domínio mais importantes, como os domínios elencados acima.
ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos	O não pedido de renovação do registro na entidade em que o nome está registrado ou a falta de pagamento das renovações no tempo estipulado podemcausar a perda dos direitos relativos a esses ativos.
iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos de utilizar os domínios e implica a impossibilidade de impedir terceiros de solicitar registrodos nomes de domínio idênticos ou semelhantes. Após o prazo ordinário de renovação, existe um prazo extraordinário, que varia de acordo com a entidade,para pedir renovação. No entanto, neste prazo a entidade está aberta a pedidos de terceiros também. Após o prazo, o domínio é excluído e se torna disponível para registro por terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1(b) Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor
Marcas	Todas as marcas listadas no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap. 9.1-Outros – item (i)	Vide cap. 9.1-Outros – item (ii)	Vide cap. 9.1-Outros – item (iii)
Nome de domínio na internet	Todos os domínios listados no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap. 9.1-Outros – item (i)	Vide cap. 9.1-Outros – item (ii)	Vide cap. 9.1-Outros – item (iii)

Investimento	Δ
dez/20	10,76%

c) Sociedades em que a companhia detém participação e a respeito delas informar:

(i) denominação social,
(ii) sede,
(iii) atividades desenvolvidas,
(iv) participação do emissor,

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

(v) ***se a sociedade é controlada ou coligada,***

(vi) ***se possui registro na CVM,***

(vii) ***valor contábil da participação,***

(viii) ***valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários,***

(ix) ***valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais,de acordo com o valor contábil,***

(x) ***valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais,de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados,***

(xi) ***montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais,***

(xii) ***razões para aquisição e manutenção de tal participação***

Na data de apresentação deste Formulário, nossa Companhia detinha participação direta ouindireta considerada relevante nas seguintes sociedades:

i. Denominação Social	**GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda.**
ii. Sede	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3172, 3º andar, Jd. Paulista, SãoPaulo/SP, CEP 01402-000
iii. Atividades desenvolvidas	Gestão e administração de propriedade imobiliária
iv. Participação do emissor	100%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 21.850.953,42**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

dez/19	-17,13%	
dez/18	-21,12%	

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	-
dez/19	-
dez/18	-

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A sociedade foi constituída, e é mantida, pela Companhia para reunirtoda a administração de imóveis próprios e contratos de locação do Multivarejo de forma ordenada e racional.

i. Denominação Social	**GPA Logística e Transportes Ltda.**
ii. Sede	Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3172, 3º andar, Jd. Paulista, SãoPaulo/SP, CEP 01402-000
iii. Atividades desenvolvidas	Transporte de cargas
iv. Participação do emissor	100%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 61.612,52**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

Investimento GPA Log	Δ
dez/20	102,35%
dez/19	-80,29%
dez/18	-52,56%

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	-
dez/19	-
dez/18	-

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A sociedade foi constituída, e é mantida, pela Companhia para reunir todas as operações de logística do Multivarejo de forma ordenada eracional.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

i. Denominação Social	**Financeira Itaú CBD Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**
ii. Sede	Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 9ºandar, Pq. Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04344-902
iii. Atividades desenvolvidas	Administração de cartões e oferta de crédito para consumo no varejo
iv. Participação do emissor	17,88%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Coligada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 370.169.968,08**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	
x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A

Investimento	Δ
dez/20	27,93%
dez/19	43,48%
dez/18	30,18%

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	36.784.675,04
dez/19	34.724.402,40
dez/18	25.391.700,75

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A sociedade foi constituída pelo Grupo Pão de Açúcar em parceria com o Itaú Unibanco, com vistas a atender a demanda de tomada de crédito pelos consumidores da Companhia no pagamento de produtos adquiridos nas suas lojas. A participação é mantida em razão dos bons resultados que a sociedade apresenta de forma contínua.

i. Denominação Social	**Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à r.l.**
ii. Sede	14, Rue Edward Steichen, L-2540, Luxemburgo, Luxemburgo.
iii. Atividades desenvolvidas	Participação em outras sociedades
iv. Participação do emissor	100%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**(-) R$ 20.486,29**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

Investimento	Δ
dez/20	117,53%
dez/19	138,35%
dez/18	51,15%

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A

xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

Dividendos provisionados	R$
dez/20	-
dez/19	-
dez/18	-

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A sociedade foi constituída como parte da estratégia de reorganizaçãodo e- commerce, e é veículo da participação indireta da Companhia naCnova N.V., sociedade sediada na Holanda que concentra as operações do varejo eletrônico do Grupo Casino fora do país (sites CDiscount e outros).

i. Denominação Social	**Cnova N.V**
ii. Sede	Amsterdam – Países Baixos – Rua Strawin-skylaan 3051
iii. Atividades desenvolvidas	Participação em outras sociedades
iv. Participação do emissor	33,98%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Coligada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**(-) R$ 591.307.720,59**

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

Investimento	Δ
dez/20	53,38%
dez/19	38,37%
dez/18	38,29%

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A

i. Denominação Social	**SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda.**
ii. Sede	Av. Aricanduva, 5.555, Edif. Shopping Interlar, Conj. 2, Setor AncoraE, São Paulo/SP, CEP 03527-000
iii. Atividades desenvolvidas	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
iv. Participação do emissor	100%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 313.236.159,35**

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

Investimento	Δ
dez/20	13,58
dez/19	270,47%
dez/18	N/A

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	-
dez/19	-
dez/18	-

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	Em 13 de abril de 2018, a SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. foi constituída pela Companhia para abrigar novas lojas sob a bandeira Compre Bem, focada no segmento do varejo alimentar, como parte da estratégia de expansão do alcance do grupo ede diversificação dos formatos de lojas. A Companhia pretende mantero investimento, tendo em vista se encontrar em estágio inicial. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

i. Denominação Social	**James Intermediação Ltda.**
ii. Sede	Avenida Vicente Machado, 317, 14º andar, Centro, Curitiba/PR,CEP 80420-010
iii. Atividades desenvolvidas	Plataforma multisserviço de encomenda e entrega de diversos produtos
iv. Participação do emissor	100%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 19.521.431,97**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

Investimento	Δ
dez/20	25,06
dez/19	-13124,51%
dez/18	N/A

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	-

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

sociais	dez/19	-
	dez/18	-

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A sociedade foi adquirida pela Companhia em dezembro de 2018 como parte da estratégia de transformação digital da Companhia e complemento aos métodos de entrega que a Companhia disponibiliza aseus clientes. A Companhia pretende manter sua participação na James Intermediação Ltda. tendo em vista o estágio inicial do investimento.Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

i. Denominação Social	**Cheftime Comércio de Refeições S.A.**
ii. Sede	Rua Haroldo Gurgel, 360, Sala B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05514-031
iii. Atividades desenvolvidas	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar.
iv. Participação do emissor	79,57%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 2.893.179,69**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	

Investimento	Δ
dez/20	82,61%
dez/19	2120,83%

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	-
dez/19	-

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A sociedade foi adquirida pela Companhia em novembro de 2019,como parte da estratégia de inovação da Companhia, de modo a complementar sua atividade alimentar, passando a vender kits para preparo de refeições em domicílio e refeições prontas.
	A Companhia pretende manter sua participação na Cheftime Comérciode Refeições S.A. tendo em vista o estágio inicial do investimento. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nestasociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

i. Denominação Social	**Stix Fidelidade e Inteligência S.A.**
ii. Sede	Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 3227, 4º andar, Jardim Paulista, SãoPaulo/SP, CEP 01401-002
iii. Atividades desenvolvidas	Desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes em razão do consumo de bens e serviços pela sociedade e seus parceiros.
iv. Participação do emissor	66,67%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 9.099.470,29**

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	**Investimento**: dez/20; **Δ**: -367350,28%
x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	N/A
xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	A Stix Fidelidade e Inteligência S.A. trata-se de uma associação entre aCompanhia e a Raia Drogasil S.A. para criação de um programa de fidelidade do varejo. A criação desta sociedade foi finalizada em fevereiro de 2020, após a aprovação da transação pelo CADE.

	A Companhia pretende manter sua participação na Stix Fidelidade e Inteligência S.A. tendo em vista o estágio inicial de seu desenvolvimento. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nestasociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

i. Denominação Social	**Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”)**

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

ii. Sede	Carrera 48 n° 32B Sur – 139, Envigado, Departamento de Antioquia,Colômbia
iii. Atividades desenvolvidas	Comércio varejista e atacadista alimentar e de produtos ancilares
iv. Participação do emissor	96,57%
v. Se a sociedade é controlada ou coligada	Controlada
vi. Se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM
vii. Valor contábil da participação	**R$ 10.479.959.054,89**
viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	N/A
ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	N/A
x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	N/A
xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	

Dividendos provisionados	R$
dez/20	1.309.925.303,43
dez/19	40.441.059,57

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação	O Éxito foi adquirido pela Companhia em novembro de 2019, por recomendação de seu acionista controlador final, Casino, parasimplificação da estrutura do Casino na América Latina. O Éxito é umadas maiores redes de mercado na Colômbia, com forte presença não apenas no setor alimentar, mas também têxtil, eletroeletrônico, de galerias, entre outros.
	A Companhia pretende manter seu investimento no Éxito por conta doresultado que tal sociedade vem apresentando nos últimos anos. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nestasociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ao invés de descrever a extensa lista de ativos, a Companhia entende ser mais útil e proveitoso aos seus acionistas ainformação incluída no item 9.1 (Bens do ativo não-circulante outros), segundo o qual é possível analisar a distribuiçãogeográfica dos principais ativos imobilizados da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Todas as marcas listadas no capítulo 9.1(Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1- Outros; item (i)	Vide cap 9.1 - Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)
Nome de domínio na internet	Todos os domínios listados no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1-Outros; item (i)	Vide cap 9.1-Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ao invés de descrever a extensa lista de ativos, a Companhia entende ser mais útil e proveitoso aos seus acionistas a informação incluída no item 9.1 (Bens do ativo não-circulante outros), segundo o qual é possível analisar a distribuição geográfica dos principais ativos imobilizados da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Todas as marcas listadas no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1- Outros; item (i)	Vide cap 9.1 - Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)
Nome de domínio na internet	Todos os domínios listados no capítulo 9.1 (Bens do ativo não circulante relevantes - outros)	Vide cap 9.1-Outros; item (i)	Vide cap 9.1-Outros; item (ii)	Vide cap 9.1 - Outros; item (iii)

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”)	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia			Comércio varejista e atacadista alimentar e de produtos ancilares	96,570000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	1.309.925.303,43	**Valor contábil**	31/12/2020	10.479.959.054,89		
31/12/2019	0,000000	0,000000	40.441.059,57					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O Éxito foi adquirido pela Companhia em novembro de 2019, por recomendação de seu acionista controlador final, Casino, para simplificação da estrutura do Casino na América Latina. O Éxito é uma das maiores redes de mercado na Colômbia, com forte presença não apenas no setor alimentar, mas também têxtil, eletroeletrônico, de galerias, entre outros. A Companhia pretende manter seu investimento no Éxito por conta do resultado que tal sociedade vem apresentando nos últimos anos. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

Cheftime Comércio de Refeições S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar.	79,570000
				Valor mercado				
31/12/2020	-82,610000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	2.893.179,69		
31/12/2019	2120,830000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade foi adquirida pela Companhia em novembro de 2019, como parte da estratégia de inovação da Companhia, de modo a complementar sua atividade alimentar, passando a vender kits para preparo de refeições em domicílio e refeições prontas.
A Companhia pretende manter sua participação na Cheftime Comércio de Refeições S.A. tendo em vista o estágio inicial do investimento. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

Cnova N.V	20.536.473/0001-15	-	Coligada	Holanda			Participação em outras sociedades	33,980000
				Valor mercado				
31/12/2020	53,380000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-591.307.720,59		
31/12/2019	38,370000	0,000000	0,00					
31/12/2018	38,290000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à r.l.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Luxemburgo			Participação em outras sociedades	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-117,530000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-20.486,29		
31/12/2019	135,450000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-51,150000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade foi constituída como parte da estratégia de reorganização do e- commerce, e é veículo da participação indireta da Companhia na Cnova N.V., sociedade sediada na Holanda que concentra as operações do varejo eletrônico do Grupo Casino fora do país (sites CDiscount e outros).

Financeira Itaú CBD Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	06.881.898/0001-30	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de cartões e oferta de crédito para consumo no varejo	17,880000
				Valor mercado				
31/12/2020	27,930000	0,000000	21.300.744,47	**Valor contábil**	31/12/2020	370.169.968,08		
31/12/2019	43,480000	0,000000	34.724.402,40					
31/12/2018	30,180000	0,000000	25.391.700,75					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade foi constituída pelo Grupo Pão de Açúcar em parceria com o Itaú Unibanco, com vistas a atender a demanda de tomada de crédito pelos consumidores da Companhia no pagamento de produtos adquiridos nas suas lojas. A participação é mantida em razão dos bons resultados que a sociedade apresenta de forma contínua.

GPA Logística e Transportes Ltda	11.666.171/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Transporte de cargas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-102,350000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-61.612,52		
31/12/2019	-80,290000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-52,560000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade foi constituída, e é mantida, pela Companhia para reunir todas as operações de logística do Multivarejo de forma ordenada e racional.

GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda.	11.979.404/0001-95	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Gestão e administração de propriedade imobiliária	100,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
				Valor mercado				
31/12/2020	-10,760000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	21.850.953,42		
31/12/2019	-17,130000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-21,120000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade foi constituída, e é mantida, pela Companhia para reunir toda a administração de imóveis próprios e contratos de locação do Multivarejo de forma ordenada e racional.

James Intermediação Ltda.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Plataforma multisserviço de encomenda e entrega de diversos produtos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-174,940000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-19.521.431,97		
31/12/2019	-13124,510000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade foi adquirida pela Companhia em dezembro de 2018 como parte da estratégia de transformação digital da Companhia e complemento aos métodos de entrega que a Companhia disponibiliza a seus clientes. A Companhia pretende manter sua participação na James Intermediação Ltda. tendo em vista o estágio inicial do investimento. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimemtos Ltda.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio varejita de mercados em geral, com predominancia de produtos alimentícios	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	13,580000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	313.236.159,35		
31/12/2019	270,470000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Em 13 de abril de 2018, a SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. foi constituída pela Companhia para abrigar novas lojas sob a bandeira Compre Bem, focada no segmento do varejo alimentar, como parte da estratégia de expansão do alcance do grupo e de diversificação dos formatos de lojas. A Companhia pretende manter o investimento, tendo em vista se encontrar em estágio inicial. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

Stix Fidelidade e Inteligência S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes em razão do consumo de bens e serviços pela sociedade e seus parceiros.	66,670000
				Valor mercado				
31/12/2020	-367350,280000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	-9.099.470,29		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Stix Fidelidade e Inteligência S.A. trata-se de uma associação entre a Companhia e a Raia Drogasil S.A. para criação de um programa de fidelidade do varejo. A criação desta sociedade foi finalizada em fevereiro de 2020, após a aprovação da transação pelo CADE. A Companhia pretende manter sua participação na Stix Fidelidade e Inteligência S.A. tendo em vista o estágio inicial de seu desenvolvimento. Mais informações a respeito do investimento da Companhia nesta sociedade podem ser obtidas no item 6.3 deste Formulário de Referência.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Com relação ao item 9.1(c) deste Formulário de Referência:

(a) os montantes informados de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais para todas as sociedades apresentadas (item 9.1(c), inciso xi)) incluem, de forma consolidada, os dividendos e, conforme aplicável, os juros sobre capital próprio declarados pelas respectivas sociedades;

(b) não foram apresentados dados de valorização ou desvalorização da participação detidapela Companhia na SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. e dedividendos pagos no ano de 2018, tendo em vista sua constituição pela Companhia em abril de 2018;

(c) não foram apresentados dados de valorização ou desvalorização da participação detidapela Companhia na James Intermediação Ltda. no ano de 2018, tendo em vista suaaquisição pela Companhia em dezembro de 2018;

(d) não foram apresentados dados de valorização ou desvalorização da participação detidapela Companhia na Cheftime Comércio de Refeições S.A. ns ano de 2018, tendo em vista o início da parceria da Companhia com a Cheftime em novembro de 2018 e sua posterior aquisição em novembro de 2019;

(e) não foram apresentados dados de valorização ou desvalorização da participação detidapela Companhia na Stix Fidelidade e Inteligência S.A. e de dividendos pagos por esta, tendo em vista o início de sua operacionallização em 2020;

(f) não foram apresentados dados de valorização ou desvalorização da participação detidapela Companhia na Almacenes Éxito S.A. no ano de 2018, tendo em vista sua aquisição pela Companhia em novembro de 2019;

A Companhia esclarece, ainda, que em 31 de dezembro de 2020 com o processo de reorganização societária a participação no Exito foi transferida da Sendas para a Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, inclusive as Notas Explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.
Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (o "GPA" ou, ainda, a "Companhia") referentes a 31 de dezembro de 2020:

- as atividades da Via Varejo S.A. ("Via Varejo") foram tratadas como atividades descontinuadas até a conclusão da alienação da participação do GPA no capital da Via Varejo, que ocorreu em 14 de junho de 2019. Dessa forma, em 2019 a linha de operação descontinuada considera 5 meses de resultados da Via Varejo.
- as atividades da Sendas foram tratadas como atividades descontinuadas. A cisão da operação do atacarejo foi aprovada na AGE em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, em 2020 e 2019 a linha de operação descontinuada considera 12 meses de resultados do Sendas.

As vendas líquidas assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas de forma retrospectiva a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme definido no CPC31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – "Venda de ativo não circulante e operação descontinuada", equivalente ao IFRS5.
Em consequência dos fatos acima, os comentários a seguir não incluem o desempenho da Via Varejo e da Sendas, exceto quando indicado.

Em 27 de novembro de 2019, o GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"). Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

O Grupo Éxito opera na Colômbia através das bandeiras Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax, Surtimayorista e Viva; na Argentina com as bandeiras Libertad, Mini Libertad e Paseo; e no Uruguai com as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2020, o GPA fortaleceu a sua posição como uma companhia multinegócios, multiformato e multirregião, como consequência da gestão estratégica do portfólio, do posicionamento e adequação da proposta de valor das bandeiras e da oferta de produtos e serviços alinhados às necessidades dos (as) seus (as) clientes. Com a conclusão do processo de cisão da operação de Cash & Carry, o GPA passou a concentrar 100% da sua operação no varejo alimentar. O GPA manteve a posição como a maior companhia de varejo alimentar da América do Sul, no primeiro ano completo de consolidação dos resultados do Grupo Éxito, que é líder do mercado varejista na Colômbia e Uruguai, possuindo operações também na

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Argentina.

A Companhia deu continuidade ao ajuste de seu portfólio para maior aderência às demandas de mercado, através da reforma, conversão ou abertura, totalizando 45 lojas no perímetro Brasil e outras 19 lojas no portfólio de lojas do Grupo Éxito. A Companhia continuou avançando e reforçando seu ecossistema digital através da expansão dos modelos de entrega, plataforma de marketplace GPA e lançamento do programa de coalizão Stix Fidelidade. No ano, o faturamento do e-commerce alimentar atingiu R$ 1,1 bilhão, 3 vezes maior quando comparado ao ano de 2019 (que já apresentava forte base comparativa,
com mais de 30% de avanço). No Grupo Éxito houve avanços expressivos de omnicanalidade em todos os países em que opera, com destaque para a operação online na Colômbia, que cresceu 2,7x em vendas em 2020 e aumentou a participação para 12,4% (vs 4,5% em 2019), passando a ser referência na América Latina.

O ano de 2020 se revelou como um ano de muitos desafios e uma nova realidade de vida impostos pela pandemia global. A Companhia registrou importantes avanços, mesmo em meio a um cenário econômico desafiador e de consumo impactado pela migração da população de grandes centros urbanos para regiões mais afastadas e pelos altos índices de desemprego. O faturamento bruto no Brasil teve um incremento de 7,9% em relação ao ano anterior, encerrando 2020 em R$ 31,0 bilhões. O faturamento consolidado do Grupo, considerando os resultados do Grupo Éxito, atingiu R$ 55,7 bilhões no ano. A Companhia também registrou 92,1% de crescimento do EBITDA ajustado excluindo elementos excepcionais, que totalizou R$ 3.920 milhões, e R$ 1.237 milhões de lucro líquido excluindo elementos excepcionais, considerando o perímetro consolidado.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

	CONSOLIDADO					
(R$ milhões)	**31.12.2020**	**AV**	**31.12.2019**	**AV**	**31.12.2018**	**AV**
Passivo (Circulante e Não-Circulante)	36.488	68,5%	44.926	76,8%	48.829	78,8%
Total Patrimônio Líquido	16.807	31,5%	13.549	23,2%	13.159	21,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**53.295**	**100,0%**	**58.474**	**100,0%**	**61.988**	**100,0%**

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital do GPA para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

Endividamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(R$ milhões)	Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Dívida de Curto Prazo	(2.309)	(3.415)	(1.941)
Empréstimos e Financiamentos	(1.089)	(1.129)	(873)
Debêntures	(1.220)	(2.287)	(1.068)
Dívida de Longo Prazo	(6.831)	(10.693)	(3.347)
Empréstimos e Financiamentos	(3.453)	(1.117)	(269)
Debêntures	(3.378)	(9.576)	(3.078)
Total da Dívida Bruta	(9.140)	(14.108)	(5.289)
Caixa e Aplicações Financeiras	8.711	7.954	4.369
Dívida Líquida	(429)	(6.154)	(919)
EBITDA Ajustado (1)	2.625	4.006	3.278
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	91	66	96
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(338)	(6.087)	(824)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado (1)	-0,1x	-1,5x	-0,3x

(1) EBITDA ajustado pré-IFRS 16 sem elementos excepcionais, acumulado dos últimos 12 meses. Para 2019 foi utilizado o EBITDA ajustado considerando 12 meses de consolidação das operações do Grupo Éxito. Em 2019 e 2018, os valores de dívida e EBITDA consideram o resultado de Sendas.

A Companhia encerrou 2020 com alavancagem de -0,1x dívida líquida/EBITDA ajustado excluindo elementos excepcionais (vs -1,5x em 2019), refletindo principalmente a desconsolidação da operação de Cash & Carry e a forte geração de caixa das operações em continuidade. A dívida líquida ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados totalizou R$ -338 milhões em dezembro de 2020.

A posição de caixa contabilizou R$ 8,7 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R$ 91 milhões, somando R$ 8,8 bilhões em disponibilidade de recursos.
A dívida bruta diminuiu R$ 4,968 bilhões, totalizando R$ 9,140 bilhões no período. Desse total, cerca de R$ 4,6 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas médias de CDI + 1,27% a.a. e vencimento até 2023.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros
A Diretoria acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem ao GPA plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pelo GPA
A captação de recursos em 2020, 2019 e 2018 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente "trocados" na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de "*swap*"; e (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ainda em relação a 2020, a captação de recursos também ocorreu por meio de financiamentos denominados em COP para as operações internacionais na Colômbia.

Em 2020, 2019 e 2018, não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que o GPA pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião da Diretoria, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As tabelas abaixo apresentam o endividamento do GPA junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em R$ milhões:

		Consolidado		
	Taxa media	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Debêntures				
Debentures e Certificados de recebíveis de agronegócio	CDI + 1,27 % a.a.	4.596	11.863	4.146
		4.596	11.863	4.146
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda local				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4,07 % a.a.	-	27	37
Capital de giro	CDI + 2,37 % a.a	2.689	1.008	238
Capital de giro	TR + 9,8 % a.a	13	99	112
Contratos de *swap*	CDI – 0,02 % a.a	(2)	(12)	(11)
Custo de captação		(13)	(22)	(3)
		2.687	1.100	373
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	USD + 2,27% a.a.	271	846	843
Capital de giro	IBR 3M+3,8%	1.534	323	-
Capital de giro Argentina	Pré: 29,43%	26	-	-
Carta de Crédito		12	12	-
Contratos de *swap*	CDI + 2,0 % a.a	12	(15)	(76)
Contratos de *swap*	IBR 3M+3,8%	1	(19)	-
Contratos de NDF		-	(1)	-
Custo de captação		(1)	(1)	-
		1.855	1.145	767
Total da dívida		9.140	14.108	5.286

Os ativos e passivos relacionados à subsidiária Via Varejo estavam em 2018 apresentados líquidos na linha de "ativos mantidos para venda" e "passivos relacionados a ativos mantidos para venda". Os ativos e passivos do Grupo Éxito estão contemplados na tabela acima.

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

Ano	Consolidado
De 1 a 2 anos	**4.756**
De 2 a 3 anos	**1.426**
De 3 a 4 anos	**237**
De 4 a 5 anos	**230**
Após 5 anos	**195**
Subtotal	**6.844**
Custos de captação	**(13)**
Total	**6.831**

Financiamento do capital de giro, *swap* e financiamento do consumidor por interveniência.

Financiamento do capital de giro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O GPA e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos.

Para essas operações, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA (dívida menos disponibilidades e contas a receber) menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2020, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Swaps
Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos ou outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 2020 foi de 2,8% (5,9% em 2019 e 6,4% em 2018).

Debêntures e nota promissória
O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2020, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em R$ milhões:

				Data				Consolidado	
	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Emissão	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31.12.2020	31.12.2019
14ª emissão de Debêntures - CBD De Certificado de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.080	1.080.000	17/04/2017	13/04/2020	-	-	-	1091
15ª emissão de Debêntures - CBD	Sem preferência	800	800.000	17/01/2018	15/01/2021	150,00 % do CDI	564	451	821
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 1ª Série	Sem preferência	700	700.000	11/09/2018	10/09/2021	162,71% do CDI	1016	711	712
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 2ª Série	Sem preferência	500	500.000	11/09/2018	12/09/2022	163,56 % do CDI	1042	521	508
17ª Emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	2.000	2.000.000	06/01/2020	06/01/2023	CDI+ 1,45 % a.a.	1011	2.033	-
4ª Emissão de Notas Promissórias – CBD	Sem preferência	800	800	10/01/2019	09/01/2022	163,13% do CDI	1.113.594	891	849
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 1ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	03/07/2020	CDI+0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	05/07/2021	CDI+0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI+0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI+0,72% a.a.	-	-	258
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI+0,72% a.a.	-	-	206
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI+0,72% a.a.	-	-	206
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 1ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2020	-	-	-	1001
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 2ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2021	CDI+1,74% a.a.	-	-	2.044
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 3ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI+1,95% a.a.	-	-	2.046
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 4ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/2019	20/08/2023	CDI+2,20% a.a.	-	-	2.047
Custo de captação								(9)	(82)
								4.598	11.863
Passivo circulante								1.220	2.287
Passivo não circulante								3.378	9.576

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2019, com aplicação retrospectiva, o CPC 06 R2 "Arrendamento Mercantil".

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Nesta situação a companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado		
	31.12.2020	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:			
Até 1 ano	**947**	**937**	**507**
De 1 a 5 anos	**3.053**	**2.936**	**1.956**
Mais de 5 anos	**4.374**	**4.794**	**3.324**
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**8.374**	**8.667**	**5.787**
Encargos futuros de financiamento	**6.630**	**8.007**	**6.780**
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**15.004**	**16.674**	**12.567**

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas.

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas do GPA é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, entre outras, determinam índices e limites de endividamento (covenants financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contratos de financiamento a máquinas e equipamentos (FINAME);
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (swap, termo e opções).

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures de Sendas prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

(g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A Companhia concluiu o processo de venda de Via Varejo iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R$4,90 reais por ação, totalizando R$2.300 milhões, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R$398 milhões, líquido do imposto de renda de R$199 milhões e de custos relacionados, foi apresentado no resultado das operações descontinuadas.

Em 27 de novembro de 2019, o GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”). Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

Em 31 de dezembro de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia e Sendas Distribuidora S.A, aprovaram a proposta de reorganização societária, anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresas.

Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2020 e 2019, considera 12 meses de Sendas na linha de operação descontinuada.

Demonstração de Resultados

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

	Consolidado				
Demonstração do Resultado - Consolidado	12M20	AH 2020 x 2019	12M19	AH 2019 x 2018	12M18
R$ - Milhões					
Receita Bruta de Vendas	**55.732**	**78,8%**	**31.165**	**8,6%**	**28.693**
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	**51.253**	**77,7%**	**28.838**	**8,9%**	**26.490**
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(37.271)	76,6%	(21.102)	11,3%	(18.953)
Depreciação e Amortização - Custo	(233)	89,9%	(123)	32,2%	(93)
Lucro Bruto	**13.749**	**80,6%**	**7.613**	**2,3%**	**7.444**
Despesas com Vendas	(7.755)	50,1%	(5.166)	11,0%	(4.655)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.587)	198,4%	(532)	-28,2%	(741)
Resultado de Equivalência Patrimonial	98	3831,0%	2	-91,1%	28
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(71)	-81,5%	(386)	94,0%	(199)
Total das Despesas Operacionais	**(9.316)**	**53,2%**	**(6.081)**	**9,2%**	**(5.567)**
Depreciação e Amortização	(1.804)	75,5%	(1.028)	15,2%	(892)
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit	**2.630**	**421,9%**	**504**	**-48,8%**	**985**
Receitas financeiras	909	157,7%	353	82,8%	193
Despesas financeiras	(1.637)	33,7%	(1.224)	11,8%	(1.095)
Resultado financeiro líquido	**(728)**	**-16,5%**	**(871)**	**-3,4%**	**(902)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**1.902**	**-618,0%**	**(367)**	**-542,4%**	**83**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(663)	-800,2%	95	130,8%	41
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**1.239**	**-554,8%**	**(273)**	**-319,8%**	**124**
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	**1.086**	**-2,2%**	**1.110**	**-4,3%**	**1.160**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**2.325**	**177,5%**	**838**	**-34,7%**	**1.284**
Participação dos Acionistas Não Controladores	**147**	**224,6%**	**45**	**-66,5%**	**135**
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	**2.178**	**174,9%**	**792**	**-31,0%**	**1.149**
EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	**4.666**	**182,1%**	**1.654**	**-16,0%**	**1.970**

% de Receita Líquida de Vendas

Lucro Bruto	**26,8%**	**0,4 p.p.**	**26,4%**	**-1,7 p.p.**	**28,1%**
Despesas com Vendas	15,1%	-2,8 p.p.	17,9%	0,3 p.p.	17,6%
Despesas Gerais e Administrativas	3,1%	1,3 p.p.	1,8%	-1,0 p.p.	2,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,2%	0,2 p.p.	0,0%	-0,1 p.p.	0,1%
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	0,1%	-1,2 p.p.	1,3%	0,5 p.p.	0,8%
Total de despesas Operacionais	18,2%	-2,9 p.p.	21,1%	0,1 p.p.	21,0%
Depreciação	3,5%	-0,1 p.p.	3,6%	0,2 p.p.	3,4%
EBIT	**5,1%**	**3,4 p.p.**	**1,7%**	**-2,0 p.p.**	**3,7%**
Receitas (Desp) Financeiras Líquidas	1,4%	-1,6 p.p.	3,0%	-0,4 p.p.	3,4%
Lucro antes do I.R	3,7%	2,4 p.p.	1,3%	1,0 p.p.	0,3%
Imposto de Renda	1,3%	1,0 p.p.	0,3%	0,1 p.p.	0,2%
Lucro Líquido da Companhia	4,5%	1,6 p.p.	2,9%	-1,9 p.p.	4,8%
Partic. Não controladores	0,3%	0,1 p.p.	0,2%	-0,3 p.p.	0,5%
Lucro líquido	**4,3%**	**1,6 p.p.**	**2,7%**	**-1,6 p.p.**	**4,3%**
EBITDA	**9,1%**	**3,4 p.p.**	**5,7%**	**-1,7 p.p.**	**7,4%**

AH = Analise Horizontal
(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arrendodamentos

EBITDA AJUSTADO e EXCLUINDO ELEMENTOS EXCEPCIONAIS					
EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	**4.666**	**182,1%**	**1.654**	**-16,0%**	**1.970**
Outras Despesas Operacionais	(71)	-81,5%	(386)	94,0%	(199)
Elementos excepcionais	818	n.a.	-	n.a.	481
EBITDA Ajustado e Excluindo elementos excepcionais	**3.920**	**92,1%**	**2.040**	**20,9%**	**1.688**

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Em 2020 houve o reconhecimento de elementos excepcionais que impactaram o lucro líquido do GPA em R$ 941 milhões, sendo:

(i) **R$ 834 milhões na receita líquida e no lucro bruto** referentes a créditos fiscais decorrentes do trânsito em julgado da ação de CBD relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins (R$ 994 milhões) e baixa de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

créditos fiscais referentes à MP do Bem após decisão do STF (R$ -160 milhões);

(ii) **R$ -17 milhões na linha de despesas com vendas** relacionadas à baixa de diversos créditos tributários;

(iii) **R$ 536 milhões no resultado financeiro, sendo R$ 580 milhões** referentes à atualização monetária dos créditos fiscais relativos ao trânsito em julgado da ação de CBD relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins e uma despesa de R$ 44 milhões relacionada à renegociação dos acordos de financiamento com os credores decorrente da cisão de Sendas, conforme fato relevante publicado em novembro;

(iv) **R$ -412 milhões no imposto de renda** composto por R$ -338 milhões relacionados a 25% de alíquota de IR sobre os itens (i), (ii) e (ii) acima e R$ -74 milhões relacionados à cisão de Sendas (tributação de ganhos diferidos na aquisição de Sendas).

A tabela a seguir demonstra esses efeitos em cada linha do resultado:

Elementos excepcionais	Consolidado		
(R$ milhões)	2020	2019	Δ
Receita Bruta			
Receita Líquida	**834**		
Lucro Bruto	**834**		
Margem Bruta	1,2 p.p.		
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	**(17)**		
% da Receita Líquida	-0,3 p.p.		
Resultado da Equiv. Patrimonial			
Outras Despesas e Receitas Operacionais			
EBITDA Ajustado	**818**		
Margem EBITDA Ajustada	1,4 p.p.		
Resultado Financeiro Líquido	**536**		
% da Receita Líquida	1,1 p.p.		
Imposto de Renda	**(412)**		
Lucro dos Acionistas Controladores Consolidado	**941**		
Margem Líquida Controladores Consolidado	1,8 p.p.		
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	**941**		
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	1,8 p.p.		

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado 2020 excluindo elementos excepcionais

Excluindo elementos excepcionais	Consolidado[1]		
(R$ milhões)	2020	2019	Δ
Receita Bruta	**55.732**	**31.165**	**78,8%**
Receita Líquida	**50.419**	**28.838**	**74,8%**
Lucro Bruto	**12.915**	**7.613**	**69,6%**
Margem Bruta	25,6%	26,4%	-0,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	**(9.326)**	**(5.698)**	**63,7%**
% da Receita Líquida	18,5%	19,8%	-1,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	**98**	**2**	**3831,0%**
Outras Despesas e Receitas Operacionais	**(71)**	**(386)**	**-81,5%**
EBITDA Ajustado [2][3]	**3.920**	**2.040**	**92,1%**
Margem EBITDA Ajustada [2][3]	7,8%	7,1%	0,7 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(1.264)**	**(871)**	**45,1%**
% da Receita Líquida	-2,5%	-3,0%	0,5 p.p.
Imposto de Renda	**(250)**	**95**	**n.d.**
Lucro dos Acionistas Controladores Consolidado	**1.237**	**792**	**56,1%**
Margem Líquida Controladores Consolidado	2,5%	2,7%	-0,2 p.p.
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	**151**	**(285)**	**n.d.**
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	0,3%	-1,0%	1,3 p.p.

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil (Multivarejo), outros negócios (Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery), as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina) e o resultado da Cdiscount (na linha de equivalência patrimonial). (2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização; (3) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Receita líquida

A receita líquida do GPA totalizou R$ 51,253 bilhões em 2020. Excluindo os elementos excepcionais totalizou R$ 50,419, aumentou de 74,8% em relação a 2019. Essas receitas são provenientes das operações do GPA Brasil, seus negócios complementares (James Delivery, Stix Fidelidade e Cheftime) e as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina).

✓ GPA Brasil: as vendas líquidas apresentaram evolução de 6,3% em relação a 2019, excluindo elementos excepcionais em 2020. Os principais destaques em 2020 foram a maturação dos nossos modelos de lojas que foram ajustadas/remodeladas nos últimos 2 anos (Pão de Açúcar G7, Mercado Extra, Compre Bem e novo conceito do Extra Hiper) e a evolução da operação de e-commerce alimentar, reforçando a adesão da nossa estratégia multiformato, multicanal e multirregião.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- ✓ Grupo Éxito: receita líquida de R$ 22,0 bilhões em 2020. Resultado reflete o sólido avanço da omnicanalidade em todos os países, robusto desempenho na operação de varejo da Colômbia e contribuição dos formatos inovadores (Wow e FreshMarket).

Lucro Bruto

Em 2020, o lucro bruto totalizou R$ 13,749 bilhões. Excluindo os elementos excepcionais alcançou R$ 12,915 aumento de 69,6% em relação a 31 de dezembro de 2019. A margem bruta atingiu 25,6%, patamar 0,8 p.p. inferior a 2019. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: O lucro bruto totalizou R$ 7,4 bilhões excluindo os elementos excepcionais, aumento de 5,4% vs 2019, e atingiu margem bruta de 26,1%, refletindo principalmente um menor nível de quebra e a estratégia adotada ao longo do ano em relação a ativações comerciais mais segmentadas por perfil de cliente
- ✓ Grupo Éxito: lucro bruto de R$ 5,5 bilhões, refletindo uma menor contribuição dos negócios complementares do grupo em função da pandemia, enquanto houve uma melhor performance da operação de varejo.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 9,343 bilhões. Excluindo os elementos excepcionais, alcançaram R$ 9,326 bilhões em 2020, crescimento de 63,7% vs 2019. Esse aumento foi devido, principalmente, à contabilização do período de 12 meses inteiro para o Grupo Éxito em 2020 comparado a um mês de contabilização em 2019. Como % da receita líquida, as despesas apresentaram maior diluição, passando de 19,8% em 2019 para 18,5% em 2020excluindo elementos não excepcionais em 2020. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 5,4 bilhões excluindo elementos excepcionais em 2020, aumento de 0,6% em relação a 2019. Houve forte diluição de 1,1 p.p. para 18,9% sobre a receita líquida. O resultado reflete o contínuo controle de despesas da Companhia e a melhoria da produtividade operacional em lojas e CDs.

- ✓ Grupo Éxito: despesas com vendas, gerais e administrativas de R$ 3,8 bilhões em 2020. Como % da receita líquida foi de 17,3% em 2020 vs 17,9% em 2019, demonstrando o contínuo controle de despesas do Grupo.

Outras Despesas e Receitas Operacionais

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de uma despesa de R$ 386 milhões em 2019 para uma despesa de R$ 71 milhões em 2020. A diminuição está relacionada principalmente com as receitas provenientes da reorganização societária (cisão de Sendas) e do ganho de capital das operações de sale and leaseback realizadas ao longo do ano.

Depreciação e Amortização

Em 2020, as depreciações e amortizações totalizaram R$ 1,804 bilhão, representando um aumento de 75,5% comparado às depreciações e amortizações de R$ 1,028 bilhão em 2019. Esse aumento foi devido,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente, à contabilização do período de 12 meses inteiro para o Grupo Éxito em 2020 comparado a um mês de contabilização em 2019.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2020, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R$ 728 milhões. Excluindo os elementos excepcionais alcançou R$ 1,263 bilhão, representando 2,5% da receita líquida (redução de 0,5 p.p. vs 2019). O resultado reflete a redução da média do CDI de 5,9% em 2019 para 2,8% em 2020, com efeito tanto na receita quanto na despesa financeira.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores do GPA consolidado no ano totalizou R$ 2,178 bilhões em 2020. Excluindo os elementos excepcionais totalizou R$ 1,237 bilhão, aumento de 56,1% em relação a 2019. O aumento se deu principalmente pelo incremento de R$ 436 milhões nas operações em continuidade da Companhia.

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2019 x 31 de dezembro de 2018

Receita líquida

A receita líquida do GPA aumentou 8,9% em 2019, passando de R$ 26,490 bilhões em 2018 (R$ 26,445 bilhões excluindo os elementos excepcionais) para R$ 28,838 bilhões em 2019. As receitas de 2019 são provenientes das operações do GPA Brasil, do Grupo Éxito e de Outros negócios da companhia (James Delivery e Cheftime), e em 2018 apenas do GPA Brasil.

- ✓ GPA Brasil: as vendas líquidas excluindo os elementos excepcionais apresentaram evolução de 0,8% em relação a 2018. O ano de 2019 mostrou-se desafiador para o GPA Brasil, com a retomada da economia mais lenta do que esperado ao longo do ano. Um dos pilares estratégicos de destaque em 2019 foi a aceleração da otimização do portfólio de lojas, mais aderente às necessidades dos consumidores, com melhoras expressivas de desempenho nos formatos Pão de Açúcar G7, Mercado Extra, Compre Bem, Proximidade e e-commerce alimentar, garantindo uma melhor oferta de produtos e serviços e fortalecendo o poder de escolha dos clientes.
- ✓ Grupo Éxito: receita líquida de R$ 2,2 bilhões em dezembro de 2019.

Lucro Bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R$ 7,613 bilhões, aumento de R$ 169 milhões ou 2,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Excluindo os efeitos não recorrentes de 2018, esse aumento seria de R$ 214 milhões. A margem bruta atingiu 26,4%, patamar 1,7 p.p. inferior a 2018, excluindo os efeitos não recorrentes de 2018. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: O lucro bruto totalizou R$ 7,0 bilhões, 5,3% menor que 2018 excluindo os efeitos não recorrentes de 2018, e atingiu margem bruta de 26,3% (vs 28,0% em 2018 excluindo os efeitos não recorrentes),

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente em função dos investimentos de competitividade ao longo do ano em todos os formatos.

✓ Grupo Éxito: lucro bruto de R$ 609 milhões em dezembro de 2019

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R$ 5,396 bilhões em 2018 para R$ 5,698 bilhões em 2019, crescimento de 5,6%, inferior ao crescimento das vendas líquidas. Como % da receita líquida, apresentou diluição, passando de 20,4% em 2018 para 19,8% em 2019. Os destaques por negócio foram:

✓ GPA Brasil: as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 5,3 bilhões, redução de 1,3% em relação a 2018, resultado da continuidade da disciplina no controle das despesas, com destaque para as despesas de marketing, com maior utilização dos meios digitais e renegociação dos contratos de serviços gerais.

✓ Grupo Éxito: despesas com vendas, gerais e administrativas de R$ 323 milhões em dezembro de 2019.

Outras Despesas e Receitas Operacionais

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R$ 199 milhões em 2018 para R$ 386 milhões em 2019. O aumento está relacionado com as despesas de reestruturação e despesas com a integração dos ativos América Latina.

Depreciação e Amortização

Em 2019, as depreciações e amortizações totalizaram R$ 1,028 bilhão, representando um aumento de 15,2% comparado às depreciações e amortizações de R$ 892 milhões em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2019.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2019, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R$ 871 milhões, representando 3,0% da receita líquida, patamar 0,4 p.p. inferior ao de 2018. Apesar da redução da média do CDI de 6,4% em 2018 para 5,9% em 2019, houve um aumento do custo da dívida devido a emissão de debêntures para a aquisição do Grupo Éxito.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores do GPA consolidado no ano totalizou R$ 792 milhões em 2019, uma redução de 31,0% em relação a 2018.

Balanço Patrimonial

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial – Ativo Consolidado

BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO								
	CONSOLIDADO							
(R$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
Ativo Circulante	**17.641**	**33,1%**	**-11,7%**	**19.968**	**34,1%**	**-51,1%**	**40.849**	**65,9%**
Caixa e equivalentes de caixa	8.711	16,3%	9,5%	7.954	13,6%	82,1%	4.369	7,0%
Contas a Receber	686	1,3%	-5,6%	727	1,2%	89,2%	384	0,6%
Estoques	6.536	12,3%	-24,3%	8.631	14,8%	46,1%	5.909	9,5%
Tributos a recuperar	983	1,8%	-41,9%	1.692	2,9%	149,2%	679	1,1%
Ativos mantidos para venda	109	0,2%	-51,2%	223	0,4%	-99,2%	29.018	46,8%
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	616	1,2%	-16,9%	741	1,3%	65,8%	447	0,7%
Ativo Não Circulante	**35.654**	**66,9%**	**-7,4%**	**38.507**	**65,9%**	**82,2%**	**21.139**	**34,1%**
Contas a receber	5	0,0%	858,9%	1	0,0%	-87,1%	4	0,0%
Tributos a recuperar	3.100	5,8%	14,7%	2.702	4,6%	-1,6%	2.745	4,4%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	na	-	0,0%	-100,0%	44	0,1%
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	-100,0%	337	0,6%	13,0%	298	0,5%
Partes relacionadas	154	0,3%	47,5%	104	0,2%	207,0%	34	0,1%
Depósitos judiciais	563	1,1%	-29,2%	795	1,4%	2,4%	776	1,3%
Despesas antecipadas e outros ativos não circulantes	891	1,7%	133,3%	382	0,7%	163,4%	145	0,2%
Investimentos	4.889	9,2%	33,6%	3.660	6,3%	1541,3%	223	0,4%
Imobilizado	19.888	37,3%	-18,1%	24.290	41,5%	72,9%	14.052	22,7%
Intangíveis	6.164	11,6%	-1,2%	6.236	10,7%	121,3%	2.818	4,5%
TOTAL DO ATIVO	**53.295**	**100,0%**	**-8,9%**	**58.474**	**100,0%**	**-5,7%**	**61.988**	**100,0%**

Balanço Patrimonial – Passivo Consolidado

PASSIVO								
	CONSOLIDADO							
(R$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
Passivo Circulante	**18.483**	**34,7%**	**-20,1%**	**23.135**	**39,6%**	**-38,5%**	**37.587**	**60,6%**
Fornecedores	11.424	21,4%	-23,3%	14.887	25,5%	61,0%	9.246	14,9%
Passivo de arrendamento	947	0,02	1,1%	937	0,02	84,8%	507	0,8%
Empréstimos e financiamentos	1.089	2,0%	-9,3%	1.201	2,1%	31,5%	913	1,5%
Debêntures e notas promissórias	1.220	2,3%	-46,6%	2.287	3,9%	114,1%	1.068	1,7%
Salários e encargos sociais	897	1,7%	-8,5%	980	1,7%	42,9%	686	1,1%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	585	1,1%	10,3%	531	0,9%	43,4%	370	0,6%
Dividendos propostos	556	1,0%	231,9%	168	0,3%	194,0%	57	0,1%
Financiamento por compra de ativos	100	0,2%	-56,8%	231	0,4%	55,2%	149	0,2%
Partes relacionadas	194	0,4%	-9,5%	214	0,4%	47,9%	145	0,2%
Receitas a apropriar	297	0,6%	-18,7%	365	0,6%	46,2%	250	0,4%
Passivos sobre ativos mantidos para venda	-	0,0%	-100,0%	0	0,0%	-100,0%	23.876	38,5%
Outros passivos circulantes	1.174	2,2%	-12,0%	1.333	2,3%	316,6%	320	0,5%
Passivo Não Circulante	**18.005**	**33,8%**	**-17,4%**	**21.791**	**37,3%**	**93,8%**	**11.242**	**18,1%**
Passivo de arrendamento	7.427	13,9%	-3,9%	7.730	13,2%	46,4%	5.280	8,5%
Empréstimos e financiamentos	3.464	6,5%	206,6%	1.130	1,9%	259,8%	314	0,5%
Debêntures e notas promissórias	3.378	6,3%	-64,7%	9.576	16,4%	211,1%	3.078	5,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.034	1,9%	-13,4%	1.195	2,0%	128,4%	523	0,8%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	248	0,5%	-34,0%	376	0,6%	-20,2%	471	0,8%
Partes relacionadas	168	0,3%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Provisão para demandas judiciais	1.386	2,6%	6,2%	1.305	2,2%	5,7%	1.235	2,0%
Receitas a apropriar	19	0,0%	-26,0%	26	0,0%	97,6%	13	0,0%
Provisão para perda de investimento em associadas	591	1,1%	52,9%	386	0,7%	38,5%	279	0,5%
Outros passivos não circulantes	291	0,5%	328,8%	68	0,1%	38,5%	49	0,1%
Patrimônio Líquido	**16.807**	**31,5%**	**24,0%**	**13.549**	**23,2%**	**3,0%**	**13.159**	**21,2%**
Capital social	5.434	10,2%	-20,8%	6.857	11,7%	0,5%	6.825	11,0%
Reservas de capital	479	0,9%	7,3%	447	0,8%	8,2%	413	0,7%
Reservas de lucros	6.091	11,4%	72,6%	3.530	6,0%	15,3%	3.062	4,9%
Outros resultados abrangentes	1.691	3,2%	1483,1%	107	0,2%	na	(66)	-0,1%
Participação de acionistas não controladores	3.112	5,8%	19,3%	2.608	4,5%	-10,8%	2.925	4,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**53.295**	**100,0%**	**-8,9%**	**58.474**	**100,0%**	**-5,7%**	**61.988**	**100,0%**

31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 8,711 bilhões, um aumento de R$

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

757 milhões em relação a 2019, principalmente relacionado à variação cambial sobre o caixa de R$587 milhões, maior geração de caixa compensada pela desconsolidação de Sendas em 31 de dezembro de 2020. As disponibilidades representavam 16,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 13,6% em 31 de dezembro de 2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizou R$ 686 milhões, uma redução de R$ 41 milhões em relação ao saldo de 2019. Esta variação é decorrente de maior saldo de cartões de créditos, compensado pela desconsolidação de Sendas.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo diminuiu em 41,9%, passando de R$ 1.692 bilhão em 2019 para R$ 983 milhões. A variação de R$ 709 milhões negativa, associada ao acréscimo do saldo de impostos a recuperar no longo prazo de R$ 398 milhões, resultou em um aumento total de impostos a recuperar de R$ 311 milhões, considerando o curto e longo prazo. A variação está relacionada principalmente ao processo de desconsolidação do Sendas.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas antecipadas e outras contas a receber diminuíram 16,9%, passando de R$ 741 milhões em 2019 para R$ 616 milhões, variação de R$ 125 milhões, em função principalmente de contas a receber de seguradoras, desconsolidação do Sendas e outros efeitos menos relevantes.

Estoques

Em 2020, os estoques diminuíram 24,3% ou R$ 2,095 bilhões, passando de R$ 8,631 bilhões em 2019 para R$ 6,536 bilhões, principalmente em função da desconsolidação do Sendas. Em 31 de dezembro de 2020, os estoques representavam 12,3% do ativo total e 14,8% em 31 de dezembro de 2019.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R$ 4,321 bilhões em 2019 para R$ 4,713 bilhões em 2020. O aumento de R$ 393 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R$ 509 milhões das despesas antecipadas e outros ativos não circulantes. Em 31 de dezembro de 2020, estas contas representavam 8,8% do ativo total e 7,4% em 31 de dezembro de 2019.

Investimentos

Em 2020, os investimentos aumentaram 105,4%, passando de R$ 609 milhões em 2019 para R$ 1,250 bilhão. Este aumento se deve principalmente à remensuração da parcela detida na FIC no valor de R$ 573 milhões. Em 31 de dezembro de 2020 os investimentos representavam 2,3% do ativo total e 1% de 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Propriedades para Investimentos

Em 2020, os investimentos aumentaram 19,3%, passando de R$ 3,051 bilhões em 2019 para R$ 3,639 bilhões. Deste aumento, o valor de R$ 708 milhões deve se principalmente ao processo de conversão de moeda das propriedades de investimento do Grupo Éxito. Em 31 de dezembro de 2020 as propriedades para investimentos representavam 6,8% do ativo total, e 5,2% em 31 de dezembro de 2019.

Imobilizado

Em 2020, o imobilizado diminuiu 18,1%passando de R$ 24,290 bilhões em 2019 para R$ 19,888 bilhões. Esta diminuição de R$ 4,402 bilhões é representada por R$ 4,204 bilhões de adição, R$ 1,396 bilhão de remensuração do direito de uso, R$(2,253) bilhões de depreciação, R$(1,460) bilhão de baixa, R$ (23) milhões de provisão para *impairment*, R$ 121 milhões de incorporação e R$ (7,477) bilhões de operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado representava 37,3% do ativo total em comparação a 41,5% em 31 de dezembro de 2019. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R$ 6,517 bilhões em 31 de dezembro de 2020 e R$ 7,071 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

Intangíveis

Em 2020, os ativos intangíveis apresentaram uma diminuição de 1,2%, passando de R$ 6,236 bilhões em 2019 para R$ 6,164 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos intangíveis representavam 11,6% do ativo total em comparação a 10,7% em 31 de dezembro de 2019. Os saldos de intangíveis consideram o direito de uso no valor de R$ 899 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R$ 603 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R$ 14,887 bilhões em 2019 para R$ 11,424 bilhões em 2020. Essa diminuição de R$ 3,463 bilhões ocorreu principalmente pela desconsolidação do saldo de Sendas. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo com fornecedores representava 21,4% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 25,5% em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

Em 2020, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, diminuíram 9,3%, passando de R$ 1,201 bilhão em 2019 para R$ 1,089 bilhão. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 2% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 2,1% em 31 de dezembro de 2019.

Em 2020, os empréstimos e financiamentos de longo prazo, sem considerar as debêntures,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aumentaram R$2,334 bilhões, passando de R$ 1,130 bilhão em 2019 para R$ 3,464 bilhões. Esses empréstimos e financiamentos de longo prazo, sem considerar as debêntures, representavam 6,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,9% em 31 de dezembro de 2019.

Em relação as debêntures de longo prazo, em 2019 tinham saldo de R$ 9,576 bilhões e reduziram para R$ 3,378 bilhões em 2020, ou R$ 6,198 milhões. Essa redução se refere substancialmente a desconsolidação do Sendas. As debêntures de longo prazo representavam 6,3 % do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 16,4% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento – *curto prazo e longo prazo*

Em 2020, o passivo de arrendamento de curto prazo aumentou 1,1%, passando de R$ 937 milhões em 2019 para R$ 947 milhões. O passivo de arrendamento de curto prazo representava 1,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, e 1,6% em 31 de dezembro de 2019. Já o passivo de arrendamento de longo prazo diminuiu 3,9% em 2020, passando de R$ 7,730 bilhões em 2019 para R$ 7,427 bilhões. O passivo de arrendamento de longo prazo, representava 13,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, e 13,2% 31 de dezembro de 2019.

O saldo do passivo de arrendamento, somando-se curto e longo prazo, diminui R$ 293 milhões. Os novos contratos e a remensuração do passivo de arrendamento foi compensada pela desconsolidação do Sendas no valor de R$ 2,776 bilhões

Salários e encargos sociais

Em 2020, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas diminuiu R$ (83) milhões, passando de R$ 980 milhões em 2019 para R$ 897 milhões, cuja variação é principalmente em função da desconsolidação do Sendas de R$ (371) milhões compensada pela depreciação do Real frente ao Peso Colombiano.

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,7 % do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2019.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2020, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 10,3%, passando de R$ 531 milhões em 2019 para R$ 585 milhões. O aumento se deu principalmente pelo maior saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar no Éxito.

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos, taxas e contribuições representavam 1,1% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,9% em 31 de dezembro de 2019.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos diminuíram 13,4%, passando de R$ 1,195 bilhão em 2019 para R$ 1,034 bilhão. Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 1,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar em 31 de dezembro de 2019.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2020, os impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 34,0%, passando de R$ 376 milhões em 2019 para R$ 248 milhões, em decorrência de quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos parcelados representavam 0,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para demandas judiciais

Em 2020, a provisão para demandas judiciais aumentou 6,2%, passando de R$ 1,305 bilhão em 2019 para R$ 1,386 bilhão, relacionamento ao provisionamento de casos tributários, parcialmente compensado pelas reversões.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para demandas judiciais representava 2,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 2,2% em31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

Em 2020, o patrimônio líquido aumentou 24%, passando de R$ 13,549 bilhões em 2019 para R$ 16,807 bilhões. As principais movimentações foram: (i) lucro líquido de R$ 2,326 bilhões; (ii) variação cambial de investimento no exterior de R$ 2,145 bilhões; (iii)cisão parcial de ativos (Sendas) de R$ (1,432) bilhão, (iv) constituição de reserva de opções outorgadas de R$ 64 milhões; (v) dividendos de R$ (515) milhões, (vi) valor justo na permuta de ativos de R$ 694 milhões, (vii) dividendos declarados ao minoritários do Grupo Éxito de R$ (143); (viii) valor justo das opções de compra da subsidiária Disco de R$ (102) milhões e (ix)efeito de conversão de economia hiperinflacionária de R$ 225 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido representava 31,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 23,2% em 31 de dezembro de 2020.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

31 de dezembro de 2019 x 31 de dezembro de 2018

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 7,954 bilhões, um aumento de R$ 3,585 bilhões em relação a 2018, principalmente relacionado à consolidação do Grupo Éxito, que adicionou R$ 3,150 bilhões, e a um ganho nas atividades de financiamento em 2019 em relação a 2018. As disponibilidades representavam 13,6% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 7,0% em 31 de dezembro de 2018.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R$ 727 milhões, um aumento de R$ 343 milhões em relação ao saldo de 2018. Esta variação é decorrente principalmente da consolidação do Grupo Éxito, que adicionou R$ 303 milhões.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo aumentou 149,2%, passando de R$ 679 milhões em 2018 para R$ 1,692 bilhão, sendo que R$ 417 milhões se referem ao saldo do grupo Éxito. Este saldo de curto prazo, associado a uma diminuição de R$ 43 milhões no longo prazo resultou em um aumento total de R$ 970 milhões. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas principalmente ao registro dos créditos de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R$ 382 milhões no ano de 2019.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas antecipadas e outras contas a receber aumentaram 65,8%, passando de R$ 447 milhões em 2018 para R$ 741 milhões, variação de R$ 294 milhões, em função principalmente da consolidação do Grupo Éxito que impactou em R$ 256 milhões.

Estoques

Em 2019, os estoques aumentaram 46,1% ou R$ 2,722 bilhões, passando de R$ 5,909 bilhões em 2018 para R$ 8,631 bilhões. Considerando o crescimento, R$ 2,418 bilhões refere-se a Éxito, sendo que o restante da variação ocorreu principalmente em função do aumento no estoque de Sendas para suportar o forte crescimento de vendas. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques representavam 14,8% do ativo total e 9,5% em 31 de dezembro de 2018.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R$ 4,046 bilhões em 2018 para R$ 4,321 bilhões em 2019. O aumento de R$ 275 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R$ 237 milhões das despesas antecipadas e outros ativos não circulantes, sendo que, desse montante, R$ 120 milhões refere-se à consolidação do Grupo Éxito. Em 31 de dezembro de 2019, estas contas representavam 7,4% do ativo total e 6,5% em 31 de dezembro de 2018.

Investimentos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2019, os investimentos totalizaram R$ 609 milhões comparado a R$ 203 milhões em 2018, um aumento de R$ 406 milhões. Este aumento se deve principalmente ao saldo dos investimentos do Grupo Éxito em suas subsidiárias, no montante de R$ 459 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 os investimentos representavam 1,0% do ativo total, e 0,3% em 31 de dezembro de 2018.

Propriedades para investimentos

Em 2019, os investimentos totalizaram R$ 3,051 bilhões comparado a R$ 20 milhões em 2018, um aumento de R$ 3,031 bilhões. Este aumento se deve principalmente às propriedades para investimento do Grupo Éxito, com saldo de R$ 2,863 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019 os investimentos representavam 5,2% do ativo total, e 0,03% em 31 de dezembro de 2018.

Imobilizado

Em 2019, o imobilizado aumentou 72,9%, passando de R$ 14,052 bilhões em 2018 para R$ 24,290 bilhões. Este aumento de R$ 10,238 bilhões é representado por: (i) R$ 3,268 bilhões de adição, (ii) R$ 832 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 R2, (iii) R$ 8,496 bilhões da aquisição do Grupo Éxito, (iv) R$(1,376) bilhão de depreciação, (v) R$(674) milhões de baixa, (vi) R$ 141 milhões de ajuste de conversão de Éxito e (vii) R$ (237) milhões de operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado representava 41,5% do ativo total em comparação a 22,7% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R$ 7,071 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 4,431 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

Intangíveis

Em 2019, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R$ 3,418 bilhões, passando de R$ 2,818 bilhões em 2018 para R$ 6,326 bilhões. A evolução está relacionada principalmente à primeira consolidação do Grupo Éxito, cujo saldo era de R$ 3,418, bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis representavam 10,7% do ativo total em comparação a 4,5% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de intangíveis consideram o direito de uso no valor de R$ 836 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$ 899 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R$ 9,246 bilhões em 2018 para R$ 14,887 bilhões em 2019. Essa variação de R$ 5,641 bilhão ocorreu principalmente pela consolidação do Grupo Éxito com saldo de R$ 5,208 bilhões e pelo aumento do saldo de Sendas em função do crescimento das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo com fornecedores representava 25,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

comparação a 14,9% em 31 de dezembro de 2018.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

Em 2019, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, aumentaram 31,5%, passando de R$ 913 milhões em 2018 para R$ 1,201 bilhão em 2019. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 2,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2019, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,5% em 31 de dezembro de 2018.

O saldo combinado de empréstimos e financiamentos e debêntures, somando-se curto e longo prazo, aumentou R$ 8,821 bilhões, principalmente relacionado à captação de debêntures de longo prazo de R$ 8 bilhões para aquisição do Grupo Éxito.

Salários e encargos sociais

Em 2019, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R$ 294 milhões, passando de R$ 686 milhões em 2018 para R$ 980 milhões, cuja variação é principalmente em função da consolidação do Grupo Éxito, com impacto de R$ 293 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,7% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,1% em 31 de dezembro de 2018.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2019, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 43,4%, passando de R$ 370 milhões em 2018 para R$ 531 milhões. O aumento se deu principalmente pela consolidação do Grupo Éxito, que impactou em R$ 220 milhões.
Em 31 de dezembro de 2019, os impostos, taxas e contribuições representavam 0,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,6% em 31 de dezembro de 2018.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram R$ 672 milhões passando de R$ 523 milhões em 2018 para R$ 1,195 bilhão, em função principalmente da aquisição do Éxito R$ 747 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 2,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% em 31 de dezembro de 2018.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2019, os impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 20,2%, passando de R$ 471 milhões em 2018 para R$ 376

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões, em decorrência da quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos parcelados representavam 0,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% de 31 de dezembro de 2018.

Provisão para demandas judiciais

Em 2019, a provisão para demandas judiciais aumentou 5,7%, passando de R$ 1,235 bilhão em 2018 para R$ 1,305 bilhão, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além dos saldos advindos da aquisição do Grupo Éxito.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas judiciais representava 2,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,0% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio Líquido

Em 2019, o patrimônio líquido aumentou 3%, passando de R$ 13,159 bilhões em 2018 para R$ 13,549 bilhões. As principais movimentações foram: (i) venda da Via Varejo com efeito de R$ 3,278 bilhões; (ii) aquisição do Grupo Éxito no valor de R$ 2,556 bilhões; (iii) lucro líquido de R$ 836 milhões; (iv) variação cambial de investimentos no exterior de R$ 214 milhões; (v) dividendos de R$ (194) milhões e (v) juros sobre capital próprio no valor de R$ (174) milhões.
Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido representava 23,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 21,2% em 31 de dezembro de 2018.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita

As receitas do Grupo são provenientes das operações do GPA Consolidado, composto pelo GPA Brasil, Grupo Éxito e Outros negócios. As receitas líquidas estão demonstradas na tabela abaixo em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Receita Líquida

(R$ milhões)	2020	2019	2018
Consolidado	**51.253**	**28.838**	**26.490**
Brasil	**29.219**	**26.687**	**26.490**
Varejo	29.170	26.654	26.490
Outros(1)	49	33	-
Grupo Éxito	**22.034**	**2.151**	-
Colômbia	17.062	1.694	-
Uruguai	3.746	350	-
Argentina	1.226	107	-

(1) Inclui as operações de iniciativas mais recentes como James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(a) variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em 2020 a Companhia conclui o processo da cisão parcial do Sendas, conforme descrito no item (b) (iii)

(a) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(i) Cheftime

Em 2019, a Companhia adquiriu o controle da Cheftime, que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos da empresa (representando cerca de R$1 milhão) e as considerações pela aquisição foram mensuradas e concluídas durante 2019.

(ii) Aquisição Almacenes Éxito ("Grupo Éxito")

Em 26 de junho de 2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração do GPA, uma recomendação do acionista controlador final da Companhia, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores.

As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo historicamente pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, envolveu uma oferta pública lançada pelo GPA, por meio de sua subsidiária Sendas, com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15R / IFRS 3R.

A transação envolveu ainda a aquisição pelo Casino da totalidade das ações de controle de emissão do GPA até então detidas indiretamente pelo Éxito ao preço de R$113 reais por ação.

Em 23 de julho de 2019, foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração do GPA, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço recomendado originalmente pela diretoria executiva do GPA, aprovou que sua subsidiária operacional Sendas autorizasse o lançamento de uma oferta pública ("OPA") com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R$21,68 reais na data da aquisição).

Em continuidade a transação, em 12 de setembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral de acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta no GPA para o Casino nos termos anteriormente

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

divulgados.

Em 27 de novembro de 2019, a OPA foi encerrada e a Companhia passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Sendas de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019).

O Grupo Éxito opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias.

(**iii) Cisão parcial Sendas**

Com o objetivo de liberar o pleno potencial dos negócios de Cash & Carry (Atacarejo) e varejo tradicional da Companhia, permitindo que operem de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento a cada um dos negócios, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia e Sendas Distribuidora S.A (Sendas), realizada em 31 de dezembro de 2020, a proposta de reorganização societária, anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresa, que compreende:

i) Incorporação do acervo cindido por Sendas em favor da Companhia, cujo valor contábil líquido foi de R$9.591 em 31 de dezembro de 2020, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito, correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito ("Participação Éxito") pelo valor contábil de R$9.565 e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas ("Ativos Operacionais") com acervo líquido de R$20. A transação não gerou impacto no consolidado, pois Éxito era controlada indireta da CBD.

ii) Permuta de ativos onde Sendas cedeu para a Companhia 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações e equivalente a 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito pelo valor contábil de R$914 mediante a cessão para Sendas de: (i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. ("Bellamar"), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), que totalizam o valor de R$195 (ii) e imóveis, que totalizaram R$ 25. Adicionalmente, o efeito de R$694 no patrimônio líquido da Companhia relacionado a transação de permuta foi registrado em resultados acumulados. Nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos do CPC 36 / IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas", em virtude da desconsolidação de Bellamar, foi reavaliada a parcela anteriormente detida ocasionado no reconhecimento da mais valia no montante de R$573.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

iii) Cisão da totalidade do investimento detido pela Companhia em Sendas, cujo valor contábil líquido foi de R$1.432 em 31 de dezembro de 2020, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

iv) Os efeitos no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2020 da Companhia, como resultado da desconsolidação da subsidiária Sendas, estão sumariados no quadro abaixo:

	Sendas
	31.12.2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.532
Clientes	182
Outras Contas a Receber	34
Estoques	3.739
Tributos Correntes a Recuperar	768
Instrumentos financeiros derivativos	57
Outros ativos circulantes	36
Total do ativo circulante	8.348
Partes relacionadas	178
Impostos a recuperar	866
Depósitos judiciais	134
Instrumentos Financeiros	11
Investimentos	769
Imobilizado	7.477
Intangível	1.038
Total do ativo não circulante	10.473
Total do ativo	18.821
Fornecedores	5.057
Obrigações sociais e trabalhistas	371
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	528
Empréstimos e Financiamentos	2.119
Arrendamento Financeiro	172
Receitas Antecipadas	227
Financiamento por compra de ativos	34
Outros passivos circulantes	153
Total do passivo circulante	8.661
Empréstimos e Financiamentos	5.711
Arrendamento Financeiro	2.604
Passivos com Partes Relacionadas	41
Provisão para demandas judiciais	281
Receitas a apropriar	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82
Outros Passivos não circulantes	8
Total do passivo não circulante	8.728
Total do passivo	17.389

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Total do patrimônio líquido	1.432
Total do passivo e patrimônio líquido	18.821

b) ***dos eventos ou operações não usuais***

(i) Venda da subsidiária Via Varejo

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Ao longo de 2018 a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se completou até 31 de dezembro de 2018 por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais.
Em novembro de 2018, foi concluído o processo de migração da listagem das ações da Via Varejo para o segmento Novo Mercado da B3.

Dentro deste novo contexto, na mesma reunião o Conselho de Administração, autorizou a alienação de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo, correspondente a 3,86% do seu capital social, por meio de uma transação de TRS (Total Return Swap) com instituição financeira de primeira linha (nota 17.10 das demonstrações financeiras), por meio da qual tais ações foram vendidas em operações diárias conduzidas pelo banco. Este contrato foi liquidado ao fim de fevereiro de 2019.

O Conselho de Administração aprovou no dia 20 de fevereiro de 2019 a celebração de novo contrato de TRS, autorizando a alienação de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias da Via Varejo detidas pela Companhia, correspondentes a 3,09% do capital social da Via Varejo.

As operações de TRS não implicam na alteração da composição do controle ou na estrutura administrativa da Via Varejo.

A Companhia concluiu o processo de venda iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R$4,90 reais por ação, totalizando R$2.300 milhões, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R$398 milhões, líquido do imposto de renda de R$199 milhões.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer doauditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança de práticas contábeis no ano de 2020. A última mudança de prática contábil significativa está descrita abaixo.

CPC 06 (R2) - Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

Não há itens que alterem significativamente as demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019, exceto para os efeitos da aplicação do CPC 31/ IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes, CPC – 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil.

A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e o CC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2016, com impactos nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, balanços patrimoniais, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Os efeitos em 31 de dezembro de 2017 foram de R$ 54 milhões no resultado e R$ 250 milhões no patrimônio líquido. Além de uma reclassificação para fins do CPC 47 aumentando o custo das mercadorias vendidas e diminuindo as despesas com vendas e administrativas em R$ 285 milhões em 2017 e R$279 milhões em 2016.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa do CPC 06 (R2) / IFRS16 como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A Companhia considerou os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS16 no tocante o uso da taxa incremental nominal, à inclusão dos impostos incidentes sobre os pagamentos de arrendamento e o prazo de benfeitorias em imóveis de terceiros em que foram consideradas as benfeitorias significativas individualmente por contrato sobre a decisão de extensão do prazo contratual razoavelmente certo. Caso o Grupo tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 5,7%. O prazo médio dos contratos considerados é de 13,4 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 7,5% com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,2 anos.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos
contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicáveis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro e 2019.

(iv)contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

(b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu plano de negócios foi elaborado em um cenário anterior ao início da pandemia do COVID-19 no Brasil. De tal forma, a Companhia reserva-se no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento, a depender das medidas adotadas pelo Governo para conter o seu avanço.

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos para o GPA consolidado, incluindo o Grupo Éxito, para o ano de 2021 totaliza R$ 1,5 bilhão, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; (ii) inovação e aceleração dos projetos de transformação digital, incluindo sistemas, marketplace, last milers e novos CD´s; (iii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência; e (iv) *real estate*.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do nosso fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, notas promissórias e monetização de ativos maduros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2020, "Contrato de Compra e Venda de Ativos, com Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva" com Cia Beal de Alimentos e a West Capital Administração de Bens Ltda., visando à, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, transferência, por parte da Companhia, dos pontos comerciais e demais ativos de 4 lojas da Companhia situadas na cidade de Curitiba/PR. A operação foi devidamente apresentada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), onde aguarda tramitação.

Ademais, conforme divulgado em Fato Relevante no dia 05 de março de 2020, a Companhia celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície" ("Instrumento"). O Instrumento tinha por objeto a venda de 43 imóveis do GPA, localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe,

10.8 - Plano de Negócios

Pernambuco, Piauí e Paraíba e no Distrito Federal ("Imóveis"), pelo valor total de R$ 1.245.885.000,00, observado que as partes celebrarão contratos de locação para cada um dos Imóveis, na data de fechamento da transação, cujos termos já estão definidos em minutas anexas ao Instrumento.

Sem prejuízo das demais disposições do Instrumento, conforme divulgado pela Companhia em Fatos Relevantes datados de 29 de maio de 2020, 29 de junho de 2020, 22 de julho de 2020 e 31 de agosto de 2020, as partes concordaram em excluir da operação quatro imóveis de valor não relevante para o volume total, de modo que o Instrumento passou a tratar da alienação de 39 imóveis ao todo.

Dentre os imóveis que são objeto do contrato, o GPA concluiu a venda da seguinte maneira: 5 na primeira tranche (29 de maio de 2020), 7 na segunda tranche (29 de junho de 2020), 16 na terceira tranche (22 de julho de 2020) e 11 na quarta tranche (28 de agosto de 2020).

Desta forma, o GPA finalizou com sucesso o processo de venda de imóveis para os Fundos TRX, conforme operação global comunicada ao mercado através do Fato Relevante divulgado no dia 05 de março de 2020, totalizando 39 imóveis vendidos na modalidade sale and leaseback, por um valor total de R$ 1.183.347.566,44.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou um contrato de venda de 4 propriedades na modalidade de Sale and Leaseback para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R$255, dos quais R$235 foram recebidos em 2020. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 15 anos para essas quatro lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

Em 12 de abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia foi informado do lançamento pelo Grupo Casino de trabalhos preparatórios para potencial aumento de capital da Cdiscount, subsidiária direta da Cnova, na qual a Companhia detém 34,17% do capital social. Essa operação tem como objetivo habilitar o Cdiscount a acelerar seu plano de crescimento e pode também incluir uma oferta secundária de ações detidas pelo Grupo.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional.

Não há eventos a divulgar.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

A Companhia não possui projeções divulgadas.

b) Período projetado e prazo de validada da projeção

Não aplicável tendo em vista a ausência de projeções divulgadas.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável tendo em vista a ausência de projeções divulgadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável tendo em vista a ausência de projeções divulgadas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulériode Referência e quais delas estão sendo repetidas.

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui projeções divulgadas.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetadoscom o efetivo desempenho dos indicadores, indicando como clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Projeções	*Guidance*	*Indicadores atingidos*
Participação de produtos de marcas exclusivas da Companhia no GPA Brasil (Multivarejo)	Aumentar a participação das marcas exclusivas de 12,7% no final de 2019 para 20% nas vendas da categoria alimentar do GPA Brasil (Multivarejo) até o encerramento do exercício social de 2020	As Marcas Exclusivas alcançaram o patamar de 20% de participação na categoria alimentar do GPA Brasil (Multivarejo), no encerramento do exercício social de 2020.
Margem EBITDA(1) recorrente – Éxito Colômbia	Manutenção da margem EBITDA recorrente do grupo Éxito na Colômbia ao menos em linha com a apresentada em 2019	A margem EBITDA ajustada recorrente para o exercício de 2020 na Colômbia, ficou em 8,0%, 0,6 p.p. abaixo de 2019 (8,6%).
CAPEX – Éxito Colômbia	Investimento de aproximadamente COP$400.000 milhões no grupo Éxito na Colômbia, destinado à otimização de lojas, inovação, transformação digital e real estate. Na divulgação de resultados referentes ao 1T20, realizada pelo Grupo Éxito na Colômbia, essa estimativa foi revisada para cerca de COP$200.000 milhões devido ao novo cenário de pandemia observado principalmente desde a segunda quinzena de março de 2020.	O CAPEX empregado nas operações do Grupo Éxito na Colômbia foi de COP$175.670 milhões e COP$241.810 milhões considerando todos os países de atuação do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina).
Margem EBITDA(1) recorrente – Éxito Uruguai	Manutenção da margem EBITDA recorrente do	A margem EBITDA ajustada recorrente para o

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

	grupo Éxito no Uruguai ao menos no mesmo nível da apresentada em 2019.	exercício de 2020 no Uruguai, ficou em 10,3%, 1,1 p.p. acima de 2019 (9,2%).

(1) Margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais excluindo os créditos fiscais não recorrentes.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019(1)

Projeções	***Guidance***	***Indicadores atingidos***
Receita Líquida Multivarejo	Crescimento da receita líquida "Mesmas Lojas" ao redor de 1,0 p.p. da inflação IPCA.	Crescimento de 0,8%. O ano de 2019 mostrou-se desafiador para o Multivarejo, com a retomada da economia mais lenta do que o esperado. O último trimestre de 2019 foi especialmente impactado negativamente por alguns efeitos não-recorrentes relacionados a reformas e conversões de lojas e piora no segmento não alimentar.
Receita Líquida de Sendas	Crescimento da receita líquida "Mesmas Lojas" ao redor de 2,0 p.p. da inflação IPCA e receita total superior a 20%.	Guidance atingido, sendo que houve crescimento da receita líquida de "Mesmas Lojas" de 5,9% e receita total superior a 21,4%.
EBITDA	Evolução ao redor de 0,3 p.p. para o Multivarejo e evolução entre 0,3-0,4 p.p em Sendas	Em Sendas, o guidance foi atingido, com evolulçao de 0,3 p.p. No Multivarejo, ficou em -1,2 p.p. O EBITDA do Multivarejo reflete um menor patamar de margem bruta, impactado principalmente no 4º trimestre de 2019, em função da: a) grande quantidade de reformas/conversões de lojas no trimestre, que exigem

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

		aumento na intensidade promocional no período da inauguração, além de maior quebra durante o período de reformas; b) piora na categoria de proteína animal, com mudanças drásticas nas condições de mercado, c) piora da performance do segmento não- alimentar durante o período.
Outras receitas e despesas operacionais no GPA Alimentar	Ao redor de R$200 milhões por ano	R$259 milhões no ano, com impacto das conversões/reformas que objetivam promover maior crescimento e rentabilidade no futuro.
CAPEX Consolidado	Aproximadamente R$ 1,7 - R$ 1,8 bilhão no ano (líquido da venda de imobilizado)	R$ 2,1 bilhões, em função do número expressivo de abertura de lojas de Sendas (22), reformas de lojas do Pão de Açúcar (20), inaugurações de lojas do Minuto Pão de Açúcar (10) e conversões de lojas Extra Super (sendo 77 em Mercado Extra e 15 em Compre Bem). Além disso, foram iniciadas obras em outras 9 lojas que serão abertas ao longo de 2020.
Transformação Digital	Foco em inovação eaceleração da estratégia omnicanal.	Evolução superior a 40% no e-commerce.

(1) Conforme Teleconferência de Resultados do 4T18

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 **(1)**

Projeções	***Guidance***	***Indicadores atingidos***
Vendas Alimentar	Manutenção/ganho de *Market Share*.	Ganho de *Market Share*, conforme Nielsen.
Margem EBITDA Alimentar	Patamar ao redor de 0,5-0,6 p.p. para o Multivarejo e evolução de 0,2-0,3 p.p em Sendas.	0,5 p.p. no Multivarejo e 0,4 p.p em Sendas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

CAPEX Consolidado	Aproximadamente R$ 1,6 bilhão no ano	R$ 1,7 bilhão
Sinergias na América Latina	Capturar mais de US$85 milhões	Capturado mais de US$100 milhões

(1) Conforme Teleconferência de Resultados do 4T17

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não possui projeções divulgadas para períodos ainda em curso

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem serconsultados;

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto;

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria e um Conselho de Administração, auxiliado por cinco comitês: Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, Comitê Financeiro, Comitê de Sustentabilidade e Diversidade, Comitê de Auditoria e Comitê de Inovação e Transformação Digital. Além disso, teve a instalação do Conselho Fiscal a pedido dos acionistas minoritários na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 28 de abril de 2021. Tanto os membros do Conselho de Administração quanto da Diretoria possuem mandato de 2 anos, permitida a reeleição, e devem subscrever um Termo de Posse, sendo sua posse condicionada à assinatura desse documento. Por meio deste instrumento, os Conselheiros e Diretores se sujeitam à cláusula compromissória referida no artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também pelas seguintes atribuições, dentre outras, conforme Estatuto Social e Regimento Interno próprio:

I) em conjunto com a Diretoria, administrar a Companhia;

II) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

III) aprovar ou alterar o plano de investimentos da Companhia;

IV) eleger e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e designações;

V) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VI) convocar a Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

VII) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia;

VIII) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço e as condições de integralização;

IX) escolher e destituir os auditores independentes, observada a recomendação do Comitê de Auditoria;

X) emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembleia Geral;

XI) autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria, observada a regulamentação aplicável;

XII) desenvolver, em conjunto com a Diretoria, e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados");

XIII) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia serão limitadas em até 15% do resultado de cada exercício, após as deduções do artigo 189 da Lei nº 6.404/76;

XIV) estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite previsto no item XIII acima;

XV) constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, e definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto no Estatuto Social;

XVI) deliberar sobre a aquisição, alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social (a) superior ao valor em Reais equivalente a US$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou (b) superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

XVII) deliberar sobre qualquer operação financeira que envolva a Companhia, inclusive a concessão ou tomada de empréstimos e a emissão de debêntures não conversíveis em ações em valor superior, por transação, a ½ (metade) do LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), conforme apurado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social anterior à respectiva operação;

XVIII) deliberar sobre qualquer associação da Companhia com terceiros que envolva investimento individual ou agregado, ao longo de um exercício social superior ao valor em Reais equivalente a US$20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que formaior;

XIX) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

XX) deliberar sobre qualquer alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia;

XXI) aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

XXII) aprovar e alterar os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria, dos Comitês Especiais e do Comitê de Administração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia;

XXIII) eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e dos Comitês Especiais da Companhia, inclusive designando seus respectivos presidentes e membros externos, observadas as regras aplicáveis da CVM, da B3 e do Estatuto Social da Companhia e do Comitê de Administração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia;

XXIV) submeter as matérias e assuntos, requerer pareceres e opiniões que entender adequadas e necessárias ao Conselho Fiscal, ao Comitê de Auditoria, aos Comitês Especiais, ao Comitê de Administração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, e à Diretoria da Companhia, sem prejuízo e observada a competência de cada órgão ou Comitê da Companhia. Os pedidos de informações ou esclarecimentos sobre os negócios sociais de iniciativa de qualquer membro do Conselho de Administração deverão ser apresentados perante os órgãos da administração da Companhia, por meio de solicitação assinada pelo Secretário Executivo;

XXV) incumbir ao Comitê de Auditoria, aos Comitês Especiais, ao Comitê de Administração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e à Diretoria da Companhia, deveres e responsabilidades específicos; e

XXVI) exercer toda e qualquer competência atribuída pela legislação aplicável, pela regulamentação da CVM, da B3 e pelo Estatuto Social como de competência do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Ademais, em que pese o Comitê de Auditoria ser responsável por acompanhar os trabalhos da auditoria independente, cabe ao Conselho de Administração aprovar a escolha do auditor independente. Nesse sentido, a Companha possui uma Política de Contratação de Serviços Relacionados e Não relacionados à Auditoria, cujo objetivo consiste na regulação do processo de contratação de serviços relacionados e não relacionados a auditoria prestados pelos auditores externos da Companhia e suas controladas. Referida política está vigente desde setembro de 2014, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Auditoria.

De acordo com o Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos cada, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 7 e, no máximo, 9 membros, sendo um Presidente e até 2 Co-Vice-Presidentes, em consonância com as determinações do Novo Mercado, segmento especial de listagem da B3 ao qual a Companhia aderiu. Na data de apresentação deste Formulário, o Conselho de Administração era composto por 9 membros.

Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 voto nas deliberações das reuniões do órgão.

Comitês

O Estatuto Social prevê o funcionamento do Comitê de Auditoria e a competência para que o Conselho de Administração possa constituir outros comitês.

Atualmente, a Companhia possui 5 Comitês em funcionamento, a saber: (i) Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa criado em 22 de junho de 2005, por deliberação do Conselho de Administração; (ii) Comitê Financeiro criado em 28 de fevereiro de 2003, por deliberação do Conselho de Administração; (iii) Comitê de Sustentabilidade e Diversidade, oriundo da transformação do antigo Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade da Companhia, via deliberação do próprio comitê em reunião ocorrida em 30 de novembro de 2020; (iv) Comitê de Auditoria criado em 18 de outubro de 2012, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária; e (v) Comitê de Inovação e Transformação Digital criado em 28 de novembro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração. Além disso, teve a instalação do Conselho Fiscal a pedido dos acionistas minoritários na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 28 de abril de 2021.

De acordo com os respectivos Regimentos Internos, cada Comitê é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, os quais são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Os membros dos Comitês são nomeados dentre os membros do Conselho de Administração, sendo permitida a eleição de 1 membro externo em cada comitê, com exceção do Comitê de Auditoria, o qual será composto por, no mínimo, 2 membros externos, 1 membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, 1 membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado. O Conselho de Administração também é responsável por designar o Presidente ou o Coordenador de cada Comitê. Todas as regras supram definidas, bem como as atribuições abaixo referidas, estão expressas em regimento interno próprio de cada Comitê. Os regimentos internos do Conselho de Administração e dos seus respectivos Comitês de Assessoramento estão arquivados no site de Relações com Investidores, na seção Governança Corporativa, e no sistema da CVM, conforme aprovados na reunião do Conselho de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Administração de 6 de fevereiro de 2020 e alterações.

As atribuições de cada um dos Comitês são:

(i) ***Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa***:

O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) discutir e propor o modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do Conselho deAdministração; c) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como das diretrizes para atração e retenção de talentos; d) identificar, na Companhia e em suas controladas, potenciais futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento das suas respectivas carreiras; e) examinar e debater os métodos de recrutamento e contratação adotados pela Companhia e por suas controladas, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro; f) examinar os candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração da Companhia e para os Comitês Especiais, inclusive membros externos, com base na experiência profissional, capacitação técnica, bem como representatividade econômica, social e cultural; g) examinar e recomendar ao Conselho de Administração os candidatos selecionados para a posição de Diretores da Companhia; h) examinar e discutir a política de remuneração dos membros da administração, propondo ao Conselho de Administração os critérios de remuneração, benefícios e demais programas, incluindo programas de opção de compra de ações; i) apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a sua avaliação acerca da eficácia das políticas de remuneração adotadas pela Companhia, de modo a aferir a capacidade de referidas políticas de recompensar os bons desempenhos e discriminar desempenhos não-satisfatórios, de acordo com métrica alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, bem como de atrair e reter talentos; j) debater e propor ao Conselho de Administração critérios para a avaliação anual do desempenho dos Diretores da Companhia, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro, bem como apoiar o Conselho de Administração no processo de avaliação, manifestando as suas recomendações paraas avaliações individuais da Diretoria da Companhia; k) recomendar e acompanhar a adoção das melhores práticas de governança corporativa, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de governança corporativa, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário; l) zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Órgãos Auxiliares da Administração da Companhia e pelo relacionamento entre tais órgãos e destes com os acionistas, e, nesse sentido, revisar periodicamente e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre seu funcionamento e competências assim como sobre a Diretoria e sobre os demais Órgãos Auxiliares da Administração da Companhia; m) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, o Estatuto Social e os Códigos e Políticas da Companhia, os Regimentos Internos dos Órgãos Auxiliares da Administração, assim como quaisquer outros documentos relacionados à governança corporativa da Companhia, efetuando as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados, e em consonância com as peculiaridades da Companhia; n)manter o Conselho de Administração informado e atualizado acerca das normas, bem como acompanhar a implementação de regulamentações e recomendações vigentes e praticadas no mercado, inclusive em relação às normas que venham a ser criadas e impactem as atividades societárias e de mercado de capitais da Companhia; o) minutar, submeter ao Conselho de Administração e revisar periodicamente a Política de contratação da Companhia com suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela Companhia, das melhores práticas de gestão e de governança corporativa; p) tomar conhecimento e analisar as transações com partes

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

relacionadas envolvendo a Companhia nos termos previstos na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia; q) manifestar-se, a pedido do Conselho de Administração ou da Diretoria, sobre situações em que possa configurar-se cenário de conflito de interesses nas atividades da Companhia; r) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia; s) assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia; t) apoiar o Conselho de Administração na definição do apetite de risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia; u) apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco; v) assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos; w) avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; x) identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração; e y) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

(ii) ***Comitê Financeiro***:

O Comitê Financeiro, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; d) analisar e revisar a viabilidade econômico- financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação; e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas; f) acompanhar quaisquer operações e negociações mencionadas no item (e) acima; g) analisar e revisar os índices econômico-financeiros, fluxo de caixa e a política de endividamento da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário; h) acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; i) analisar e recomendar oportunidades em relação às operações de financiamento que poderão melhorar a estrutura de capital da Companhia, além de analisar e debater as necessidades de capital de giro e seus impactos na estrutura de capital da Companhia; j) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira; k) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia nos mercados brasileiro e americano, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e liquido; e l) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

(iii) ***Comitê de Sustentabilidade e Diversidade***:

O Comitê de Sustentabilidade e Diversidade, além de zelar pelos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) assessorar o Conselho

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de Administração da Companhia em todosos aspectos relacionados à sustentabilidade, inclusive no que se refere a ações que visem fomentar o consumo consciente por parte de seus clientes, fornecedores e colaboradores, inclusive recomendando eventuais mudanças ou revisões das propostas de investimentos estratégicos da Companhia nesse sentido; c) assessorar a gestão eficiente da Companhia e recomendar a adoçãode programas de gestão de resíduos, de estímulo a pequenos produtores e de segurança alimentar; d) tomar conhecimento e analisar as transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia nos termos previstos na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia; e) manifestar-se, a pedido do Conselho de Administração ou da Diretoria, sobre situações em que possa configurar-se cenário de conflito de interesses nas atividades da Companhia; f) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia; g) assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão deriscos na Companhia; h) apoiar o Conselho de Administração na definição do apetite de risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia; i) apoiar a Companhia na análise e aprovaçãoda estratégia de gestão de risco; j) assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos; k) avaliar a eficácia do processo de gestãode risco na Companhia; l) identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivasda Companhia sob decisão do Conselho de Administração; e m) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas queconsiderem relevantes

(iv) ***Comitê de Auditoria***:

O Comitê de Auditoria, regulamentado em concordância com a Instrução CVM nº 308, além de zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo: i)opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (1) a sua independência; (2) a qualidade de serviços prestados; e (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; c) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, as demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo: i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia; e ii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; f) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações; g) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia; h) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; i) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e que deve ser mantido na sede social da Companhia e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; j) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia, inclusive os regulamentos e os normativos internos aplicáveis à Companhia e os procedimentos específicos de proteção ao prestador e da confidencialidade da informação, conforme estabelecido no artigo 20 abaixo; k) avaliar e monitorar os mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e l) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

No que tange ao funcionamento, o Comitê reúne-se ordinariamente, no mínimo, a cada 2 meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador ou pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê, observado que as informações contábeis da Companhia devem sempre ser apreciadas pelo Comitê antes de sua divulgação.

Finalmente, o Comitê de Auditoria estatutário cumpre os requisitos obrigatórios previstos na Instrução CVM n° 308, bem como os requisitos normativos previstos pela SEC.

(v) ***Comitê de Inovação e Transformação Digital***:

O Comitê de Inovação e Transformação Digital, além de zelar pelos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições, possui as seguintes atribuições: a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; b) recomendar e acompanhar a adoção das melhores práticas de inovação, bem como coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas na Companhia, assim como a eficácia dos processos de inovação, propondo alterações, atualizações e melhorias quando necessário; c) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, quaisquer documentos relacionados à inovação da Companhia, efetuando as recomendações de alteração, críticas e sugestões que entender necessárias ao Conselho de Administração, a fim de mantê-los constantemente atualizados, e em consonância com as peculiaridades da Companhia; d) assessorar o Conselho de Administração na análise de tendências tecnológicas e inovações, bem como avaliar projetos, iniciativas e propostas de investimentos da Companhia sob a ótica de inovação; e e) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

considerem relevantes.

Diretoria

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. Ademais, compete aos Diretores: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia; (ii) dar cumprimento ao objeto social; (iii) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse do desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração; (iv) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras legalmente exigidas em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso; (v) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos; (vi) propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos; (vii) autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior; (viii) manifestar-se a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho de Administração vier a solicitar apreciação específica; e (ix) desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e executar o Plano de Participação nos Resultados.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada Diretor deve residir no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para cargos da Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 14 membros, sendo um deles designado Diretor Presidente e um deles necessariamente indicado para o cargo de Diretor de Relação com Investidores, sendo os demais Diretores Vice-Presidentes e Diretores.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode serconsultado.

Segundo o Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente: (a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias; (b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (c) convocar e instalar as reuniões da Diretoria; (d) coordenar e conduzir o processo de aprovação do Orçamento anual/plurianual e do Plano de Investimento e Expansão junto ao Conselho de Administração; e (e) sugerir designações e respectivos candidatos para os cargos da Diretoria da Companhia e submeter tal sugestão à aprovação do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete aos demais Diretores auxiliarem o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração.

A diretoria possui regimento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não foi permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode serconsultado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, esta terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, nas hipóteses legais. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2021, houve pedido de instalação de referido órgão. Há regimento interno próprio aprovado pelo próprio Conselho Fiscal da Companhia.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:
i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seusmembros
ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão
iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O Conselho de Administração e os Comitês, nos termos de seus respectivos regimentos internos, devem proceder anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação. Também é de sua competência promover, a cada dois anos, a avaliação formal dos resultados da Companhia e do desempenho da Diretoria, do Conselho de Administração, dos Comitês e de cada diretor, conselheiro e membro externo dos Comitês da Companhia, individualmente.

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento também realizam sua autoavaliação periodicamente, conforme metodologia descrita acima.

Os Diretores, por sua vez, são submetidos a uma avaliação anual rigorosa, que consiste em uma autoavaliação, uma avaliação pelo Diretor Presidente, uma avaliação por seus subordinados e uma avaliação por seus pares, sempre com base nas competências requeridas pela Companhia e comportamentos esperados para esses cargos. Com base nessa avaliação, oferecemos um processo de desenvolvimento dos Diretores que contempla cursos, sessões de *coaching*, entre outros. Consideramos referida avaliação relevante para o desenvolvimento pessoal e profissional de Diretores, bem como para o alinhamento de suas expectativas e competências esperadas pela Companhia.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedade por Ações, conforme alterada pela Medida Provisória 1040/2021, como regra, a primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 30 dias de antecedência da realização da Assembleia Geral e a segunda convocação com antecedência mínima de 8 dias.

b) competências

O Estatuto Social da Companhia prevê que a competência da Assembleia Geral segue integralmente as mesmas previstas na Lei das Sociedades Anônimas.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: *www.gpari.com.br*; *www.cvm.gov.br*; *www.b3.com.br*.

Endereço Físico: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 3.142, Jardim Paulista, São Paulo - SP.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia atualmente não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos deinteresses em relação ao previsto na legislação societária.

A Lei nº 6.404/76 determina que os acionistas não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral referentes ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para formação do capital social e também na aprovação de suas contas, na qualidade de administrador, nem em quaisquer outras matérias que possam beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Caso a deliberação seja tomada em decorrência de voto de acionista em conflito de interesse com a Companhia será anulável, o acionista responderá pelos danos causado e será obrigado a ressarcir a Companhia das vantagens que tiver auferido.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito devoto

Como regra geral, os acionistas que tenham interesse em ser representados em Assembleia Geral devem enviar os documentos hábeis que comprovem sua qualidade de acionista da Companhia e a outorga dos respectivos poderes de representação com antecedência de 02 (dois) dias antes da sua realização ao Departamento Jurídico Societário, por e-mail para societario@gpabr.com, com aviso de recebimento.

f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas que tenham interesse em ser representados em Assembleia Geral podem constituir procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundo de investimento representar seus condôminos. Em todos os casos o procurador deve ser constituído há menos de 01 ano.

Conforme entendimento do Colegiado da CVM (Processo CVM RJ2014/3578), os acionistas pessoas juridicas podem ser representados nas Assembleias Gerais por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatários devidamente constituídos há menos de 01 ano, não sendo necessário o procurador de pessoa jurídica ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A procuração deve estar acompanhada dos demais documentos que comprovem a qualdiade do representante e do representado e dos poderes específicos para participação na Assembleia Geral.

O Acionista deverá apresentar extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 03 (três) dias de antecedência da Assembleia.

Com o intuito de assegurar a participação dos acionistas, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notarização, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país. A Companhia tambémnão exigirá atradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva traduçãonessas mesmas línguas; e as exigirá nos demais casos.

Não é necessário que o Acionista apresente a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmentelavrados em língua portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados darespectiva tradução nessas mesmas línguas; sendo exigidos nos demais casos. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto e vigentes: RG, RNE, CNH, passaporteou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar presencialmente da Assembleia Geral ainda que não realizem o envio prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme disposto no artigo 5º, §2º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), conforme alterada. Caso a Assembleia seja realizada eletronicamente, a Companhia poderá exigir do acionista o depósito dos documentos até 02 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia, mediante protocolo digital, conforme disposto no artigo 5º, §3º e 4º da referida Instrução.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico, preferencialmente assinadas com certificação ICP Brasil.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância,

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O Acionista deverá enviar por e-mail, com aviso de recebimento ao Departamento Jurídico Societário (societario@gpabr.com), todos os documentos relacionados abaixo:

(i) digitalização do Boletim de Voto a Distância preenchido, rubricado e assinado, sem necessidade de reconhecimento de firma. O Boletim de Voto à Distância poderá ser assinado por meio eletrônico, preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil;

(ii) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 03 (três) dias de antecedência da Assembleia;

(iii) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

(iv) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal;

(v) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e

(vi) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (ii) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil.

O Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até 07 (sete) dias úteis antes da data da Assemveia Geral, sendo que os boletins recevbidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Além da possibilidade de envio, pelo acionista, da documentação relativa à Assembleia, incluindo, se for o caso, seu boletim de voto a distância, via e-mail, a Companhia não disponibilizaqualquer outro sistema eletrônico de recebimento do

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

boletim de voto à distância ou de participaçãoa distância.

Conforme a Instrução CVM 481, caso a Assembleia Geral seja realizada por meio de sistema eletrônico a Companhia admitirá participação a distância, informando na convocação os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distancia na Assembleia Geral.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletimde voto a distância

Observados os percentuais previstos no Anexo 21-L-I e 21-L-II e prazos da Instrução CVM 481, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas para gpa.ri@gpabr.com aos cuidados do(a) Diretor(a) de Relações com Investidores, com cópia para societario@gpabr.com .

O Acionista deverá observar:

(i) os requisitos previstos no artigo 21-G da Instrução CVM 481;

(ii) os documentos que devem acompanhar as solicitações de inclusões, considerando: (a) conforme a matéria, os artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481; (b) no caso de inclusão de proposta, o as informações solicitadas no Anexo 21-M-II da Instrução CVM 481; (c) a vaga a ser ocupada pelo candidato indicado, se eleito; (d) os requisitos para comprovação da qualidade de acionista, conforme item 12.2, g do Formulário de Referência.

j) fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilharcomentários dos acionistas sobre as pautas dasassembleias

Atualmente, a Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de votoà distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas que não tiverem suas ações depositadas em depositária central poderão transmitir asinstruções de voto ao agente escriturador da Companhia, a Itaú Corretora de Valores S.A., por meio dos canais por ela disponibilizados.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 Regras, Políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração deve reunir-se, ordinariamente, pelo menos 6 vezes ao ano, para revisar os resultados financeiros e demais resultados, bem como para rever e acompanhar o plano anual de investimentos; e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que necessário. No anode 2020, o Conselho de Administração reuniu-se em 39 ocasiões, sendo 7 reuniões ordinárias e 32 reuniões extraordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ouvinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não se aplica.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como em deliberações que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a naturezae extensão do seu interesse. Nesse sentido, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, é dever do próprio conselheiro comunicar, tempestivamente, a suahipótese de conflito de interesse ou interesse particular. Caso não o faça, qualquer outro membrodo Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação, poderá fazê-lo sendo certo que a não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento Interno do Conselho de Administração. Assim, ao ser identificado o conflito de interesse ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, constando tal fato em ata.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Em 6 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

("Política de Indicação").

A Política está disponível no site de Relações com Investidores, na seção Governança Corporativa, e no site da CVM.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos que deverão ser observados na indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia, quando requisitado por seus acionistas e devidamente instalado, visando assegurar as melhores práticas de governança, bem como definir a estratégia de remuneração dos referidos membros, em linha com as melhorespráticas de mercado.

O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa ("Comitê de RH") será responsável por examinaros candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração da Companhia e seus Comitês de Assessoramento, bem como aqueles a serem eleitos pelo Conselho de Administração para cargos na Diretoria Estatutária, com base nas suas experiências profissionais, capacitação técnica,representatividade econômica, social e cultural.

A indicação e os procedimentos necessários para eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando requisitado por seus acionistas, serão nos termos da Lei nº 6.404/76 e demaisregulamentações aplicáveis.

Com o intuito de garantir que a Companhia se beneficie da pluralidade e complementariedade de opiniões no processo de tomada de decisões, o Comitê de RH será responsável pela avaliação prévia do perfil dos membros indicados ao Conselho de Administração, incluindo a verificação dos critérios de independência do Novo Mercado, quando for o caso, e a ausência de impedimentos, objetivando assim evitar redundância de conhecimentos e experiências, além de amplificar a diversidade, um dos valores da Companhia, também no Conselho de Administração.A avaliação prévia do Comitê de RH não vincula a decisão do Conselho de Administração a respeito dos candidatos a serem indicados.

A indicação de candidatos aos Comitês de Assessoramento poderá ser feita por qualquer dos membros do Conselho de Administração da Companhia, devendo o Comitê de RH fazer a avaliação prévia prevista acima em relação a tais candidatos.

A Diretoria estatutária deverá ser composta por profissionais alinhados e comprometidos com os princípios e valores da Companhia, com alta qualificação, além de possuírem notável e adequadaexperiência profissional,

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

técnica ou acadêmica, com intuito de implementar as estratégias,enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia.

A indicação e eleição de candidatos aos cargos que compõem a Diretoria Executiva caberá ao Conselho de Administração da Companhia, devendo o Comitê de RH fazer a avaliação prévia prevista acima em relação a tais candidatos.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio deArbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio dearbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquercontrovérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor,acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei n.º 6.404/76, no EstatutoSocial da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Guillaume Marie Didier Gras	22/08/1978	Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos	0
239.025.248-63	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	06/08/2021	Sim	0.00%
		Diretor Vice Presidente de Finanças e de Relações com Investidores			
Marcelo Pimentel	03/04/1973	Pertence apenas à Diretoria	17/03/2022	2 anos	0
012.370.597-55	Gestão e Comércio Internacional	10 - Diretor Presidente / Superintendente	04/04/2022	Sim	0.00%
Fréderic Garcia	24/03/1970	Pertence apenas à Diretoria	03/11/2021	2 anos	0
213.469.498-08	Bacharel em Comércio Internacional	19 - Outros Diretores	03/11/2021	Sim	0.00%
		Diretor de Negócios			
Luiz Henrique Rodrigues Costa	26/12/1968	Pertence apenas à Diretoria	06/08/2021	2 anos	0
761.364.186-49	Engenheiro	19 - Outros Diretores	06/08/2021	Sim	0.00%
		Diretor de Operações			
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	06/07/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	7
234.109.258-64	Administrador de empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê Financeiro; Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e Membro do Comitê de Sustentabilidade					
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	14/05/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	3
223.184.456-72	Psicólogo	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, e do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e Presidente do Comitê de Inovação e Tranformação Digital					
Hervé Daudin	12/05/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
000.000.000-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê Financeiro					
Jean-Charles Henri Naouri	08/03/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	9
000.000.000-00	Administrador de empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/04/2022	Sim	100.00%
Renan Bergmann	16/02/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	2
202.104.690-72	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2022	Sim	100.00%
Membro Independente do Comitê de Auditoria; Membro do Comitê Financeiro					
Eleazar de Carvalho Filho	26/07/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	6
382.478.107-78	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2022	Sim	100.00%
Presidente do Comitê Financeiro; e Membro do Comitê de Auditoria.					
Rafael Sirotsky Russowsky	10/12/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	2
934.869.950-49	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa; Membro do Comitê de Inovação e Transformação Digital; Membro do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade					
Christophe José Hidalgo	25/10/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	1
214.455.098-06	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2022	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Membro do Comitê de Auditoria, Membro do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Inovação e Transformação Digital.					
Luiz Augusto de Castro Neves	29/10/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2022	AGO de 2024	6
046.432.327-49	Diplomata aposentado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/04/2022	Sim	100.00%
Presidente do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e Membro do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa					
João Paulo Seibel Faria	20/05/1975	Conselho Fiscal	27/04/2022	AGO de 2023	0
267.088.668-03	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/05/2022	Sim	0.00%
Líbano Barroso	06/07/1969	Conselho Fiscal	27/04/2022	AGO de 2023	2
421.016.386-49	Economista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	02/05/2022	Sim	100.00%
Marcelo Amorim	04/03/1964	Conselho Fiscal	27/04/2022	AGO de 2023	0
483.860.576-53	Empresário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	02/05/2022	Não	0.00%
Doris Beatriz França Wilhelm	17/12/1954	Conselho Fiscal	27/04/2022	AGO de 2023	1
184.886.250-49	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	02/05/2022	Não	100.00%
Michelle Squeff	27/11/1978	Conselho Fiscal	27/04/2022	AGO de 2023	1
940.676.940-91	Advogada	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	02/05/2022	Não	0.00%
Eric Aversari Martins	19/10/1973	Conselho Fiscal	27/04/2022	AGO de 2023	2
163.002.828-21	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	02/05/2022	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Guillaume Marie Didier Gras - 239.025.248-63

O Sr. Guillaume Gras trabalha há mais de 16 anos no Groupe Casino e nos últimos 7 passou por funções internacionais: foi CFO do BIG-C Vietnan por quase 2 anos e desde 2016 está no GPA, iniciando como Head de controle financeiro do GPA e desde 2019 como CFO, primeiramente da divisão Multivarejo e, desde março de 2021, do GPA. Tem passagem pela Ernest & Young e pelo IECD (Instituto Europeu para Cooperação e Desenvolvimento) no Líbano. O Sr. Gras é francês e graduado em 2002 pela EDHEC Business School. O Sr. Guillaume não sofreu nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo Pimentel - 012.370.597-55

Marcelo R. Pimentel é um executivo dinâmico com mais de vinte anos de experiência em operações de varejo com um histórico de entrega de resultados em um grupo diversificado de países e culturas. Entende como trabalhar em ambiente estratégico e tático e sabe construir e liderar equipes com foco no cliente foi o CEO das Lojas Marisa de 2019 a 2022. Também foi Diretor de Operações de Varejo de 2017 a 2019 nas Lojas Marisa. De 2015 a 2017, foi Diretor de Operações de Varejo da Drogarias Pacheco. Antes disso, ele trabalhou em cargos executivos de nível sênior para o Grupo Walmart no Brasil e no Reino Unido por mais de 10 anos.

Fréderic Garcia - 213.469.498-08

O Sr. Fréderic Garcia é atualmente Diretor de Negócios da Companhia. Está no Grupo Pão de Açúcar desde 2014. Antes de ingressar na Companhia, trabalhou por 21 anos no Carrefour, em diversos países, como Argentina, Brasil, Portugal e França, sendo diretor comercial no Carrefour Brasil, entre os anos de 2011 e 2014 (1993 – 2014). Baccalaureat Opção Sciencias Economicas e sociais Lycée Charles le Chauve (Roissy en Brie/France 1989), pós-graduado em Administração de empresas especialidade Comércio Internacional pelo Institut Européen des Affaires, Paris (1993), e Master Pro-Varejo pela Universidade de São Paulo (2000). O Sr. Fréderic Garcia não sofreu nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Henrique Rodrigues Costa - 761.364.186-49

O Sr. Luiz Henrique é atualmente Diretor de Operações da Companhia. Está no Grupo Pão de Açúcar desde 2014. Antes de ingressar na Companhia, trabalhou por mais de 20 anos em funções executivas nos segmentos de telecomunicação, siderurgia e indústria, em empresas como Oi/Telemar e Grupo Gerdau. É formado em Engenharia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e pós graduado nas áreas de segurança do trabalho, qualidade e administração. Possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral e pós MBA pela Northestern University - Kellogg School of Management.

Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser - 234.109.258-64

O Sr. Strasser atua como Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia. Ele também é membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades do Grupo Casino: (i) Cnova desde 2014; e (ii) Via Varejo desde 2012 (em que ele é vice-presidente desde 2013). Até 2016, ele atuou como membro do conselho de administração do Exito. Até 2014, o Sr. Strasser também atuou como membro do conselho de administração da Big C Supercenter plc., também pertencente ao Grupo Casino. Ele trabalha para o Grupo Casino desde 2007, onde atualmente atua como diretor de desenvolvimento corporativo e participações acionárias. O Sr. Strasser tem graduação da Ecole Nationale d'Administration e mestrado da Hautes Etudes Commerciales e Institut d'Estudes Politiques de Paris.

O Sr. Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Ronaldo Iabrudi foi eleito, em 27.04.2018, Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração do GPA, do qual é membro desde 2016. O executivo também ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cdiscount, com sede em Amsterdam, Holanda. Entre janeiro de 2014 e abril de 2018, foi Diretor Presidente do GPA. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo, Presidente dos Conselhos de Administração da Lupatech, Contax e Telemar, e membro do Conselho da Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, RM Engenharia e Ispamar. Foi CEO da Magnesita de 2007 a 2011 e, de 1999 a 2006, trabalhou para o Grupo Telemar, onde assumiu diversas funções, incluindo CEO da Telemar/Oi e Contax. De 1997 a 1999, Ronaldo Iabrudi atuou como CEO da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e, de 1984 a 1997, como Diretor Financeiro e Administrativo e Diretor de Recursos Humanos no Grupo Gerdau. Graduado em Psicologia pela PUC-MG (1979), possui Mestrado em Desenvolvimento Organizacional pela Université Panthéon Sorbonne e Mestrado em Gestão de Mudança pela Université Paris Dauphine, Paris - França. O Sr. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Hervé Daudin - 000.000.000-00

É graduado em Ciências Físicas e PhD em Economia pela École Normale Supérieure de Paris e engenheiro graduado pela École Nationale des Ponts et Chaussées. Iniciou sua carreira como economista e foi por 7 anos alto funcionário do Ministério da Economia da França. Depois de ocupar o cargo de Diretor do Grupo Euris (controladora do Grupo Casino), juntou-se ao Grupo Casino em 2003, onde assumiu várias posições executivas nas áreas de estratégia, logística e tecnologia. É atualmente membro do Comitê Executivo e Diretor Executivo de Mercadorias, da Divisão de Agronegócio e da Cadeia de Suprimento, Logística e Sistemas da Informação do Grupo Casino. É membro do Conselho de Administração do Almacenes Éxito (Colômbia), CDiscount (França), Distribution Casino France, European Marketing Distribution, Achats Marchandise Casino e Big C (Tailândia). Foi membro do Conselho de Administração da Via Varejo (Brasil).
O Sr. Hervé Daudin não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

Jean-Charles Henri Naouri é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2005. É também presidente e diretor presidente do Grupo Casino, presidente de sua empresa-mãe, a Euris S.A.S.. Ele também possui os seguintes cargos: presidente do Conselho de Administração da Rallye S.A., membro do Conselho de Administração da F. Marc de Lacharrière (Fimalac) S.A., vicepresidente do Casino Group Corporate Foundation e presidente da Euris Foundation. Em Junho de 2013, o Sr. Naouri foi indicado pelo Ministério das Relações Exteriores da França para ser um representante especial para relações econômicas com o Brasil. Nos últimos 5 anos, ele foi presidente e diretor presidente da Casino Finance (até 2017), presidente do Conselho de Administração da Cnova N.V. (até 2015), presidente do Conselho de Administração da Wilkes Participações (até 2015), presidente e diretor presidente (até 2013), em seguida presidente do conselho de supervisão (até 2013) e membro do conselho de supervisão (até 2014) da Monoprix S.A., e diretor presidente da Rallye S.A. (até 2013). De 1982 até 1986, o Sr. Naouri foi chefe da equipe do Ministério Social e da Solidariedade Nacional da França e do Ministério da Economia, Finanças e Orçamento da França. O Sr. Naouri é Inspetor de Finanças do governo francês. O Sr. Naouri possui graduação da Ecole Normale Supérieur e da Ecole Nationale d'Administration e é Ph.D. em Matemática e estudou na Universidade de Harvard.
O Sr. Jean-Charles Henri Naouri não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Renan Bergmann - 202.104.690-72

É bacharel em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado em Engenharia Química Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE. Completou o Programa Executivo da John E. Anderson Graduates School of Management e o Programa Executivo "Making Corporate Board More Effective" da Harvard Business School. É membro do Conselho de Administração do Fogo de Chão, da Ranpak -Columbus – Ohio – USA e assessor sênior do Grupo Rhone. Foi membro do Conselho de Administração da SLC Participações, do FCC Campo Bom – RS, da CCR, da Terphane Holdings LLC-Delaware, da Almatis B.V. e da UTEX – Houston TX. Foi assessor da New Globe. O Sr. Renan Bergmann não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eleazar de Carvalho Filho - 382.478.107-78

O Sr. Eleazar de Carvalho Filho é membro independente do conselho de administração da Companhia desde 2012 e membro do conselho de administração da Cnova desde outubro de 2014. Desde 2018, é membro do Conselho de Administração Transitório, na forma prevista no plano de recuperação judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial. Sócio fundador da Virtus BR Partners - empresa independente de consultoria financeira - e da Sinfonia Capital. Atualmente, o Sr. Carvalho Filho é também membro do conselho de administração da TechnipFMC plc e da Brookfield Renewable Corporation. Anteriormente, foi Diretor Presidente do Unibanco Banco de Investimentos, presidente do BNDES e diretor superintendente do Banco UBS – Brasil. O Sr. Eleazar de Carvalho Filho foi Chairman da BHP Billiton Brasil e membro do conselho de administração da Petrobras, Centrais Elétricas Brasileiras, Vale, Tele Norte Leste Participações, Alpargatas, Brookfield Renewable Partners L.P, entre outras. É também o presidente do conselho de curadores da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira. O Sr. Eleazar de Carvalho Filho é bacharel em economia pela Universidade de Nova York, com mestrado em relações internacionais pela Universidade John Hopkins.

O Sr. Eleazar de Carvalho Filho não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Para fins de determinação da independência do membro, foi utilizada a definição de "conselheiro independente" prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3

Rafael Sirotsky Russowsky - 934.869.950-49

Rafael Russowsky é Diretor de Desenvolvimento Corporativo e Participações do Casino Group desde 2012. Anteriormente, ele foi banqueiro de investimento especializado em M&A e transações de mercado de capitais na Credit Suisse, Morgan Stanley e Oppenheimer & Co. Inclusive, trabalhou no HSBC e no Safra Banco, com foco em operações de crédito. Rafael é bacharel em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e possui MBA pela Columbia Escola de Negócios em Nova York. O Sr. Rafael Russowsky não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

O Sr. Christophe Hidalgo foi Diretor Presidente, Interino, acumulando as funções de Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores de novembro de 2020 a março de 2021, sendo que foi Diretor Vice Presidente de Finanças da Companhia desde 2012. Atuou como CFO (Chief Financial Officer) do Grupo Êxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012. Após entrar no Casino em 2000, ocupou vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, exerceu o cargo de CFO da rede Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é francês, possui bacharelado em direito privado e licenciatura em finanças e contabilidade, ambos na Universidade de Bordeaux (França).

O Sr. Christophe José Hidalgo não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Augusto de Castro Neves - 046.432.327-49

O Sr. Luiz Augusto de Castro Neves é membro independente do conselho de administração da Companhia desde 2012. Ele é diplomata de carreira e ingressou no serviço diplomático brasileiro em março de 1967. Atuou como embaixador do Brasil no Japão de 2008 a 2010, na China, na Mongólia e na República Democrática da Coreia de 2004 a 2008, no Paraguai de 2000 a 2004. O Sr. Castro Neves também foi Secretário-Geral Adjunto das Relações Exteriores, presidente do conselho de Administração da Itaipu Binacional e ministro de Estado interino, Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Atualmente, o Sr. Castro Neves é sócio fundador da CN Estudos e Projetos Ltda., Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China e membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. O Sr. Castro Neves cursou economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e diplomacia no Instituto Rio-Branco, com mestrado em economia pela Universidade de Londres.
O Sr. Luiz Augusto de Castro Neves não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Para fins de determinação da independência do membro, foi utilizada a definição de “conselheiro independente” prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

João Paulo Seibel Faria - 267.088.668-03

João Paulo Seibel de Faria é formado em administração pela Faculdade Álvares Penteado e possui MBA pela IBMEC. Trabalhou na Arthur Andersen S/C, Ericsson Telecomunicações e Microsoft, foi CFO da Didi Chuxing (China Giant Mobility Company) e atualmente é CFO da OLX. Atua como membro independente do conselho de administração da Afya Limited e como conselheiro na Target Mais. O Sr. João Paulo Seibel de Faria não sofreu nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Líbano Barroso - 421.016.386-49

Líbano Barroso é economista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em Finanças, pela IBMEC, e pós-graduação em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, desde 07/2018, ocupa o cargo de CEO da Rodobens, Grupo Empresarial Financeiro , compreendendo Banco, Consórcio Corretora Seguros, Locação Auto e Varejo Automotivo de marcas líderes, como Mercedes Benz (caminhões e automóveis), Toyota e Hyundai.
O executivo foi membro do Conselho de Administração da Estácio Participações S/A, companhia aberta do setor de ensino, da GNDI Intermédica S/A, companhia aberta do setor de saúde e da Ri Happy, Brinquedos S/A, companhia fechada do setor de varejo de brinquedos. Foi , também, membro do Conselho de Administração da Via Varejo, companhia aberta do setor varejista, de 2014 a 2018. Foi Diretor-Presidente da Via Varejo nos exercícios de 2014 e 2015, e foi Vice-Presidente de Operações do Grupo Pão de Açúcar, do mesmo setor, em 2016. Anteriormente, ocupou diversos cargos executivos. Foi Diretor Presidente da TAM Linhas Aéreas S/A, empresa do setor de aviação, nos exercícios de 2009 a 2012, onde estruturou a joint-venture de LAN-TAM, criando a LATAM Airlines Group, com negociação de ações em bolsa tanto no Brasil, quanto nos EUA, na NYSE, em 2012. Criou, estruturou e liderou o IPO da Multiplus S.A., empresa de coalizão de programas de fidelização, tornando-se Diretor Presidente da mesma em 2010. Como Vice-Presidente de Finanças e Gestão da TAM, liderou o processo de reestruturação societária durante o IPO na Bovespa e na NYSE, respectivamente em 2005 e 2006. Também atuou na CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, participando dos estudos iniciais, da criação, busca de sócio estratégico e liderando o IPO, inaugurando o Novo Mercado da Bovespa, do qual foi o primeiro DRI, em 2002. Desde 2012, é sócio diretor da J2L Gestão de Investimentos S/A, empresa gestora de recursos, consultoria e assessoria para fusões e aquisições.
O Sr. Líbano não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo Amorim - 483.860.576-53

Marcelo Amorim possui uma sólida carreira desenvolvida na área de tecnologia da informação e gestão, com ênfase em condução de pessoas, formação e amadurecimento de equipes e gestão de conflitos. É bacharel em matemática, com especialização em análises de sistemas, além de possuir MBA Executivo em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação pela Fundação Getúlio Vargas, com passagem pela Ohio University. Possui experiência em planejamento e gestão da estratégia empresarial, estabelecimento e melhoria de processos empresariais, negociação, gestão e construção de orçamentos corporativos. Atuou como professor da UFMG/ICEX e da UNIBH, como gerente de tecnologia da informação da CEMIG, foi Diretor Executivo da Pró-Criar Medicina Reprodutiva e atualmente, é CEO Brasil do Grupo Huntington Medicina Reprodutiva. O Sr. Marcelo Amorim não sofreu nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Doris Beatriz França Wilhelm - 184.886.250-49

Bacharel em Economia (UFRGS / 1979). Mestre em Finanças Internacionais pela University of Westminster of London (1996). Possui mais de 30 anos de experiência na área de mercado de capitais, em âmbito nacional e internacional, tendo atuado como economista, executiva de crédito, de investimentos e de relações com investidores em diversos setores. A Sra. Doris possui uma vasta experiência em Conselhos, tendo sido Membro do Comitê Estatutário de Assessoramento do Conselho da Forjas Tauru, Membro Suplente do Conselho Fiscal da BRF S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da Viver S.A., Membro Suplente do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro, Membro Titular do Conselho Fiscal da Renuka do Brasil, Membro Titular Independente do Conselho Fiscal da Azevedo Travassos, Membro Titular do Conselho de Administração da Eldorado Brasil, Membro do Comitê de Governança da Light S.A., Membro Titular Independente do Conselho de Administração da Light S.A, Membro Titular Independente e Presidente do Conselho Fiscal da CVC Brasil, Membro Titular Independente da Gerdau S.A. Atualmente, é Membro Titular Independente da Pomi Frutas S.A., Membro Titular do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A, Membro Titular Independente da Serra Azul Water Park e Membro Titular Independente do Comitê de Auditoria da Bionexo S.A.

A Sra. Doris não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tivesse suspendido ou inabilitada para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Michelle Squeff - 940.676.940-91

A Sra. Michelle Squeff, formou-se em Direito (UFRGS / 2000), tendo cursado também na UFRGS suas especializações, em Contratos e Responsabilidade Civil (2001), Direito Internacional (2005) e Finanças (2007). Atuou como sócia na área Societária/M&A no Veirano Advogados e no Souto Correa Advogados. Atualmente é Diretora Regional da Better Governance. Possui experiência em Conselhos de Adminitração, tendo sido Conselheira na CORAG – Cia Riograndense de Artes Gráficas, Empresas F.C – Conselheira Consultiva e Presidente do Conselho e na L,S Arquitetur. Atualmente é Conselheira consultiva na SBDC – Sociedade Brasileira de Desenvolvimento Comportamental. Além disso, é Conselheira Fiscal Suplente na Parceiros Voluntários, DU 99 e na Randon S.A.

A Sra. Michelle não está incursa em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tivesse suspendido ou inabilitada para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eric Aversari Martins - 163.002.828-21

Eric Aversari Martins possui Graduação em Ciências Contábeis pela FEA-USP, Mestrado em Estética e História da Arte (Musicologia) pela ECA-USP, é Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP e Pós -Doutor em Contabilidade pela UFES-ES. É professor universitário de ciências contábeis.

O Sr. Erick não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Guillaume Marie Didier Gras - 239.025.248-63	
N/A	
Marcelo Pimentel - 012.370.597-55	
N/A	
Fréderic Garcia - 213.469.498-08	
N/A	
Luiz Henrique Rodrigues Costa - 761.364.186-49	
N/A	
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser - 234.109.258-64	
N/A	

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

N/A

Hervé Daudin - 000.000.000-00

N/A

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

N/A

Renan Bergmann - 202.104.690-72

N/A

Eleazar de Carvalho Filho - 382.478.107-78

N/A

Rafael Sirotsky Russowsky - 934.869.950-49

N/A

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

N/A

Luiz Augusto de Castro Neves - 046.432.327-49

N/A

João Paulo Seibel Faria - 267.088.668-03

N/A

Líbano Barroso - 421.016.386-49

N/A

Marcelo Amorim - 483.860.576-53

N/A

Doris Beatriz França Wilhelm - 184.886.250-49

N/A

Michelle Squeff - 940.676.940-91

N/A

Eric Aversari Martins - 163.002.828-21

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Renan Bergmann	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/02/1954	15/01/2021	2 anos
202.104.690-72		Engenheiro		15/01/2021	2	100.00%
Membro independente do Conselho de Administração da Companhia e Membro do Comitê Financeiro						
Fernando Dal-Ri Murcia	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/07/1977	15/01/2021	2 anos
259.091.048-70		Contador		15/01/2021	1	100.00%
Christophe José Hidalgo	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1967	15/01/2021	2 anos
214.455.098-06		Contador		15/01/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração da Companhia; Membro do Comitê Financeiro; Membro do Comitê de Inovação e Transformação Digital						
Gisélia da Silva	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	30/12/1961	15/01/2021	2 anos
390.708.590-68		Advogada		15/01/2021	2	100.00%
Eleazar de Carvalho Filho	Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	26/07/1957	15/01/2021	2 anos
382.478.107-78		Economista		15/01/2021	4	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Presidente do do Comitê Financeiro, Coordenador do Comitê de Auditoria.						
Luiz Augusto de Castro Neves	Outros Comitês		Presidente do Comitê	29/10/1943	15/01/2021	2 anos
046.432.327-49	Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa	Diplomata aposentado		15/01/2021	4	100.00%
Membro do Conselho de Administração; Presidente do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade; e Membro do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa						
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/05/1955	15/01/2021	2 anos
223.184.456-72	Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa	Psicólogo		15/01/2021	3	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Co-Vice-presidente do Conselho de Administração; Membro do Comitê de Recusos Humanos e Governança Corporativa, Membro do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade; e Presidente do Comitê de Inovação e Transformação Digital						
Jean-Charles Henri Naouri	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1949	15/01/2021	2 anos
000.000.000-00	Comitê de Inovação e Transformação Digital	Administrador de empresas		15/01/2021	1	100.00%
Não aplicável.						
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	Outros Comitês		Presidente do Comitê	06/07/1969	15/01/2021	2 anos
234.109.258-64	Comitê de Recursos Humanos e Remuneração	Administrador de empresas		15/01/2021	5	100.00%
Co-Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia; Membro do Comitê Financeiro; Membro do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa.						
Helio Mattar	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/02/1947	15/01/2021	2 anos
067.634.648-00	Comitê de Sustentabilidade e Diversidade	Engenheiro		15/01/2021	3	100.00%
Rafael Sirotsky Russowsky	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/12/1977	15/01/2021	2 anos
934.869.950-49	Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa	Administrador de Empresas		15/01/2021	1	100.00%
Membro do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, Membro do Comitê de Sustentabilidade e Diversidade; Membro do Comitê de Inovação e Transformação Digital						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Renan Bergmann - 202.104.690-72						
É bacharel em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado em Engenharia Química Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE. Completou o Programa Executivo da John E. Anderson Graduates School of Management e o Programa Executivo “Making Corporate Board More Effective” da Harvard Business School. É membro do Conselho de Administração do Fogo de Chão, da Ranpak -Columbus – Ohio – USA e assessor sênior do Grupo Rhone. Foi membro do Conselho de Administração da SLC Participações, do FCC Campo Bom – RS, da CCR, da Terphane Holdings LLC -Delaware, da Almatis B.V. e da UTEX – Houston TX. Foi assessor da New Globe. O Sr. Renan Bergmann não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.						
Fernando Dal-Ri Murcia - 259.091.048-70						

Fernando Dal-Ri Murcia é bacharel em Business Management pela Webber International University (EUA) e em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí (SC). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo. Professor concursado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Membro suplente do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. Membro do Grupo de Estudos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em matéria contábil-tributária em parceria com o Grupo de Estudos Contábeis da Receita Federal do Brasil (RFB), Membro da Comissão de Finanças e Contabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Membro da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), Representante da América Latina no Programa de Pesquisadores Emergentes da International Association for Accounting Education and Research (IAAER), e Pesquisador- Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Atualmente é membro dos Comitês de Auditoria da Locaweb e da FUNCEF e dos Conselhos Fiscais da Renova Energia e da EPTV. Anteriormente foi presidente do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Via Varejo, membro do Conselho Fiscal da Folha Participações e membro suplente dos Conselhos Fiscais da Gerdau e da Marfrig. O Sr. Fernando Dal-Ri Murcia não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06

O Sr. Christophe Hidalgo foi Diretor Presidente, Interino, acumulando as funções de Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores de novembro de 2020 a março de 2021, sendo que foi Diretor Vice Presidente de Finanças da Companhia desde 2012. Atuou como CFO (Chief Financial Officer) do Grupo Êxito (Colômbia), subsidiária do Grupo Casino, de 2010 a 2012. Após entrar no Casino em 2000, ocupou vários cargos em finanças e controladoria no Grupo. Como experiência anterior no Brasil, exerceu o cargo de CFO da rede Castorama, entre 1996 e 2000. Christophe é francês, possui bacharelado em direito privado e licenciatura em finanças e contabilidade, ambos na Universidade de Bordeaux (França).

O Sr. Christophe José Hidalgo não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gisélia da Silva - 390.708.590-68

É sócia-fundadora da GIS DS Treinamento e Assessoria, consultoria especializada em direito societário e do mercado de capitais, governança corporativa e programas de ética e integridade.
Advogada, especialista em direito empresarial e do mercado de capitais, graduada em Direito (PUC-RS), com MBA em Marketing (ESPM-SP), L.L.M. em Direito Societário (Insper) e Pós-MBA em Formação de Conselheiras de Administração (Saint Paul Escola de Negócios e Columbia University). Atuou por mais de 18 anos no grupo CPFL Energia, tendo ocupado os cargos de Assessora de Relações Institucionais, Gerente Jurídico-Societária e Assessora de Governança Corporativa. É instrutora dos cursos de formação de conselheiros do IBGC, tendo sido Coordenadora da Comissão de Governance Officers (2010 a 2018) e membro da Comissão Jurídica. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Eletronorte e da Amazonas Geração e Transmissão (grupo Eletrobrás), membro suplente do Conselho Fiscal da SABESP e membro independente do Comitê Gestor do Rating Integra de Entidades Esportivas.
A Sra Gisélia da Silva não está incursa em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eleazar de Carvalho Filho - 382.478.107-78

O Sr. Eleazar de Carvalho Filho é membro independente do conselho de administração da Companhia desde 2012 e membro do conselho de administração da Cnova desde outubro de 2014. Desde 2018, é membro do Conselho de Administração Transitório, na forma prevista no plano de recuperação judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial. Sócio fundador da Virtus BR Partners - empresa independente de consultoria financeira - e da Sinfonia Capital. Atualmente, o Sr. Carvalho Filho é também membro do conselho de administração da TechnipFMC plc e da Brookfield Renewable Corporation. Anteriormente, foi Diretor Presidente do Unibanco Banco de Investimentos, presidente do BNDES e diretor superintendente do Banco UBS – Brasil. O Sr. Eleazar de Carvalho Filho foi Chairman da BHP Billiton Brasil e membro do conselho de administração da Petrobras, Centrais Elétricas Brasileiras, Vale, Tele Norte Leste Participações, Alpargatas, Brookfield Renewable Partners L.P, entre outras. É também o presidente do conselho de curadores da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira. O Sr. Eleazar de Carvalho Filho é bacharel em economia pela Universidade de Nova York, com mestrado em relações internacionais pela Universidade John Hopkins.

O Sr. Eleazar de Carvalho Filho não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Para fins de determinação da independência do membro, foi utilizada a definição de “conselheiro independente” prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3

Luiz Augusto de Castro Neves - 046.432.327-49

O Sr. Luiz Augusto de Castro Neves é membro independente do conselho de administração da Companhia desde 2012. Ele é diplomata de carreira e ingressou no serviço diplomático brasileiro em março de 1967. Atuou como embaixador do Brasil no Japão de 2008 a 2010, na China, na Mongólia e na República Democrática da Coreia de 2004 a 2008, no Paraguai de 2000 a 2004. O Sr. Castro Neves também foi Secretário-Geral Adjunto das Relações Exteriores, presidente do conselho de Administração da Itaipu Binacional e ministro de Estado interino, Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Atualmente, o Sr. Castro Neves é sócio fundador da CN Estudos e Projetos Ltda., Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China e membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. O Sr. Castro Neves cursou economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e diplomacia no Instituto Rio-Branco, com mestrado em economia pela Universidade de Londres.
O Sr. Luiz Augusto de Castro Neves não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Para fins de determinação da independência do membro, foi utilizada a definição de “conselheiro independente” prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72

Ronaldo Iabrudi foi eleito, em 27.04.2018, Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração do GPA, do qual é membro desde 2016. O executivo também ocupa a posição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cdiscount, com sede em Amsterdam, Holanda. Entre janeiro de 2014 e abril de 2018, foi Diretor Presidente do GPA. Anteriormente, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo, Presidente dos Conselhos de Administração da Lupatech, Contax e Telemar, e membro do Conselho da Estácio, Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, RM Engenharia e Ispamar. Foi CEO da Magnesita de 2007 a 2011 e, de 1999 a 2006, trabalhou para o Grupo Telemar, onde assumiu diversas funções, incluindo CEO da Telemar/Oi e Contax. De 1997 a 1999, Ronaldo Iabrudi atuou como CEO da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e, de 1984 a 1997, como Diretor Financeiro e Administrativo e Diretor de Recursos Humanos no Grupo Gerdau. Graduado em Psicologia pela PUC-MG (1979), possui Mestrado em Desenvolvimento Organizacional pela Université Panthéon Sorbonne e Mestrado em Gestão de Mudança pela Université Paris Dauphine, Paris - França. O Sr. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00

Jean-Charles Henri Naouri é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2005. É também presidente e diretor presidente do Grupo Casino, presidente de sua empresa-mãe, a Euris S.A.S.. Ele também possui os seguintes cargos: presidente do Conselho de Administração da Rallye S.A., membro do Conselho de Administração da F. Marc de Lacharrière (Fimalac) S.A., vicepresidente do Casino Group Corporate Foundation e presidente da Euris Foundation. Em Junho de 2013, o Sr. Naouri foi indicado pelo Ministério das Relações Exteriores da França para ser um representante especial para relações econômicas com o Brasil. Nos últimos 5 anos, ele foi presidente e diretor presidente da Casino Finance (até 2017), presidente do Conselho de Administração da Cnova N.V. (até 2015), presidente do Conselho de Administração da Wilkes Participações (até 2015), presidente e diretor presidente (até 2013), em seguida presidente do conselho de supervisão (até 2013) e membro do conselho de supervisão (até 2014) da Monoprix S.A., e diretor presidente da Rallye S.A. (até 2013). De 1982 até 1986, o Sr. Naouri foi chefe da equipe do Ministério Social e da Solidariedade Nacional da França e do Ministério da Economia, Finanças e Orçamento da França. O Sr. Naouri é Inspetor de Finanças do governo francês. O Sr. Naouri possui graduação da Ecole Normale Supérieur e da Ecole Nationale d’Administration e é Ph.D. em Matemática e estudou na Universidade de Harvard.
O Sr. Jean-Charles Henri Naouri não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser - 234.109.258-64

O Sr. Strasser atua como Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia. Ele também é membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades do Grupo Casino: (i) Cnova desde 2014; e (ii) Via Varejo desde 2012 (em que ele é vice-presidente desde 2013). Até 2016, ele atuou como membro do conselho de administração do Exito. Até 2014, o Sr. Strasser também atuou como membro do conselho de administração da Big C Supercenter plc., também pertencente ao Grupo Casino. Ele trabalha para o Grupo Casino desde 2007, onde atualmente atua como diretor de desenvolvimento corporativo e participações acionárias. O Sr. Strasser tem graduação da Ecole Nationale d’Administration e mestrado da Hautes Etudes Commerciales e Institut d’Estudes Politiques de Paris.

O Sr. Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Helio Mattar - 067.634.648-00

Helio Mattar é formado em Engenharia da Produção pela Escola Politécnica da USP e obteve os títulos de Mestre e Ph.D. em Engenharia Industrial pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Trabalhou como executivo durante 22 anos em empresas nacionais (CICA, Dako) e multinacionais (GE Appliances), assim como em seus próprios negócios (Redes de Restaurantes America e Arabia). Foi Secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi professor universitário (FGV e Escola Politécnica) e tem sido palestrante freqüente nos cursos MBA Executivo e MBA em Gestão e Empreendedorismo Social da FIA/USP. Foi um dos fundadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, do qual é membro do Conselho Deliberativo. É membro de diversos Conselhos e Comitês de empresas e organizações sociais, entre eles o Grupo Orientador da Fundação Itaú Social, o Conselho Consultivo da Social Accountability International (U.S.A.), o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e o Unilever Sustainable Development Group dessa corporação global. É membro da rede de Social Entrepreneurs da Schwab Foundation, ligada ao Fórum Econômico Mundial, no qual também é membro do Conselho de Consumo Sustentável ligado ao Global Agenda Council. Foi idealizador, um dos fundadores e é, atualmente, Diretor Presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente.

O Sr. Helio Mattar não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rafael Sirotsky Russowsky - 934.869.950-49

Rafael Russowsky é Diretor de Desenvolvimento Corporativo e Participações do Casino Group desde 2012. Anteriormente, ele foi banqueiro de investimento especializado em M&A e transações de mercado de capitais na Credit Suisse, Morgan Stanley e Oppenheimer & Co. Inclusive, trabalhou no HSBC e no Safra Banco, com foco em operações de crédito. Rafael é bacharel em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e possui MBA pela Columbia Escola de Negócios em Nova York. O Sr. Rafael Russowsky não está incurso em nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Renan Bergmann - 202.104.690-72	
N/A	
Fernando Dal-Ri Murcia - 259.091.048-70	
N/A	
Christophe José Hidalgo - 214.455.098-06	
N/A	
Gisélia da Silva - 390.708.590-68	
N/A	
Eleazar de Carvalho Filho - 382.478.107-78	
N/A	
Luiz Augusto de Castro Neves - 046.432.327-49	
N/A	
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira - 223.184.456-72	
N/A	
Jean-Charles Henri Naouri - 000.000.000-00	
N/A	
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser - 234.109.258-64	
N/A	
Helio Mattar - 067.634.648-00	
N/A	
Rafael Sirotsky Russowsky - 934.869.950-49	

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			

Observação

Administrador do Emissor

Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	234.109.258-64	Subordinação	Controlador Direto
Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Wilkes Participações S.A.	04.745.350/0001-38		
Presidente do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	234.109.258-64	Subordinação	Controlador Indireto
Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Membro do Comitê Executivo e Diretor de Desenvolvimento e Participações			

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Hervé Daudin		Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Almacenes Éxito S.A.	23.041.875/0001-37		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Hervé Daudin		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Diretor Executivo de Mercadorias, da Divisão de Agronegócio e da Cadeia de Suprimento, Logística e Sistemas da Informação			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	223.184.456-72	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Cnova N.V	20.536.473/0001-15		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eleazar de Carvalho Filho	382.478.107-78	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cnova N.V	20.536.473/0001-15		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	234.109.258-64	Subordinação	Controlador Direto
Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Wilkes Participações S.A.	04.745.350/0001-38		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	234.109.258-64	Subordinação	Controlador Indireto
Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Membro do Comitê Executivo e Diretor de Desenvolvimento e Participações			
Observação			
Administrador do Emissor			
Hervé Daudin		Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Almacenes Éxito S.A.	23.041.875/0001-37		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Hervé Daudin		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Diretor Executivo de Mercadorias, da Divisão de Agronegócio e da Cadeia de Suprimento, Logística e Sistemas da Informação			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira Membro do Conselho de Administração	223.184.456-72	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Cnova N.V Membro do Conselho de Administração	20.536.473/0001-15		
Observação			
Administrador do Emissor			
Eleazar de Carvalho Filho Membro do Conselho de Administração	382.478.107-78	Subordinação	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Cnova N.V Membro do Conselho de Administração	20.536.473/0001-15		
Observação			
Administrador do Emissor			
Jean-Charles Henri Naouri Presidente do Conselho de Administração		Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	08.572.014/0001-91		
Observação			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Jean-Charles Henri Naouri		Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	234.109.258-64	Subordinação	Controlador Direto
Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Wilkes Participações S.A.	04.745.350/0001-38		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	234.109.258-64	Subordinação	Controlador Indireto
Co-Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Membro do Comitê Executivo e Diretor de Desenvolvimento e Participações			
Observação			
Administrador do Emissor			
Hervé Daudin		Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Almacenes Éxito S.A.	23.041.875/0001-37		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Hervé Daudin		Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Casino Guichard Perrachon	08.572.014/0001-91		
Diretor Executivo de Mercadorias, da Divisão de Agronegócio e da Cadeia de Suprimento, Logística e Sistemas da Informação			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	223.184.456-72	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Cnova N.V	20.536.473/0001-15		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eleazar de Carvalho Filho	382.478.107-78	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Cnova N.V	20.536.473/0001-15		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A CBD celebrou apólice de seguro com a seguradora Chubb Seguros Brasil S.A, com vigência de 23 de dezembro de 2020 a 23 de dezembro de 2021, para cobrir todos os Administradores e membros de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administraçao da Companhia e de suas sociedades controladas contra os danos a eles atribuídos no exercício de suas funções. A cobertura está limitada a R$ 133.900.000,00 para as perdas e danos decorrentes de um mesmo ato danoso relacionado ao mercado de capitais, com franquia de US$ 5.000.000,00 no que se refere a processos relacionados com a SEC e R$ 500.000,00 no quese refere a processos relacionados com a CVM. Estas apólices são automaticamente estendidas aos administradores das novas subsidiárias da CBD, desde que o total de ativos da nova controlada e subsidiária represente até 30% dos ativos da empresa segurada.

A cobertura das apólices de seguros mencionadas acima não se aplica ao caso de atos praticados com dolo ou má-fé dos administradores e, portanto, a Companhia entende que o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida aos seus administradores, considerando a penalidade aplicada decorrer de ato praticado no exercício de suas funções e no melhor interesse da Companhia. Adicionalmente, a Companhia entende que a contratação destes seguros, ao garantir indenizações justas e devidas aos Administradores, está alinhada ao seu interesse de atrair e manter profissionais qualificados em sua alta administração.

Ademais, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a alteração do Estatuto Social para prever a possibilidade de celebração de contratos de indenidade com os administradores da Companhia. Neste caso, a indenização somente será devida após a utilização e apenas em caráter suplementar à cobertura oferecida pelo Seguro D&O, sendo que os valores a serem pagos pela Companhia deverão corresponder ao excedente do valor coberto pelo Seguro D&O.

No entanto, a Companhia ainda não celebrou contratos de indenidade com seus administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia atualmente está listada no segmento de governança corporativa da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão denominado "Novo Mercado" e adota as práticas de governança corporativa descritas nas seções 4, 5, 6, 12, 16 e 18 deste Formuláriode Referência e no informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além dos referidos documentos, a Companhia divulga em seu site de Relações com Investidores (http://www.gpari.com.br/) os regimentos internos dos órgãos da administração e comitês de assessoramento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, a fim de garantir ao investidor acesso a informações importantes relativas às práticas da Companhia em relação às assembleias gerais, disponibilizamos as informações sobre as assembleias realizadas nos últimos 3 exercícios sociais, todas instaladas em primeira convocação, conforme abaixo:

Data	Tipo	Quórum de Instalação
27/04/2018	AGO/E	94,32% das ações ordinárias e 31,96% das ações preferenciais.
29/06/2018	AGE	94,32% das ações ordinárias.
25/04/2019	AGO/E	94,32% das ações ordinárias e 30,19% das ações preferenciais.
30/12/2019	AGE	99,94% das ações ordinárias e 34,89% das ações preferenciais.
30/12/2019	AGESP	54,30% das ações preferenciais.
23/04/2020	AGO/E	66,96% das ações da Companhia.
31/12/2020	AGO	64,41% das ações da Companhia.
28/04/2021	AGO/E	67,2% das ações da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatuária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, casoo emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo da política ou prática de remuneração da Companhia, no tocante à remuneração de seus administradores e membros dos comitês, é remunerá-los de acordo com as práticas de mercado, possibilitando a atração e retenção de profissionais qualificados e o envolvimento com a Companhia.

A política de remuneração vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2020 e está disponível no site de Relações com Investidores, na seção Governança Corporativa, e no site da CVM.

(a) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

(i) Uma parcela de remuneração fixa, calculada em razão do cargo e qualificação do indivíduo, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos de pesquisa anual realizada por consultorias externas contratadas pela Companhia;

(ii) Benefícios diretos e indiretos;

(iii) Remuneração variável de curto prazo (correspondente à participação nos lucros e resultados), com pagamento anual vinculado aos resultados do exercício da Companhia para a Diretoria estatutária e, para os casos do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia;

(iv) Remuneração variável de longo prazo (correspondente a planos de opção de compra de ações e/ou plano de free shares), com outorga anual e pagamento diferido em um período de três anos; e

(v) Benefícios pós-emprego, correspondente a contrapartida em plano de previdência privada para optantes.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais anteriores:

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	**Benefícios Diretos e Indiretos**	**Remuneração Variável**	**Planos de Opção de Compra de Ações**	**Total**
Conselho de Administração	90,08%	4,27%	0,00%	5,65%	100,0%
Diretoria	60,49%	2,06%	18,96%	18,50%	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,0%

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	**Benefícios Diretos e Indiretos**	**Remuneração Variável**	**Planos de Opção de Compra de Ações**	**Total**
Conselho de Administração	88,27%	5,90%	0,00%	5,83%	100,0%
Diretoria	51,54%	2,36%	20,91%	25,19%	100,0%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

% em relação à remuneração total					
	Salário Base	**Benefícios Diretos e Indiretos**	**Remuneração Variável**	**Planos de Opção de Compra de Ações**	**Total**
Conselho de Administração	85,1%	14,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria	45,5%	2,8%	18,4%	33,3%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações são submetidas ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, responsável pelo encaminhamento e deliberação referente a temas de

remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

Uma vez aprovada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, o Conselho de Administração elabora a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

No que tange à remuneração variável dos diretores, a Companhia paga aos seus diretores nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros, independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 13.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Para informações adicionais sobre os planos de opção de compra de ações da Companhia, vide item 13.4 abaixo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a composição da política de remuneração da Companhia é o foco em resultados, o qual depende da contínua busca pelos melhores talentos, profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

Ao analisar o valor da remuneração total de um membro da Diretoria, é necessário destacar que a Companhia referenda a política de remuneração de maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais nos comparamos (maiores grupos econômicos do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil segundo o resultado da referida pesquisa.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Presidente do Conselho de Administração não recebe nenhum tipo de remuneração pois renunciou ao seu direito de receber.

(b) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Visando cumprir com os objetivos da política de remuneração, que é remunerar de acordo com as práticas de mercado (aferidas através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país), possibilitando atrair e reter os melhores talentos em busca de excelência, cada elemento da remuneração considera os seguintes indicadores de desempenho na sua determinação:

- Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how;

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo. A Companhia organiza sua estrutura por grades salariais e respectivos salários médios por cada um

desses grades, buscando manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado.

- Participação nos Resultados: observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no seu plano de negócios, que leva em consideração resultados quantitativos e avaliação de desempenho dos diretores, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia, celebrado nos termos da Lei nº 10.101/2000. A título exemplificativo, nos últimos anos, a Companhia tem utilizado métricas baseadas nos seguintes indicadores para o cálculo dos valores a serem distribuídos no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados: Vendas Líquidas, Margem Líquida, Despesas Gerais Administrativas e de Vendas, EBITDA, Lucro Líquido, Dívida Líquida, Índice de Sustentabilidade (% Pessoas com Deficiências; % Mulheres na Liderança; Consumo de Energia), Nº de Tickets (Transações) e *Market Share*. Para fins das métricas, alguns indicadores financeiros, dentre eles o lucro líquido, são baseados na norma contábil francesa, que é a norma utilizada pelo acionista controlador da Companhia para consolidação de suas subsidiárias, e que permite que todos os executivos do grupo sejam remunerados sob o mesmo critério.

Como se pode observar, parte desses indicadores são estritamente financeiros e os demais são fatores mensuráveis que contribuem para o resultado da Companhia e, portanto, possuem uma correlação com o seu desempenho financeiro. Dada a independência entre os diversos indicadores, cabe notar que haverá a possibilidade de pagamento de valores aos diretores da Companhia no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados em qualquer circunstância, independentemente da distribuição de dividendos pela Companhia, com base nos indicadores de desempenho aplicáveis, nos termos dos Programas de Participação nos Resultados celebrados anualmente pela Companhia. Assim, especialmente nos exercícios em que há apuração de prejuízo líquido ou de lucro líquido abaixo das metas corporativas, é possível que o alcance de percentual superior a 100% no cumprimento das metas atribuídas aos indicadores não estritamente financeiros, compense, ainda que parcialmente, o não atingimento dos indicadores estritamente financeiros.
O valor total pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados está previsto e limitado pelos termos e condições previstos nos referidos Programas.

O resultado dos indicadores de Grupo e dos indicadores Individuais é mensurado conforme alcances mínimo, *target* e máximo, estipulados e aprovados, respectivamente, pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e pelo Conselho de Administração. É a média de tais resultados que definirá a porcentagem a ser aplicada sobre o alvo dos Programas de Participação nos Resultados de cada indivíduo.

Para a apuração e determinação do valor a ser pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados, a Companhia aplica o método denominado Performance Score (alinhado internamente aos objetivos traçados pelo Grupo Pão de Açúcar ("GPA") e suas controladas), método esse que no ano de 2020 foi aplicado inclusive para todos os empregados da Companhia de média liderança, ou seja, denominado de Coordenadores.

- Remuneração baseada em ações: informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações, estão dispostas no item 13.4 do Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia estrutura a remuneração por meio de programas que monitoram o cumprimento de metas previamente definidas e os resultados efetivamente alcançados.

(d) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A fim de alinhar a Diretoria com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de curto e médio prazo, a Companhia oferece aos Diretores uma remuneração fixa (salário base) e, além disso, uma parcela de remuneração variável, a ser paga na forma de participação nos resultados. Ademais, a Companhia oferece aos Diretores um plano de opção de compra de ações e um plano de remuneração baseado em opção de compra de ações que, por possuírem determinadas características como períodos de carência para exercício das opções e *lock up* das ações adquiridas, mantém a Diretoria alinhada com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de longo prazo. Cumpre esclarecer ainda que, o plano de opção de compra de ações, o plano de remuneração baseado em opção de compra de ações e a participação nos resultados, compõem a remuneração variável da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, se instalado, e comitês da Companhia é reajustada com base no valor usualmente pago pelo mercado, incentivando tais profissionais a manterem a excelência no exercício de suas funções e a contínua busca pela melhoria dos resultados. Os planos de opções de compra de ações e de remuneração em opção de compra de ações detalhados no item 13.4, podem ser estendidos aos membros do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês podem fazer jus a remuneração variável de curto prazo, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia. Nesse sentido, a Companhia entende que a política e prática de remuneração estão adequadas aos seus interesses de curto, médio e longo prazo.

(e) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração de administradores e membros dos comitês é suportada majoritariamente pela Companhia e em parte por suas subsidiárias.

(f) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores ou membros dos comitês da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(g) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme indicado no item 13.1.b.iii acima, anualmente a Companhia realiza pesquisas através de consultoria especializada e reconhecida no mercado, com intuito de analisar os dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia. Uma vez analisadas as informações, uma proposta de remuneração baseada no nível de dedicação e papel desempenhado por cada Conselheiro é submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, para validação final.

O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e o Conselho de Administração avaliam a adequação da remuneração paga de forma anual, em consonância com o resultado da pesquisa formulada pela consultoria especializada contratada pela Companhia.

Uma vez aprovada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, o Conselho de Administração elabora a Proposta da Administração para que os acionistas possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos administradores, sempre dividida por órgão.

No que tange à remuneração variável dos diretores, a Companhia paga aos seus diretores nos termos da Lei nº 10.101/2000. O cálculo é baseado em indicadores financeiros e não financeiros,independentes entre si, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados pela Companhia, conforme mencionados no item 13.1.c. A participação nos resultados está, portanto, atrelada ao desempenhoda Companhia e do próprio administrador, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Para informações adicionais sobre os planos de opção de compra de ações da Companhia, vide item 13.4 abaixo.

i. razões que justificam a composição da remuneração

O que justifica a composição da política de remuneração da Companhia é o foco em resultados, o qual depende da contínua busca pelos melhores talentos, profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

Ao analisar o valor da remuneração total de um membro da Diretoria, é

necessário destacar quea Companhia referenda a política de remuneração de

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

maneira a garantir que o valor percebido pelos membros da Diretoria esteja alinhado às empresas com as quais nos comparamos (maioresgrupos econômicos

do Brasil) e equivalente à remuneração total dos 10% melhores pagadores do Brasil segundo o resultado da referida pesquisa.

ii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Presidente do Conselho de Administração não recebe nenhum tipo de remuneração pois renunciou ao seu direito de receber.

(b) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinaçãode cada elemento da remuneração

Visando cumprir com os objetivos da política de remuneração, que é remunerar de acordo com as práticas de mercado (aferidas através da Pesquisa *Top Exec* da Korn Ferry, que usa como parâmetros de comparação os grandes grupos econômicos que atuam no país), possibilitando atrair e reter os melhores talentos em busca de excelência, cada elemento da remuneração considera os seguintes indicadores de desempenho na sua determinação:

- Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com baseem estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how; soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo. A Companhia organiza sua estrutura por grades salariais e respectivos salários médios por cada um desses grades, buscando manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado.

- Participação nos Resultados: observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no seu plano de negócios, que leva em consideração resultados quantitativos e avaliação de desempenho dosdiretores, nos termos do Programa de Participação nos Resultados da Companhia,celebrado nos termos da Lei nº 10.101/2000. A título exemplificativo, nos últimos anos, a Companhia tem utilizado métricas baseadas nos seguintes indicadores para o cálculo dos valores a serem distribuídos no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados: Vendas Líquidas, Margem Líquida, Despesas Gerais Administrativas e de Vendas, EBITDA, Lucro Líquido, Dívida Líquida, Índice de Sustentabilidade (% Pessoas com Deficiências; % Mulheres na Liderança; Consumo de Energia), Nº de Tickets (Transações) e *Market Share*. Para fins das métricas, alguns indicadores financeiros, dentre eles o lucro líquido, são baseados na norma contábil francesa, que é a norma utilizada pelo acionista controlador da Companhia para consolidação de suas subsidiárias,e que permite que todos os executivos do grupo sejam remunerados sob o mesmo critério.

  Como se pode observar, parte desses indicadores são estritamente financeiros e os demaissão fatores mensuráveis que contribuem para o resultado da Companhia e, portanto, possuem uma correlação com o seu desempenho financeiro. Dada a independência entre os diversos indicadores, cabe notar que haverá a possibilidade de pagamento de valores aos diretores da Companhia no âmbito dos seus Programas de Participação nos Resultados em qualquer circunstância, independentemente da distribuição de dividendospela Companhia, com

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

base nos indicadores de desempenho aplicáveis, nos termos dos Programas de Participação nos Resultados celebrados anualmente pela Companhia.Assim, especialmente nos exercícios em que há apuração de prejuízo líquido ou de lucro líquido abaixo das metas corporativas, é possível que o alcance de percentual superior a 100% no cumprimento das metas atribuídas aos indicadores não estritamente financeiros, compense, ainda que parcialmente, o não atingimento dos indicadores estritamentefinanceiros. O valor total pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados está previsto e limitado pelos termos e condições previstos nos referidos Programas.

O resultado dos indicadores de Grupo e dos indicadores Individuais é mensurado conforme alcances mínimo, *target* e máximo, estipulados e aprovados, respectivamente, pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e pelo Conselho de Administração. Éa média de tais resultados que definirá a porcentagem a ser aplicada sobre o alvo dos Programas de Participação nos Resultados de cada indivíduo.

Para a apuração e determinação do valor a ser pago no âmbito dos Programas de Participação nos Resultados, a Companhia aplica o método denominado Performance Score (alinhado internamente aos objetivos traçados pelo Grupo Pão de Açúcar ("GPA")e suas controladas), método esse que no ano de 2019 foi aplicado inclusive para todos osempregados da Companhia de média liderança, ou seja, denominado de Coordenadores.

- Remuneração baseada em ações: informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações, estão dispostas no item 13.4 do Formulário de Referência.

(c) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia estrutura a remuneração por meio de programas que monitoram o cumprimento de metas previamente definidas e os resultados efetivamente alcançados.

(d) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longoprazo da Companhia

A fim de alinhar a Diretoria com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de curto e médioprazo, a Companhia oferece aos Diretores uma remuneração fixa (salário base) e, além disso, umaparcela de remuneração variável, a ser paga na forma de participação nos resultados. Ademais, a Companhia oferece aos Diretores um plano de opção de compra de ações e um plano de remuneração baseado em opção de compra de ações que, por possuírem determinadas características como períodos de carência para exercício das opções e *lock up* das ações adquiridas, mantém a Diretoria alinhada com os objetivos da Companhia em uma perspectiva de longo prazo. Cumpre esclarecer ainda que, o plano de opção de compra de ações, o plano de remuneração baseado em opção de compra de ações e a participação nos resultados, compõem aremuneração variável da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, se instalado, e comitês da Companhia é reajustada com base no valor usualmente

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

pago pelo mercado, incentivando tais profissionais a manterem a excelência no exercício de suas funções e a contínuabusca pela melhoria dos resultados. Os planos de opções de compra de ações e de remuneração em opção de compra de

ações detalhados no item 13.4, podem ser estendidos aos membros do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, os membros do Conselho de Administração e dos Comitês podem fazer jus a remuneração variável de curto prazo, vinculado à dedicação de mais tempo ou ao cumprimento de responsabilidades específicas voltadas à estratégia da Companhia. Nesse sentido, a Companhia entende que a política e prática de remuneração estão adequadas aos seus interesses de curto, médio e longo prazo.

(e) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladoresdiretos ou indiretos

A remuneração de Administradores e membros dos comitês é suportada exclusivamente pela Companhia.

(f) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores ou membros dos comitês da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

(g) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando deque forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicandose há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Conforme indicado no item 13.1.b.iii acima, anualmente a Companhia realiza pesquisas através de consultoria especializada e reconhecida no mercado, com intuito de analisar os dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia. Uma vez analisadas as informações, uma proposta de remuneração baseada no nível de dedicaçãoe papel desempenhado por cada Conselheiro é submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, para validação final.

O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e o Conselho de Administração avaliam a adequação da remuneração paga de forma anual, em consonância com o resultado da pesquisaformulada pela consultoria especializada contratada pela Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	3,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	12,00	3,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	25.402.614,77	11.903.959,63	432.000,00	37.738.574,40
Benefícios direto e indireto	3.639.554,33	3.295.259,49	0,00	6.934.813,82
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	5.490.862,96	0,00	5.490.862,96
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	12.992.035,20	4.341.502,45	0,00	17.333.537,65
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	
Total da remuneração	42.034.204,30	25.031.584,53	432.000,00	67.497.788,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,50	4,58	2,00	19,08
Nº de membros remunerados	11,50	4,58	2,00	18,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	62.670.830,68	33.921.016,13	276.000,01	96.867.846,82
Benefícios direto e indireto	3.063.026,96	1.211.912,04	0,00	4.274.939,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	1.981.794,25	1.735.557,30	55.199,99	3.772.551,54
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.175.169,97	0,00	11.175.169,97
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	4.056.474,57	10.905.968,12	0,00	14.962.442,69
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020.		
Total da remuneração	71.772.126,46	58.949.623,56	331.200,00	131.052.950,02

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,50	4,67	0,00	17,17
Nº de membros remunerados	11,50	4,67	0,00	16,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	33.904.696,50	30.259.546,17	0,00	64.164.242,67
Benefícios direto e indireto	2.393.697,66	1.460.882,36	0,00	3.854.580,02
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.908.226,34	1.652.412,68	0,00	3.560.639,02
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	12.942.571,61	0,00	12.942.571,61
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.366.276,83	15.595.554,69	0,00	17.961.831,52
Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	
Total da remuneração	40.572.897,33	61.910.967,52	0,00	102.483.864,85

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,33	5,42	1,00	19,75
Nº de membros remunerados	12,33	5,42	1,00	18,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.376.179,12	37.267.214,67	228.000,00	46.871.393,79
Benefícios direto e indireto	1.640.961,27	2.315.308,11	0,00	3.956.269,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.239.187,04	3.112.563,85	0,00	4.351.750,89
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	15.082.579,74	0,00	15.082.579,74
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	29.267.000,00	0,00	29.267.000,00

Observação	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	O número total de membros de cada órgão e o número total de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no item 10.2.13.b do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	
Total da remuneração	12.256.327,43	87.044.666,37	228.000,00	99.528.993,79

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3- Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária EConselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando e se instalado, e Comitês de Assessoramento não recebem remuneração variável no exercício de seus cargos, ressalvado pagamentos em caráter excepcional, pela atuação específica em determinados projetos extraordinários, conforme detalhado no capítulo 13.1 acima.

Abaixo é apresentada a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia prevista para pagamento em 2021 e paga com relação aos exercícios 2020, 2019 e 2018.

Valores previstos para o exercício de 2021:

(Valores em R$, quando aplicável)	**Diretoria**
Número total de membros.....	3
Número de membros remunerados	3
Bônus	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	10.981.726
Valor previsto – metas atingidas	5.490.863

Valores pagos com referência ao exercício de 2020:

(Valores em R$, quando aplicável)	**Diretoria**
Número total de membros.....	4,58
Número de membros remunerados	4,58
Bônus	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto.....	0
Valor máximo previsto	28.981.131,30

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

(Valores em R$, quando aplicável)	**Diretoria**
Número total de membros	4,67
Número de membros remunerados	4,67
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	28.981.131
Valor previsto – metas atingidas	14.490.566
Valor efetivamente reconhecido	12.942.572

Valor previsto – metas atingidas	14.490.565,65
Valor efetivamente reconhecido	11.175.169,97

Valores pagos com referência ao exercício de 2019:

Valores pagos com referência ao exercício de 2018:

(Valores em R$, quando aplicável)	**Diretoria**
Número total de membros	5,42
Número de membros remunerados	5,42
Bônus	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	0
Valor previsto – metas atingidas	0
Participação no Resultado	
Valor mínimo previsto	0
Valor máximo previsto	29.976.392
Valor previsto – metas atingidas	14.988.196
Valor efetivamente reconhecido	15.082.580

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em 9 de maio de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram em assembleia geral extraordinária (i) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga ("Plano de Opção"); e (ii) a criação do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga ("Plano de Remuneração" e, em conjunto com o Plano de Opção Antigo e o Plano de Opção, os "Planos"). O Plano de Opção e o Plano de Remuneração tiveram ainda alterações aprovadas nas (i) Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 24 de abril de 2015 e em 25 de abril de 2019 e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019.

A seguir descrevemos os Planos que possuíam opções vigentes em 31 de dezembro de 2020:

PLANO DE REMUNERAÇÃO

a. termos e condições gerais

O Plano de Remuneração será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual, instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia para assessorá-lo na administração do Plano de Remuneração, dentre outras matérias ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B" seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B4, B5 e B6 do Plano de Remuneração.

São elegíveis para participar do Plano de Remuneração os empregados e administradores da Companhia, sendo certo que poderão também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes do GPA que sejam considerados executivos-chave ("Participante"), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação no Plano de Remuneração não interfere nos rendimentos a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Remuneração estabelece as condições para que a Companhia outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Companhia (ou conforme o caso, a sociedades do GPA) executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia (ou conforme o caso, de sociedades do GPA) em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia ou de sociedades do GPA com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da Companhia.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Remuneração contribui para os objetivos da Companhia, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que, ao atribuir aos Participantes a possibilidade de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Remuneração, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Remuneração poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Remuneração, está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Remuneração, conforme descrito no item (f) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Remuneração ("Contrato de Opção").

Para os fins do Plano de Remuneração, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Remuneração com a formalização do Contrato de Opção ("Data de Outorga").

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo, indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção ("Termo de Exercício de Opção").

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgada no âmbito do Plano de Remuneração deverá ser correspondente a R$0,01 (um centavo) ("Preço de Exercício").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga ("Período de Carência") e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga ("Período de Exercício"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção ("Data de Aquisição das Ações"); (iii) a

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de desconto em folha de pagamento do Participante, observado que a data limite será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações ("Data de Pagamento").

l. restrições à transferência das ações

O Plano de Remuneração não prevê restrições à transferência ou circulação das ações obtidas com o exercício das opções, ficando ressalvada a competência do Conselho de Administração para estabelecer tais restrições nos contratos de outorga que entender necessários.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Remuneração extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Remuneração; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Remuneração venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Remuneração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Remuneração poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano Remuneração. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA, conforme o caso) por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Remuneração. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de o Participante ser transferido da Companhia para outra sociedade do Grupo Pão de Açúcar, o Participante poderá exercer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da transferência, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

PLANO DE OPÇÃO

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual instituiu o Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa para assessorá-lo na administração do Plano de Opção, dentre outras matérias ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que for necessário, para decidirem sobre as questões suscitadas a respeito do Plano de Opção.

Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C" seguida de um número. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C4, C5 e C6 do Plano de Opção.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e administradores da Companhia, sendo certo que poderão também participar os empregados e administradores das sociedades integrantes do GPA que sejam considerados executivos-chave ("Participante"), ficando todos eles sujeitos à aprovação do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme aplicável.

A participação do Participante no Plano de Opção não interfere na remuneração a que o Participante faz jus como empregado e/ou administrador da Companhia, tais como salário, honorário, pró-labore, benefício, participação no lucro e/ou qualquer outra vantagem ou remuneração.

b. principais objetivos do plano

O Plano de Opção estabelece as condições para que a Companhia outorgue opções de compra de ações a seus administradores e empregados, tendo por objetivos: (i) atrair e manter vinculados à Companhia (ou conforme o caso, a sociedades do GPA) executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia (ou conforme o caso, de sociedades do GPA) em seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia ou de sociedades do GPA com os de seus acionistas, desta forma incentivando o desempenho desses profissionais e assegurando sua continuidade na administração da Companhia.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para os objetivos da Companhia, ao incentivar o alinhamento de seus interesses de longo prazo e dos interesses de seus executivos para a obtenção de alta performance e valorização da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que, ao atribuir aos Participantes a possibilidade

de assumirem posição de investidor, estimula que a atuação de tais Participantes em sua gestão seja feita com vistas à criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano de Opção, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria de tais resultados e a valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com todos os demais acionistas.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 2% (dois por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de emissão nos termos do Plano de Opção, está sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, conforme descrito no item (f) acima.

Cada opção de compra de ações dará ao Participante o direito a subscrever ou adquirir 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

A outorga das opções de compra de ações será formalizada pela assinatura entre a Companhia e o Participante do contrato de opção, o qual deverá especificar o número total de ações objeto da respectiva opção, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito de exercício da opção, as condições para tal exercício, o preço de aquisição e as condições para seu pagamento, observado o disposto no Plano de Opção ("Contrato de Opção").

Para os fins do Plano de Opção, a data da deliberação pelo Comitê da série de outorga de opções de compra será a data em que as opções deverão ser consideradas outorgadas aos respectivos Participantes, desde que o Participante, ainda que em data posterior à data de deliberação pelo Comitê, aceite integrar o Plano de Opção com a formalização do Contrato de Opção ("Data de Outorga").

O Participante que desejar exercer suas opções de compra deverá comunicar por escrito à Companhia, durante o Período de Exercício (conforme definido no item (i) abaixo), a sua intenção de fazê-lo,

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

indicando a quantidade de opções que deseja exercer. Tal comunicação deverá seguir o modelo de termo de exercício anexo ao respectivo Contrato de Opção ("Termo de Exercício de Opção").

O Participante poderá exercer suas opções de compra total ou

parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que para cada exercício envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o Período de Exercício.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção de compra de ações para cada série outorgada no âmbito do Plano de Opção, deverá ser correspondente a 80% (oitenta por cento) da média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que deliberar a outorga das opções daquela série ("Preço de Exercício").

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções concedidas a um Participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Outorga ("Período de Carência") e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data da Outorga e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data da Outorga ("Período de Exercício"), ressalvadas as hipóteses de antecipação, conforme item (n) e subitens aplicáveis abaixo ou autorizadas pelo Comitê, nos termos do plano.

k. forma de liquidação

Até o 30º (trigésimo) dia do mês em que receber o Termo de Exercício da Opção, a Companhia deverá informar ao respectivo Participante: (i) o preço total de exercício a ser pago, resultante da multiplicação do Preço de Exercício pela quantidade de opções informada pelo Participante no Termo de Exercício da Opção; (ii) a data de entrega ao Participante das ações objeto do exercício das opções, a qual deverá ocorrer após aprovação do aumento de capital decorrente do exercício das respectivas opções pelo Conselho de Administração, dentro do capital autorizado, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante recebimento do Termo de Exercício da Opção ("Data de Aquisição das Ações"); (iii) a quantidade de ações a ser entregue ao Participante; e (iv) o período em que o Participante deverá efetuar o pagamento do preço total de exercício, em moeda corrente, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a Data de Aquisição das Ações ("Data de Pagamento").

l. restrições à transferência das ações

O Participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Pagamento de direta ou indiretamente, vender,

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou ainda celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de Opção.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral, na forma estabelecida no item 6 do Plano de Opção; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (iii) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) nas hipóteses previstas no item (n) abaixo, observadas eventuais condições específicas que o Comitê poderá estabelecer a determinados Participantes.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Comitê realizar o ajuste correspondente no número e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo:

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Participante:

(i) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Participante poderá exercer, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do desligamento, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(ii) for desligado da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma involuntária, mediante dispensa por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iii) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, de forma voluntária, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, todas as opções de compra já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo

Contrato de Opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização;

(iv) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), de forma voluntária tendo se aposentado no curso do contrato de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do desligamento, o Participante poderá exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização; e

(v) desligar-se da Companhia (ou de qualquer sociedade do GPA), conforme o caso, por falecimento ou invalidez permanente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de expedição do inventário ou da ordem judicial competente que habilite os herdeiros e sucessores legais do Participante em caso de falecimento ou declaração de invalidez permanente emitida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), os herdeiros e sucessores legais habilitados do Participante, conforme o caso, poderão exercer todas as opções de compra de acordo com o Contrato de Opção, inclusive as opções de compra em Período de Carência, observadas as demais disposições do item 6 do Plano de Opção. Não havendo o exercício pelos herdeiros ou sucessores legais do Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese de o Participante ser transferido da Companhia para outra sociedade do Grupo Pão de Açúcar, o Participante poderá exercer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da transferência, o número de opções calculado *pro rata temporis* em relação ao Período de Carência. Não havendo o exercício pelo Participante no prazo acima mencionado, todas as opções de compra não exercidas serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

As tabelas abaixo indicam a remuneração baseada em ações reconhecidas no resultado nos últimos 3 exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2021:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	13,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,01 (B5) 54,26 (C5) 0,01 (B6) 70,62 (C6) 0,01 (B7) 51,18 (C7)	0,01 (B5) 54,26 (C5) 0,01 (B6) 70,62 (C6) 0,01 (B7) 51,18 (C7) 0,01 (B8) 60,72 (C8)
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do	0,10%[1]	0,32%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

exercício de todas as opções outorgadas		

[1] A diluição apresentada é uma estimativa considerando o acréscimo de opções a serem outorgadas neste exercício (B8, C8) e está sujeita a alteração, a depender da cotação das ações em bolsa na data da outorga.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 2020:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	12,50	4,58
Nº de membros remunerados	1,00	4,58
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,01 (B5) 0,01 (B6)	0,01 (B3) 37,21 (C3) 0,01 (B4) 56,78 (C4) 0,01 (B5) 62,61 (C5) 0,01 (B6) 70,62 (C6)
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	0,01 (B4) 56,78 (C4)
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções	0,04%	0,28%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

outorgadas

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 2019:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	12,50	4,67
Nº de membros remunerados	1,00	4,67
Preço médio ponderado de exercício:		

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

(a) Das opções em aberto no início do exercício social		0,01 (B3)
		37,21 (C3)
		0,01 (B4)
	0,01 (B5)	56,78 (C4)
	0,01 (B6)	0,01 (B5)
		62,61 (C5)
		0,01 (B6)
		70,62 (C6)
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	0,01 (B3)
		37,21 (C3)
		0,01 (B4)
		56,78 (C4)
		0,01 (B5)
		62,61 (C5)
		0,01 (B6)
		70,62 (C6)
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,04%[1]	0,32%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	13,33	5,42
Nº de membros remunerados	0	5,42
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	0,01 (B2) 77,27 (C2) 0,01 (B3) 37,21 (C3) 0,01 (B4) 56,78 (C4) 0,01 (B5) 62,61 (C5)
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	0,01 (B2) 0,01 (B3) 0,01 (B4) 0,01 (B5)
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	n/a	0,47%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

Série B2:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	29/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	n/a	107.674
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 34,60

Série C2:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	29/05/2015
Quantidade de opções outorgadas	n/a	107.662
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2018
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2018
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 85,64

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Série B3:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	n/a	356,760
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 40,44

Série C3:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2016
Quantidade de opções outorgadas	n/a	356,760
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	01/06/2019
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 16,98

Série B4:

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2017
Quantidade de opções outorgadas	n/a	238.581
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 68,97

Série C4:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2017
Quantidade de opções outorgadas	n/a	238.581
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 30,74

Série B5:

Companhia Brasileira de Distribuição

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	n/a	276.664
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 78,52

Série C5:

Companhia Brasileira de Distribuição

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	n/a	276.664
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$ 35,66

Série B6:

Companhia Brasileira de Distribuição

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compra de ações	Sim	Sim
Data de outorga	31/05/2019	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	103.104	129.305
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	31/05/2022	31/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2022	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	R$82,39	R$82,39

Série C6:

Companhia Brasileira de Distribuição		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Outorga de opções de compra de ações	Não	Sim
Data de outorga	n/a	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas	n/a	129.305
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	31/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga (por opção)	n/a	R$31,50

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Abaixo é apresentada a remuneração baseada em ações paga ao Conselho de Administração e à Diretoria da Companhia em 2020.
Valores referentes ao exercício de 2020:

13.6 - Opções em Aberto

	Diretoria
Número total de membros	4,58
Número de membros remunerados	4,58

Em relação a cada outorga de opções:	**Série B4**	**Série C4**	**Série B5**	**Série C5**	**Série B6**	**Série C6**
Data da outorga	31/05/2017	31/05/2017	31/05/2018	31/05/2018	31/05/2019	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas (em nº de ações)	238.581	238.581	276.664	276.664	141.155	141.155
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2020	01/06/2020	01/06/2021	01/06/2021	01/06/2022	01/06/2022
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2020	30/11/2020	30/11/2021	30/11/2021	30/11/2022	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	180 dias	N/A	180 dias	N/A	180 dias
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de ações:						
Em aberto no início do exercício social (em R$, por ação)	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Perdidas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Opções em Aberto

Exercidas durante o exercício social (em R$, por ação)	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62
Expiradas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga (em R$, por opção)	68,97	30,74	78,52	35,66	82,39	31,50
Diluição potencial em caso de exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Opções em Aberto

	Conselho de Administração
Número total de membros	12,50
Número de membros remunerados	1,00
Em relação a cada outorga de opções:	**Série B6**
Data da outorga	31/05/2019
Quantidade de opções outorgadas (em nº de ações)	103.104
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/06/2022
Prazo máximo para exercício das opções	30/11/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de ações:	
Em aberto no início do exercício social (em R$, por ação)	0,01
Perdidas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A
Exercidas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A
Expiradas durante o exercício social (em R$, por ação)	N/A
Valor justo das opções na data de outorga (em R$, por opção)	82,39
Diluição potencial em caso de exercício das opções	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações doconselho de administração e da diretoria estatutária

Abaixo são apresentadas as opções exercidas e as ações entregues para os membros do Conselhode Administração e da Diretoria da Companhia em 2018, 2019 e 2020.

As ações referentes ao exercício das opções de compra de ações são entregues na data do respectivo exercício e cada opção dá direito a uma ação. Dessa forma, não há diferenciação entre as opções exercidas e as ações entregues nos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Valores referentes ao exercício de 2020:

	Diretoria	
Número de membros remunerados (que exerceram)	3	
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	**Série B4**	**Série C4**
Número de ações	43.302	43.302
Preço médio ponderado de exercício (em R$ por ação)	0,01	56,78
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R$, por ação)	67,32	10,55

Valores referentes ao exercício de 2019:

	Diretoria							
Número de membros remunerados (que exerceram)	3							
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	**Série B3**	**Série C3**	**Série B4**	**Série C4**	**Série B5**	**Série C5**	**Série B6**	**Série C6**
Número de ações	150.923	150.923	11.997	11.997	6.964	6.964	1.103	1.103
Preço médio ponderado de exercício (em R$ por	0,01	37,21	0,01	56,78	0,01	62,61	0,01	70,62

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

ação)								
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R$, por ação)	85,21	47,91	84,23	27,46	84,23	21,63	84,23	13,62

Valores referentes ao exercício de 2018:

	Diretoria	
Número de membros remunerados (que exerceram)	4	
Em relação às opções exercidas e ações entregues:	**Série B2**	**Série B5**
Número de ações	25.704	94.879
Preço médio ponderado de exercício (em R$ por ação)	0,01	0,01
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (em R$, por ação)	80,00	80,18

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes-Merton* de precificação de opções.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e taxa de juros livre de riscos

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black- Scholes-Merton* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas quanto às opçõesvigentes em 2020:

	Na data de outorga
Preço médio ponderado das ações (por ação), conforme valor médio dos 20 últimos pregões com relação à data de outorga	Série B3: R$ 46,51 Série C3: R$ 46,51 Série B4: R$ 70,98 Série C4: R$ 70,98 Série B5: R$ 78,26 Série C5: R$ 78,26 Série B6: R$ 88,27 Série C6: R$ 88,27
Preço de exercício	Série B3: R$ 0,01 Série C3: R$ 37,21 Série B4: R$ 0,01 Série C4: R$ 56,78 Série B5: R$ 0,01 Série C5: R$ 62,61 Série B6: R$ 0,01 Série C6: R$ 70,62
Volatilidade atualizada esperada	30,99%
Prazo de vida das opções	**3 anos**
Dividendos esperados	0,66%
Taxa de juros livre de riscos	5,08%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	Vide item 13.6 acima

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados deexercício antecipado

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não são considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados decorrentes de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário, bem como em decorrência de eventos societários.

A Companhia adota a premissa de que as opções serão exercidas a partir do momento em que setornarem exercíveis. Dessa forma, o prazo de vida das opções adotado nos cálculos é de 3 anos, de acordo com a série de outorga e correspondentes prazos de carência.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade esperada foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia, de acordo com o prazode vigência das opções.

e. outras características incorporadas na mensuração do

valor justo das opções Não há características adicionais a

informar neste item.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Participações detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

a. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:

Conselho de Administração	563.80~5 ações preferenciais de emissão da Companhia (convertidas em ações ordinárias com a migração para o Novo Mercado)
Diretoria	253.508 ações preferenciais de emissão da Companhia (convertidas em ações ordinárias com a migração para o Novo Mercado)
Conselho Fiscal	0

b. Outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum:

Conselho de Administração	0
Diretoria	0
Conselho Fiscal	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Abaixo são apresentadas as informações referentes aos planos de previdência privada vigentes econferidos aos membros de administração da Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho deAdministração E Aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	12,50	4,58
Número de membros remunerados[1]	1,00	2,83
Nome do plano	Plano de Previdência Privada do Grupo Pão de Açúcar, com a Brasilprev Seguros e Previdência S.A	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Nenhum	
Condições para se aposentar antecipadamente	- Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com o Grupo Pão de Açúcar; - Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e - Ter cessado o vínculo com o Grupo Pão de Açúcar.	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	**R$5.398.467,03**	
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R$)	**R$721.392,99**	

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Possibilidade e condições para resgate antecipado:	É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção: - Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 4 anos; - Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 4 a 5 anos; e - Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 5 anos. Exclusivamente para os casos de Diretores Estatutários, será liberado 100% da reserva no final do respectivo mandato.

---

[1] O número de membros da Diretoria que são remunerados com planos de previdência privada, informado na tabela acima, corresponde à média anual do número de Diretores remuneradosapurado mensalmente, conforme tabela abaixo:

Mês	Nº de Membros do Conselho de Administração	Nº de Membros da Diretoria
Janeiro	1	3
Fevereiro	1	3
Março	1	3
Abril	1	3
Maio	1	3
Junho	1	3
Julho	1	3

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Agosto	1	3
Setembro	1	3
Outubro	1	3
Novembro	1	2
Dezembro	1	2
Total	**12**	**34**
Nº total de membros / 12	**1,00**	**2,83**

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4,58	4,67	5,42	12,50	12,50	13,33	2,00	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	4,58	4,67	5,42	11,50	11,50	12,33	2,00	0,00	1,00
Valor da maior remuneração(Reais)	14.329.313,53	19.668.196,68	29.525.905,00	65.944.593,42	33.222.858,90	6.380.144,00	0,00	0,00	76.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	819.045,67	10.512.518,34	1.587.723,00	216.000,00	176.400,00	92.400,00	0,00	0,00	76.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	11.682.744,25	10.138.506,98	15.112.012,00	5.520.932,80	3.120.992,10	893.282,00	97.877,78	0,00	228.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses
31/12/2019	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses
31/12/2018	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2020	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2019	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	*O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. **Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2020 não tínhamos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturassem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Valores referentes ao exercício de 2020:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
3,70%	0,00%	0,00%	**2,04%**

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
4,59%	0%	0%	**1,84%**

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
18,91%	0%	0%	**2,14%**

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam (valoresreconhecidos no resultado da Companhia)

Valores referentes ao exercício de 2020:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15- Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Valores referentes ao exercício de 2020:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 14.329.313,53	R$ 0,00	**R$ 14.329.313,53**

Valores referentes ao exercício de 2019:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 20.054.297,01	R$ 0,00	**R$ 20.054.297,01**

Valores referentes ao exercício de 2018:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
R$ 0,00	R$ 13.795.248,83	R$ 0,00	**R$ 13.795.248,83**

Os valores acima se referem à remuneração que é reconhecida no resultado da controlada (Sendas Distribuidora S.A.), mas que também é reconhecida no resultado da Companhia por consolidação e, portanto, está refletida na remuneração informada no item 13.2 deste Formulário de Referência.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e porlocalização geográfica)

2020

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	4	31	424	3	462
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	8	66	699	8	781
CE	-	24	233	1.662	29	1.948
DF	-	21	245	1.745	40	2.051
GO	-	5	58	402	5	470
MA	-	-	-	-	-	-
MG	-	4	56	584	13	657
MS	-	3	35	226	6	270
MT	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	6	54	473	6	539
PE	-	25	167	1.152	23	1.367
PI	-	7	70	558	6	641
PR	-	3	29	220	4	256
RJ	-	104	824	6.723	103	7.754
RN	-	3	38	391	4	436
SE	-	3	26	260	3	292
SP	56	914	4.304	29.841	389	35.504
TO	-	1	14	197	3	215
RR	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
Total	**56**	**1.135**	**6.250**	**45.557**	**645**	**53.643**

2019:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	4	37	458	3	502
AM	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	-	8	63	761	9	841
CE	-	22	262	2.089	37	2.410
DF	-	31	247	2.283	39	2.600
GO	-	6	56	503	7	572
MA	-	-	-	-	-	-
MG	-	7	57	700	15	779
MS	-	5	46	424	8	483

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

MT	-	4	28	324	5	361
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	6	61	589	7	663
PE	-	21	164	1.466	28	1.679
PI	-	7	72	673	7	759
PR	-	5	59	425	6	495
RJ	-	112	899	8.478	131	9.620
RN	-	5	45	482	4	536
RO	-	-	-	-	-	-
SE	-	3	31	329	4	367
SP	62	930	4.388	35.302	478	41.160
TO	-	2	17	287	3	309
Total	**62**	**1.178**	**6.532**	**55.573**	**791**	**64.136**

2018:

UF	Diretores	Gerentes	Líderes	Operacionais	Técnicos	Total
AL	-	4	40	471	3	518
AM	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	-	8	72	811	9	900
CE	-	28	275	2.092	25	2.420
DF	-	32	260	2.331	32	2.655
GO	-	6	58	519	7	590
MA	-	-	-	-	-	-
MG	-	7	72	741	13	833
MS	-	4	58	443	8	513
MT	-	5	44	410	7	466
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	6	67	563	3	639
PE	-	23	174	1.492	27	1.716

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

PI	-	6	64	601	1	672
PR	-	6	66	451	7	530
RJ	-	124	953	8.381	99	9.557
RN	-	5	45	482	4	536
RO	-	-	-	-	-	-
SE	-	3	31	292	3	329
SP	58	954	4.343	35.170	298	40.823
TO	-	2	20	297	3	322
Total	**58**	**1.223**	**6.642**	**55.547**	**549**	**64.019**

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia contrata funcionários terceirizados conforme a necessidade operacional de cada uma das lojas, centros de distribuição e sede social e, portanto, não existe um número exato de terceirizados que possa ser informado. As principais atividades terceirizadas estão relacionadas a: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação (TI) e (v) logística.

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 foi, respectivamente, 33,61%, 29,01% e 35,80%.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 Alterações relevantes - Recursos humanos

Não aplicável, tendo em vista que não aconteceram alterações relevantes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 Descrição da política de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia adotou uma política de salários que sua administração acredita ser competitiva, constantemente avaliada em relação às práticas de mercado. Além disso, desenvolve programas para motivar seus empregados e reduzir o índice de rotatividade. Nesse sentido, a Companhia adotou um programa de PPR - Programa de Participação nos Resultados - com políticas, diretrizes e procedimentos detalhados e pré-definidos. Todos os funcionários da Companhia são elegíveis ao PPR, que é definido a partir de critérios e metodologias específicas atribuíveis a cada funcionário ou grupo de funcionários, de acordo com os respectivos níveis de atuação.

b) política de benefícios

Com o objetivo de proporcionar aos seus funcionários acesso a melhor qualidade de vida, a Companhia concede um amplo pacote de benefícios, considerando seu mercado de atuação.

Desta forma, além dos benefícios exigidos pela legislação aplicável - como subsídio de 80% do valor da refeição e vale transporte - a Companhia oferece aos seus funcionários: (i) convênio médico e assistência odontológica (inclusive para dependentes); (ii) prêmio por tempo de serviço, para colaboradores vinculados à Companhia por mais de 10 anos; (iii) seguro de vida e auxílio funeral; (iv) acesso a uma Cooperativa de Crédito, que disponibiliza kits de material escolar a cada dependente legal, um fundo de poupança para empréstimos a taxas de juros inferiores às do mercado, auxilio a lentes corretivas, órtese e prótese, custeio de vacinas, além de bolsa supletiva gratuita para todos os cooperados; (v) previdência privada; (vi) extensão do período da licença maternidade em 60 dias além do exigido pela legislação; (vii) enxoval e auxílio financeiro específico para funcionárias que sejam mães, para compra de produtos relacionados ao cuidado da criança (alimentação, higiene e vestuário); (viii) programa de qualidade de vida através de parcerias com redes de academias; (ix) serviço social, dentre outros.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os funcionários não-administradores da Companhia também estão habilitados a participar do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Para informações adicionais sobre o Plano de Opção de Compra de Ações aplicável aos funcionários da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, os planos de remuneração baseados em ações cujos beneficiários são funcionários não administradores da Companhia envolvem 1.051.912 ações de sua emissão.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Todos os empregados e empregadores são representados por Sindicatos de categoria, que por consequência participam das respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, conforme determina a legislação trabalhista vigente.

As Convenções Coletivas de Trabalho são deliberadas em assembleias patronais e de empregados, de acordo com a vigência de cada instrumento normativo.

A Companhia atua em todo o país com aproximadamente 290 Sindicatos, fazendo parte das comissões de negociação patronal. Desta forma existe a oportunidade de discutir e/ou influenciar, de acordo com os interesses da empresa.

A área de Relações Sindicais mantém como prática de relacionamento a realização de reuniões de entendimento e de renovação das condições de trabalho com as diversas lideranças sindicais e órgãos de fiscalização do trabalho em âmbito nacional. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, para que empregador e empregados sejam beneficiados e todas as questões sejam resolvidas de modo harmonioso e equilibrado.

A Companhia entende que as negociações mantidas com os sindicatos, a exemplo dos reajustes salariais, plano de participação nos resultados e condições de abertura e funcionamento do comércio aos domingos e feriados, são a base para a manutenção da harmonia e do equilíbrio nas relações de trabalho. Além disso são realizados encontros especiais para abordar temas legislativos, tais como a função e limitações na contratação de menores aprendizes, portadores de necessidades especiais, entre outros.

A Companhia procura manter um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as representações sindicais e demais órgãos, públicos e civis, com base na ética, no respeito aos colaboradores e na harmonia das relações capital e trabalho, sendo que a Companhia não registrou greves nos últimos 3 exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
King LLC					
		Não	Sim	29/08/2018	
Não					
852.000	0,316%	0	0,000%	852.000	0,316%
BTG Pactual					
30.306.294/0001-45	Brasileira-RJ	Não	Não	22/04/2021	
Não					
14.197.600	5,269%	0	0,000%	14.197.600	5,269%
Jean-Charles Henri Naouri					
	Francesa	Não	Sim	08/04/2011	
Não					
1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	27/11/2019	
Não					
2	0,001%	0	0,000%	2	0,001%
Geant International BV					
	Países Baixos	Não	Sim	29/08/2018	
Não					
9.423.742	3,497%	0	0,000%	9.423.742	3,497%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Wilkes Participações S.A.					
04.745.350/0001-38	brasileira-SP	Não	Sim	12/11/2015	
Não					
94.019.178	34,892%	0	0,000%	94.019.178	34,892%
Segisor					
05.710.423/0001-19	francesa	Não	Sim	19/08/2015	
Não					
5.600.050	2,078%	0	0,000%	5.600.050	2,078%
Helicco Participações Ltda.					
12.972.326/0001-60		Não	Sim	29/08/2018	
Não					
581.600	0,216%	0	0,000%	581.600	0,216%
OUTROS					
144.620.788	53,670%	0	0,000%	144.620.788	53,670%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 27/07/2021					
160.342	0,060%	0	0,000%	160.342	0,060%
TOTAL					
269.455.303	100,000%	0	0,000%	269.455.303	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Casino Guichard Perrachon				**08.572.014/0001-91**	
OUTROS					
54.782.743	36,250	0	0,000	54.782.743	36,250
Rallye					
		Não	Não	26/04/2016	
Não					
96.319.512	63,750	0	0,000	96.319.512	63,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
151.102.255	100,000	0	0,000	151.102.255	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant International BV					
Geant Holding BV					
	Países Baixo	Não	Sim	21/08/2015	
Não					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Helicco Participações Ltda.				**12.972.326/0001-60**	
Geant Holding BV					
		Não	Não	12/07/2019	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Geant International BV					
		Não	Sim	12/07/2019	
Não					
98.536.690	99,999	0	0,000	98.536.690	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
98.536.691	100,000	0	0,000	98.536.691	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
King LLC					
Geant International BV					
		Não	Sim	21/08/2015	
Não					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Segisor				**05.710.423/0001-19**	
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016	
Não					
1.774.479.086	100,000	0	0,000	1.774.479.086	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.774.479.086	100,000	0	0,000	1.774.479.086	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Wilkes Participações S.A.				**04.745.350/0001-38**	
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	27/11/2019	
Não					
2	0,001	0	0,000	2	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Segisor					
05.710.423/0001-19	francesa	Não	Sim	27/11/2019	
Não					
223.698.566	99,999	0	0,000	223.698.566	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
223.698.568	100,000	0	0,000	223.698.568	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant Holding BV					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Tevir S.A					
	Francesa	Não	Não	08/07/2016	
Não					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant International BV					
Geant Holding BV					
		Não	Não	08/07/2016	
Não					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant International BV					
Geant Holding BV					
	Países Baixos	Não	Não	21/08/2015	
Não					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.100.000	100,000	0	0,000	1.100.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rallye					
Foncière Euris					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
30.462.478	58,380	0	0,000	30.462.478	58,380
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
21.719.291	41,620	0	0,000	21.719.291	41,620
TOTAL					
52.181.769	100,000	0	0,000	52.181.769	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Segisor				**05.710.423/0001-19**	
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016	
Não					
1.774.479.086	100,000	0	0,000	1.774.479.086	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.774.479.086	100,000	0	0,000	1.774.479.086	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91	
OUTROS					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000
TOTAL					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91	
OUTROS					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000
TOTAL					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Foncière Euris					
Carpinienne de Participations					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
509.947	5,140	0	0,000	509.947	5,140
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Finatis					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
8.491.618	85,660	0	0,000	8.491.618	85,660
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
911.718	9,200	0	0,000	911.718	9,200
TOTAL					
9.913.283	100,000	0	0,000	9.913.283	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant Holding BV					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Tevir S.A					
	Francesa	Não	Não	08/07/2016	
Não					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Geant Holding BV					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Tevir S.A					
	Francesa	Não	Não	08/07/2016	
Não					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
15.600	100,000	0	0,000	15.600	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tevir S.A					
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016	
Não					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91	
OUTROS					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000
TOTAL					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Carpinienne de Participations					
Finatis					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
316.100	99,060	0	0,000	316.100	99,060
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
3.009	0,940	0	0,000	3.009	0,940
TOTAL					
319.109	100,000	0	0,000	319.109	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Finatis					
Euris					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410
TOTAL					
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Tevir S.A					
Casino Guichard Perrachon					
08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Não	26/04/2016	
Não					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**

Detalhamento de ações (Unidades)

Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tevir S.A		

Casino Guichard Perrachon

08.572.014/0001-91	Francesa	Não	Sim	26/04/2016	
Não					
640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

640.041.110	100,000	0	0,000	640.041.110	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91	
OUTROS					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000
TOTAL					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Euris					
Jean-Charles Henri Naouri					
	Francesa	Não	Sim	30/04/2020	
Não					
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
15	0,100	0	0,000	15	0,100
TOTAL					
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Finatis					
Euris					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
5.224.846	92,590	0	0,000	5.224.846	92,590
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
418.257	7,410	0	0,000	418.257	7,410
TOTAL					
5.643.103	100,000	0	0,000	5.643.103	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91	
OUTROS					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000
TOTAL					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Casino Guichard Perrachon				08.572.014/0001-91	
OUTROS					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000
TOTAL					
113.197.686	100,000	0	0,000	113.197.686	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Euris					
Jean-Charles Henri Naouri					
	Francesa	Não	Não	30/04/2020	
Não					
164.791	99,900	0	0,000	164.791	99,900
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
15	0,100	0	0,000	15	0,100
TOTAL					
164.806	100,000	0	0,000	164.806	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	60.012
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	425
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	902

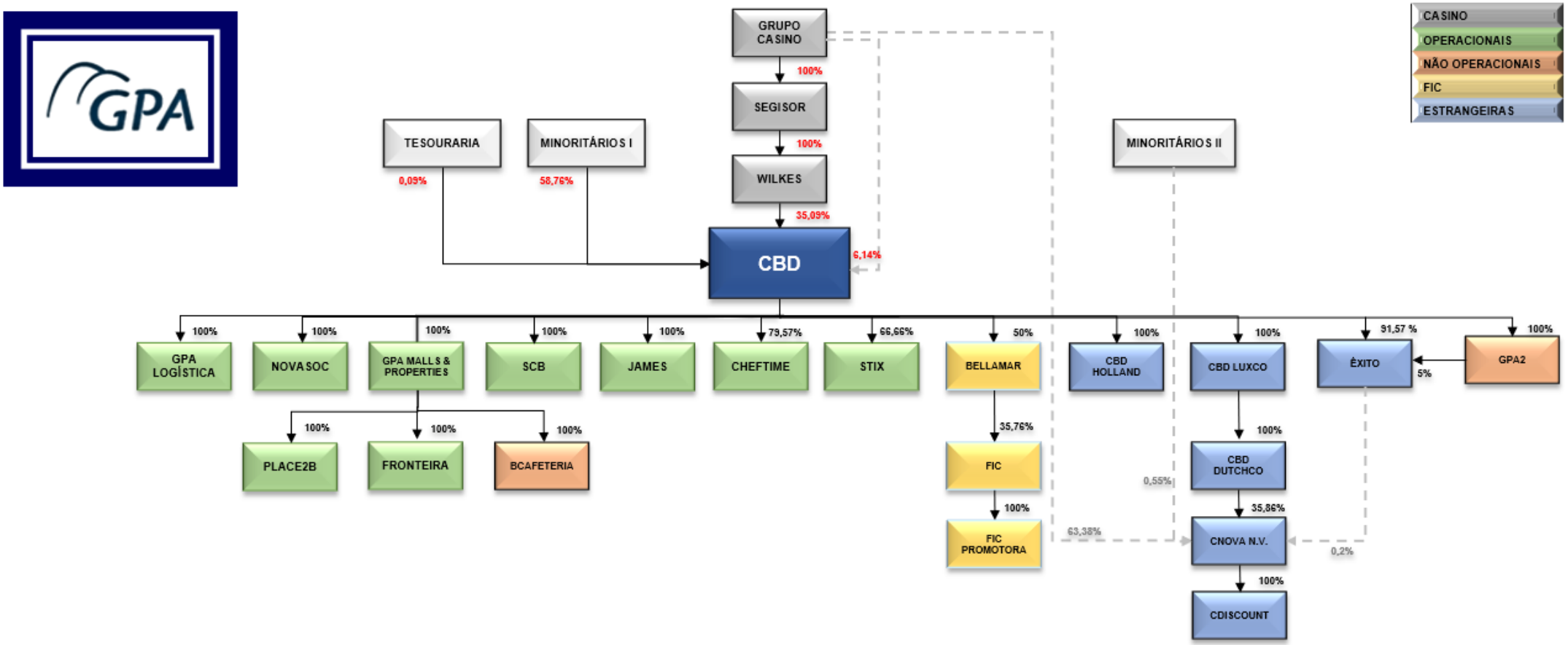
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	156.946.474	58,485%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	156.946.474	58,485%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4- Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador sejaparte

Acordo de Acionistas da Companhia

a) partes

Não há.

b) data de celebração

Não há.

c) prazo de vigência

Não há.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder decontrole

Não há.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitêsestatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não há.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não há.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros doconselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não há.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Ocorreram as seguintes alterações nas participações das entidades ligadas ao acionista controlador ou dos administradores da Companhia, nos três últimos exercícios:

Mês/Ano/Movimentação

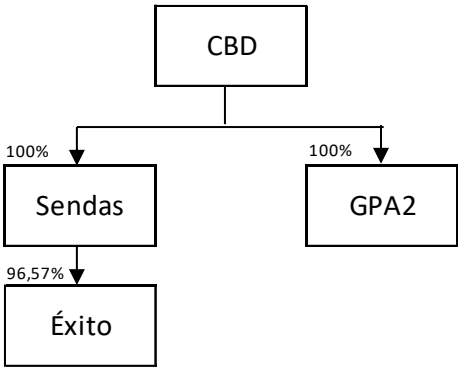
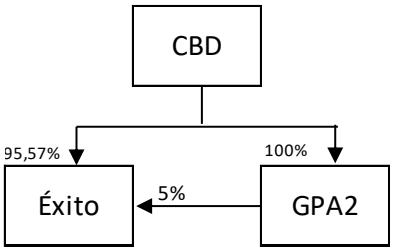
Nov/2019 Como parte do projeto de simplificação das operações do grupo da Companhia na América Latina, em 12 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta na Companhia para o Casino, de modo que a conclusão da venda da participação acionária que o Éxito detinha na Companhia estava sujeita o lançamento de uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão do Éxito.

A liquidação de tal oferta pública foi realizada em 27 de novembro de 2019, sendo que, nesta mesma data, anteriormente à liquidação da oferta, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas direta e indiretamente pelo Éxito. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito,Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da Companhia, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pelo Éxito renunciaram. Para maiores informações acerca do atual controle da Companhia, ver itens 15.1 e 15.4 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

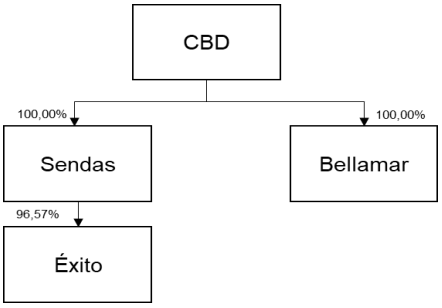
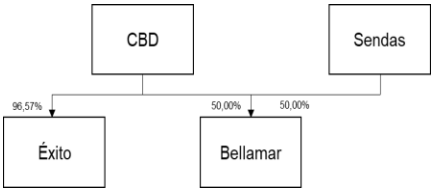
15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício de 2021

a. evento	**Reorganização societária da Almacenes Éxito S.A ("Éxito")**
b. principais condições do negócio	Em 10 de fevereiro de 2021 a Companhia, na qualidade de única sócia de GPA 2 Empreendimentos e Participações Ltda. ("GPA2") aprovou um aporte no valor de R$521.480.866,00 mediante conferência de 22.380.232 ações ordinárias e sem valor nominal, correspondentes a 5% do capital social detido pela Companhia em Éxito. Em 12 de março de 2021, foi concluída a transferência de ações detidas por Sendas para a Companhia e para GPA2, passando a Companhia a deter 91,57% e GPA2 5% do capital social de Éxito. A operação ocorreu no contexto da cisão da Companhia e de Sendas, como resultado da permuta de ativos de titularidade da Companhia no valor total de R$ 914.658.145,29 em troca de aproximadamente 9,07% de participação societária de Sendas no capital social de Éxito, correspondente a 39.246.012 ações de Éxito.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Sendas, Éxito e GPA2.
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Em decorrência da permuta entre a Companhia e Sendas, a Companhia passou a ser acionista direta de Éxito.
e. quadro societário antes edepois da operação	**ANTES**  **DEPOIS** 

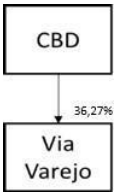
15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

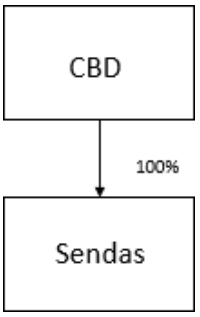
a. evento	**Cisão parcial da Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") com incorporação da parcela cindida pela Companhia e cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela cindida por Sendas ("Cisão de Sendas")**
b. principais condições do negócio	Cisão parcial de Sendas, com incorporação da parcela cindida pela Companhia, correspondente a participação acionária equivalente a, aproximadamente, 90,93% da totalidade das ações da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito") detidas pela Sendas, correspondente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissao de Éxito. Cisão parcial da participação societária detida pela Companhia na Sendas, equivalente, a 100% (cem por cento) das ações de emissao de Sendas, as quais serão entregues diretamente aos acionistas da Companhia na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia. As cisões foram precedidas, dentre outras operações, de uma permuta de ativos entre a Companhia e a Sendas, por meio da qual a Companhia trocou terrenos e 50% das quotas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações S.A. ("Bellamar") por, aproximadamente, 9,07% da totalidade das ações de Éxito detidas por Sendas, correspondente a, aproximadamente, 8,77% (oito inteiros e setenta e sete centésimos) da totalidade das ações de emissão de Éxito.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Sendas, Bellamar e Éxito
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** 
	DEPOIS 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

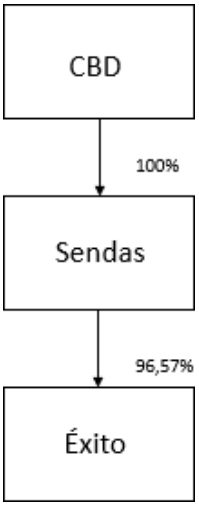
a. evento	**Alienação da totalidade das ações de emissão da Via Varejo S.A. ("Via Varejo")**
b. principais condições do negócio	Alienação, pela Companhia de 36,27% do capital social da Via Varejo S.A. no ambiente de negociação da B3 em 14 de junho de 2019, pelo preço de R$4,90 por ação, totalizando R$2.300.653.316,50. A alienação foi efetivada em leilão realizado na B3.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Via Varejo
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** 
	DEPOIS
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de alienação de ativos detidos pela Companhia, não envolvendo os acionistas desta.

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	**Aquisição da Almacenes Éxito S.A. pela Sendas Distribuidora S.A.**
b. principais condições do negócio	Em 13 de setembro de 2019, a Sendas Sistribuidora S.A. lançou uma oferta pública de aquisição das ações da Almacenes Éxito S.A., pelo preço correspondente a, aproximademente, R$21,76 por ação ("OPA Éxito"). A OPA Éxito foi parte de uma reorganização societária do grupo da Companhia na América Latina. Nesse contexto, o grupo Éxito e nosso controlador Casino Guichard Perrachon celebraram acordo prevendo a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas direta ou indiretamente pelo grupo Éxito para o Casino, caso a OPA fosse efetivada. Em 22 de novembro de 2019, a Sendas foi informada pela Bolsa de Valores da Colômbia que acionistas da Almacenes Éxito S.A. representando 96,57% de seu capital social aderiram à OPA Éxito. A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019, por valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019). Nesta mesma data, anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas direta e indiretamente pela Almacenes Éxito S.A., por preço equivalente a aproximadamente R$4,9 bilhões.
c. sociedades envolvidas	Sendas Distribuidora S.A. e Almacenes Éxito S.A.
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Em decorrência do acordo celebrado entre o Grupo Éxito e o Casino, o Grupo Éxito deixou de ser acionista direto e indireto da Companhia, passando a Companhia a ser controlada exclusivamente pelo Grupo Casino. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da Companhia, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pelo Éxito renunciaram.
e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** 

S

15.7 - Principais Operações Societárias

	DEPOIS 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de aquisição de ativos pela Companhia.

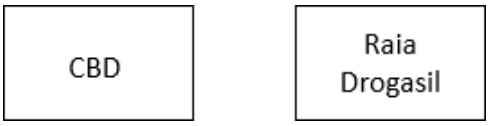
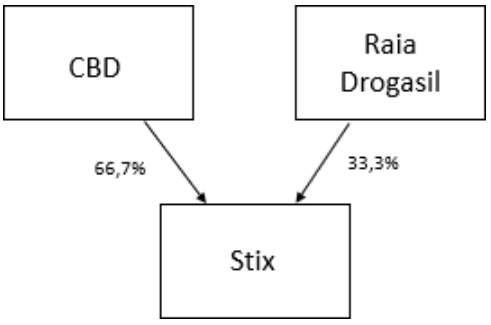
a. evento	**Aquisição do Controle Acionário de Cheftime Comércio de Refeições S.A. ("Cheftime")**
b. principais condições do negócio	Em novembro de 2018, a Companhia celebrou com a Cheftime e com os sócios desta um Acordo de Investimento e Outras Avenças que, dentre outras condições, garante à Companhia uma opção de adquirir ocontrole da Cheftime em até 18 meses, podendo ser estendido até 24 meses. Tendo sido cumpridas determinadas condições de tal acordo de investimento, em 12 de novembro de 2019 foi concretizada a aquisição de 79,57% do capital social de Cheftime por parte da Companhia.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Cheftime
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** **DEPOIS**
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de aquisição de ativos pela Companhia.

a. evento	**Criação da Stix Fidelidade S.A.**
b. principais condições do negócio	Em 27 de novembro de 2019, a Companhia anunciou a criação da Stix Fidelidade S.A., em parceria com a Raia Drogasil S.A.. A Stix Fidelidade é uma plataforma de produtos e serviços para acúmulo e resgate de pontos, de forma a oferecer descontos e vantagens aos clientes fiéis da Companhia e da Raia Drogasil. Em 14 de fevereiro de 2020, as partes realizaram o fechamento da operação, com o efetivo ingresso de Raia Drogasil S.A. na Stix Fidelidade, em virtude da aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Raia Drogasil S.A. e Stix Fidelidade S.A.
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.

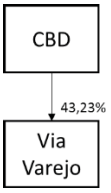
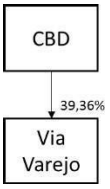
15.7 - Principais Operações Societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES**  **DEPOIS** 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de aquisição de ativos pela Companhia.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

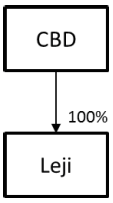
a. evento	**Alienação de ações de emissão da Via Varejo S.A. ("Via Varejo")**
b. principais condições do negócio	Alienação, pela Companhia, de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo no ambiente de negociação da B3 em 27 de dezembro de 2018. Tal participação correspondia, à época, a 3,86% do capital social da referida sociedade. A operação foi realizada por meio de um contrato de *total return swap* celebrado com instituição financeira de primeira linha.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Via Varejo

15.7 - Principais Operações Societárias

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** 
	DEPOIS 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de alienação de ativos detidos pela Companhia, não envolvendo os acionistas desta.

a. evento	**Aquisição do James Delivery (Leji Intermediação S.A. ou "Leji")**
b. principais condições do negócio	Aquisição, pela Companhia, em dezembro de 2018, de participação representando a totalidade do capital social da Leji, startup brasileira que opera o James Deilvery, uma plataforma multisserviços de encomenda e entrega expressa de produtos diversos.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Leji Investimentos Ltda. e outros
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.

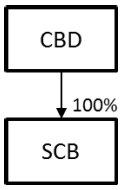
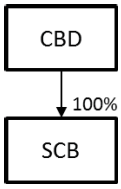
15.7 - Principais Operações Societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** **DEPOIS** 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de aquisição de sociedade pela Companhia, não envolvendo os acionistas desta.

a. evento	**Opção de Subscrição de Participação na Cheftime Comércio de Refeições Ltda. ("Cheftime")**
b. principais condições do negócio	Em novembro de 2018, a Companhia celebrou com a Cheftime e com os sócios desta um Acordo de Investimento e Outras Avenças que, dentre outras condições, garante à Companhia uma opção de adquirir ocontrole da Cheftime em até 18 meses, podendo ser estendido até 24 meses.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Cheftime.
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, haja vista que a celebração do acordo e a outorga de opção não ocasionaram alteração no quadro societário da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de operação que não envolveu os acionistas da Companhia.

a. evento	**Contribuição de ativos à SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("SCB")**
b. principais condições do negócio	Em 28 de setembro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da SCB, sociedade 100% detida pela Companhia e que atualmente opera no varejo alimentar sob a bandeira Compre Bem. A Companhia realizou a integralização de parte das novas quotas subscritas no âmbito do referido aumento de capital mediante a contribuição debens móveis e imóveis ao capital da sociedade, avaliados em R$82.605.646,00.
c. sociedades envolvidas	Companhia e SCB.
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor	Não houve alterações no quadro acionário da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	**ANTES** 
	DEPOIS 
f. mecanismos utilizados para garantir tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista se tratar de contribuição de bens móveis e imóveis pela Companhia ao capital de sua sociedade controlada, não envolvendo os acionistas da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Em todas as transações realizadas com partes relacionadas, a Companhia procura observar condições equânimes às praticadas no mercado.

A Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política") entrou em vigorem 16 de abril de 2014, sendo alterada em 12 de fevereiro de 2015, 24 de fevereiro de 2016 e em6 de fevereiro de 2020, conforme as reuniões do Conselho de Administração realizadas nas mesmas datas e está disponível no link: http://www.gpari.com.br/, na seção Governança Corporativa, bem como no sistema da CVM.

Pela referida Política, as transações que envolvam um valor igual ou inferior a R$ 25 milhões emum único negócio ou em um conjunto de negócios realizados em 12 meses ("Montante Significativo"), estarão sujeitas à (i) análise prévia por um comitê constituído por integrantes (a) do Departamento Jurídico Societário; (b) da área responsável pela contratação da Transação comParte Relacionada; (c) da contabilidade; (d) da área de Central de Compras Indiretas (se houver processo competitivo para a referida contratação); e (e) de outras áreas que sejam consideradas necessárias ("Comitê de Avaliação"); e (ii) aprovação formal pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa.

Por sua vez, as transações com partes relacionadas com valor maior do que o Montante Significativo, estarão sujeitas à: (i) análise prévia pelo Comitê de Avaliação; (ii) análise pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa; e (iii) aprovação formal pelo Conselho de Administração, observado o disposto abaixo.

O Conselho de Administração, por sua própria iniciativa ou por recomendação do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, poderá determinar que a transação, em razão de suarelevância ou de outras características que o Conselho de Administração considere relevantes, seja examinada por um comitê especial independente que tenha sido constituído e delibere nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35 ("Comitê Especial").

O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e o Conselho de Administração analisarão anualmente todas as transações com partes relacionadas em bases contínuas, para verificar se é do interesse da Companhia que as referidas transações prossigam em vigor ou, se for o caso, determinar à Diretoria que proceda à resilição dos contratos ou à sua renegociação a fim de se adequarem às condições de mercado vigentes.

Quando se tratar de transação entre partes relacionadas que deva ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas por determinação legal, a transação deverá ser examinada por um Comitê Especial.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Também deverá ser examinada por um Comitê Especial a transação com parte relacionada que envolva sociedade controlada ou sob controle comum da Companhia que não seja companhia aberta, nas hipóteses em que referida transação, caso fosse realizada diretamente pela Companhia,devesse ser aprovada pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
GreenYellow	13/12/2018	683.243,39	R$ 217.834,64	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	A Companhia e GreenYellow possuem controlador em comum.
Objeto contrato	Contratos celebrados entre a Companhia e GreenYellow para estabelecer termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes (“Recursos Compartilhados”) e rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o Recurso Compartilhado (ex: quantidade de horas dedicadas a cada parte); e (ii) reembolso pela GreenYellow à Companhia de despesas administrativas pagas pela Companhia (serviços com portadores, custos com cartório). O valor incluído na coluna “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	(i) mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 dias; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) caso Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes; (iv) por descumprimento das obrigações por qualquer das partes; e (v) caso sejam rescindidos os contratos de eficiência energética celebrados entre as partes
Natureza e razão para a operação	
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Contratada

Éxito	22/10/2019	171.326,67	171.326,67	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Éxito é controlada da Companhia.
Objeto contrato	Regulamentação dos mecanismos de reembolso dos custos e despesas incorridos por uma das partes em relação a colaboradores transferidos temporariamente para trabalhar nas dependências da outra parte. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; e (iv) caso qualquer das partes deixe de integrar o Grupo Casino.
Natureza e razão para a operação	
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	contratada ou contratante, a depender da situação

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. (“Didetexto”)	13/07/2017	3.410.699,64	R$ 584.726,38	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e Didetexto possuem controlador em comum						
Objeto contrato	Contratos que estabelecem a licença pela Didetexto à Companhia de uso de marca e de direitos autorais envolvidos na produção, publicidade, promoção, comercialização e distribuição de produtos do segmento têxtil e acessórios destinados ao público feminino (marcas Bronzini e Arkitect). Para a licença de direitos autorais, a Didetexto cobrará remuneração variável, de acordo com a participação das Arkitect e Bronzini na venda dos produtos têxteis pela Companhia. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados desde o início de sua vigência.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por qualquer das partes, mediante notificação por escrito com 90 dias de antecedência; (ii) por descumprimento pela Companhia das obrigações relacionadas com a manufatura, compliance, inspeção e segurança do produto quando não sanado em 30 dias do recebimento de notificação.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Licenciante						
Casino	25/07/2016	13.512.351,14	R$ 4.540.476,34	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos do reembolso pela Companhia de despesas de colaboradores franceses (expatriados) relativas a contribuições sociais francesas e outros benefícios englobados no programa de expatriação de funcionários pagos por Casino na França. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; e (iv) caso Casino deixe de ser controlador da Companhia.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
FIC	12/06/2012	438.811.934,17	R$ 96.103.023,99	N/A	Até o término do Acordo de Associação com Itaú	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	FIC é coligada da Companhia.						
Objeto contrato	Contratos que estabelecem as regras para promoção e venda de serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementar parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas decorrentes dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços. Agrupamos a descrição os contratos comerciais celebrados entre a Companhia e a FIC para regular as obrigações entre FIC e a Companhia para implementação da parceria financeira acordada entre a Companhia e o Itaú no Acordo de Associação. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transaciona						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por qualquer das partes, mediante notificação por escrito com 30 dias de antecedência; (ii) por descumprimento contratual não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (iii) em caso de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de alguma parte; e (iv) mudança de controle societário de alguma das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada						
GreenYellow	27/11/2019	36.150.580,96	36.150.580,96	N/A	1 ano, com início em 01/01/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e GreenYellow possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre, tendo sido celebrados dois contratos, sendo pela Companhia com a GreenYellow. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	No contrato da Companhia com a GreenYellow, Sendas forneceu uma fiança corporativa para assegurar o fiel cumprimento do contrato.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	(i) prestação de declarações e garantis inexatas, falsas ou incompletas; (ii) caso uma parte faça com que a CCEE se recuse a realizar, manter ou estabelecer o registro ou validação da quantidade de energia contrata perante a CCEE e tal registro ou validação não seja totalmente realizado ou retomado em 30 dias; (iii) no caso de descumprimento contratual; (iv) em caso de dissolução, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (v) caso a outra parte torne-se insolvente; (vi) caso seja proferida uma decisão transitada em julgado que afete substancialmente e prejudicialmente a capacidade da outra parte de cumprir com as obrigações do contrato; (vii) força maior; (viii) se a CCEE deliberar o desligamento de qualquer das parte; (ix) cessão indevida do contrato.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Compradora						
Casino	14/03/2021	1.530.423,53	R$ 599.094,09	N/A	Após pagamento integral da remuneração	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia						
Objeto contrato	Contratos celebrados para contratação do Casino para intermediação na negociação de renovações de apólices de seguros cyber e crime (fraude corporativa), análise de riscos e gestão de contingências e de crise. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por consentimento mútuo; (ii) por descumprimento contratual ou legal não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (iii) imotivadamente, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 dias; (iv) caso Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes; (v) caso a Companhia não mantenha, durante o termo do contrato, pessoal, equipamento e demais recursos necessários para a prestação dos serviços.						
Natureza e razão para a operação	(i) por consentimento mútuo; (ii) por descumprimento contratual ou legal não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (iii) imotivadamente, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 dias; (iv) caso Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes; (v) caso a Companhia não mantenha, durante o termo do contrato, pessoal, equipamento e demais recursos necessários para a prestação dos serviços.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Éxito	01/06/2020	244.893,75	244.893,75	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Reembolso pelo Éxito à Companhia por todos os custos e despesas incorridos pela Companhia na inclusão do Éxito como usuário em aditivo ao contrato celebrado entre a Companhia e Comprova.Com Informática Ltda., sociedade brasileira pertencente ao Grupo SAP (“Docusign”), por meio a Companhia contrata os serviços do Docusign, plataforma para gestão e assinatura digital de documentos. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	em quaisquer dos seguintes eventos: (a) se a outra Parte descumprir qualquer obrigação estabelecida neste Contrato, cujo descumprimento não seja sanado dentro de 30 dias corridos a partir da respectiva notificação por escrito, sem prejuízo da aplicação de penalidade e indenização por perdas e danos; (b) a qualquer momento, mediante notificação por escrito com 30 dias de calendário, a partir do recebimento dessa notificação; (c) em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido ou decreto de falência, bem como liquidação ou qualquer forma de dissolução da outra Parte; (d) mediante notificação por escrito, caso Éxito ou Companhia não façam mais parte do mesmo grupo econômico; e (e) em outros casos previstos em lei.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada						
Cheftime Comércio de Refeições S.A.	02/06/2020	24.813.712,39	20.994.693,51		12/03/2023	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato guarda-chuva para regular os termos e condições dos mútuos que vierem a ser concedidos pela Companhia à Cheftime, dentro do limite de crédito concedido, no valor total agregado de R$ 44.000.000,00, para fins de capital de giro da Cheftime. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	poderá ser rescindido na ocorrência dos seguintes eventos: (a) descumprimento das cláusulas e condições do Contrato Guarda Chuva de Mútuo ou das Solicitações de Mútuo por parte da Cheftime, inclusive das datas de pagamento acordadas para cada mútuo; (b) liquidação, dissolução, decretação de falência da Cheftime; pedido de falência da Cheftime formulado por terceiros e não devidamente elidido no prazo legal; ou qualquer venda total ou substancial dos ativos da Cheftime, ou que de outra forma possa ser considerada uma liquidação ou dissolução da Cheftime; ou (c) caso a Cheftime deixe de ser controlada pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Limite de crédito para capital de giro - 108% CDI.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Cheftime Comércio de Refeições S.A.	02/06/2020	1.780.426,57	1.529.417,40	N/A	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de certos recursos materiais e humanos entre as partes, bem como o rateio, sem qualquer propósito de lucro, das despesas e custos incorridos no efetivo uso de tais recursos compartilhados, sem que seja devida qualquer remuneração a qualquer das partes, cobrando-se apenas o reembolso das despesas rateadas. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) de pleno direito e imediatamente a partir da data de recebimento de comunicação escrita pela outra parte informando a rescisão, em caso de (a) dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, extinção ou caso seja requerida ou decretada a falência, recuperação judicial de qualquer das partes; (b) descumprimento por qualquer das partes de quaisquer dos termos e condições previstos no contrato; ou (c) caso a Cheftime deixe de ser controlada pela Companhia; ou (ii) por acordo mútuo entre as partes, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 30 dias, contados a partir do recebimento da comunicação.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Éxito	29/05/2020	14.830.269,40	14.830.269,40	N/A	Até 01/01/2022, renovando-se automaticamente por 2 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Éxito é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Prestação de serviços pela Companhia ao Éxito em áreas de especialização (Presidência, Estratégia e Planejamento, Financeiro, Recursos Humanos, Jurídico, Comunicação e Relações com Investidores). Valor fixo de R$ 14 milhões ao ano. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(a) se a outra Parte descumprir qualquer obrigação estabelecida neste Contrato, cujo descumprimento não seja sanado dentro de 30 dias corridos a partir da respectiva notificação por escrito, sem prejuízo da aplicação de penalidade e indenização por perdas e danos; (b) a qualquer momento, mediante notificação por escrito com 30 dias de calendário, a partir do recebimento dessa notificação; (c) em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido ou decreto de falência, bem como liquidação ou qualquer forma de dissolução da outra Parte; (d) mediante notificação por escrito, caso Éxito ou Companhia não façam mais parte do mesmo grupo econômico; e (e) em outros casos previstos em lei.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratada						
Sendas	14/12/2020	0,00	N/A	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e Sendas possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Definição das premissas, termos e condições relacionados a cisão de Sendas e da Companhia para segregar os ativos de cash and carry. No contrato foram definidas as obrigações das partes em segregar suas atividades, incluindo, mas não se limitando a segregar contratos compartilhados, back office, software, operação dos postos de gasolina, transferir contratos de locação, substituir garantias fornecidas por uma companhia em favor da outra, divisão das despesas da operação da cisão e outros termos relacionados a transição. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado sob condição resolutiva, conforme os artigos 127 e 128 do Código Civil, de modo que poderá ser imediatamente rescindido caso a Cisão Parcial CBD não seja aprovada pelos acionistas das Partes, e/ou a Reorganização Societária ou a Distribuição não seja implementada até 30 de junho de 2021.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Sendas	15/12/2016	0,00	N/A	N/A	36 meses, com prorrogação automática de sucessivos períodos de 12 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e Sendas possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Instrumento particular de convênio de rateio de despesas administrativas celebrado entre a Companhia e Sendas para estabelecimento dos termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes (“Recursos Compartilhados”) e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o Recurso Compartilhado (ex: quantidade de horas dedicadas a cada parte, volume de atividades realizadas mensalmente em benefício de cada parte ect). O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações contratuais; (ii) em caso de dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) por mútuo acordo das partes; e (iv) caso Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	N/A						
Éxito e Puntos Colombia S.A.S. (“PCO”).	02/04/2018	114.000.000,00	R$ 114.000.000,00	N/A	Enquanto perdurar o Acordo de Acionistas entre o Éxito e Grupo Bancolombia, inicialmente previsto para 10 anos a contar de 19/05/2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Éxito é controlada da Companhia. Éxito é proprietário de 50% das ações de PCO, sendo os restantes 50% de titularidade do Grupo Bancolombia.						
Objeto contrato	Estabelecer os termos e condições do Programa Puntos Colombia, um programa de fidelidade com concessão de pontos aos seus clientes por compras por eles realizadas, de forma a regular o funcionamento de tal programa, compra de pontos pelos sócios e parceiros da sociedade, entre outras condições. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Por parte de PCO: (i) dissolução, liquidação ou venda de Éxito; (ii) em caso de prestação de informações falsas por Éxito referentes às operações de acúmulo e resgate de pontos de seus clientes; (iii) caso Éxito ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato; (iv) descumprimento das obrigações contratuais por parte de Éxito não sanado nos prazos estipulados em contrato; (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO. Por parte de Éxito: (i) descumprimento das obrigações contratuais por parte de PCO não sanado nos prazos estipulados em contrato; (ii) em caso de prestação de informações falsas por PCO referentes a qualquer assunto relacionado com a execução do contrato; (iii) dissolução, liquidação ou venda de PCO; (iv) na ocorrência de um evento material adverso não sanado nos termos previstos no contrato; (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO; (vi) caso PCO ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Éxito e Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (“Tuya”)	02/07/2006	24.000.000,00	R$ 24.000.000,00	N/A	02/10/2018, com prorrogação automática por sucessivos períodos de 7 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Éxito é controlada da Companhia. Éxito é proprietário de 50% das ações de Tuya, sendo os restantes 50% de titularidade do Grupo Bancolombia.						
Objeto contrato	Acordo de colaboração empresarial para promover (i) a venda de produtos e serviços oferecidos por Éxito através do Cartão Éxito; (ii) a utilização do Cartão Éxito seja dentro da rede de estabelecimentos de Éxito ou fora desta; e (iii) a utilização na rede de estabelecimentos de Éxito de outros serviços financeiros acordados entre as partes. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento das obrigações contratuais de qualquer das partes, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (ii) descumprimento grave das normas legais que regem as atividades e obrigações das partes referentes ao objeto do contrato, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (iii) eventos de força maior ou caso fortuito que tornem impossível a execução do contrato por prazo superior a 4 meses; (iv) por superveniência do término do contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Colaboração empresarial						
Casino, Helicco, Euris e Casino Services, Sendas	01/08/2014	199.991.223,64	R$ 91.899.588,66	Casino: R$ 89.685.936,07; Helicco: R$ 473.411,00; Euris: R$ 1.740.211,59; Sendas: R$ 0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Casino é controlador da Companhia. As demais empresas pertencem ao Grupo Casino.						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos para reembolso pela Companhia dos custos incorridos pelas empresas do Grupo Casino em atividades de seu pessoal que envolvem a transferência de “know-how” à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento contratual ou legal não sanado em 15 dias do recebimento de notificação; (ii) mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias; (iii) caso Casino deixe de ser controlador da Companhia; e (iv) alguma das partes se torne insolvente.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
GreenYellow	08/05/2015	501.790.465,02	R$ 162.675.558,96	N/A	Até 31/12/2029, à exceção de 32 estabelecimentos pré-determinados, cujo prazo é de 11 anos a contar da celebração do contrato.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia e GreenYellow possuem controlador em comum.						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos da instalação de equipamentos e de prestação de serviços de soluções de eficiência energética nas lojas multivarejo para redução de energia. O Contrato prevê que para instalação e manutenção de equipamentos para cada loja, deve ser formalizado um Contrato de Eficiência Energética (“CEE”) com a GreenYellow. Nos termos do Contrato, a GY faz jus a: (i) remuneração mensal calculada com base na economia energética auferida nos Estabelecimentos; e (ii) pagamentos mensais pelo fornecimento de equipamentos de soluções de eficiência energética (“Investimento da GY”). O valor remanescente do Investimento da GY em 1º de janeiro de 2020 deverá ser pago em 120 meses contados a partir de 31 de janeiro de 2020, sendo que sobre cada uma das prestações mensais, há a incidência de uma taxa de juros pré-fixada. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A Greenyellow poderá rescindir o presente Contrato nas seguintes hipóteses: (a) caso seja decretada a falência, requerida a recuperação, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia; ou (b) no caso de inadimplemento das obrigações previstas no contrato pela Companhia não sanado no prazo de 60 dias contados do recebimento, pela Companhia, de notificação enviada pela Greenyellow.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Groupe Casino Limited	25/07/2016	29.821.348,59	R$ 11.525.788,00	Companhia: R$ 6.340.003,89; Assaí: R$ 2.134.748,00	5 anos, renovável por iguais períodos sucessivamente	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia.						
Objeto contrato	Contrato e instrumentos correlatos para estabelecer a prestação de serviços de global sourcing (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino à Companhia e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude das promoções realizadas em dezembro/2018 e 2017 (promoções feitas em produtos de bazar adquiridos dos fornecedores internacionais, por intermédio do Groupe Casino Limited). O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; e (iv) caso Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Casino International S.A.	20/12/2004	40.166.399,24	R$ 12.544.423,64	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Possui controlador em comum com a Companhia.						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos da representação da Companhia pelo Casino International S.A. na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2020. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) por descumprimento das obrigações não sanado em 30 dias do recebimento de notificação; (ii) em caso de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência; (iii) mediante notificação prévia de 30 dias; (iv) mediante notificação prévia de 3 meses em caso de (a) aquisição por uma das partes de investimento direto em um competidor da outra parte; (b) aquisição por um investidor de uma das partes de investimento direto na outra parte; (c) caso o Casino deixe de ser controlador de qualquer das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamentocompensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia é listada no Novo Mercado, portanto adota práticas de governança,busca assegurar que todas as tomadas de decisões que eventualmente possam auferir um benefício particular a qualquer parte relacionada sejam realizadas em termos e condições usuais de mercado, sempre respeitando os interesses da Companhia. Para tanto, a Companhia conta com seu Código de Ética, o qual exemplifica situaçõese estabelece as providências a serem tomadas em caso de identificação de conflito de interesses reais ou potenciais, como a obrigação de reportar tal situação ao superior imediato e declarar-se conflitado de representar a Companhia em negócios com parentes ou amigos. Há penalidades em caso de descumprimento das regras da Companhia, com aplicação de sanções disciplinares a serem avaliadas pelo Diretor Executivo da área e/ou pelo Comitê de Ética.

Além disso, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia endereça situações de conflito de interesses, de forma que, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho de Administração em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho de Administração comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros. Ainda, a não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento, caso os referidos benefícios particulares ou conflito de interesses venham a se confirmar.

Conforme descrito no item 16.1, a Companhia conta com estrutura de governança para acompanhar as transações com partes relacionadas, bem como dirimir eventuais dúvidas a respeito de tais situações:

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência observaram as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação e, sempre que possível, tomaram como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com seus parceiros, tendo a partir de 2014 sido aprovadas de acordo com a Política vigente à época da contratação.

As transações com partes relacionadas foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório dessas transações avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
29/04/2022	5.859.639.790,63		269.455.303	0	269.455.303
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
29/04/2022	5.859.639.790,63		269.455.303	0	269.455.303
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
29/04/2022	5.859.639.790,63		269.455.303	0	269.455.303
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
30/12/2019	0,00		400.000.000	0	400.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
13/02/2014	RCA	13/02/2014	6.838.117,77	Subscrição particular	0	106.629	106.629	0,00040300	64,13	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	106.629

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações

Forma de integralização Em dinheiro

13/02/2014	RCA	13/02/2014	1.065,90	Subscrição particular	0	106.590	106.590	0,00040300	0,01	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	106.590

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações

Forma de integralização Em dinheiro

13/02/2014	RCA	13/02/2014	5.195.680,00	Subscrição particular	0	64.946	64.946	0,00024600	80,00	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	64.946

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações

Forma de integralização Em dinheiro

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
13/02/2014	RCA	13/02/2014	649,04	Subscrição particular	0	64.904	64.904	0,00024500	0,01	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	64.904

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações

Forma de integralização Em dinheiro

24/04/2014	RCA	24/04/2014	198.798,15	Subscrição particular	0	3.635	3.635	0,00001000	54,69	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações.

Forma de integralização Em dinheiro.

24/04/2014	RCA	24/04/2014	36,33	Subscrição particular	0	3.633	3.633	0,00001000	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações.

Forma de integralização Em dinheiro.

24/04/2014	RCA	24/04/2014	423.771,04	Subscrição particular	0	6.608	6.608	0,00002000	64,13	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações.

Forma de integralização Em dinheiro.

24/04/2014	RCA	24/04/2014	66,05	Subscrição particular	0	6.605	6.605	0,00002000	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Plano de outorga de opção de compra de ações.

Forma de integralização Em dinheiro.

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/04/2014	RCA	24/04/2014	452.560,00	Subscrição particular	0	5.657	5.657	0,00002000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
24/04/2014	RCA	24/04/2014	56,53	Subscrição particular	0	5.653	5.653	0,00002000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
26/06/2014	RCA	26/06/2014	4.094.859,06	Subscrição particular	0	74.874	74.874	0,00020000	54,69	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/06/2014	RCA	26/06/2014	748,47	Subscrição particular	0	74.847	74.847	0,00020000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/06/2014	RCA	26/06/2014	554.467,98	Subscrição particular	0	8.646	8.646	0,00003000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/06/2014	RCA	26/06/2014	86,42	Subscrição particular	0	8.642	8.642	0,00003000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/06/2014	RCA	26/06/2014	622.960,00	Subscrição particular	0	7.787	7.787	0,00003000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/06/2014	RCA	26/06/2014	77,81	Subscrição particular	0	7.781	7.781	0,00003000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
04/09/2014	RCA	04/09/2014	215,35	Subscrição particular	0	21.535	21.535	0,00008000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
04/09/2014	RCA	04/09/2014	1.381.552,59	Subscrição particular	0	21.543	21.543	0,00008000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
04/09/2014	RCA	04/09/2014	1.514.560,00	Subscrição particular	0	18.932	18.932	0,00007000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
04/09/2014	RCA	04/09/2014	9.154,20	Subscrição particular	0	110	110	0,00000040	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/09/2014	RCA	04/09/2014	189,21	Subscrição particular	0	18.921	18.921	0,00007000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
04/09/2014	RCA	04/09/2014	8.340,00	Subscrição particular	0	80	80	0,00000030	104,25	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	57,91	Subscrição particular	0	5.791	5.791	0,00002200	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	371.505,09	Subscrição particular	0	5.793	5.793	0,00002200	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	416.080,00	Subscrição particular	0	5.201	5.201	0,00002000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	51,98	Subscrição particular	0	5.198	5.198	0,00002000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/10/2014	RCA	30/10/2014	37.078,30	Subscrição particular	0	343	343	0,00000100	108,10	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	21.604,00	Subscrição particular	0	200	200	0,00000100	108,02	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	55.923,84	Subscrição particular	0	672	672	0,00000300	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
30/10/2014	RCA	30/10/2014	16.794,48	Subscrição particular	0	152	152	0,00000100	110,49	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
11/12/2014	RCA	11/12/2014	556.071,23	Subscrição particular	0	8.671	8.671	0,00003000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
11/12/2014	RCA	11/12/2014	560.400,00	Subscrição particular	0	7.005	7.005	0,00003000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
11/12/2014	RCA	11/12/2014	391.296,00	Subscrição particular	0	4.076	4.076	0,00002000	96,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
11/12/2014	RCA	11/12/2014	468.112,50	Subscrição particular	0	5.625	5.625	0,00002000	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
11/12/2014	RCA	11/12/2014	86,68	Subscrição particular	0	8.668	8.668	0,00003000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
11/12/2014	RCA	11/12/2014	70,01	Subscrição particular	0	7.001	7.001	0,00003000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	291.727,37	Subscrição particular	0	4.549	4.549	0,00002000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	45,48	Subscrição particular	0	4.548	4.548	0,00002000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
12/02/2015	RCA	12/02/2015	397.120,00	Subscrição particular	0	4.964	4.964	0,00002000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	49,61	Subscrição particular	0	4.961	4.961	0,00002000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	46.123,35	Subscrição particular	0	465	465	0,00000200	99,19	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	24.414,50	Subscrição particular	0	275	275	0,00000100	88,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	40.746,80	Subscrição particular	0	460	460	0,00000200	88,58	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
12/02/2015	RCA	12/02/2015	137.562,66	Subscrição particular	0	1.653	1.653	0,00000600	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/03/2015	RCA	20/03/2015	143.330,55	Subscrição particular	0	2.235	2.235	0,00001000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
20/03/2015	RCA	20/03/2015	22,34	Subscrição particular	0	2.234	2.234	0,00001000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
20/03/2015	RCA	20/03/2015	186.800,00	Subscrição particular	0	2.335	2.335	0,00001000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
20/03/2015	RCA	20/03/2015	23,33	Subscrição particular	0	2.333	2.333	0,00001000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
20/03/2015	RCA	20/03/2015	23.377,00	Subscrição particular	0	241	241	0,00000100	97,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
20/03/2015	RCA	20/03/2015	18.690,03	Subscrição particular	0	207	207	0,00000100	90,29	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/03/2015	RCA	20/03/2015	27.629,04	Subscrição particular	0	332	332	0,00000100	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	140.170,47	Subscrição particular	0	2.563	2.563	0,00100000	54,69	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	25,62	Subscrição particular	0	2.562	2.562	0,00100000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	9.588.204,56	Subscrição particular	0	149.512	149.512	0,05640000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	1.517,60	Subscrição particular	0	151.760	151.760	0,05720000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	1.379.840,00	Subscrição particular	0	17.248	17.248	0,00650000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/05/2015	RCA	07/05/2015	172,36	Subscrição particular	0	17.236	17.236	0,00650000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	122.864,50	Subscrição particular	0	1.255	1.255	0,00050000	97,90	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	10.382,00	Subscrição particular	0	116	116	0,00004000	89,50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	131.141,40	Subscrição particular	0	1.326	1.326	0,00050000	98,90	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	21.353,20	Subscrição particular	0	211	211	0,00008000	101,20	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	46.787,44	Subscrição particular	0	469	469	0,00018000	99,76	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/05/2015	RCA	07/05/2015	16.720,45	Subscrição particular	0	173	173	0,00007000	96,65	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
07/05/2015	RCA	07/05/2015	219.201,48	Subscrição particular	0	2.634	2.634	0,00100000	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	109.213,39	Subscrição particular	0	1.703	1.703	0,00060000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	17,16	Subscrição particular	0	1.716	1.716	0,00060000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	855.280,00	Subscrição particular	0	10.691	10.691	0,00400000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	106,85	Subscrição particular	0	10.685	10.685	0,00400000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/07/2015	RCA	29/07/2015	45,04	Subscrição particular	0	4.504	4.504	0,00200000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	27.795,48	Subscrição particular	0	334	334	0,00010000	83,22	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	47,45	Subscrição particular	0	4.745	4.745	0,00200000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/07/2015	RCA	29/07/2015	7.958,81	Subscrição particular	0	103	103	0,00004000	77,27	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/10/2015	RCA	29/10/2015	1,57	Subscrição particular	0	157	157	0,00006000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/10/2015	RCA	29/10/2015	9.876,02	Subscrição particular	0	154	154	0,00006000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/10/2015	RCA	29/10/2015	10,38	Subscrição particular	0	1.038	1.038	0,00040000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/10/2015	RCA	29/10/2015	83.040,00	Subscrição particular	0	1.038	1.038	0,00040000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/10/2015	RCA	29/10/2015	6,55	Subscrição particular	0	655	655	0,00030000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
29/10/2015	RCA	29/10/2015	0,91	Subscrição particular	0	91	91	0,00003000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
17/12/2015	RCA	17/12/2015	6,32	Subscrição particular	0	632	632	0,00000200	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
17/12/2015	RCA	17/12/2015	39.888,86	Subscrição particular	0	622	622	0,00000200	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/12/2015	RCA	17/12/2015	3,57	Subscrição particular	0	357	357	0,00000100	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
17/12/2015	RCA	17/12/2015	3,23	Subscrição particular	0	323	323	0,00000100	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
24/02/2016	RCA	24/02/2016	1,60	Subscrição particular	0	160	160	0,00010000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
24/02/2016	RCA	24/02/2016	10.068,41	Subscrição particular	0	157	157	0,00010000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
24/02/2016	RCA	24/02/2016	230.320,00	Subscrição particular	0	2.879	2.879	0,00100000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
24/02/2016	RCA	24/02/2016	10,67	Subscrição particular	0	1.067	1.067	0,00040000	10,67	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/02/2016	RCA	24/02/2016	2,42	Subscrição particular	0	242	242	0,00010000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
24/02/2016	RCA	24/02/2016	28,80	Subscrição particular	0	2.880	2.880	0,00100000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
22/03/2016	RCA	22/03/2016	6,08	Subscrição particular	0	608	608	0,00020000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
22/03/2016	RCA	22/03/2016	38.413,87	Subscrição particular	0	599	599	0,00020000	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
22/03/2016	RCA	22/03/2016	8,31	Subscrição particular	0	831	831	0,00030000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
22/03/2016	RCA	22/03/2016	66.720,00	Subscrição particular	0	834	834	0,00030000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/05/2016	RCA	09/05/2016	1,85	Subscrição particular	0	185	185	0,00007000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
09/05/2016	RCA	09/05/2016	11.671,66	Subscrição particular	0	182	182	0,00006800	64,13	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
09/05/2016	RCA	09/05/2016	57,30	Subscrição particular	0	5.730	5.730	0,00215600	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
09/05/2016	RCA	09/05/2016	447.360,00	Subscrição particular	0	5.592	5.592	0,00210500	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
09/05/2016	RCA	09/05/2016	3,02	Subscrição particular	0	302	302	0,00011400	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
09/05/2016	RCA	09/05/2016	2,31	Subscrição particular	0	231	231	0,00008700	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/07/2016	RCA	27/07/2016	126,27	Subscrição particular	0	12.627	12.627	0,00500000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/07/2016	RCA	27/07/2016	986.080,00	Subscrição particular	0	12.326	12.326	0,00500000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/07/2016	RCA	27/07/2016	45,03	Subscrição particular	0	4.503	4.503	0,00500000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/07/2016	RCA	27/07/2016	33,56	Subscrição particular	0	3.356	3.356	0,00100000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/07/2016	RCA	27/07/2016	50,80	Subscrição particular	0	5.080	5.080	0,00200000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/07/2016	RCA	27/07/2016	172.245,09	Subscrição particular	0	4.629	4.629	0,00200000	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/10/2016	RCA	27/10/2016	1.834.720,00	Subscrição particular	0	22.934	22.934	0,00900000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/10/2016	RCA	27/10/2016	234,91	Subscrição particular	0	23.491	23.491	0,00900000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/10/2016	RCA	27/10/2016	21,66	Subscrição particular	0	2.166	2.166	0,00100000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/10/2016	RCA	27/10/2016	609,82	Subscrição particular	0	60.982	60.982	0,02300000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/10/2016	RCA	27/10/2016	8,69	Subscrição particular	0	869	869	0,00030000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/10/2016	RCA	27/10/2016	44.577,58	Subscrição particular	0	1.198	1.198	0,00050000	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/12/2016	RCA	15/12/2016	135,26	Subscrição particular	0	13.526	13.526	0,00500000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2016	RCA	15/12/2016	1.056.320,00	Subscrição particular	0	13.204	13.204	0,00500000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2016	RCA	15/12/2016	36,49	Subscrição particular	0	3.649	3.649	0,00100000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2016	RCA	15/12/2016	30,86	Subscrição particular	0	3.086	3.086	0,00100000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2016	RCA	15/12/2016	1.611,64	Subscrição particular	0	161.164	161.164	0,06000000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2016	RCA	15/12/2016	109.583,45	Subscrição particular	0	2.945	2.945	0,00100000	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
23/02/2017	RCA	23/02/2017	226,89	Subscrição particular	0	22.689	22.689	0,00900000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
23/02/2017	RCA	23/02/2017	1.771.920,00	Subscrição particular	0	22.149	22.149	0,00800000	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
23/02/2017	RCA	23/02/2017	2,96	Subscrição particular	0	296	296	0,00010000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
23/02/2017	RCA	23/02/2017	10,43	Subscrição particular	0	1.043	1.043	0,00040000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
23/02/2017	RCA	23/02/2017	8,66	Subscrição particular	0	866	866	0,00030000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
23/02/2017	RCA	23/02/2017	44.465,95	Subscrição particular	0	1.195	1.195	0,00040000	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
23/03/2017	RCA	23/03/2017	309,21	Subscrição particular	0	30.921	30.921	0,01161900	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
23/03/2017	RCA	23/03/2017	2,18	Subscrição particular	0	218	218	0,00008200	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
23/03/2017	RCA	23/03/2017	2.414.960,00	Subscrição particular	0	30.187	30.187	0,01134300	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
23/03/2017	RCA	23/03/2017	1,49	Subscrição particular	0	149	149	0,00005600	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro									
27/04/2017	RCA	27/04/2017	304,68	Subscrição particular	0	30.468	30.468	0,01144615	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
27/04/2017	RCA	27/04/2017	2.378.960,00	Subscrição particular	0	29.737	29.737	0,01117153	80,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/04/2017	RCA	27/04/2017	3,10	Subscrição particular	0	310	310	0,00011646	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
27/04/2017	RCA	27/04/2017	5,25	Subscrição particular	0	525	525	0,00019723	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
27/04/2017	RCA	27/04/2017	3,39	Subscrição particular	0	339	339	0,00012735	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
27/04/2017	RCA	27/04/2017	17.414,28	Subscrição particular	0	468	468	0,00017582	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Em dinheiro.									
25/07/2017	RCA	25/07/2017	825,34	Subscrição particular	0	82.534	82.534	0,03099898	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
25/07/2017	RCA	25/07/2017	62,85	Subscrição particular	0	6.285	6.285	0,00236059	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/07/2017	RCA	25/07/2017	37,52	Subscrição particular	0	3.752	3.752	0,00140922	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
25/07/2017	RCA	25/07/2017	192.561,75	Subscrição particular	0	5.175	5.175	0,00194368	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
25/07/2017	RCA	25/07/2017	1.057,44	Subscrição particular	0	105.744	105.744	0,03971643	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
25/07/2017	RCA	25/07/2017	36.395,98	Subscrição particular	0	641	641	0,00024075	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/10/2017	RCA	26/10/2017	70,24	Subscrição particular	0	7.024	7.024	0,00263613	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/10/2017	RCA	26/10/2017	32,23	Subscrição particular	0	3.223	3.223	0,00120960	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/10/2017	RCA	26/10/2017	15,69	Subscrição particular	0	1.569	1.569	0,00058885	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/10/2017	RCA	26/10/2017	165.435,66	Subscrição particular	0	4.446	4.446	0,00166860	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/10/2017	RCA	26/10/2017	3,72	Subscrição particular	0	372	372	0,00013961	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/10/2017	RCA	26/10/2017	29.071,36	Subscrição particular	0	512	512	0,00019215	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2017	RCA	15/12/2017	2,10	Subscrição particular	0	210	210	0,00007881	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2017	RCA	15/12/2017	4,50	Subscrição particular	0	450	450	0,00016888	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/12/2017	RCA	15/12/2017	4.086.216,15	Subscrição particular	0	109.815	109.815	0,04121121	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2017	RCA	15/12/2017	0,80	Subscrição particular	0	80	80	0,00003002	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
15/12/2017	RCA	15/12/2017	6.302,58	Subscrição particular	0	111	111	0,00004166	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
19/02/2018	RCA	19/02/2018	6,67	Subscrição particular	0	667	667	0,00025021	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
19/02/2018	RCA	19/02/2018	6,94	Subscrição particular	0	694	694	0,00026034	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
19/02/2018	RCA	19/02/2018	35.609,97	Subscrição particular	0	957	957	0,00035899	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/02/2018	RCA	19/02/2018	21,91	Subscrição particular	0	2.191	2.191	0,00082189	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
19/02/2018	RCA	19/02/2018	171.532,38	Subscrição particular	0	3.021	3.021	0,00113325	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de outorga de opção de compra de ações									
Forma de integralização	Em dinheiro									
26/04/2018	RCA	26/04/2018	67,69	Subscrição particular	0	6.769	6.769	0,00253913	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/04/2018	RCA	26/04/2018	112,91	Subscrição particular	0	11.291	11.291	0,00423539	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/04/2018	RCA	26/04/2018	559.415,14	Subscrição particular	0	15.034	15.034	0,00563944	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
26/04/2018	RCA	26/04/2018	41,50	Subscrição particular	0	4.150	4.150	0,00155672	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/04/2018	RCA	26/04/2018	314.277,30	Subscrição particular	0	5.535	5.535	0,00207625	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/07/2018	RCA	24/07/2018	930,19	Subscrição particular	0	93.019	93.019	0,03488696	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/07/2018	RCA	24/07/2018	25,79	Subscrição particular	0	2.579	2.579	0,00096726	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/07/2018	RCA	24/07/2018	114.495,17	Subscrição particular	0	3.077	3.077	0,00115403	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/07/2018	RCA	24/07/2018	10,63	Subscrição particular	0	1.063	1.063	0,00039868	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/07/2018	RCA	24/07/2018	52.180,82	Subscrição particular	0	919	919	0,00034467	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/07/2018	RCA	24/07/2018	687,87	Subscrição particular	0	68.787	68.787	0,02579870	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

25/10/2018	RCA	25/10/2018	77,96	Subscrição particular	0	7.796	7.796	0,00002921	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão fixado de acordo com o Plano de Remuneração

Forma de integralização dinheiro

25/10/2018	RCA	25/10/2018	54.089,00	Subscrição particular	0	700	700	0,00000262	77,27	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	700

Critério para determinação do preço de emissão fixado de acordo com o Plano de Opções

Forma de integralização dinheiro

25/10/2018	RCA	25/10/2018	33,34	Subscrição particular	0	3.334	3.334	0,00001249	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão fixado de acordo com o Plano de Remuneração

Forma de integralização dinheiro

25/10/2018	RCA	25/10/2018	171.128,79	Subscrição particular	0	4.599	4.599	0,00002179	37,21	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	4.599

Critério para determinação do p fixado de acordo com o Plano de Opções

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
Forma de integralização		dinheiro								
25/10/2018	RCA	25/10/2018	15,39	Subscrição particular	0	1.539	1.539	0,00000577	0,01	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	1.539

Critério para determinação do preço de emissão fixado de acordo com o Plano de Remuneração

Forma de integralização		real								
25/10/2018	RCA	25/10/2018	99.762,46	Subscrição particular	0	1.757	1.757	0,00000658	56,78	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	1.757

Critério para determinação do preço de emissão , fixado de acordo com o Plano de Opções

Forma de integralização		dinheiro								
25/10/2018	RCA	25/10/2018	3,75	Subscrição particular	0	375	375	0,00000140	0,01	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferêncial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	375

Critério para determinação do preço de emissão fixado de acordo com o Plano de Remuneração

Forma de integralização dinheiro

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/10/2018	RCA	25/10/2018	32.306,76	Subscrição particular	0	516	516	0,00000193	62,61	R$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	516

Critério para determinação do preço de emissão fixado de acordo com o Plano de Opções

Forma de integralização dinheiro

10/12/2018	RCA	10/12/2018	31,23	Subscrição particular	0	3.123	3.123	0,00117045	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

10/12/2018	RCA	10/12/2018	184.675,30	Subscrição particular	0	2.390	2.390	0,00089574	77,27	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

10/12/2018	RCA	10/12/2018	78,85	Subscrição particular	0	7.885	7.885	0,00295518	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

10/12/2018	RCA	10/12/2018	404.695,96	Subscrição particular	0	10.876	10.876	0,00407616	37,21	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/12/2018	RCA	10/12/2018	2,62	Subscrição particular	0	262	262	0,00009819	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2018	RCA	10/12/2018	20.497,58	Subscrição particular	0	361	361	0,00013530	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2018	RCA	10/12/2018	0,89	Subscrição particular	0	89	89	0,00003336	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2018	RCA	10/12/2018	7.701,03	Subscrição particular	0	123	123	0,00004610	62,61	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
20/02/2019	RCA	20/02/2019	4,73	Subscrição particular	0	473	473	0,00017726	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
20/02/2019	RCA	20/02/2019	11,46	Subscrição particular	0	1.146	1.146	0,00042946	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/02/2019	RCA	20/02/2019	37,21	Subscrição particular	0	1.580	1.580	0,00059210	37,21	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

20/02/2019	RCA	20/02/2019	7,43	Subscrição particular	0	743	743	0,00027844	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

20/02/2019	RCA	20/02/2019	58.199,50	Subscrição particular	0	1.025	1.025	0,00038412	56,78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

20/02/2019	RCA	20/02/2019	16,56	Subscrição particular	0	1.656	1.656	0,00062059	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

20/02/2019	RCA	20/02/2019	128.413,11	Subscrição particular	0	2.051	2.051	0,00076861	62,61	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

07/05/2019	RCA	07/05/2019	5,38	Subscrição particular	0	538	0	0,00020161	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/05/2019	RCA	07/05/2019	27.609,82	Subscrição particular	0	742	0	0,00027806	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
07/05/2019	RCA	07/05/2019	3,92	Subscrição particular	0	392	0	0,00014690	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
07/05/2019	RCA	07/05/2019	30.661,20	Subscrição particular	0	540	0	0,00020236	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
07/05/2019	RCA	07/05/2019	2,94	Subscrição particular	0	294	0	0,00011017	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
07/05/2019	RCA	07/05/2019	12.083,73	Subscrição particular	0	193	0	0,00007232	62,61	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/06/2019	RCA	24/06/2019	3.166.524,60	Subscrição particular	0	40.980	40.980	0,01534377	77,27	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/06/2019	RCA	24/06/2019	4.063.145,95	Subscrição particular	0	109.195	109.195	0,04088490	37,21	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/06/2019	RCA	24/06/2019	4.122.575,22	Subscrição particular	0	72.606	72.606	0,02718521	56,78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/07/2019	RCA	24/07/2019	175.433,22	Subscrição particular	0	2.802	2.802	0,00104913	62,61	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/07/2019	RCA	24/07/2019	25,41	Subscrição particular	0	2.541	2.541	0,00095140	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/07/2019	RCA	24/07/2019	1.553.898,26	Subscrição particular	0	27.367	27.367	0,01024678	56,78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/07/2019	RCA	24/07/2019	202,63	Subscrição particular	0	20.263	20.263	0,00758689	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/07/2019	RCA	24/07/2019	11.911.181,47	Subscrição particular	0	320.107	320.107	0,11985477	37,21	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

24/07/2019	RCA	24/07/2019	3.139,81	Subscrição particular	0	313.981	313.981	0,11756107	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/10/2019	RCA	29/10/2019	184,45	Subscrição particular	0	18.445	18.445	0,00688478	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/10/2019	RCA	29/10/2019	114,98	Subscrição particular	0	11.498	11.498	0,00429405	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/10/2019	RCA	29/10/2019	2.859.216,40	Subscrição particular	0	76.840	76.840	0,02869668	37,21	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/10/2019	RCA	29/10/2019	904.959,64	Subscrição particular	0	15.938	15.938	0,00595221	56,78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/10/2019	RCA	29/10/2019	71,07	Subscrição particular	0	7.107	7.107	0,00265418	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
29/10/2019	RCA	29/10/2019	626.538,27	Subscrição particular	0	10.007	10.007	0,00373722	62,61	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
29/10/2019	RCA	29/10/2019	12,20	Subscrição particular	0	1.220	1.220	0,00045562	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
29/10/2019	RCA	29/10/2019	118.782,84	Subscrição particular	0	1.682	1.682	0,00062816	70,62	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	80,48	Subscrição particular	0	8.048	8.048	0,00300401	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	2.308.024,67	Subscrição particular	0	62.027	62.027	0,02315228	37,21	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/12/2019	RCA	10/12/2019	43,97	Subscrição particular	0	4.397	4.397	0,00164123	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	344.370,70	Subscrição particular	0	6.065	6.065	0,00226383	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	28,49	Subscrição particular	0	2.849	2.849	0,00106342	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	245.994,69	Subscrição particular	0	3.929	3.929	0,00146654	62,61	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	6,47	Subscrição particular	0	647	647	0,00024150	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
10/12/2019	RCA	10/12/2019	42.513,24	Subscrição particular	0	602	602	0,00022470	70,62	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/02/2020	RCA	19/02/2020	63,67	Subscrição particular	0	6.367	6.367	0,00237577	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/02/2020	RCA	19/02/2020	498.641,96	Subscrição particular	0	8.782	8.782	0,00327690	56,78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/02/2020	RCA	19/02/2020	664.292,10	Subscrição particular	0	10.610	10.610	0,00395899	62,61	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/02/2020	RCA	19/02/2020	18,18	Subscrição particular	0	1.818	1.818	0,00067863	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/02/2020	RCA	19/02/2020	177.114,96	Subscrição particular	0	2.508	2.508	0,00093583	70,62	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/02/2020	RCA	19/02/2020	76,92	Subscrição particular	0	7.692	7.692	0,00287018	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/03/2020	RCA	24/03/2020	25,05	Subscrição particular	2.505	0	2.505	0,00093460	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/03/2020	RCA	24/03/2020	196.174,90	Subscrição particular	3.455	0	3.455	0,00128900	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/03/2020	RCA	24/03/2020	20,80	Subscrição particular	2.080	0	2.080	0,00076000	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/03/2020	RCA	24/03/2020	128.225,28	Subscrição particular	2.048	0	2.048	0,00076410	62,61	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/03/2020	RCA	24/03/2020	1,82	Subscrição particular	182	0	182	0,00006790	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/03/2020	RCA	24/03/2020	17.725,62	Subscrição particular	251	0	251	0,00009364	70,62	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
13/05/2020	RCA	13/05/2020	16,39	Subscrição particular	1.639	0	1.639	0,00061146	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
13/05/2020	RCA	13/05/2020	31.115,44	Subscrição particular	548	0	548	0,00020444	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
13/05/2020	RCA	13/05/2020	14,74	Subscrição particular	1.474	0	1.474	0,00054991	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
13/05/2020	RCA	13/05/2020	1,13	Subscrição particular	113	0	113	0,00004216	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
29/07/2020	RCA	29/07/2020	1.578,76	Subscrição particular	157.876	0	157.876	0,00058898	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
29/07/2020	RCA	29/07/2020	5.335.275,92	Subscrição particular	93.964	0	93.964	0,00035055	56,78	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/07/2020	RCA	29/07/2020	150,57	Subscrição particular	15.057	0	15.057	0,00005617	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/07/2020	RCA	29/07/2020	894.947,34	Subscrição particular	14.294	0	14.294	0,00005333	62,61	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/07/2020	RCA	29/07/2020	55,39	Subscrição particular	5.539	0	5.539	0,00002066	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/10/2020	RCA	28/10/2020	46,09	Subscrição particular	4.609	0	4.609	0,00001717	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/10/2020	RCA	28/10/2020	609.362,96	Subscrição particular	10.732	0	10.732	0,00003999	56,78	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/04/2021	AGOE	28/04/2021	200.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/06/2021	RCA	01/06/2021	1.015.031,88	Subscrição particular	72.606	0	72.606	0,02705630	13,98	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	223,63	Subscrição particular	22.363	0	22.363	0,00833347	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	1.917.538,68	Subscrição particular	124.354	0	124.354	0,04633996	15,42	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	745,64	Subscrição particular	74.564	0	74.564	0,02778594	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	1.779.031,78	Subscrição particular	102.302	0	102.302	0,03812238	17,39	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

01/06/2021	RCA	01/06/2021	622,83	Subscrição particular	62.283	0	62.283	0,02320948	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/06/2021	RCA	01/06/2021	1.075.563,04	Subscrição particular	85.634	0	85.634	0,03191112	12,56	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/07/2021	RCA	28/07/2021	2.378,16	Subscrição particular	237.816	0	237.816	0,08844173	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/07/2021	RCA	28/07/2021	2.529.897,72	Subscrição particular	164.066	0	164.066	0,06101474	15,42	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/07/2021	RCA	28/07/2021	11,35	Subscrição particular	1.135	0	1.135	0,00042210	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/07/2021	RCA	28/07/2021	27.215,35	Subscrição particular	1.565	0	1.565	0,00058201	17,39	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/07/2021	RCA	28/07/2021	13,52	Subscrição particular	1.352	0	1.352	0,00050280	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/07/2021	RCA	28/07/2021	23.499,00	Subscrição particular	1.865	0	1.865	0,00069358	12,60	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/11/2021	RCA	03/11/2021	39,31	Subscrição particular	3.931	0	3.931	0,00145969	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/11/2021	RCA	03/11/2021	265.285,68	Subscrição particular	17.204	0	17.204	0,00638833	15,42	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/11/2021	RCA	03/11/2021	22,99	Subscrição particular	2.299	0	2.299	0,00085368	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/11/2021	RCA	03/11/2021	55.143,69	Subscrição particular	3.171	0	3.171	0,00117748	17,39	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
03/11/2021	RCA	03/11/2021	27,21	Subscrição particular	2.721	0	2.721	0,00101038	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
03/11/2021	RCA	03/11/2021	47.287,80	Subscrição particular	3.753	0	3.753	0,00139360	12,60	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/12/2021	RCA	09/12/2021	92.080,80	Subscrição particular	7.308	0	7.308	0,00271333	12,60	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/12/2021	RCA	09/12/2021	84.619,74	Subscrição particular	4.866	0	4.866	0,00180666	17,39	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/12/2021	RCA	09/12/2021	232.857,42	Subscrição particular	15.101	0	15.101	0,00560674	15,42	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/12/2021	RCA	09/12/2021	52,10	Subscrição particular	5.210	0	5.210	0,00193438	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/12/2021	RCA	09/12/2021	35,73	Subscrição particular	3.573	0	3.573	0,00132659	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/12/2021	RCA	09/12/2021	32,51	Subscrição particular	3.251	0	3.251	0,00120704	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
23/02/2022	RCA	23/02/2022	18.937,71	Subscrição particular	1.089	0	1.089	0,00040427	17,39	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
23/02/2022	RCA	23/02/2022	36,87	Subscrição particular	3.687	0	3.687	0,00136872	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
23/02/2022	RCA	23/02/2022	59.043,60	Subscrição particular	4.686	0	4.686	0,00173958	12,60	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
23/02/2022	RCA	23/02/2022	11,49	Subscrição particular	1.149	0	1.149	0,00042654	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/03/2022	RCA	28/03/2022	16.972,64	Subscrição particular	976	0	976	0,00036230	17,39	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/03/2022	RCA	28/03/2022	35,60	Subscrição particular	3.560	0	3.560	0,00132152	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/03/2022	RCA	28/03/2022	15.346,80	Subscrição particular	1.218	0	1.218	0,00045214	12,60	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

28/03/2022	RCA	28/03/2022	31,92	Subscrição particular	3.192	0	3.192	0,00118491	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2022	RCA	29/04/2022	114,79	Subscrição particular	11.479	0	11.479	0,00426102	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2022	RCA	29/04/2022	237.925,80	Subscrição particular	18.883	0	18.883	0,00700940	12,60	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

29/04/2022	RCA	29/04/2022	136,90	Subscrição particular	13.690	0	13.690	0,00508175	0,01	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2022	RCA	29/04/2022	275.353,26	Subscrição particular	15.834	0	15.834	0,00587761	17,39	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos de ações, grupamentos de ações, ou bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais, nem até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2020	31/12/2020	1.215.962.963,38	0	0	0	17,71035000	0,00

Forma de restituição Não aplicável, visto que não houve redução do número de ações de emissão da Companhia.

Razão para redução A redução decorreu da cisão parcial da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, conforme descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 Outras informações relevantes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019, foi aprovada a migração da Companhia para o Novo Mercado e a conversão da totalidade das ações preferenciais de sua emissão em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. Nesse sentido, desde 02 de março de 2020, as ações preferenciais de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas e passaram a ser negociadas apenas suas ações ordinárias no Novo Mercado.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.qualquer exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Não obstante o disposto acima, na data de apresentação deste Formulário de Referência, o Estatuto Social não previa quórum específico em Assembleia Geral para a alteração dos direitos assegurados pelas ações emitidas pela Companhia.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não mencionadas neste item 18.1 com relação às ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto dos acionistas.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas: (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria; ou (b) de quaisquer outros direitos de acionistas, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia que representem percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante, de acordo com os requisitos mínimos previstos no Estatuto Social da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Estatuto Social da Companhia.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais oupolíticos previstos no estatuto

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Socialda Companhia, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Além do disposto na lei, não há outras previsões sobre o assunto no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	72.409.168	94,50	57,69	R$ por Unidade	76,85
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	120.129.463	72,90	55,00	R$ por Unidade	64,88
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	148.274.445	78,64	62,15	R$ por Unidade	69,82
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.604.908	75,37	61,95	R$ por Unidade	68,97
31/03/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	168.743.978	91,70	72,04	R$ por Unidade	86,11

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	122.379.246	98,14	82,77	R$ por Unidade	92,66
30/06/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	156.489.486	98,43	79,14	R$ por Unidade	89,18
30/09/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	150.345.941	94,50	79,80	R$ por Unidade	88,58
31/12/2019	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.561.339	90,08	78,00	R$ por Unidade	82,48
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.452	94,01	82,02	R$ por Unidade	89,84
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.200	100,00	90,00	R$ por Unidade	94,64
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.553	89,99	81,50	R$ por Unidade	87,54

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	65.964.142	78,99	63,92	R$ por Unidade	70,78
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	91.525.814	82,42	65,78	R$ por Unidade	75,71
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	106.545.941	87,91	74,07	R$ por Unidade	80,57

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	131.330.148	90,36	75,92	R$ por Unidade	81,72
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.498	90,00	75,99	R$ por Unidade	83,00
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade	0,00
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	42.505	85,01	85,01	R$ por Unidade	85,01

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações (16ª Emissão) em 2 séries
Data de emissão	04/09/2019
Data de vencimento	20/08/2023
Quantidade (Unidades)	8.000.000
Valor total (Reais)	8.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.203.805.837,54
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 16ª emissão acima descrita (“Debêntures”) foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Debêntures poderão ser resgatadas a qualquer momento partir do 3º mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 10 de dezembro de 2018, a critério da Companhia, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das debêntures, com cópia à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures com 10 Dias Úteis de antecedência (“Resgate Antecipado”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures. Será admitido o Resgate Antecipado das Debêntures pela Companhia, mediante o pagamento do seu valor nominal unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada pro-rata temporis desde a Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da última Data da Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado, bem como multa e juros moratórios, se houver; e (ii) de um prêmio de 0,20% ano, base 252 dias úteis incidente, desde a data efetiva do resgate antecipado até a data de vencimento. A B3 deverá ser comunicada, pela Companhia com anuência do Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado das Debêntures com, no mínimo, 3 dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização. Não é admitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	16ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para distribuição pública com esforços restritos. Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Debêntures da 16ª emissão, na ocorrência dos eventos descritos na Cláusula 4.12 do Instrumento Particular de Escritura da 16ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, Em Duas Séries, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, Da Companhia Brasileira de Distribuição (“Escritura de Emissão”).A partir da data da primeira subscrição e integralização até 23 de novembro de 2020 (inclusive) as Debêntures da primeira série farão jus a uma remuneração correspondente a 106,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da primeira série. E, a partir de 24 de novembro de 2020 (inclsuive), as Debêntures da primeira série farão jus a uma remuneração correspondente a 162,71% da variação acumulada da Taxa DI, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da primeira série, conforme fórmula constante na Escritura de Emissão (“Remuneração da Primeira Série”).A partir da data da primeira subscrição e integralização até 23 de novembro de 2020 (inclusive), as Debêntures da segunda série farão jus a uma remuneração correspondente a 107,40% da variação acumulada da Taxa DI, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da segunda série. E, a partir de 24 de novembro de 2020 (inclusive) as Debêntures da segunda série farão jus a uma remuneração correspondente a 163,56% da variação acumulada da Taxa DI, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da segunda série, conforme fórmula constante na Escritura de Emissão (“Remuneração da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, “Remunerações”).As Remunerações serão pagas: (i) semestralmente no dia 10 dos meses de março e setembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento das Remunerações será devido em 10 de março de 2019 e o último será devido nas respectivas datas de vencimento de cada série; e (ii) em adição às datas previstas no item “i” acima, também em 24 de novembro de 2020.Definiu-se como o Agente Fiduciário dessa operação, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituindo suas obrigações e deveres na Cláusula Sexta da Escritura de Emissão.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.6 da Escritura de Emissão, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Pagamento das Remunerações; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) na Cláusula 4.12 (Vencimento Antecipado) da Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série. A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.12.4 da Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Sendas que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Sendas possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.
Outras características relevantes	Em caso de recebimento, pela Sendas, de dividendos pagos pela Almacenes Éxito S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Colômbia, com sede em Carrera 48 N° 32B Sur – 139, Envigado, Colômbia, inscrita no CNPJ sob o nº 23.041.875/0001-37 (“Éxito”), ficam a Sendas e a Fiadora solidariamente obrigadas efetuar a amortização extraordinária obrigatória, nos termos e condições previstas na cláusula 4.18 da Escritura de Emissão (“Amortização Extraordinária Obrigatória”).

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações (17ª emissão)
Data de emissão	06/01/2020
Data de vencimento	06/01/2023
Quantidade (Unidades)	2.000.000
Valor total (Reais)	2.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	873.893.359,38
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 17ª emissão acima descrita (“Debêntures”) foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Nota Promissória deverá ser resgatada 2 dias úteis antes da data do vencimento, ou seja, em 6 de janeiro de 2022, mediante o pagamento do valor nominal unitário, acrescido: (i) da respectiva remuneração, calculada de forma pro rata temporis desde a Data de Emissão até do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório; e (ii) de um prêmio equivalente à diferença positiva da rentabilidade sobre o Valor Nominal Unitário, entre 163,13% da Taxa DI e 105,75% da Taxa DI, a ser calculada a partir de 19 de novembro de 2020, inclusive, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, de acordo com a fórmula constante da respectivo Cártula (“Resgate Antecipado Obrigatório”).A Nota Promissória poderá ser resgatada a qualquer momento após 120 dias contados da Data de Emissão (inclusive), a critério da Companhia, de forma unilateral, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares de Nota Promissória, com cópia para o Agente Fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), ou de publicação de comunicado aos titulares das Notas Promissórias com 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado Facultativo”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Notas Promissórias. Será admitido o Resgate Antecipado Facultativo pela Companhia, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) de um prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidente, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a data de vencimento, sobre o valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração, a ser calculado de acordo com a fórmula constante da respectiva cártula.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,75% (cento e cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível na página na Internet http://www.b3.com.br (“Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento (“Remuneração”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Sem prejuízo do disposto nas respectivas cártulas e observando as formalidades relativas à Assembleia de Titulares de Notas Promissórias , qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Notas Promissórias; (ii) na data de pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) nos quóruns de deliberação das Assembleias de Titulares de Notas Promissórias; ou (v) na Cláusula “Vencimento Antecipado” constantes nas cartulas, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Notas Promissórias que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em Circulação. A definição da taxa substitutiva prevista nas Notas Promissórias dependerá da aprovação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias em circulação Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Promissórias, na ocorrência dos eventos descritos nas respectivas cártulas.
Outras características relevantes	Não aplicável.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações (15ª emissão)
Data de emissão	15/01/2018
Data de vencimento	15/01/2021
Quantidade (Unidades)	800.000
Valor total (Reais)	800.000.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	2.033.413.710,91
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures da 17ª emissão acima descrita (“Debêntures”) foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM nº 476”), as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e depois de decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Debêntures poderão ser resgatadas a qualquer momento partir do 3º mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 6 de abril de 2020, inclusive, a critério da Companhia, por meio de envio de comunicado à totalidade dos titulares das debêntures, com cópia à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), ou de publicação de comunicado aos titulares das Debêntures com 10 Dias Úteis de antecedência da data do evento (“Resgate Antecipado”), informando: (i) a data em que será realizado o Resgate Antecipado; e (ii) qualquer outra informação relevante para os titulares das Debêntures. Será admitido o Resgate Antecipado das Debêntures pela Companhia, mediante o pagamento do seu valor nominal unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada pro-rata temporis desde a Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da última Data da Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado, bem como multa e juros moratórios, se houver; e (ii) de um prêmio de 0,50% ano, base 252 dias úteis incidente, desde a data efetiva do resgate antecipado até a data de vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, a ser calculado de acordo com a Escritura de Emissão. A B3 deverá ser comunicada, pela Companhia com anuência do Agente Fiduciário, sobre a realização do Resgate Antecipado das Debêntures com, no mínimo, 3 dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização. Não é admitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para distribuição pública com esforços restritos. Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas às Debêntures da 17ª emissão, na ocorrência dos eventos descritos na Cláusula 4.12 do Instrumento Particular de Escritura da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, Em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, Da Companhia Brasileira de Distribuição (“Escritura de Emissão”). As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,45% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, e pagos ao final de cada período de capitalização (“Remuneração”). A Remuneração será paga semestralmente no dia 6 dos meses de janeiro e julho de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será pago em 06 de julho de 2020 e o último será devido na data de vencimento das Debêntures. Definiu-se como o Agente Fiduciário dessa operação, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituindo suas obrigações e deveres na Cláusula Sexta da Escritura de Emissão.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação. As alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) no Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por titulares de debêntures da 15ª emissão que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação, ou pela CVM. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ocorrerá mediante anúncio publicado, pelo menos 3 vezes, nos Jornais de Publicação da Companhia, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
Outras características relevantes	Não aplicável

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	281
Nota Comercial	0	0	31

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia estão listadas no segmento do "Novo Mercado" de Governança Corporativa da B3, sob o código "PCAR3".

As debêntures da 16ª e 17ª emissões da Companhia e as notas promissórias da 4ª emissão da Companhia estão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM ("B3"), que também realiza a liquidação financeira das negociações de referidas debêntures, bem como sua custódia eletrônica.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	**Identificação do Valor Mobiliário**	**País**	**Mercado Valor Mobiliário**
Entidade Administradora	**Data de admissão**	**Data de Início listagem**	**Percentual**
Descrição de Segmento de Negociação		**Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior**	
Descrição do Banco Depositário		**Descrição da Instituição Custodiante**	
American Depositary Shares (ADSs)	CBD	Estados Unidos	New York Stock Exchange
Securities and Exchange Commission (SEC)	29/05/1997	29/05/1997	14.900000%
Sim: Bolsa de Valores		Sim: Cada ADS representa 1 ação ordinária	
Sim: JP Morgan Chase Bank		Sim: Banco Itaú S.A.	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais, foram realizadas ofertas públicas para distribuição de Notas Promissórias e de Debêntures da Emissora, todas com esforços restritos de distribuição, conforme listadas abaixo.

Janeiro/2020: 17ª emissão de Debêntures da Companhia. Principais características da emissão: 2.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 na data de emissão, totalizando R$ 2.000.000.000,00. As debêntures terão vigência por 3 anos, vencendo-se em 06 de janeiro de 2023. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 prestações, sendo uma em 06 de janeiro de 2022 e a outra na data de vencimento. A remuneração das debêntures será equivalente a 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros divulgados pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de 1,45% ao ano, paga semestralmente.

Janeiro/2019: 4ª emissão de Notas Promissórias da Companhia. Principais características da emissão: 800 notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R$ 800.000.000,00, remuneradas a 105,75% da Taxa DI, com vencimento em 3 anos de sua emissão, ou seja, em 09 de janeiro de 2022.

Setembro/2018: 16ª emissão de Debêntures da Companhia. Principais características da emissão: 1.200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em duas séries, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 na data de emissão (10 de setembro de 2018), totalizando R$ 1.200.000.000,00. Abaixo estão listadas informações adicionais sobre cada uma das séries da emissão:

1ª série:

(a) Quantidade: 700.000 debêntures;
(b) Vencimento: 3 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2021;
(c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data do vencimento;
(d) Remuneração: 106% da Taxa DI até 23.11.2020, alterada na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 19.11.2020, para 162,71% da Taxa DI, aplicável a partir de 24.11.2020; e
(e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

2ª série:

(a) Quantidade: 500.000 debêntures;
(b) Vencimento: 4 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2022;
(c) Amortização do valor nominal unitário: em prestação única, na data de vencimento;
(d) Remuneração: 107,4% da Taxa DI até 23.11.2020, alterada na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 19.11.2020, para 163,56% da Taxa DI aplicável a partir de 24.11.2020; e
(e) Pagamento da remuneração: semestralmente.

Janeiro/2018: 15ª emissão de Debêntures da Companhia. Principais características da emissão: 800.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 na data de emissão (15 de janeiro de 2018), totalizando R$ 800.000.000,00. As debêntures terão vigência por 3 anos, vencendo-se em 15 de

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

janeiro de 2021. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em parcela única, devida na data de vencimento. A remuneração das debêntures será equivalente a 100% da variação percentual acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros divulgados pela B3 ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de 104,75% ao ano, paga semestralmente, aplicável até 23.11.2020, passando a vigorar com o spread de 150% a partir de 24.11.2020, conforme aprovado na Assembleia Geral de Debênturistas, em 19.11.2020.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as ofertas públicas indicadas no item 18.9 foram destinados às seguintes utilizações:

17ª emissão de Debêntures: reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento da Companhia.
4ª emissão de Notas Promissórias: reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento da Companhia.
16ª emissão de Debêntures: reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento da Companhia.
15ª emissão de Debêntures: reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na aplicação dos recursos oriundos das ofertas públicas acima indicadas.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Em 24 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia orientou a subsidiária operacional Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") a aprovar o lançamento de uma oferta pública com vistas à aquisição da totalidade das ações de emissão da Almacenes Éxito S.A. ("OPA Éxito"), sociedade de capital aberto localizada na Colômbia, operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia no mercado de shopping centers, sob a marca Viva.

Em continuidade ao projeto de simplificação das operações do grupo da Companhia na América Latina, em 12 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta na Companhia para o Casino, de modo que a conclusão da venda da participação acionária que o Éxito detinha na Companhia estava sujeita à alocação da OPA Éxito.

Em 22 de novembro de 2019, a Bolsa de Valores da Colômbia informou que 96,57% do capital da Almacenes Éxito S.A. aceitaram a OPA Éxito. Esta adesão representou um desembolso pela Sendas de valor equivalente a R$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio em 22 de novembro de 2019).

A liquidação da OPA Éxito foi realizada em 27 de novembro de 2019. Nesta mesma data, anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas direta e indiretamente pela Almacenes Éxito S.A, por preço, líquido de dívida, equivalente a aproximadamente R$4,9 bilhões. Com isso, os acordos de acionistas celebrados entre Éxito, Casino e/ou suas respectivas controladas, regulando seu relacionamento como acionistas da Companhia, foram rescindidos e os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pelo Éxito renunciaram.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve planos de recompra de ações nos 3 últimos exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	232.586	
Quantidade adquirida	6.474	41,54
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	239.060	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	232.586	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	232.586	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	232.586	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	232.586
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 Outras informações relevantes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019, foi aprovada a migração da Companhia para o Novo Mercado e a conversão da totalidade das ações preferenciais de sua emissão em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. Em virtude de tal deliberação, com fulcro nos artigos 136 e 137 da Lei nº 6.404/76, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que se abstiveram de votar, dissentiram da deliberação ou não compareceram à tal assembleia.

Em 04 de fevereiro de 2020, encerrou-se o prazo para o exercício de tal direito de recesso, o qual foi exercido por três acionistas, detentores conjuntamente de 6.474 ações preferenciais, as quais foram recompradas pela Companhia para manutenção em tesouraria, pelo valor de R$ 41,54 por ação preferencial, valor este calculado com base no patrimônio líquido contábil constante das demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2018. Deste modo, o novo saldo de ações em tesouraria da Companhia passou das 232.586 ações indicadas no item 19.1 deste Formulário de Referência, para 239.060 ações, conforme indicado no item 15.1 deste Formulário de Referência.

Em virtude da migração ao Novo Mercado, em 28 de fevereiro de 2020 as ações preferenciais da Companhia foram convertidas em ações ordinárias e desde 02 de março de 2020 são negociadas apenas suas ações ordinárias no Novo Mercado.

Em razão do Plano de Remuneração em Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia e do Plano de Opção de Compra de Ações, foi aprovado pelo Conselho de Admnistração da Companhia, em 01 de dezembro de 2020, 23 de fevereiro de 2021 e 26 de março de 2021, a entrega de 79.371 (setenta e nove mil, tezentas e setenta e uma) ações ordinárias atualmente detidas em tesouraria pela Companhia para os beneficiários dos referidos planos citados acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**06/02/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores Administradores Conselheiros Fiscais Ex-Administradores Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia Qualquer pessoa que venha a ser indicada pelo Diretor de RI como Pessoa Obrigada Empregados da Cia. que tenham acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas Terceiros contratados pela Cia. que, em relação às atividades performadas à Cia., tenham acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas Qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Cia., nas Sociedades Controladoras, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, que tenham (i) aderido expressamente a Política de Negociação e estejam obrigados à observância das regras ali descritas; e (ii) acesso permanente ou eventual a Informações Privilegiadas, bem como outros que a Cia. considere necessário ou conveniente, e que venham a ser indicadas como pessoas obrigadas

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358 e tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos que deverão ser observados em qualquer negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, por parte das Pessoas Obrigadas (descritas no item 20.1(b)).

Plano Individual de Investimento - O Plano Individual de Investimento é o instrumento escrito por meio do qual os Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou a quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante se comprometem de forma voluntária, irrevogável e irretratável a investir ou desinvestir em Valores Mobiliários em datas ou períodos pré-determinados, elaborado de acordo com o disposto nos artigos 15 e 15-A da Instrução CVM 358. Os Planos Individuais de Investimento devem ser arquivados com o DRI antes de qualquer negociação e deverá prever prazo mínimo de 6 (seis) meses para que o próprio Plano Individual de Investimento, suas eventuais modificações e cancelamento produzam efeito. É vedado aos participantes manter simultaneamente em vigor mais de um Plano Individual de Investimento.

(a) Comitê de Divulgação e Negociação - A Companhia terá um Comitê de Divulgação e Negociação, composto por 5 membros, representantes das seguintes diretorias: Diretor Presidente; Diretor Vice-Presidente Financeiro; Diretoria de Relações com Investidores, Diretoria de Imprensa e Diretoria Jurídico.

(b) Infrações e Sanções - As Pessoas Obrigadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia ou outras Pessoas Obrigadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia ou outras Pessoas Obrigadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

A Política de Negociação de ações da Companhia também pode ser consultada na página da Companhia na internet www.gpari.com.br e na página da CVM www.cvm.gov.br..

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Período de Impedimento à Negociação: as Pessoas Obrigadas não poderão negociar com Valores Mobiliários da Companhia nos Períodos de Impedimento à Negociação, devendo manter tal determinação em absoluto sigilo.

Vedação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante: é vedada a negociação de Valores Mobiliários por parte das Pessoas Obrigadas que tenham ou presumivelmente possam ter conhecimento de Informação Privilegiada até que a mesma seja divulgada pela Companhia ao mercado na forma da Instrução CVM 358.

Vedação Antes da Divulgação de Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia: é vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Obrigadas no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras, bem como no próprio dia da divulgação.

Vedações Relacionadas à Aquisição ou à Alienação de Ações de sua Emissão pela Própria Companhia: o Acionista Controlador e os Administradores não poderão negociar com ações de emissão da Companhia quando (a) estiver em curso aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas, Sociedade Coligadas ou outra sociedade sob controle comum; ou (b) houver sido outorgada opção ou mandato para aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia ou pelas demais entidades mencionadas no item (a).

Vedação Aplicável a Ex-Administradores: os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários: (i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (ii) antes da divulgação ao mercado, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, o que ocorrer primeiro.

Negociação Indireta: vedações às negociações realizadas pelas Pessoas Obrigadas nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (i) sociedade controlada; (ii) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou (iii) Pessoas Ligadas ou quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada por intermédio de qualquer das pessoas impedidas a negociar, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado.

Operações de Empréstimo de Ações: a Política de Negociação aplicar-se-á integralmente às operações de empréstimo com ações de emissão da Companhia que venham a ser realizadas por Pessoas Obrigadas, as quais deverão ser registradas no BTC e observar os procedimentos estabelecidos pela B3, sendo vedada qualquer operação de empréstimo fora do BTC, salvo se expressamente autorizado pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

As Pessoas Obrigadas que sejam beneficiárias de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não poderão realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos que anulem ou mitiguem sua exposição econômica às ações de emissão da Companhia enquanto estiverem sujeitas aos Períodos de Impedimento à Negociação.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 Outras informações relevantes

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Negociação, bem como pelo seu acompanhamento e fiscalização.

A aplicação da Política de Negociação será submetida ao acompanhamento periódico do Comitê de Divulgação e Negociação, que, sempre que julgar necessário, deverá solicitar que a referida Política seja analisada e avaliada pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa e apreciada pelo Conselho de Administração da Companhia.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui um Código de Ética que estabelece as principais diretrizes da Companhia relacionadas à condução dos seus negócios e ao comportamento esperado de todos os colaboradores da Companhia, bem como todos aqueles que se relacionam com a Companhia, interna e externamente.

Entre as diretrizes e normas a serem observadas, o Código de Ética proíbe que os colaboradores da Companhia divulguem informações confidenciais da Companhia e do grupo a que a Companhia pertence a terceiros e/ou que as utilizem para a obtenção de vantagem própria ou de terceiros de modo indevido. A utilização de informações privilegiadas para a obtenção de vantagens financeiras indevidas, em negociações em bolsas de valores ou outros meios, é considerada prática ilícita, podendo os envolvidos sofrer as sanções previstas nas regras internas da Companhia e também as medidas penais e/ou administrativas aplicadas pelas agências reguladoras competentes.

Foram criados um Comitê de Ética corporativo e um Comitê de Ética em cada uma das unidades de negócio da Companhia. Tais Comitês são responsáveis pela gestão do Código de Ética, devendo garantir que ele seja de conhecimento de todos os colaboradores e públicos que se relacionam com a Companhia, interna e externamente, bem como assegurar a sua eficácia e efetividade.

Há penalidades em caso de descumprimento das regras da Companhia, com aplicação de sanções disciplinares a serem avaliadas pelo Comitê de Ética competente.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, conforme descrita no capítulo 21.2 abaixo.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Nos termos da legislação e da regulamentação vigentes, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 29 de agosto de 2013 e alterada em reunião de 27 de outubro de 2016 ("Política de Divulgação").

A Política de Divulgação visa estabelecer as práticas de divulgação e uso de informações a serem observadas pelo Diretor de Relações com Investidores, pela Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, pelos membros do Conselho Fiscal, se e quando o Conselho Fiscal estiver instalado, e de membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua sociedade controladora, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tenha conhecimento de Informações Relevantes (conforme definidas abaixo), bem como outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação estabelece que "Informações Relevantes" significam as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral ou dos órgãos da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos de caráter político-administrativo, técnico, negocial, financeiro ou econômico relacionados com os negócios da Companhia (se ocorrer dentro da Companhia ou que, de outra forma, se relacione com os negóciosda Companhia) que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliáriosde emissão da Companhia ou a eles referenciados, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à B3, imediatamente após a ciência, Informações Relevantes ocorridas ou relacionadas aos negócios da Companhia, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

A Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, conselheiros fiscais ou membros de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua sociedade controladora, suas sociedades controladas ou sociedades coligadas, tenha conhecimento da informação relativa à Informação Relevante, bem como outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação (em conjunto "Pessoas Obrigadas") devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

terceiros de sua confiança também o façam.

O documento contendo a Informação Relevante deve ser divulgado ao público (i) na página da rede mundial de computadores do portal de notícias "Portal NEO1" (*http://www.portalneo1.net*), conforme faculdade conferida pela Instrução CVM 358; e (ii) na página da rede mundial de computadores da Companhia (*http://www.gpari.com.br/*).

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

Na hipótese do ato ou fato relevante não divulgado escapar ao controle, por qualquer motivo, ou se ocorrer oscilação atípica no volume negociado ou preço de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia providenciará à imediata divulgação do ato ou fato relevante.

Somente o Diretor de Relações com Investidores ou o Diretor Presidente da Companhia, ou a pessoa por um deles indicada, está autorizada a comentar, esclarecer ou detalhar o conteúdo da Informação Relevante.

As Pessoas Obrigadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Obrigadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

A Pessoa Obrigada que se desligar da Companhia continuará sujeita ao dever de sigilo, até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes e ao mercado.

Quaisquer violações à Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Obrigadas deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores.

Caso qualquer Pessoa Obrigada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público não esteja totalmente sob o controle da Companhia, ou, ainda, que tenha ocorrido oscilação atípica no preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados ao Diretor de Relação com Investidores.

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Política de Divulgação poderá ser alterada nas seguintes situações: (i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM; (ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias; e (iii) quando o Conselho de Administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações.

A Política de Divulgação de informações pode ser consultada na página da Companhia na internet *www.gpari.com.br* e na página da CVM *www.cvm.gov.br*.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Diretoria de Relações com Investidores é responsável pela implementação dos procedimentos necessários à observância das regras da Política de Divulgação e pelo seuacompanhamento.

A aplicação da Política de Divulgação será submetida ao acompanhamento periódico do Comitê de Divulgação e Negociação, que, sempre que julgar necessário, deverá solicitar que a referida Política seja apreciada pelo Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa.

O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa também realiza o acompanhamento periódico da aplicação da Política de Divulgação.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.